

**AMÉLIA SIEGEL CORRÊA**

**IMPrensa E POLÍtica NO PARANÁ:  
Prosopografia dos redatores e pensamento  
republicano no final do século XIX**

**Dissertação apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, ao  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, no  
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da  
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto**

**CURITIBA**

**2006**

## TERMO DE APROVAÇÃO

AMÉLIA SIEGEL CORRÊA

IMPrensa E POLÍtica NO PARANÁ:  
Prosopografia dos redatores e pensamento  
republicano no final do século XIX

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela comissão formada pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto  
Universidade Federal do Paraná

Prof.<sup>a</sup> Ângela Maria de Castro Gomes  
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea  
do Brasil - CPDOC

Prof.<sup>a</sup> Maria Tarcisa Silva Bega  
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 12 de maio de 2006

*Para o Luís Fernando*

## AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, que por meio da bolsa de pesquisa possibilitou a elaboração desta dissertação.

Ao meu orientador, Professor Dr. Renato Monseff Perissinotto, pela disposição em orientar-me, pela atenção e apoio.

À Professora Dr.<sup>a</sup> Maria Tarcisa Silva Bega, pelas conversas, dicas e pelo grande incentivo na elaboração desta dissertação.

Aos professores Adriano Codato, Luis Geraldo Silva e Miriam Adelman.

Aos funcionários da Biblioteca Pública do Paraná, em especial aos da Seção de Documentação Paranaense, do Instituto Histórico e Biográfico do Paraná e do Círculo de Estudos Bandeirantes e à Sueli, secretária do Programa de Pós-graduação em Sociologia.

À Professora Dr.<sup>a</sup> Eva Siqueira Alves, pelo auxílio com as fontes localizadas em Sergipe.

À Antônia Schwiden, pela leitura atenciosa, e à Léia Rachel Castellar, pela editoração do trabalho.

À Solange Rocha, que me ajudou a encontrar várias pecinhas deste imenso quebra-cabeça.

Ao Mori, Gil, Sandesh e Cida Stier.

Aos meus colegas do mestrado, especialmente a Ana Trovão, Lennita, Lorena, Marcos Beal, Pedro e Zé.

Aos amigos Ana Silvia, Deda, Elisa, Flavia, Isa Ribas, Isa Sela, Ju Evans, Ju Pereira, Kelly, Mari e Teka.

À Rosemary, Helô, Jackson, Léo, Fernando, Beth, Afonso e Isabelle.

Aos meus familiares de Santa Catarina.

Aos meus pais, J. Pedro e Teresinha, e à minha irmã Isabela, que sempre me apoiaram, incentivaram e acreditaram na elaboração deste trabalho, com muito carinho.

Ao Luís Fernando, que com o seu amor e companheirismo tornou esta jornada mais leve e a minha vida mais doce.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	viii
<b>RESUMÉE</b> .....	ix
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1 - DA CRISE DO IMPÉRIO À REPÚBLICA: IMPRENSA E MOVIMENTO REPUBLICANO NO FINAL DO XIX</b> .....	9
1.1 LÓGICA E CRISE DO SISTEMA IMPERIAL .....	10
1.1.2 O Processo da Emancipação Conservadora do Paraná .....	15
1.2 O PARANÁ PROVINCIAL .....	18
1.2.1 Elites e Poder: Ervateiros <i>versus</i> Elites Agrárias .....	20
1.2.2 As Configurações dos Partidos Locais no Final do Império .....	24
1.3 LETRADOS, IMPRENSA E MODERNIZAÇÃO .....	26
1.3.1 Modernização e Vida Cultural em Curitiba .....	30
1.3.2 Imprensa e Tipografias .....	34
1.4 O MOVIMENTO REPUBLICANO .....	37
1.4.1 O <i>Manifesto de 1870</i> e o Partido Republicano do Rio de Janeiro .....	37
1.4.2 O Partido Republicano Paulista: Pragmatismo, Organização e Propaganda .....	41
1.4.3 A Propaganda Republicana no Paraná .....	44
1.5 DA DITADURA MILITAR À CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA .....	50
1.5.1 O Paraná Republicano e a Reorganização das Elites .....	55
1.5.2 A Revolução Federalista .....	65
<b>CAPÍTULO 2 - PROSOPOGRAFIA DOS REDATORES REPUBLICANOS</b> .....	69
2.1 ROCHA POMBO: JORNALISMO, POLÍTICA E LITERATURA NO PARANÁ .....	71
2.1.1 Origem e Formação do Jornalista Político e do "Republicano Platônico" .....	72
2.1.2 Ação Política na Assembléia Provincial .....	77
2.1.3 Desilusão e Utopia .....	82
2.1.4 A Revolução Federalista .....	83
2.1.5 O Exílio e a História .....	84
2.2 VICENTE MACHADO, O GRANDE LÍDER .....	86
2.2.1 Origem Social e Posição nas Estruturas de Poder .....	88

2.2.2	A Formação do Bacharel.....	90
2.2.3	Relações de Poder e Carreira Política .....	91
2.2.4	A Proclamação da República e a Consolidação do Poder Conservador .....	95
2.2.5	A Revolução Federalista .....	98
2.2.6	O Fim de uma Era .....	99
2.3	MANOEL CORREIA DE FREITAS, O REPUBLICANO HISTÓRICO.....	101
2.3.1	Origem Social e Relações de Interdependência .....	103
2.3.2	Propaganda Republicana como Profissão .....	104
2.3.3	A Proclamação da República e a Fundação da União Republicana.....	106
2.4	JUSTINIANO DE MELLO E SILVA, UM SOCIÓLOGO NA <i>TERRA DO FUTURO</i> .....	110
2.4.1	Cultura e Experiência: a Formação no Norte do Brasil .....	112
2.4.2	Ação Política no Sul: as Lutas de um Radical Contra o Poder Oligárquico .....	116
2.4.3	A Exclusão do <i>Outsider</i> e a Decepção com a República .....	122
2.5	LEÔNCIO CORREIA: TRUNFOS POLÍTICOS E ÊXITO NO JORNALISMO .....	124
2.5.1	Origem Social, Formação e Processos de Socialização.....	124
2.5.2	O Ingresso na Vida Política .....	127
2.5.3	Florianismo e Revolução Federalista .....	128
2.6	EDUARDO GONÇALVES, FUNDADOR DO CLUBE REPUBLICANO DE CURITIBA .....	131
2.6.1	As Redes Paulistas e a Propaganda no Paraná .....	131
2.6.2	A Luta pelo Mito de Fundação do Republicanismo Paranaense.....	138
2.7	ALBINO SILVA: DA PROPAGANDA À COOPTAÇÃO.....	139
2.7.1	A Tipografia Lopes e a Trajetória no Mundo das Letras .....	140
2.7.2	Proclamação e Cooptação .....	144
2.8	MENEZES DÓRIA, O MARAGATO FANÁTICO.....	146
2.8.1	Formação Liberal e Entrada no Jogo Político .....	147
2.8.2	A Revolução Federalista: a Última Jogada .....	149
2.9	CHICHORRO JÚNIOR, O RADICAL ÉTICO .....	150
2.9.1	Jornalismo e Republicanismo.....	151
2.9.2	Radicalismo e Oposição a Vicente Machado .....	153
2.10	NESTOR VICTOR, O BELETRISTA PARNANGUARA.....	156

2.10.1 Origem Social e Processo Educacional .....	157
2.10.2 O Propagandista Republicano.....	159
2.10.3 Mudança na Trajetória: a Construção do Crítico Simbolista .....	161
2.11 QUADRO E ANÁLISE PROSOPOGRÁFICA.....	165
<b>CAPÍTULO 3 - O PENSAMENTO REPUBLICANO NO PARANÁ .....</b>	<b>171</b>
3.1 O IDEÁRIO REPUBLICANO NO PERÍODO MONÁRQUICO.....	174
3.2 OS IDEÁRIOS PÓS-PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.....	183
3.2.1 <i>A Republica e Diário do Paraná: Positivismo, Federalismo e a República</i> Elitista .....	184
3.2.1.1 Os Manifestos .....	193
3.2.2 As Propostas Radicais: Socialistas e Anarquistas .....	197
3.2.2.1 Justiniano de Mello e Silva: Crítica social da República dos fazendeiros e pensamento socialista em Curitiba .....	198
3.2.2.2 Rocha Pombo: desilusão e anarquismo.....	203
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>209</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>213</b>

## RESUMO

A crise do regime monárquico brasileiro veio acompanhada do surgimento e da expansão do movimento republicano no final do século XIX. No período, a imprensa não somente se colocou como palco dos debates institucionais, como também teve papel de poder informal. Este trabalho busca recuperar os modelos de República que circularam nos periódicos paranaenses, recompondo as configurações sociais e os *habitus* dos agentes para apreender seus ideários republicanos. Para melhor compreender as redes e configurações que ensejaram a produção e difusão de tais ideários, elaborou-se uma prosopografia dos redatores que discutiram a questão republicana. A biografia coletiva permitiu também a compreensão dos variados posicionamentos políticos nas redes que influenciaram o republicanismo local que, em sua vertente dominante, esteve intimamente vinculado ao projeto de modernização conservadora das elites ervateiras, detentoras de capital econômico e político que lhes permitiu o controle do estado após a Proclamação da República. Como o campo intelectual ainda não tinha se configurado, vincularam-se os redatores analisados ao campo político, até porque suas fronteiras eram tênues.

## RESUMÉE

La crise du régime monarchique brésilien est venue avec l'apparition et l'expansion du mouvement républicain à la fin du XIX<sup>ème</sup> siècle. Pendant cette période, la presse non seulement sert de plateau pour les débats institutionnels mais a aussi un rôle de pouvoir informel. Ce travail a pour but de rechercher les modèles de république qui ont circulé dans les périodiques du Paraná, recomposant les configurations sociales et les *habitus* des agents pour élaborer leurs idéaux républicains. Pour mieux comprendre les réseaux et les configurations qui engendrent la production et la diffusion de ces idées, l'élaboration d'une prosopographie des journalistes qui ont discuté la question républicaine a été faite. La biographie collective a aussi permis la compréhension des diverses positions politiques dans les réseaux qui ont influencé le républicanisme local qui, dans sa branche dominante, a été intimement lié au projet de modernisation conservatrice des élites 'ervateiras' (de l'herbe maté), détentrices du capital économique et politique qui leur a donné le contrôle de l'état après la Proclamation de la République. Comme le champ intellectuel ne s'était pas encore dessiné, les journalistes analysés ont été rattachés au domaine politique, ceci parce que la frontière était mince.

## INTRODUÇÃO

O movimento republicano no Paraná é considerado pela historiografia regional como diminuto e em termos nacionais sua presença na literatura sobre o assunto é irrepresentativa. Nas investigações sobre o republicanismo e a propaganda antimonárquica no Brasil, percebeu-se uma lacuna na discussão sobre regiões política e economicamente periféricas, como o Paraná<sup>1</sup>, última província criada pelo Império. Entender as condições sociais, políticas e intelectuais que caracterizaram o republicanismo paranaense é a proposta central deste trabalho.

O ideário republicano dos paranaenses foi mais homogêneo no período da propaganda, quando havia um inimigo comum a ser combatido, do que no início do novo regime, quando surgiram algumas propostas divergentes, mais vinculadas aos que se desiludiram com os rumos da República do que com os que ficaram ressentidos por sua exclusão do jogo político. A propaganda republicana começou no litoral, onde a intelectualidade tomava conhecimento do movimento por meio dos jornais que chegavam da Corte. A capital, onde a faceta dominante do republicanismo se expressou, foi marcada pela influência de duas importantes províncias que cercavam o Paraná, com as quais matinha relações econômicas e políticas de longa data: São Paulo e Rio Grande do Sul.

Antes de detalhar as perspectivas teóricas e metodológicas adotadas neste trabalho, é importante expor brevemente como se deu o processo de construção do objeto de pesquisa. A idéia inicial de estudar os ideários republicanos 'produzidos' no Paraná estava condicionada à existência de fontes, compostas por jornais, revistas, discursos transcritos em coletâneas, obras de caráter memorialista e algumas ficcionais. As limitações inerentes a uma pesquisa de dissertação de mestrado

---

<sup>1</sup>Por exemplo, segundo Padis, o Paraná era uma economia periférica, subordinada às demandas do exterior e do Estado de São Paulo. Ver: PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

impunham um recorte, que elegeu os jornais como fontes privilegiadas para a apreensão dos ideários, afinal a imprensa foi central para a propaganda do novo regime. Por extensão, os jornalistas foram os 'produtores' ou 'divulgadores' desses ideários, enquanto porta-vozes de interesses diversos. Todavia, havia ainda a necessidade de um recorte temporal, pois a temática perdurou muitos anos e seria impossível apreendê-la em sua totalidade. Decidiu-se, então, buscar o início da discussão republicana na província, que seu deu no final dos anos 1870 no litoral e em meados dos 1880 na capital até 1891, com a promulgação da Constituição e a subida de Floriano ao poder, o que faz do período analisado fecundo em termos de divulgação de ideários republicanos<sup>2</sup>.

Ainda, considerou-se que o estudo das trajetórias dos redatores paranaenses, em suas redes de sociabilidade e inserções em correntes de pensamento social e político, era fundamental para compreender como se dava a relação entre posições nas estruturas de poder e ideários políticos. Além disso, para apreender melhor o posicionamento dos jornalistas no campo do poder, elaborou-se uma biografia coletiva desses escritores, na busca de características comuns que auxiliassem na construção de um perfil social deste grupo no Paraná no final do século XIX. Para tanto, uma variada gama de fontes foi utilizada<sup>3</sup> e, na medida em que se considerou oportuno, devidamente problematizadas, já que a diferenciação na produção de memórias e biografias constitui também um elemento de análise sociológica.

Para cumprir esses objetivos, foi necessário escolher teorias que sustentassem a análise e fossem adequadas ao objeto. Optou-se por trabalhar fundamentalmente com dois sociólogos contemporâneos que se complementam em aspectos que interessam para esta dissertação: Pierre Bourdieu e Norbert Elias. Do primeiro foram

---

<sup>2</sup> Todavia, uma ênfase ao período da Revolução Federalista (1893-1895) foi dada nas biografias dos redatores, devido à importância deste acontecimento para a reorganização das configurações do poder local.

<sup>3</sup>Explicitadas com maiores detalhes no capítulo 2.

utilizadas as categorias "campo", "*habitus*" e "trajetória", e do segundo, a noção de "configuração", "jogo" e a "relação estabelecidos-outsiders"; enquanto o método prosopográfico foi extraído de outros autores, dentre eles, Miceli<sup>4</sup>.

Para apreender as teias de sociabilidade que compunham o campo político onde atuavam os redatores analisados neste trabalho, partiu-se da categoria de configuração de Elias, que permite uma visualização das redes que se formam entre indivíduos e instituições<sup>5</sup>. Esta proposta busca fugir de modelos explicativos egocêntricos para uma explicação em teia, que reflete mais fielmente as diversas interações entre os indivíduos e as diversas instâncias da vida social. O sociólogo alemão propõe uma visão mais realista dos agentes, orientados uns para os outros e unidos uns aos outros das mais diversas maneiras, constituindo assim teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, não planejadas por nenhum dos jogadores, mas que os influenciam diretamente:

o decurso do próprio jogo tem poder sobre o comportamento e pensamento dos jogadores individuais, uma vez que as suas ações e idéias não podem ser explicadas e compreendidas se forem consideradas em si mesmas; precisam ser compreendidas e explicadas no interior da estrutura do jogo.<sup>6</sup>

Essa idéia pressupõe uma noção de sentido de jogo, em que o 'eu' e o 'nós' fazem parte de um mesmo processo, perpassado por relações de poder, o que faz com que o jogo se encontre em constante mutação, visto que jogadas e alterações em posicionamentos interferem nos outros jogos e assim sucessivamente. Todos os jogadores são interdependentes, sejam aliados ou inimigos:

---

<sup>4</sup>MICELI, Sérgio. Biografia e cooptação (O estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In:\_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>5</sup>Não dividir a realidade social entre 'indivíduo' e 'sociedade' é um dos pressupostos centrais da obra de Elias, sendo que o conceito de configuração impede o tratamento do processo individual e social de forma separada, ao relacionar uma suposta dimensão macro e outra microsociológica. Ver: ELIAS, Norbert. **Introdução a sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

<sup>6</sup>ELIAS, **Introdução...**, op. cit., p.104.

...a configuração formada pelos jogadores é tão concreta como os próprios jogadores. Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou adversários.<sup>7</sup>

Dessa forma, a idéia de configuração, assim como a noção de campo, está estreitamente relacionada com o conceito de poder, atributo de todas as relações e, portanto, relativo, flutuante, elástico, uma vez que se ajusta a cada configuração.

Outro conceito elisiano utilizado para compreender as redes de interdependência e posicionamentos no campo de poder das elites locais é o da relação *estabelecidos* – *outsiders*<sup>8</sup>, que compõe um tipo de configuração baseada num equilíbrio instável de poder, na qual os estabelecidos têm o poder ou a capacidade de estigmatizar os dominados, afastando-os de posições. Isto porque: "Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído"<sup>9</sup>. Eventualmente, quando as desigualdades diminuem e a auto-imagem dos *outsiders* se modifica, podem tentar uma retaliação, ou na linguagem bourdiesiana, valer-se de estratégias para subverter a ordem ditada pelos dominantes.

A idéia bourdiesiana de campo<sup>10</sup> ajuda a pensar as articulações dos republicanos paranaenses com outros grupos locais e nacionais, e suas alianças com outras províncias ou estados do país. É utilizada de uma maneira menos rígida do que a proposta pelo sociólogo francês, pois não constitui objetivo desta dissertação apreender todas as posições e instituições que compunham o campo político no período da virada da Monarquia para a República, tendo uma boa

---

<sup>7</sup>ELIAS, **Introdução...**, op. cit., p.142.

<sup>8</sup>ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

<sup>9</sup>ELIAS e SCOTSON, op. cit., p.23.

<sup>10</sup>Esse conceito foi trabalhado por Bourdieu em diversos estudos, como, por exemplo: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003; \_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

operacionalização como uma metáfora para a descrição de um espaço onde se realizavam os jogos do poder, envolvendo posições e tomadas de posições políticas e intelectuais. Isto não quer dizer que sua utilização não parta do pressuposto de que ali se manifestam relações de poder, que se estruturam mediante a distribuição desigual de capitais diversos – político, econômico, cultural, simbólico etc. – a fim de transformar ou de manter sua estrutura. Esta se divide em dois pólos: dominante (em que seus agentes tendem a práticas ortodoxas) e dominados (mais heterodoxos, no intuito de modificar sua posição desprivilegiada no campo), sendo que a estratégia de cada agente orienta-se de acordo com a posição que ocupa no campo.

Como não havia no final do século XIX um campo intelectual, e como todos os jornalistas políticos analisados neste trabalho participaram também da política *stricto sensu* como deputados, vereadores etc., considerou-se adequado posicioná-los como agentes do campo político. Os jornalistas, que para Bourdieu são "vendedores profissionais de serviços políticos"<sup>11</sup>, têm uma função importante no jogo político, afinal, os partidos devem "impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número de cidadãos"<sup>12</sup>. A utilização deste conceito justifica-se pelo fato de a sociedade não ser uma totalidade integrada, constituída de uma só cultura, mas sim por um conjunto de esfera de jogos relativamente autônomos regidos por uma lógica similar.

É nesse sentido que se buscou entender as discussões e lutas pelo poder tanto em nível local, onde dominados lutavam pela alteração de equilíbrio de poder que pendia para os dominantes, quanto nacional, onde as elites locais, cientes da posição periférica do Paraná, buscaram na aliança com elites mais fortes a viabilização desse anseio de subversão de sua posição dominada. Vale também ressaltar que, via de regra, a posição dos intelectuais é dominada no campo do

---

<sup>11</sup>BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.177.

<sup>12</sup>BOURDIEU, A representação..., p.174.

poder, o que se confirma na trajetória de alguns redatores paranaenses, mas mostrou não ser uma regra rígida. Foram encontrados tanto escritores que prestaram serviços e se empenharam na manutenção do *status quo* após a proclamação quanto outros que se valeram de seus capitais acumulados em lutas diversas para intervir contra os dominantes.

Essa maior ou menor adequação à regra do jogo político é mediada pelo *habitus*, que carrega a idéia de um aprendizado do passado ou então de um 'social incorporado'. Logo, a ação individual é um produto das relações sociais, que produz estratégias não conscientes, comandadas por um sentido de jogo. O *habitus* não constitui assim uma regra, mas sim uma capacidade geradora de disposições, adquiridas e constituídas socialmente; é social e individual ao mesmo tempo, pois é pela via da socialização que os indivíduos internalizam as representações objetivas.

Para compreender melhor quem foram esses redatores e suas formas de pensar<sup>13</sup>, especialmente suas ideologias republicanas, outra noção importante é a de *trajetória*, entendida como "...a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos".<sup>14</sup> Todavia, como não se pretende trabalhar os ideários isoladamente, afinal não poderiam ser atribuídos a um único indivíduo, considerou-se necessário dar um tratamento coletivo para as trajetórias dos redatores políticos que atuaram na imprensa paranaense no final do século XIX, elaborando uma prosopografia, que "reúne dados biográficos de um grupo de atores históricos que têm algo em comum, seja uma função, uma atividade, ou ainda uma posição social; ela é portanto, um "estudo coletivo" de suas vidas"<sup>15</sup>. Nas palavras de Miceli,

---

<sup>13</sup>Para entender idéias de certos grupos, devemos examinar anteriormente sua estrutura e suas experiências, afinal, maneiras de pensar e sentir não ocorrem por acaso, e somente a análise das configurações poderá nos dar explicações satisfatórias quanto a tais opções ideológicas.

<sup>14</sup>BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.292.

<sup>15</sup>ROY, Fernande; SAINT-PIERRE, Jocelyn. A alta redação dos jornais de Quebec (1850-1920). In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.204-205.

Essa metodologia requer a construção da biografia coletiva de um determinado setor da classe dirigente com base numa estratégia de exposição e análise que se vale do exame detido de casos exemplares, alçados à condição de tipos ideais, e, com base nesse corpus de evidências, de inferências qualificadas acerca do grupo ou do setor de classe na mira do pesquisador. Tais inferências devem ser lastreadas em evidências empíricas que abranjam uma quantidade representativa de casos cujas características sociais, escolares, profissionais, etc. possibilitam a reconstrução de uma trajetória ou "destino de classe" para os fins de análise sociológica ou política.<sup>16</sup>

Assim, buscou-se detectar homogeneidades que justificassem tomadas de posições semelhantes, mediante a eleição de casos exemplares, como forma de construir um perfil deste subgrupo atuante no campo político.

Tais questões teóricas e metodológicas que fundamentaram a análise foram retomadas durante o texto, e acredita-se que foram frutíferas para a compreensão das configurações que envolviam imprensa e política no Paraná, a produção de ideários republicanos, as relações entre os redatores paranaenses e os de outras regiões, especialmente São Paulo, assim como as conexões e as imbricações com outros campos, como o econômico e o emergente campo de produção cultural.

Tomou-se como objeto empírico de pesquisa uma amostra dos redatores e suas produções simbólicas, aqui entendidas como reflexo de suas posições sociais, e parte importante do jogo do poder. Tinham em comum o fato de debaterem a questão republicana, dando o tom e a medida do republicanismo local. Não obstante, constituíram um grupo que foi além do jornalismo político, atuando em várias outras esferas da vida política e cultural do Paraná e do Brasil.

A relação entre a situação periférica do Paraná e sua subordinação político-ideológica é uma hipótese que aparece, e que foi articulada com a lógica da propaganda republicana paulista e com seus desejos de reaver seu território perdido, a fim de mais facilmente viabilizar certos anseios separatistas. Todavia, vale lembrar que os ideários republicanos dominantes não foram disseminados sem resistência no

---

<sup>16</sup>MICELI, Sérgio. Biografia e cooptação. In:\_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.347.

Paraná; ao contrário, foram detectados e combatidos localmente, porém sem força política para impor-se. Por isso, embora nacionalmente ocupassem uma posição dominada, as elites dominantes locais influenciaram as instituições e a condução política do Estado, com a realização de um projeto de modernização conservadora, sempre acompanhando as tendências nacionais vitoriosas.<sup>17</sup>

Assim, o trabalho busca apresentar alguns dos possíveis elementos explicativos do republicanismo paranaense, resultado das lutas pelo poder local e das redes de interdependência com o campo do poder nacional, e entender a sua 'inexistência' nas investigações concernentes a tal temática por meio de uma análise sociológica. Para tanto, o estudo foi dividido em três capítulos, o primeiro de natureza contextual e os subseqüentes analíticos. Partiu-se de uma contextualização de aspectos importantes do contexto nacional e especialmente do paranaense que regiam o campo político; em seguida, tratou-se do surgimento do movimento republicano na segunda metade do século XIX e da sua vinculação com a imprensa, palco das redes de sociabilidade nas quais estavam inseridos os jornalistas políticos, cujas trajetórias foram elaboradas no capítulo 2, dedicado a analisar suas posições e tomadas de posição no campo político e no espaço cultural paranaense, resultando num estudo prosopográfico deste grupo. No terceiro, analisou-se os ideários republicanos apresentados por esses redatores, sempre buscando relacioná-los com as configurações nas quais estavam inseridos e com a posição que ocupavam no campo do poder local e nacional.

---

<sup>17</sup>"seja em 1842, 1853, 1894, 1930, 1932, 1945, 1961, 1964, 1982, 1994 e em 2000. Esse tem sido o destino da formação geopolítica paranaense, ser uma ponte de união, de consolidação e de situação na política brasileira em suas inflexões" (OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001. p.xxiii).

**CAPÍTULO 1**  
**DA CRISE DO IMPÉRIO À REPÚBLICA: IMPRENSA**  
**E MOVIMENTO REPUBLICANO NO FINAL DO XIX**

Como este trabalho trata de elites letradas num período em que elas freqüentemente se confundem com elites políticas, não havendo uma diferenciação precisa entre intelectuais e políticos no final do século XIX, optou-se por um recorte metodológico que selecionou os redatores de jornais que estiveram envolvidos nos debates sobre a questão republicana na imprensa paranaense. Para atingir estes objetivos, este capítulo contextualiza a crise do sistema imperial, o movimento republicano, a imprensa e os primeiros momentos do novo regime, tanto em termos nacionais quanto em seus traços e particularidades no Paraná, dividindo-se em cinco itens. O primeiro apresenta a lógica e a crise do campo político imperial, que ensejou o processo de emancipação da 5.<sup>a</sup> Comarca de São Paulo, reflexo da estratégia do regime para deter o ímpeto separatista gaúcho e penalizar os liberais paulistas. O segundo item destaca as particularidades da nova província, marginalizada politicamente com sua economia periférica e seu meio cultural incipiente, mostrando suas redes de poder e configurações partidárias, aspectos fundamentais para a compreensão dos ideários republicanos paranaenses. Na seqüência, o terceiro tópico apresenta um quadro geral dos letrados e da imprensa, parte do processo de modernização pelo qual o país passava, e que constituíram elementos essenciais para a compreensão do movimento republicano, quarto item do capítulo, seguido pelo último que aponta as principais alterações ocorridas no campo político nos primeiros anos do novo regime, com ênfase nas configurações paranaenses.

## 1.1 LÓGICA E CRISE DO SISTEMA IMPERIAL

O campo político imperial era caracterizado por um equilíbrio instável<sup>18</sup>, pois os conflitos entre os grupos situados no pólo dominante se davam dentro de normas aceitas por todos, o que garantiu por muito tempo tanto a relativa coesão dos grupos como a possibilidade de contestações. D. Pedro II manipulava as tensões existentes no campo político nacional, assegurando o equilíbrio instável do regime por meio de manobras administrativas que visavam dificultar a formação de grupos regionalmente mais fortes. Igualmente, a alternância dos gabinetes entre conservadores e liberais permitia que ambos ocupassem o poder periodicamente, satisfazendo assim as duas principais forças políticas vigentes durante a maior parte do regime. É preciso destacar também o papel do poder Moderador como ponto de equilíbrio entre as elites e de certos presidentes do Conselho de Ministros que souberam equilibrar o jogo político-parlamentar entre a Coroa, os partidos e a Câmara, a exemplo do Marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, líder do gabinete de conciliação (1853-1856) e mais tarde do visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos (1871-1875).

Um dos componentes centrais desse precário equilíbrio foi a relativa homogeneidade da elite política, que aumentava sua capacidade de ação, principalmente por sua formação e socialização comuns, que resultavam numa similaridade ideológica:

Tanto liberais como conservadores, nos períodos turbulentos de consolidação do poder, quando várias alternativas se colocavam como viáveis politicamente, concordavam em alguns pontos básicos referentes à manutenção da unidade do país, à condenação de governos militares de estilo caudilhesco ou absolutista, a defesa do sistema representativo, à manutenção da monarquia e, sem dúvida, também à necessidade de preservar a escravidão.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup>A idéia de equilíbrio instável no campo político aqui utilizada segue a linha de Norbert Elias, para quem os jogos de poder determinados pelo rei na sociedade da corte, entre seus súditos, ao mesmo tempo em que tornavam a estrutura instável pelo debate e aparentes divergências, permitiam um equilíbrio de poder controlado pelo monarca (Cf. ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987).

<sup>19</sup>CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/teatro das sombras**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p.124.

É nesse sentido que segue o apontamento de Sérgio Buarque de que para compreender os traços dominantes da política imperial seria necessário levar em conta a presença de uma constituição 'não escrita' que, com a complacência dos dois partidos, se sobrepôs à Carta de 1824<sup>20</sup>. A política nacional era centralizadora e no Estado residia a principal – senão a única – possibilidade de ascensão social, que poderia ser acionada através de um capital de relações sociais que gerava apadrinhamentos e troca de favores.

A organização política das administrações regionais era formada por um sistema rotativo. A circulação dos administradores por vários postos e regiões fornecia treinamento e aumentava o capital político dos presidentes das províncias, pois era pré-requisito para alcançarem altos cargos no campo do poder nacional. As deficiências administrativas dessa rotatividade eram compensadas pelo maior controle gerado para o poder central.

A partir da década de 1870, surgiram alguns novos elementos que aos poucos começaram a influenciar a balança do poder em prejuízo da Monarquia. O processo de modernização proporcionado pela ampliação das atividades econômicas permitiu um crescimento da prosperidade nas cidades. A lavoura cafeeira se expandia em São Paulo, o financiamento via capital econômico externo havia aumentado, principalmente inglês, viabilizando a expansão da infra-estrutura agropecuária de exportação com a expansão das ferrovias e melhoria dos portos, assim como a instalação de fábricas e a expansão do setor de serviços. A população crescia com a imigração e da mesma forma as cidades, dando espaço à emergência de um novo *habitus* urbano proporcionado pela ampliação dos setores médios e pelo crescimento da população letrada, que começou a ganhar espaço e influenciar o que se chamaria

---

<sup>20</sup>HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. 4.ed. São Paulo: Difel, 1985. Tomo II, v.5. p.21.

de 'opinião pública' da época<sup>21</sup>, que equivalia ao eleitorado. Todavia, esses grupos urbanos, não proprietários de terras nem de escravos, não tinham representação política.<sup>22</sup> Nesse contexto, algumas ambigüidades do sistema foram se tornando alvo de críticas destes e de outros setores descontentes, como dos jornalistas que passaram a discutir através da imprensa a legitimidade de "uma sociedade escravocrata governada por instituições liberais e representativas; uma sociedade agrária e analfabeta dirigida por uma elite cosmopolita voltada para o modelo europeu de civilização"<sup>23</sup>. As incoerências do regime monárquico começaram a subir à tona nas décadas que antecederam a República:

a contradição entre o princípio moderno da soberania popular e o da sanção divina; entre um sistema nominalmente representativo e a carência de verdadeira representação; entre um regime de natureza aristocrática e a inexistência de aristocracias tradicionais; entre um liberalismo formal e a falta de autêntica democracia; finalmente entre uma carta outorgada, de cunho acentuadamente monárquico, e uma constituição não escrita que pende para o parlamentarismo.<sup>24</sup>

Nesse contexto de crise, as elites políticas poderiam empenhar-se na manutenção das estruturas ou abrir o sistema para as reformas políticas e sociais. Como não houve consenso, as duas coisas foram feitas ao mesmo tempo: lentamente as reformas consideradas mais urgentes foram aprovadas, mas sem que a lógica do sistema monárquico fosse alterada.<sup>25</sup>

Tal estratégia não foi suficiente para sustentar o sistema, e, vinculada a este fracasso, a historiografia relaciona diversas causas para explicar a queda do regime monárquico: a modernização, o contexto político europeu, o avanço das

---

<sup>21</sup>CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III. p.17.

<sup>22</sup>ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.178.

<sup>23</sup>CARVALHO, J. M. de, **A construção...**, op. cit., p.383.

<sup>24</sup>HOLLANDA, op. cit., p.68-69.

<sup>25</sup>ALONSO, op. cit., p.79.

idéias liberais, entre outras. Entretanto, no que diz respeito aos eventos que desencadearam seu termo, três questões foram centrais: a servil, a religiosa e a militar. Esta última parece por vezes ter maior importância por terem sido os militares os principais conspiradores envolvidos no "ato" da proclamação da República e os condutores dos primeiros momentos do novo regime. Embora a abolição da escravidão tenha tido peso decisivo na desestruturação da lógica do sistema monárquico e na crise intra-elites que o sustentavam, e a questão religiosa tenha contribuído fundamentalmente para a deslegitimação da autoridade divina do rei<sup>26</sup>, no presente estudo a *questão militar* mostra-se mais relevante, pois seus agentes produziram um ideário republicano, que foi articulado com o jornalismo como forma de publicizar suas críticas e perspectivas de regime. Além disso, percebeu-se que a vinculação dos militares com os republicanos no Paraná teve peso importante nas configurações que conduziram o estado nos seus primeiros momentos republicanos.

Os militares estavam situados numa posição cada vez mais dominada no campo do poder durante o século XIX, e parte do sucesso de suas tomadas de posição podem ser atribuídas ao alto grau de coesão das forças armadas terrestres, proporcionado pela Guerra do Paraguai, que fortaleceu o sentimento corporativo do grupo, tornando o terreno propício para tomadas de posição no campo político. Esse sentimento de corporação resulta de um processo grupal de certa duração que compõe vínculos emocionais e faz com que a "opinião interna de qualquer membro com alto grau de coesão [tenha] uma profunda influência em seus membros, como força reguladora de seus sentimentos e conduta. (...) A opinião grupal têm, sob certos aspectos, a função e o caráter de consciência da própria pessoa".<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup>Apesar disso, o poder simbólico do Imperador era forte e dificultou, inclusive, de acordo com José Murilo de Carvalho, a introdução do imaginário republicano (Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990).

<sup>27</sup>ELIAS e SCOTSON, op. cit., p.40-41.

Sentiam-se ressentidos pela sua pequena participação no campo político, pela diminuição dos cargos ocupados por militares e pela conseqüente diminuição da atenção dada aos seus interesses. O crescimento das insatisfações chegou ao auge entre 1883 e 1887 no que ficou conhecido como a *questão militar*, que envolveu uma série de tomadas de posição contra o governo. Nesse contexto, passaram a ver na aliança com os republicanos históricos uma possibilidade de atingir seus objetivos corporativos. Esta nova configuração de forças foi estratégica para os dois grupos que, juntos, aumentaram suas possibilidades de alterar o equilíbrio de poder. Conforme o termo utilizado por Sérgio Buarque<sup>28</sup>, foi um *casamento de razão*, afinal os republicanos eram civilistas, embora alguns admitissem a co-participação do exército para chegar à forma republicana, como foi o caso de Quintino Bocaiúva<sup>29</sup>. Este e Júlio de Castilhos foram responsáveis pelo desenvolvimento da primeira ideologia intervencionista militar brasileira.<sup>30</sup>

Assim, embora suas reivindicações aparecessem muitas vezes com uma roupagem democrática, "no fundo, porém, todas são lutas para modificar o equilíbrio de poder (...) Seja qual for o caso, os grupos *outsiders* exercem pressões tácitas

---

<sup>28</sup>HOLLANDA, op. cit., p.308.

<sup>29</sup>"Republicano de primeira hora e redator do Manifesto Republicano (1870), Quintino Antônio Ferreira de Souza nasceu em 1836 no Rio de Janeiro. (...) Em 1850 mudou-se para São Paulo, passando a trabalhar como tipógrafo e revisor. Matriculou-se no ano seguinte no curso de humanidades, anexo à Academia de Direito de São Paulo, que nunca terminou por problemas financeiros e de saúde. Mas foi lá que iniciou o jornalismo (...) Baseado no evolucionismo positivista, o que ele realmente defendia era a passagem da Monarquia para a República sem convulsões sociais, advogando um regime federalista baseado em ideais liberais-democráticos (...) pelas mesmas razões buscava o apoio dos militares na institucionalização do novo regime, para que não fosse implantado pela 'gritaria popular' (...) Principal nome do Partido Republicano – do qual foi eleito presidente em 1889 –, tomou parte ativa na proclamação da República, desfilando ao lado do Marechal Deodoro e de Benjamin Constant no 15 de novembro. (...) Mas suas desilusões com o regime começariam cedo. Ao dar um golpe para manter-se no poder, Deodoro da Fonseca mandou prender vários dos antigos correligionários, inclusive Bocaiúva." (Cf. GRINBERG, Keila. In: VAINFAS, op. cit., p.613).

<sup>30</sup>Ver: CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III, v.2.

ou agem abertamente no sentido de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior".<sup>31</sup> Os militares não faziam parte da elite política, mas encontravam-se numa relação de interdependência com o poder, que não podia preteri-los por completo. Além disso, constituíam uma classe letrada dotada de condições de crítica política e social e, embora tivessem menos possibilidades de investimento escolar e intelectual, sua aliança com os jornalistas e escritores supriu tais lacunas e viabilizou a publicização de seus ideais.

Além disso, nesse contexto a cisão das elites já se mostrava irreversível e o golpe militar de 15 de novembro de 1889 já se encontrava em gestação: "os republicanos conspiravam na residência de Deodoro, no escritório de Aristides Lobo, na sala de redação de Quintino Bocaiúva e (...) nos quartéis por influência de Benjamim Constant".<sup>32</sup>

### 1.1.2 O Processo da Emancipação Conservadora do Paraná

O processo de criação da província do Paraná em 1853, até então 5.<sup>a</sup> comarca de São Paulo, foi o resultado da pressão política local e de um conjunto de interesses do Império, que precisava assegurar sua unidade territorial evitando que os paranaenses se aliassem a outros estados descontentes com a condução do regime. Além disso, este evento é importante para compreender as configurações do poder local e as teias de interdependência com o alto escalão da política nacional. A pressão pela emancipação da 5.<sup>a</sup> Comarca vinha dos dois Partidos locais: Conservador, em função dos interesses econômicos da nascente economia do mate, travada pelos obstáculos colocados pela Província de São Paulo para a comercialização do produto, e Liberal, maioria política que se identificava com os

---

<sup>31</sup>ELIAS e SCOTSON, op. cit., p.37.

<sup>32</sup>DORNAS FILHO, João. **Apontamentos para a história da república**. Curitiba: Guairá, 1941. p.47.

revoltosos gaúchos e com os liberais paulistas, e que negociou seu apoio ao governo central em troca da emancipação. Em São Paulo, quando os embates entre conservadores, defensores da centralização, e liberais, que empunhavam bandeira descentralizadora, estavam no auge, a Revolta Liberal de 1842 trouxe a primeira oportunidade efetiva de os paranaenses emanciparem-se. Este movimento de contestação, somado à Revolta Farroupilha no Rio Grande do Sul, potencializou as chances de os paranaenses obterem sua emancipação:

Quando eclodiu a Farroupilha houve crescente simpatia dos paranaenses liberais pelos revolucionários. Todavia, mantiveram-se calmos. Mas, quando da Revolução Liberal de Sorocaba em 1842, animaram-se as simpatias pelos movimentos revolucionários, comportamento motivado pelo tratamento insensível que as causas da Comarca recebiam por parte do distante governo paulista.<sup>33</sup>

Nesse contexto de alta instabilidade política, os liberais curitibanos teriam peso para fortalecer os dois movimentos. Era fundamental para o regime impedir tal união, que poderia resultar num desmembramento da unidade territorial do Império. Em 1843, João da Silva Machado<sup>34</sup> foi enviado pelo Barão de Monte Alegre, presidente da província de São Paulo, ao Paraná para buscar um acordo com os paranaenses, pois os fazendeiros liberais dos Campos Gerais estavam na iminência de aderir aos movimentos revoltosos.

---

<sup>33</sup>WESTPHALEN, Cecília Maria. In: **Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991. p.273.

<sup>34</sup>João da Silva Machado nasceu em 1872 no Rio Grande do Sul e faleceu em 1875 em São Paulo. Veio jovem trabalhar como feitor numa fazenda nos Campos Gerais, onde se fez tropeiro e comerciante de tropas, ligando-se às Comarcas de Paranaguá e de Curitiba e à nascente Província do Paraná. Empreendedor, logo recebeu encargos do governo, assim como a conservação da estrada do Viamão, por onde transitavam as tropas de mulas vindas do Continente de São Pedro para a feira de Sorocaba. Foi comandante superior da Guarda Nacional e representante da 5.<sup>a</sup> Comarca na Assembléia de São Paulo de 1835 a 1843. Encarregado de pacificar os liberais paranaenses, em troca da emancipação. Foi o primeiro senador pela Província do Paraná, recebendo as honras de cavaleiro da Ordem de Cristo, de oficial da Ordem do Cruzeiro, de comendador da Ordem da Rosa, Barão de Antonina por decreto em 1843 e Barão com grandeza em 1860 (WESTPHALEN, op. cit., p.274).

O acordo foi aceito em troca da emancipação, contrariando o *habitus* das elites agrárias locais, o que resultou numa tomada de posição em favor da unidade e hegemonia do poder central. Na seqüência, a revolução em São Paulo foi sufocada e a Farroupilha acabou em acordo, o que indicou o 'acerto' da escolha. Restava a execução da outra parte do acordo. O Barão de Monte Alegre encaminhou o pedido de separação ao Ministro do Império, mas quando chegou à Assembléia Geral sofreu entraves e acabou adiado temporariamente pela resistência da bancada paulista, que não queria perder território.<sup>35</sup> De fato,

Não foram poucos os parlamentares paulistas durante o Império que tudo fizeram para torpedear o projeto em tramitação no Parlamento que criava a província do Paraná e tinha o apoio da bancada da Bahia e Minas Gerais, já então empenhadas em enfraquecer São Paulo e quebrar-lhe a mania de superioridade.<sup>36</sup>

A obstrução dos liberais paulistas teve força para manter-se durante o gabinete liberal, mas este caiu em 1848, e o projeto voltou à pauta política no início da década de 1850, quando os conservadores, então no poder, aprovaram a emancipação da 5.<sup>a</sup> Comarca, inclusive como forma de enfraquecer politicamente seus adversários:

Para o sucesso da emancipação colaboraram as seguintes forças políticas: o apoio do Imperador, o apoio da cúpula do Partido Conservador, o apoio de mineiros, baianos e fluminenses, e a classe dominante regional, sempre se posicionando em bloco, a favor da emancipação, com todas as suas frações.<sup>37</sup>

Zacarias de Góes e Vasconcelos foi designado 1.<sup>o</sup> Presidente da Província do Paraná. Assim que assumiu, tomou medidas para enfraquecer os liberais paranaenses, nomeando para a primeira Assembléia Provincial 20 deputados – 12 conservadores e 8 liberais –, um senador e um deputado para a Assembléia Geral, também

---

<sup>35</sup>BELOTO, Divonzir Lopes. **A criação da província do Paraná**: a emancipação conservadora. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em Economia) - PUCSP.

<sup>36</sup>COSTA, Samuel Guimarães. In: CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. **História biográfica da República no Paraná**. Curitiba: Banestado, 1994. p.16.

<sup>37</sup>OLIVEIRA, op. cit., p.147

conservadores.<sup>38</sup> A emancipação visou diminuir o peso dos liberais paranaenses favorecendo o crescimento político dos conservadores locais no recém-criado campo político paranaense, agora teoricamente independente de São Paulo.

## 1.2 O PARANÁ PROVINCIAL

Durante o século XVIII e parte do XIX, o Paraná era uma região com baixíssima densidade populacional, tido pela historiografia tradicional como um local de passagem entre o extremo-sul e a feira de Sorocaba. A região mais povoada era o litoral, com a incipiente indústria do mate e com pouca influência no campo político nacional, devido, inclusive, à tardia emancipação de São Paulo. Última província criada durante o Império em 1853, teve nos seus 36 anos de período provincial 27 presidentes e 25 vice-presidentes<sup>39</sup>, o que, para David Carneiro, reflete as dificuldades de dirigir-se uma região pobre e com receitas exíguas: "Nenhum administrador ficava por aqui em regra, muito mais de um ano. A cidade de Curitiba, capital da Província não tinha atrativos e o posto era considerado 'de sacrifício'..."<sup>40</sup>. Embora a rotatividade fosse uma característica do sistema imperial e diversas províncias tenham contato com grande número de presidentes, tal dado foi utilizado por historiadores locais para reforçar o caráter periférico do Paraná.

Apesar da marginalização política e econômica, a população da província cresceu de 60 para 200 mil habitantes, e obras importantes para a modernização do estado foram realizadas, tais como: a estrada da Graciosa, a estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, o caminho a Mato Grosso e a comunicação telegráfica de Curitiba com as outras capitais, entre outras.

---

<sup>38</sup>BELOTO, op. cit.

<sup>39</sup>MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 3.ed. Curitiba: Guaíra, [s.d.]. p.334.

<sup>40</sup>CARNEIRO, David. **A história da história do Paraná**. Impresso na Secção de Artes Gráficas da Escola Técnica de Curitiba, 1952. p.176-177.

Outro aspecto importante para o desenvolvimento da província foi a política imigrantista, que trouxe ao Paraná milhares de imigrantes europeus. Alguns, como os alemães, estavam imbuídos de referenciais modernos e burgueses e contribuíram para o processo de modernização da província. No entanto, politicamente o círculo de sociabilidade era bastante fechado, restrito àqueles oriundos de uma elite luso-brasileira, a quem Ruy Wachowicz chamou de *paranistas*<sup>41</sup> em oposição aos *ádvenas*, imigrantes que tinham sua participação política obstruída por aqueles. Verifica-se também, a partir da metade do XIX, a vinda de membros das elites do nordeste brasileiro para o sul, muitas vezes já com posições garantidas no campo político local, em função da rotatividade da elite política nacional, além de uma grande migração interna rumo à capital da província, motivada pela expansão da erva-mate.

O desenvolvimento da indústria da erva-mate e o crescimento da população no século XIX proporcionaram a modernização da província e principalmente da capital, com reverberações no campo da técnica e das artes em geral. O aburguesamento das elites com a incorporação de um *habitus* cosmopolita fazia da importação de artigos de luxo e de idéias de civilidade das culturas francesa e inglesa uma forma de viver e de diferenciar-se socialmente. Mas, independente disso,

apesar do Estado do Paraná desenvolver uma economia auto-sustentada, em termos nacionais era, na virada do século XIX, uma economia secundária em relação à hegemonia dos cafeicultores paulistas. Nesse quadro, suas frações autônomas de classe locais não possuíam poder de decisão na política nacional, o que causava ressentimento entre os paranaenses.<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup>WACHOWICZ, Ruy C. Os ádvenas e os paranistas na obra de Romário Martins. **Boletim do Dehis**, UFPR, s/d.

<sup>42</sup>SEGA, Rafael Augustus. **Tempos belicosos**: a revolução federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005. p.155.

### 1.2.1 Elites e Poder: Ervateiros *versus* Elites Agrárias

O Paraná do século XIX contava com duas elites econômicas que detinham o poder político do estado, formando uma configuração composta pelas elites rurais dos Campos Gerais e a burguesia ervateira de Curitiba e do litoral. Esta tomava cada vez mais o espaço daquela, principalmente após a Guerra do Paraguai, quando a produção da erva-mate se expandiu para atender ao mercado platino, aumentando seu capital econômico e político, que viabilizou uma série de investimentos que alteraram a cidade e as redes de sociabilidade local. No entanto, mesmo após a emancipação e com a consolidação de uma burguesia exportadora local, as elites continuavam marginalizadas em nível nacional:

A luta contra as dificuldades geográficas, o isolamento e a pobreza oferecem uma trajetória singular para a economia do Paraná. Diferente de outras regiões do país, uma vez que o mercado interno e os mercados platinos são centrais para o tropeirismo e para a economia ervateira do Paraná.<sup>43</sup>

As primeiras elites paranaenses foram agrárias, e se constituíram durante o século XVIII com o comércio de gado via Campos Gerais para as feiras de Sorocaba, dando origem a uma sociedade pastoril fundada em grandes fazendas, na criação de animais e na escravidão. Seu capital econômico provinha da criação de gado e do tropeirismo, que entrou em decadência em meados do século XIX. Esta atividade dava à região um aspecto de local de passagem, e um permanente contato com gaúchos e paulistas, que influenciaram os paranaenses com a aliança política de alguns com os paulistas e a identificação de outros com os maragatos durante a Revolução Federalista.<sup>44</sup>

O tropeirismo propiciou o surgimento de uma classe de proprietários, que formavam a elite política e econômica da 5.<sup>a</sup> Comarca de São Paulo e nascente Província do Paraná, pois constituía o "*negocio mais rendoso da época, de compra e*

---

<sup>43</sup>OLIVEIRA, op. cit., p.64.

<sup>44</sup>SEGA, op. cit., p.145.

*venda de tropas muares que, adquiridas no extremo Sul, vinham ser engordadas nos campos da zona paranaense, para, vendidas nas feiras de Sorocaba, irem por fim abastecer os mercados de S. Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Minas*".<sup>45</sup> Entre os principais representantes dessa elite *tradicional* encontravam-se o Barão de Antonina, o Barão de Tibagi<sup>46</sup>, seu filho Conselheiro Jesuíno Marcondes<sup>47</sup> e o Barão dos Campos Gerais<sup>48</sup>, todos com seus devidos títulos de nobreza concedidos pela coroa a fim de cooptar os grandes proprietários.

---

<sup>45</sup>NEGRÃO, Francisco. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1926. v.1. p.361.

<sup>46</sup>José Caetano de Oliveira nasceu em Sorocaba em 1794 e faleceu em Palmeira em 1863. Casou-se com Querubina Rosa Marcondes de Sá, filha dos fundadores da nova povoação da Palmeira. José Caetano muito cedo engajou-se com o comércio de tropas muares, conduzindo-as do Rio Grande do Sul às feiras de Sorocaba, de onde adquiriu patrimônio. Teve propriedades pastoris em Palmeira, Castro e Rio Grande do Sul. Liberal, auxiliou a fuga de alguns chefes do partido quando da Revolução Liberal de Sorocaba. Recebeu as comendas da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo, bem como o título de Barão do Tibagi, por decreto de 4 de agosto de 1858 (Cf. WESTPHALEN, op. cit., p.324-325).

<sup>47</sup>Nasceu em 1827 na freguesia de Palmeira e faleceu em Genebra em 1903. Filho do Barão e da Viscondessa do Tibagi, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Olinda em 1849. Foi deputado na Assembléia Provincial nos biênios 1854-55, 1856-57 e 1860-61, deputado geral por diversas legislaturas e 2.º vice-presidente da Câmara dos Deputados. Foi diversas vezes vice-presidente da província, assumindo a presidência algumas vezes, inclusive em 1889 quando a República foi proclamada. Foi o chefe do Partido Liberal no Paraná entre 1853 e 1889 (Cf. WESTPHALEN, op. cit., p.422-423).

<sup>48</sup>David dos Santos Pacheco nasceu em 1810 e morreu em 1893 na Lapa. Casou-se com sua prima Ana Francisca de Carvalho. Ambos descendiam diretamente dos primeiros moradores da Freguesia de Santo Antônio da Lapa. David Pacheco foi um dos maiores vultos da história social, econômica e política dos Campos Gerais do século XIX. Muito jovem foi iniciado nas lides do comércio de tropas muares pelo seu padrinho João da Silva Machado, futuro Barão de Antonina, com o qual manteve sociedade de 1834 a 1846. A partir de então, associou-se com irmãos, cunhados, sobrinhos e primos (suas duas filhas casaram-se com o Conselheiro Manuel Alves de Araújo e com o Comendador Joaquim Alves de Araújo), tornando-se um dos maiores comerciantes de tropas do Paraná. Teve fazenda em Passo Fundo, de onde encaminhava os animais para as invernadas da Lapa e às feiras de Sorocaba, onde os revendia. Dada sua posição como tropeiro e comerciante de gado, próspero homem de negócios, de prestígio social e político na sua comunidade, ocupou altas posições na vida da 5.ª Comarca, depois Província do Paraná. Foi deputado provincial, Comandante Superior da Guarda Nacional e 1.º vice-presidente da Província do Paraná e um dos líderes do Partido Liberal do Paraná, aliado a Jesuíno Marcondes. Em 1880 recebeu em sua casa na Lapa o Imperador D. Pedro II e Dona Tereza Cristina, quando alforriou todos os escravos de suas três fazendas no Paraná e na de Passo Fundo. Nesse ano recebeu o título de Barão dos Campos Gerais (Cf. WESTPHALEN, op. cit., p.328-329).

A partir da década de 1870, estas elites entraram num processo de decadência econômica<sup>49</sup> devido ao advento das ferrovias, que tornavam as mulas desnecessárias: "A diminuição do tropeirismo é diretamente proporcional ao crescimento ferroviário nas décadas de 1870 e 1880".<sup>50</sup> Com isso, desestruturou-se a base econômica de sustentação dos Campos Gerais, e seus representantes tiveram que buscar alternativas de sobrevivência, que se concentraram principalmente no Estado e no exercício do poder político, contribuindo para o crescimento dos centros urbanos, dado o êxodo provocado pela crise do comércio de mulas. Outra opção foi a atividade madeireira, que refletia uma posição subordinada aos ervateiros (que também se envolveram nesta atividade), afinal produziam as barricas que serviam para armazenar e exportar o mate. A perda do capital econômico refletia-se cada vez mais no campo político e mesmo no meio cultural, pois tinham cada vez menos possibilidade de investir em jornais, comprometendo de forma crescente a sua posição dominante no campo do poder provincial.

Neste ínterim, a produção de mate no Paraná, que se iniciou em torno dos anos 1820 no litoral e na década seguinte em Curitiba, já na década de 1850 correspondia a 85% das exportações da província.<sup>51</sup> A produção e a comercialização da erva-mate rendiam bons frutos até chegar ao seu apogeu<sup>52</sup>, que viabilizou uma série de investimentos na modernização da capital. Enquanto na cena nacional o

---

<sup>49</sup>A trajetória de Jesuíno Marcondes simboliza bem o enfraquecimento das elites agrárias, de quem era comandante político por via da chefia do Partido Liberal. Em seu inventário, processado em 1904, o Conselheiro, que era de uma família de fazendeiros e de tropeiros dos áureos tempos dessa atividade, descreve seus bens inventariados. Chama desde logo a atenção a insignificância dos imóveis rurais, e sua renda provinha de investimentos em títulos da dívida pública (MACHADO, Brasil. Apud SÊGA, op. cit., p.212).

<sup>50</sup>OLIVEIRA, op. cit., p.100.

<sup>51</sup>BELOTO, op. cit.

<sup>52</sup>Para se ter idéia da proporção a que chegou a produção, segundo o relatório de João Jose Pedrosa, presidente da província em 1881, o Paraná fornecia aproximadamente 3/5 do mate consumido na América do Sul. (Cf. OLIVEIRA, op. cit., p.93).

principal produto era o café, os paranaenses exploravam o mate, nicho econômico alternativo, que lhes proporcionou uma atividade comercial intensa principalmente com o mercado platino, impulsionado pela Guerra do Paraguai, que os livrou de seu principal concorrente. Este campo econômico estava centrado em uma indústria ao mesmo tempo mecanizada, de mão-de-obra livre e extrativista, e encontrava-se em expansão, embora fosse periférica em termos nacionais.

Os engenhos proliferaram pela cidade, e o crescimento dos investimentos permitiu um salto tecnológico na produção, elevada a uma fase industrial e ao quase completo desaparecimento do trabalho escravo, peculiar em relação ao restante do país. Três motivos contribuíram para este fator: a sazonalidade da erva-mate, que era colhida anualmente; o direcionamento da maior parte da mão-de-obra escrava para a crescente indústria do café em São Paulo e, não menos importante, o controle burguês do processo produtivo.<sup>53</sup> O campo econômico comandado por tal burguesia seria determinante na modernização da cidade e numa série de investimentos que dariam origem a um campo de produção cultural no Paraná. Além disso, a produção da erva-mate criou uma série de outras atividades derivadas, como o setor madeireiro, de transportes, a modernização dos portos, entre outros. Aqueceu a economia, até então travada pela crise das elites tropeiras, constituindo uma nova elite local, "influentes atores no poder político do Paraná Imperial".<sup>54</sup> Dois dos representantes mais típicos dessa burguesia foram o Visconde de Nácar<sup>55</sup> e o Barão do Serro Azul<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup>Cf. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso:** ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889. Curitiba: Editora da UFPR, 1996. p.52-62-64; 52-60.

<sup>54</sup>OLIVEIRA, op. cit., p.55.

<sup>55</sup>Manoel Antonio Guimarães nasceu em Paranaguá em 1813 e lá morreu em 1893. Seus filhos e filhas tiveram todos casamentos dentro das elites locais. Manoel foi um dos maiores comerciantes exportadores de erva-mate paranaense, bem como proprietário da maior casa importadora de Paranaguá e de fazendas e sítios no litoral, além de inúmeros imóveis na sua terra natal. Foi chefe do Partido Conservador entre os anos de 1850 e 1889, rodeado por filhos, sogro,

## 1.2.2 As Configurações dos Partidos Locais no Final do Império

Apresentadas as duas principais elites existentes no período provincial paranaense, cabe agora situá-las no quadro político partidário imperial. Como usual, os dois partidos que compunham o campo político eram formados por membros das elites locais, organizados em torno de núcleos familiares detentores de alto capital econômico e político. Tais organizações buscavam atingir interesses de determinados setores das elites, tendo seus embates travados dentro das regras que excluía o povo da participação política, como em todo o país:

Esta prática, comum à época, no Paraná, indica que tais agremiações – Conservadores ou Liberais – sinalizavam mais para lutas locais, que evidenciavam grupos de interesses divergentes, que visões de mundo bem definidas. Em outras palavras, trata-se mais de disputa entre famílias importantes, pela posse de capital político e simbólico, que clivagens de fundo ideológico.<sup>57</sup>

---

genros, tios, sobrinhos, primos e afilhados. Em 1851 foi deputado provincial em São Paulo, e depois da emancipação no Paraná, diversas vezes. Foi vice-presidente da província em 1873 e 1877 e deputado geral em 1886 e 1889. Recebeu o hábito da Ordem de Cristo, Comendador da Ordem da Rosa, cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro e em 1876, o título de Barão de Nácar e de Visconde em 1880. Hospedou em seu palacete de Paranaguá o Imperador D. Pedro II e Dona Tereza Cristina, bem como a Princesa Isabel e o Conde D'Eu (Cf. WESTPHALEN, op. cit., p.205-206).

<sup>56</sup>Ildelfonso Pereira Correia nasceu em Paranaguá em 1849, filho do Comendador Manoel Francisco Correia. É descendente de ilustres e antigos troncos paranaguenses e de família de tradicionais políticos conservadores, sendo irmão de Conselheiro Dr. Manoel Francisco Correia, senador e ministro no Império. Estudou Humanidades em Buenos Aires durante cinco anos. Voltou ao Brasil em 1868 e dez anos depois mudou-se para Curitiba. Possuía vários interesses econômicos, sendo que o seu engenho de mate "Tibagy" foi o primeiro a usar maquinaria em larga escala. Participou da fundação do Banco Mercantil e Industrial do Paraná em 1889, criou a Imprensa Paranaense e teve papel ativo na indústria madeireira. Como empresário, defendia a necessidade de reformas estruturais, especialmente a diversificação da produção agrícola e o incentivo às indústrias. Politicamente, foi líder do Partido Conservador, que agregava grande parte dos produtores de mate. Foi deputado, Presidente da Câmara Municipal e Presidente da Província. Desenvolveu atividades na área cultural, fundando a Escola Tiradentes. Era apreciador das artes plásticas, da literatura clássica e das ciências, possuindo vasta biblioteca, cujas estantes de economia e política eram as mais apreciadas (Cf. POMBO, Rocha. **Para a história**. Curitiba: Fundação Cultural, 1980. p.19-31).

<sup>57</sup>BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e Invenção do Paraná**: geração simbolista e construção da identidade regional. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo. p.98.

Os ervateiros conservadores lutavam pela hegemonia política da província contra os fazendeiros de gado, liberais. Revezavam-se no comando do Executivo, ao sabor das trocas de gabinete ocorridas na corte, não havendo diferenças ideológicas importantes entre os partidos, mas reivindicações específicas resultantes de seus interesses corporativos. Apesar das ações empreendidas após a emancipação para enfraquecer os liberais, estes foram dominantes na maior parte do tempo na Assembléia Provincial, enquanto os conservadores possuíam a hegemonia econômica e, durante períodos maiores, o Poder Executivo.

O Partido Liberal, como representante das elites agrárias, tinha sua produção mais voltada para o mercado interno. Porém, com a crise de sua posição no campo econômico, cada vez mais dominado pelos ervateiros, unido à configuração do jogo político nacional com a hegemonia saquarema, a posição dos grandes proprietários ligados ao tropeirismo e à pecuária foi ficando cada vez mais dominada, embora desafiasse com frequência a hegemonia dos conservadores, obstruindo a aprovação de suas demandas na Assembléia. O principal órgão do partido foi o *Dezenove de Dezembro*, primeira folha impressa no Paraná. Após a proclamação da República aceitaram os fatos e aderiram ao governo provisório.<sup>58</sup>

O Partido Conservador era comandado por dois dos mais poderosos exportadores de erva-mate da província: o Visconde de Nácar, representante das oligarquias do litoral paranaense e Ildefonso Correia, futuro Barão do Serro Azul, também oriundo de família ilustre do litoral, cujo irmão era senador e membro da elite política imperial em seu primeiro escalão. Ocupavam a posição dominante no campo econômico regional, mas sofriam sérios entraves na Assembléia, dominada pelos liberais.

Detentores de alto capital econômico, queriam constituir seu poder para além de interesses imediatos, e investiram na criação de um campo de produção cultural, que lhes garantiria a dominação em outras esferas da vida social. Financiaram

---

<sup>58</sup>NEGRÃO, *Genealogia...*, v.1, op. cit., p.381.

diversos jornais que defendiam seus interesses, incluindo propostas abolicionistas, a alteração da legislação que incidia sobre a produção e o comércio do mate (que foi elaborada pelos bacharéis dos Campos Gerais) para diminuição de impostos e uma política de imigração a fim de contribuir para a formação de trabalhadores livres. Ildefonso Correia, com seu *habitus* empresarial, enxergava a utilização de mão-de-obra escrava como um entrave à melhoria da qualidade do seu produto. Na luta pelo poder, aproximaram-se dos imigrantes, principalmente dos alemães, que tinham uma quantidade significativa de votantes. Os conservadores queriam a qualquer custo conquistar a Assembléia Provincial, principalmente quando tinham a presidência da província, e para tanto se valeram dos mais diversos métodos, nem sempre legítimos, o que aliás serve também para os liberais, afinal fraudes e trapaças eleitorais eram uma constante.

Embora tenham se alinhado rapidamente aos republicanos logo após a proclamação, sua posição até então era de crítica ao movimento, como fica evidente no artigo em que o redator deprecia as conferências que realizavam:

*Quem quer que tenha lido poucos trechos mesmo desses discursos, que é á similhaça de arias de realejo, reproduzem-se perante os auditórios, observou-se sem duvida que na falta absoluta de critica sensata e argumentação séria, elles assignalam-se pelo ridículo o doesto e a calumnia mais desbragada, contra os que não pertencem a seita e os representantes das instituições que combatem, accentuados por numerosos applausos, bravos, muito bem, sensação, entusiasmo e delírio! Tão abundantes e ruidosas demonstrações a trivialíssimas banalidades, se fossem verídicas, indicariam que das conferencias mais estafados que o arrenqueiro saem os ouvintes.<sup>59</sup>*

### 1.3 LETRADOS, IMPRENSA E MODERNIZAÇÃO

É certo que a imprensa era um foro privilegiado para as discussões e embates partidários, e que o jornalismo foi um dos veículos fundamentais da formação dos intelectuais e instrumento de publicização da política, motivo pelo qual constitui o lócus

---

<sup>59</sup>**Gazeta Paranaense**, 17 jan. 1889, anno XIII, n.14, p.1-2. Proprietario e redator: Benedito Carrão.

privilegiado desta dissertação. Esse aspecto remete ao processo de urbanização iniciado durante o século XIX no Brasil que proporcionou o surgimento de setores médios, que correspondem, com muita freqüência, à origem social dos intelectuais do período<sup>60</sup>, embora fossem encontrados em toda a estratificação social. Eram oriundos tanto de grupos em declínio quanto daqueles em ascensão, o que os colocava numa posição ambígua, pois estavam ao mesmo tempo submetidos à influência dos "laços de dependência com as oligarquias e à ilusória autonomia que a participação nos serviços comerciais ou na burocracia do Estado pode dar a seus membros".<sup>61</sup> Grande parte era autodidata, pois muitos não possuíam formação universitária, com exceção dos bacharéis, médicos e engenheiros. O mercado de trabalho para os homens de letras era composto pelo ensino, pela política e pelo jornalismo.<sup>62</sup>

Por volta dos anos 1880, cresceu o número de jornais diários e do círculo de leitores devido à politização trazida pelo movimento abolicionista e republicano<sup>63</sup> e aos investimentos na educação, embora estes ainda fossem pequenos. Em verdade, o próprio contexto de modernização e ampliação dos setores médios favoreceu tal crescimento. Com isso, a 'opinião pública' ampliou suas bases e se estendeu aos setores médios que, ávidos para serem incluídos no sistema, envolveram-se na propaganda pelo regime que prometia alterar as desigualdades da Monarquia. A adoção do ideário republicano por muitos era uma estratégia para melhorar suas posições, acreditando que o novo modelo político aumentaria o espaço e suas chances de

---

<sup>60</sup>É ponto comum nesse período posicionar a categoria intelectuais entre os profissionais 'liberais' – advogados, médicos, engenheiros, professores, jornalistas – pertencentes aos setores médios. É preciso também mostrar os limites de tal processo, na medida em que predominavam ainda no país as estruturas agrárias.

<sup>61</sup>PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1985. Tomo III, v.2. p.22.

<sup>62</sup>VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.137.

<sup>63</sup>VENTURA, op. cit., p.133.

inserção nesses setores. Ainda, vale destacar que o jornalismo se transformou em uma das oportunidades de ascensão social na medida em que possibilitou a entrada na política de figuras excluídas do sistema político formal, mas que viram no debate e nas instâncias informais a possibilidade de participar dos jogos de poder.

Na ânsia de transformar as estruturas de poder e alterar o equilíbrio da balança, muitos buscaram nas idéias estrangeiras, principalmente no fluxo cultural europeu, que aumentava o capital cultural do sujeito, novas possibilidades "de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele prometia".<sup>64</sup> Todavia, ao mesmo tempo em que as novas técnicas de impressão e edição barateavam e ampliavam o alcance do jornal, aumentando seu consumo entre as camadas urbanas, o analfabetismo era uma grande desvantagem política para a atuação desses letrados. Mas, mesmo assim, "o jornalismo possibilita ao escritor não morrer de fome"<sup>65</sup>, e os felizardos conseguiam uma posição na burocracia ou um cargo político.

A maioria foi influenciada pela grande movimentação de idéias importadas da Europa, como o liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo. Este processo tomou força a partir de meados do século XIX, pois até então a estrutura de poder e a forma como a política era conduzida pelo Segundo Reinado era algo visto como 'natural'; não havia doutrinas formuladas e tampouco um texto fundador das práticas, pois "os valores estavam encarnados nas próprias praticas políticas".<sup>66</sup> Quando a crise do Império se anuncia nos anos 1870 e suas instituições começam a ser ameaçadas, algumas formulações são elaboradas, fundamentadas em teóricos europeus, que também serviam de inspiração para a prática política:

---

<sup>64</sup>SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.78.

<sup>65</sup>BROCA, Brito. **Naturalistas, parnasianos e decadistas: vida literária do realismo ao pré-modernismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991. p.319.

<sup>66</sup>ALONSO, op. cit., p.52.

Em muitos casos, na ausência de experiência nacional, recorria-se à prática e às legislações estrangeiras. (...) cada um em geral procurava usá-las para reforçar seu próprio argumento –, pelo menos serviam para esclarecer alternativas e ampliar o horizonte da discussão.<sup>67</sup>

França e Inglaterra serviam como parâmetros de civilização para as elites que se aburguesavam e se aproximavam cada vez mais de um cosmopolitismo no modo de pensar alimentado pelas idéias européias. O que se percebe é que essas apropriações enriqueciam o capital cultural e, por vezes, político, aumentando as chances de participação no jogo das elites.

Todavia, num primeiro momento pré-República, os intelectuais oriundos das camadas médias tanto se opunham ao campo político dominante quanto estavam interessados em aliar-se a ele, como evidenciado no diagnóstico de Pinheiro, que mostra de que maneira as trajetórias dos setores médios buscavam ampliar seu peso na balança do poder:

Levando em conta a estrutura interna das classes médias (heterogeneidade) e sua dependência ao nível ideológico (ambigüidade) dificilmente elas poderiam ter assumido a defesa de um projeto que se situasse fora do quadro dessa dependência ou de desenvolver ao nível político uma prática autônoma fora dos quadros da 'representação'. O significado das manifestações das classes médias (...) só teve conseqüências quando foram contemporâneos de crises no interior da dominação oligárquica tradicional. As classes médias jamais atuaram, nem tinham condições para tanto, no sentido de uma transformação radical (o seu discurso por vezes ilusoriamente poderia fazer crer) mas no sentido de contribuir para uma redefinição das alianças políticas dominantes (ou provocá-las), o que eventualmente teve como conseqüência a ampliação dos limites de sua presença política na sociedade.<sup>68</sup>

A expectativa inicial de maior participação despertada pela República foi sendo sistematicamente frustrada e, segundo José Murilo de Carvalho, muitos

---

<sup>67</sup>CARVALHO, J. M. de, **A construção...**, op. cit., p.343. O autor aqui rebate a tese defendida por Roberto Schwarz de que as idéias européias seriam no Brasil *idéias fora do lugar*, pela incompatibilidade entre elas e as estruturas sociais e econômicas do Brasil. Para Schwarz, o liberalismo, por exemplo, seria incompatível com o clientelismo e com a escravidão. Para Carvalho, entretanto, tais idéias serviram de base para a construção de modelos próprios, com suas especificidades, a partir da assimilação e adaptação das mesmas. Segue-se aqui esta tese, compartilhada por Alonso e Ventura (op. cit.).

<sup>68</sup>PINHEIRO, Classes..., op. cit., p.35.

intelectuais desistiram da política e se concentraram na literatura, aceitando postos decorativos na burocracia.<sup>69</sup> No caso específico da imprensa, a situação também não melhorou com o advento do novo regime, ao contrário:

Nos últimos vinte anos do Império, nenhuma (imprensa) seria mais livre no mundo. Com a República esta liberdade diminuiu sensivelmente, tornando-se vulgar, em todo o país, a destruição, o incêndio, o empastellamento de typographies, os ataques pessoais, ferimentos, mortes ou tentativas de morte de jornalistas.<sup>70</sup>

Com poucas possibilidades de atuação no campo do poder, muitos se sentiam frustrados e inúteis, e decidiram agir num campo em que havia espaço e precisava de suas atuações: a educação, que se mostrou um terreno fértil e se tornou local de investimento de muitos intelectuais da virada do século XIX para o XX.

### 1.3.1 Modernização e Vida Cultural em Curitiba

A análise da modernização da capital é importante para a compreensão do meio cultural, fundamental para apreender suas bases e relações com o campo político e desta forma aproximar-se do objetivo de apreender os ideários políticos dos redatores locais.

O final de século XIX foi um período de muitas inovações no Paraná, a maioria financiadas pela burguesia ervateira, que manifestava desejos de modernização, ideais de civilidade e sonhos do progresso, reflexo da importação das idéias européias. Berberi<sup>71</sup>, ao estudar as crônicas dos periódicos na virada do século XIX para o XX, observou o desejo modernizante da nova elite, para a qual a difusão da ciência teve

---

<sup>69</sup>CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.37.

<sup>70</sup>VERÍSSIMO, José. Apud HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.

<sup>71</sup>BERBERI, Elizabete. **Impressões**: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

influência decisiva, particularmente da doutrina positivista e sua visão de progresso.

Esta era constantemente aplicada à política:

*Só a ciencia tem autoridade para governar o mundo inteiro; só ella tem o privilegio de penetrar por toda parte, por todas as camadas sociaes no espirito e no coração: só ella pode instalar-se, suave e bem fazeja, no foro intimo de cada cidadão, nesse domínio reservado da consciência individual, onde não podem ter acesso os agentes da força pública, nem meio coercitivo.*<sup>72</sup>

Esses conceitos refletiam-se no desenvolvimento material da cidade, cada vez mais urbanizada, com alterações arquitetônicas, difusão da luz elétrica, bondes, calçadas, telégrafo. Obras como a Estrada da Graciosa, concluída em 1873, e a ferrovia, entregue em 1885, trouxeram para a capital vários engenheiros. A população de Curitiba cresceu como nunca, com a vinda de imigrantes europeus, que incluíam artistas, intelectuais e profissionais liberais, o que "facilitou a construção de um perfil cosmopolita para o local",<sup>73</sup> influenciando a sociabilidade e toda a configuração local, com contribuições materiais e culturais para a modernização da província. Esse mesmo contexto influenciou a vinda de escritores nascidos no litoral, que viam na capital a possibilidade de realização de seus desejos de cultura. Estava, pois, se iniciando o processo de modernização do Paraná, marcado pelos primeiros requisitos para o surgimento de um campo de produção cultural na cidade:

Basta observar o efeito da luz elétrica, do bonde elétrico, cinemas, teatros e de um ou outro automóvel. Tudo indica que a cidade esta se modificando. E mais, as noticias de outros centros, como Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades européias, avisam as mudanças que estão por vir. E como são aguardadas! Afinal, a palavra de ordem é 'progresso', e tudo o que significa progresso é desejado, buscado, na ciência, na moda, nas artes, em todos os planos da vida.<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup>**A Republica**, 6 dez. 1889, n.56. Redator: Chichorro Junior, p.1.

<sup>73</sup>PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **O espetáculo dos maquinismos modernos**: Curitiba na virada do século XIX para o XX. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História Social) - USP. p.10.

<sup>74</sup>BERBERI, op. cit., p.60.

Na percepção de Rocha Pombo, o contexto que permitiu o surgimento de uma primeira geração de escritores paranaenses deve ser remetido à ampliação da educação que se iniciou após a emancipação da província, com o aumento do número de escolas públicas e privadas e com a criação de instituições de ensino secundário como o Instituto Paranaense, em 1876.<sup>75</sup> Assim, além da ampliação da alfabetização (embora atingisse um contingente ínfimo da população), cresceu o número de empregos para professores, profissão presente na trajetória de muitos letrados do período, afinal, as possibilidades de sobreviver exclusivamente da escrita eram bastante reduzidas.

Já os filhos das elites, sempre que possível, eram enviados para estudar no Rio de Janeiro, São Paulo ou mesmo na Europa. É por isso que, "Já na década de 1880 começa a repercutir em todos os aspectos da vida de Curitiba os efeitos da nova mentalidade da geração que teve maior acesso ao saber, atuando na vida pública ou liderando atividades voltadas para a comunidade."<sup>76</sup> Dentro desse contexto de ampliação da população letrada, surgem agremiações e clubes com a intenção de cultivar as letras:

Um fenómeno bem característico que, de 1875 em diante, revelou entre os paranaenses uma grande tendência para alargamento dos horizontes intellectuaes da população, foi sem duvida o afan extraordinário com que em todas as localidades da antiga provincia se foram organizando clubs e sociedades litterarias, cada qual com a sua biblioteca.<sup>77</sup>

O *boom* ervateiro responsável pela modernização da cidade reflete-se também no surgimento de instituições importantes que funcionaram como suportes culturais da sociabilidade das elites, a exemplo da Biblioteca Pública, instalada em

---

<sup>75</sup>POMBO, Rocha. **O Paraná no centenario**. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1900. p.277.

<sup>76</sup>PROSSER, Elisabeth Seraphim. **Páginas escolhidas**: 150 anos da criação política do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004. p.52.

<sup>77</sup>POMBO, R., **O Paraná...**, op. cit., p.283.

1859<sup>78</sup>, do Teatro São Theodoro, em 1874, do Museu Paranaense, em 1876, todos em Curitiba, além de clubes literários e sociedades artísticas, que indicam seus anseios de refinamento cultural. Importante foi também o Clube Curitibano, fundado em 1882, "tendo como partícipes apenas pessoas de sobrenome de origem luso-brasileira",<sup>79</sup> um dos principais espaços sociais para a realização de festas, bailes e reuniões cívicas para as elites. Ainda no rol dos clubes, vários letrados reuniam-se no *Club dos Girondinos*, onde em dezembro de 1889 se encontravam Rocha Pombo, Menezes Dória, Emilliano Pernetta, Eusébio da Motta, Leôncio Correia, Nestor de Castro, Sebastião Paraná, Dario Veloso, Jaime Ballão entre outros<sup>80</sup>, para não falar das reuniões maçônicas, que certamente eram freqüentes.

Logo, a necessidade de construção de uma identidade cultural e de consolidação política dessas elites possibilitou o surgimento de uma geração de letrados que, por exigência das transformações sócio-históricas do período, foram levados a pensar um novo modelo político, o republicano, que melhor atendesse a seus interesses. Nesse contexto, Paris e Londres tornaram-se os símbolos da modernidade, do avanço e do progresso, tanto em termos culturais como em relação aos seus modelos políticos, constantemente referenciados, analisados e comentados nos periódicos locais. Curitiba, como centro do poder do Paraná, tornou-se o local por excelência do investimento econômico e cultural das elites com vistas a aproximar-se cada vez mais da idéia de progresso.

---

<sup>78</sup>A Biblioteca Pública do Paraná foi criada pela Lei n.º 27 de 7 de março de 1857, mas passou a funcionar somente a partir de fevereiro de 1859, em sala com apenas 251 livros. As mulheres, mesmo as alunas da Escola Normal, eram proibidas de freqüentá-la e só aparecem nas listas a partir de 1914 (Cf. DENIPOTI, Cláudio. **Páginas de prazer: a sexualidade através da leitura** no início do século. Dissertação. Mestrado em História. UFPR. Curitiba, 1994).

<sup>79</sup>BEGA, op. cit., p.117.

<sup>80</sup>**Quinze de Novembro**, 24 dez. 1889, Anno I, n.26. Proprietário: Narciso Figueiras, Redator chefe: Leôncio Correia. p.2.

### 1.3.2 Imprensa e Tipografias

A produção da erva-mate, que ensejou o desenvolvimento de outras áreas produtivas como a indústria madeireira, que produzia as barricas, influenciou também o surgimento da técnica litográfica no Paraná para a impressão de seus rótulos. A litografia chegou ao estado pelas mãos do catalão Narciso Figueiras, que se tornou uma figura importante na imprensa local com seus jornais e suas revistas, mas famoso principalmente pelos seus desenhos e charges. Segundo Pereira, "As primeiras impressoras que surgiram nesse período eram a vapor, como a Typographia Lopes, Typographya do Commercio do Paraná, Typographia Iris Paranaense, Typographia Curitibana, a Pêndula Meridional e, já no final do Império, a Typographia d'A Republica."<sup>81</sup> A burguesia ervateira, na figura do Barão do Serro Azul, fez inúmeros investimentos para a criação de um campo de produção cultural, adquirindo a Impressora Paranaense, antiga Tipografia Lopes (a primeira da província) e a Litografia do Comércio, de propriedade de Figueiras<sup>82</sup>. Logo, serviam não só para a produção dos rótulos, mas também para fomentar a imprensa, área estratégica dos investimentos do Barão.

Até a emancipação da província, todos os jornais que circulavam na então 5ª Comarca provinham da capital São Paulo ou da Corte. O primeiro jornal impresso na Paraná foi em abril de 1854, quando "Curitiba era (...) pouco mais que uma aldeia. Os seus habitantes tomavam conhecimento das determinações de órgãos oficiais, pelos editais afixados às portas da Câmara e da Igreja, ou por apregoações".<sup>83</sup> O *Dezenove de Dezembro* era impresso na Tipografia Lopes, de Candido Lopes, que veio ao Paraná a convite do seu primeiro presidente Zacarias

---

<sup>81</sup>PEREIRA, L. F. L., **O espetáculo...**, op. cit., p.57.

<sup>82</sup>PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)**. Curitiba: IHGP, 1976. p.22.

<sup>83</sup>PILOTTO, op. cit., p.7.

de Vasconcelos. Tratava-se de um jornal semanal que se propagava neutro em questões partidárias, embora recebesse verbas pelas publicações oficiais e se negasse a publicar matérias contrárias ao governo. Logo, "O certo (...) é que o Dezenove de Dezembro sempre foi órgão do Partido Liberal, tendo por seus redatores políticos João José Pedrosa, Generoso Marques, Joaquim Motta, Sérgio Castro, etc., paredros desse partido."<sup>84</sup> Era comum jornais se posicionarem como neutros, como o *Diário do Commercio*, entre muitos outros de vida efêmera. Muitos redatores utilizavam pseudônimos, e era bastante freqüente que os artigos não fossem assinados; em alguns casos não se sabia nem mesmo quem redigia o jornal, o que possivelmente reflete o conhecimento e a familiaridade com o público leitor.<sup>85</sup>

Aos poucos foram surgindo outras iniciativas, alternadas entre periódicos literários e políticos: "Do surgimento d'O dezenove de Dezembro até a Proclamação da República, cerca de oitenta jornais foram editados, impressos nas mais diversas tipografias que se espalhavam pela cidade na virada do século."<sup>86</sup> Mais perto do final do XIX, jornais e revistas foram se diversificando tematicamente, afinal é o período do surgimento do movimento simbolista, das movimentações operárias, do recrudescimento do anticlericalismo, da expansão da maçonaria, além dos jornais dos partidos políticos, todos devidamente representados na imprensa. Os imigrantes também criaram seus periódicos, a maioria publicada em suas línguas maternas, principalmente as colônias italianas e alemãs. No entanto, muitas dessas tentativas foram efêmeras. Indicam, porém, um desejo, não planejado, de constituição de um campo de produção cultural.

Em 1876 surgiram algumas folhas mais estáveis, vinculadas a partidos, como o *25 de Março* e a *Gazeta Paranaense*, que circulou até 1889, ambos do

---

<sup>84</sup>MARTINS, Romário. A arte gráfica e o periodismo no Paraná. **Caixa Romário Martins**, n.8, s.d. (Acervo Arquivo Público).

<sup>85</sup>Tal quadro trouxe alguns problemas para o tratamento das fontes analisadas nos capítulos subseqüentes.

<sup>86</sup>PEREIRA, L. F. L., **O espetáculo...**, op. cit., p.44.

Partido Conservador, e a *'Província do Paraná'*, órgão dos liberais e impressa na tipografia Perseverança. Por volta de 1885, segundo os relatos de Nestor Victor, havia somente três ou quatro jornais semanais na capital, sendo que a "imprensa satisfazia quase que exclusivamente interesses políticos"<sup>87</sup>, constituindo-se num veículo de expressão da vida política e cultural, e o principal meio de difusão de idéias e das discussões políticas para além do parlamento.

Percebe-se pela leitura dos periódicos que os redatores estavam envolvidos em muitas atividades sociais: circulavam entre os jornais e revistas locais, eram professores, tinham postos na administração pública, participavam de clubes, associações, comissões, o que atesta que estavam engajados na concretização de seus ideais de progresso. Como jornalistas, opinavam, sugeriam, criticavam, selecionavam fatos, recortavam temas, inseriam discussões, propunham soluções e modelos, discutiam com adversários, enalteciam colaboradores e reivindicavam apoios. Publicavam-se cartas, anúncios, poesias, propagandas e muitos artigos de outros jornais. Tudo isso demonstra o grau de inserção dos jornalistas, sua participação na vida social local e a importância para o desenvolvimento da província e futuro estado, embora alguns fossem pouco reconhecidos e passassem por sérias dificuldades financeiras. Segundo um de seus representantes, "*Todo o progresso, lento mesmo que o Brasil tem feito em geral não vem dos que governam. Vem da imprensa, vem dos particulares.*"<sup>88</sup> O movimento republicano surgido na segunda metade do século XIX pode ser encarado desta forma.

---

<sup>87</sup>VICTOR, Nestor. **Terra do futuro**: impressões do Paraná. Curitiba: Prefeitura Municipal, 1996. p.79.

<sup>88</sup>**A Republica**, 30 jan. 1888.

## 1.4 O MOVIMENTO REPUBLICANO

É possível afirmar que o início do movimento republicano no Rio de Janeiro, que deu origem ao *Manifesto Republicano de 1870* e a formação do Partido Republicano Paulista em 1873 são marcos fundamentais para a compreensão do pensamento republicano brasileiro, determinantes em toda a rede de interdependência que incluía grupos regionais por eles cooptados ou influenciados ideologicamente, como foi o caso do Paraná.

Durante a maior parte do Segundo Reinado, o campo político imperial foi composto de um sistema bipartidário, com algumas exceções como o Partido Progressista, que teve pouca duração, e o Partido Republicano, fundado em 1873, quando o sistema se tornou tripartite; dado que reflete a crise política entre as elites e da totalidade do regime. Embora houvesse diferenças entre os programas partidários, liberais e conservadores compartilhavam de uma idéia de mudança dentro da ordem e de princípios conservadores com relação à propriedade, às hierarquias sociais e ao voto universal.<sup>89</sup> As principais divergências residiam no papel atribuído ao legislativo e ao poder moderador. Embora teoricamente houvesse um rodízio do poder entre liberais e conservadores, estes conduziram politicamente o regime, cabendo aos primeiros uma posição de contestação e oposição, dentro do acordo tácito existente. Os ministérios dos conservadores, que se situavam no pólo dominante do campo político, estendiam-se por um período bem mais longo que os dos liberais.

### 1.4.1 O *Manifesto de 1870* e o Partido Republicano do Rio de Janeiro

A formação de um núcleo republicano no Rio de Janeiro pode ser entendida como um movimento de contestação ao *status quo* nascido dentro da própria elite imperial formado por figuras que, embora posicionadas no campo do poder, não tinham acesso às posições dominantes no campo político devido à dominação

---

<sup>89</sup>ENGEL, Magali Gouveia. In: VAINFAS, op. cit., p.167.

conservadora.<sup>90</sup> O movimento republicano fluminense nasce, assim, na busca de reformas que ampliassem o acesso ao campo político e administrativo do Estado. Constituía, pois, uma vertente de contestação próxima do núcleo do poder. Parte dos republicanos cariocas veio do Partido Progressista, que fracassou ao tentar ampliar a participação política destes e de seus setores sociais representados, bem como da incapacidade em diminuir a interferência dos conservadores no campo dominante.

O Rio de Janeiro era a capital comercial, cultural e política do Brasil. Lá se encontravam a Corte, as embaixadas, muitas livrarias, teatros e tipografias, além do centro administrativo-burocrático do país. "A organização política centralizada do Segundo Reinado pôs na mesma cidade a maioria dos chefes políticos e dos candidatos à carreira, como também os aspirantes a quaisquer cargos públicos."<sup>91</sup> Uma opinião pública independente dos partidos formou-se dessa configuração social de caráter urbano, de onde surgiram os profissionais liberais que se aliaram aos progressistas radicais, que formaram o partido em 1870. Logo,

Os primeiros aderentes do partido se recrutam nos centros urbanos e entre as profissões liberais, ocasionalmente entre negociantes. Para um único fazendeiro, o manifesto apresenta 14 advogados, 10 jornalistas, 9 médicos, 5 engenheiros, 2 professores, 3 empregados públicos 8 negociantes e 1 'capitalista'.<sup>92</sup>

O grupo era composto por membros que diferiam daqueles dos partidos imperiais, em que havia muitos integrantes das elites agrárias. Note-se que os jornalistas são quase maioria, e vários se tornaram figuras importantes e detentoras de alto capital simbólico como Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça, Aristides Lobo, Ferreira de Araújo e Lopes Trovão.

---

<sup>90</sup>ALONSO, op. cit., p.104.

<sup>91</sup>ALONSO, op. cit., p.105.

<sup>92</sup>HOLLANDA, op. cit., p.261.

Um deles, Saldanha Marinho, ocupava uma alta posição no campo político nacional; detinha o cargo de senador pelo Partido Liberal, sempre exercendo forte oposição à dominação conservadora. Ele foi o elo dos republicanos com a Corte, pois dispunha de capital político suficiente para apadrinhar personagens como Quintino Bocaiúva – que ocupou diversos cargos durante o gabinete da Liga Progressista e tornou-se o principal jornalista republicano – e Salvador de Mendonça. Eram todos admiradores do federalismo norte-americano, no qual viam uma possibilidade de maior abertura do sistema político, que viabilizaria a ampliação de oportunidade profissionais para outros setores da população. Por isso, "queriam a descentralização política e a mudança no sistema de representação".<sup>93</sup>

O grupo criou o jornal *A Republica* – afinal a imprensa constituiu seu principal meio de expressão -, que chegou a ter uma tiragem de 12 mil exemplares.<sup>94</sup> Nele foi publicado o *Manifesto Republicano de 1870*, seguido de 57 assinaturas, caracterizando-se como o ato fundador de um partido de oposição ao regime. O documento teve grande repercussão e obteve adesões em todo o país. Sua redação, inspirada no pensamento liberal clássico, defendia o federalismo, como indica a reiterada dicotomia trazida pelo *Manifesto*: centralização-fragmentação e descentralização-unidade<sup>95</sup>. Em linhas gerais, atacava o governo e seus desvios representativos, defendendo as liberdades, a representação, os direitos individuais e a forma republicana federativa.

O *Manifesto de 1870* é "anti-revolucionário e contemporizador" nas palavras de Holanda<sup>96</sup>, pois na fase inicial do movimento grande parte dos republicanos era evolucionista e acreditava que não seria necessária uma ação conspiradora e

---

<sup>93</sup>ALONSO, op. cit., p.109.

<sup>94</sup>ALONSO, op. cit., p.109.

<sup>95</sup>CARVALHO, J. M. de, **A construção...**, op. cit., p.188.

<sup>96</sup>HOLLANDA, op. cit., p.256.

revolucionária para chegar à forma republicana: "evolução, não revolução: este é o seu lema, endossado logo pelos principais adeptos do manifesto de 70".<sup>97</sup>

Atribuiu-se a redação do texto a Quintino Bocaiúva, com algumas colaborações. Segundo Salvador de Mendonça: "Quintino ditou o manifesto por inteiro e eu o escrevi, exceção feita do artigo 'A verdade democrática'. Este artigo foi meu."<sup>98</sup> O *Manifesto* expressou as tensões existentes entre os liberais republicanos e a tradição saquarema (ou dominação dos conservadores) valendo-se de argumentos científicos e do próprio liberalismo do império para suas análises:

Os liberais republicanos mobilizaram elementos do repertório da política científica e da própria tradição imperial para construir sua interpretação da conjuntura como crise política das instituições democráticas. Prolongavam a preocupação imperial em manter a ordem social, mas vislumbravam um perigo novo: o século XIX se iniciara com rebeliões escravas e se concluía com revoluções proletárias. Daí porque a idéia de decadência sintetiza seu diagnóstico: a incorporação simbólica do povo pela liturgia das instituições monárquicas perdia eficácia com o desaparecimento do mundo tradicional. A política científica demonstrara, criam, que a sociedade urbana requisitava uma nova fórmula de inclusão política para as massas: a república.<sup>99</sup>

Depois do *Manifesto* os clubes radicais passaram a chamar-se de republicanos. Muitas adesões se deram rapidamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, cidades estratégicas que abarcavam amplos setores insatisfeitos com a condução do regime monárquico e com as reformas experimentadas no final do Império. Em São Paulo, o movimento republicano encontrou uma boa possibilidade de organização, e lentamente ganhava força. No Rio Grande do Sul também houve muitas adesões, "prova disso está na notável repercussão, em 1888, do pronunciamento da Câmara de São Borja contra a eventualidade de um terceiro reinado".<sup>100</sup> A adesão e a repercussão no Paraná fazem parte dos capítulos subseqüentes deste trabalho.

---

<sup>97</sup>HOLLANDA, op. cit., p.259.

<sup>98</sup>MENDONÇA, Salvador de. Apud HOLLANDA, op. cit., p.262.

<sup>99</sup>ALONSO, op. cit., p.187-188.

<sup>100</sup>HOLLANDA, op. cit., p.267.

O núcleo republicano do Rio de Janeiro tinha uma relação com o regime bastante ambígua; radicalizavam nos protestos, mas ao mesmo tempo negociavam com a Coroa,<sup>101</sup> aceitando cargos e posições. Estavam numa posição de contestação, buscando melhores posições, mas não chegavam a constituir um grupo *outsider*. Por isso o império pôde valer-se de uma estratégia que arrefeceu temporariamente os ânimos, oferecendo-lhes cargos e posições, o que levou o grupo a dividir-se, fazendo com que alguns membros voltassem para o Partido Liberal em 1878.

Em decorrência disso, em 1880, o esvaziamento do recém-criado Partido Republicano era evidente e se expressou na diminuição do número de signatários no *Manifesto* publicado novamente nesse ano, agora acompanhado de apenas oito assinaturas. A partir de então, o comando do grupo, antes exercido por Saldanha Marinho, ficou nas mãos de Quintino Bocaiúva, que "tornou-se o principal homem da imprensa republicana na Corte nos anos de baixa movimentação liberal".<sup>102</sup> Paulatinamente o movimento passou a atrair jovens literatos e alunos das faculdades imperiais, reflexo da influência do positivismo de sua formação e de todo o ambiente cultural.

#### 1.4.2 O Partido Republicano Paulista: Pragmatismo, Organização e Propaganda

A posição ocupada por São Paulo no campo político nacional não foi sempre dominante; ao contrário, durante boa parte do século XIX foram marginalizados politicamente e desde a Revolta Liberal de 1842<sup>103</sup> afastados do núcleo do poder, ocupando um número pequeno de posições no campo político:

---

<sup>101</sup>ALONSO, op. cit., p.110.

<sup>102</sup>ALONSO, op. cit., p.110.

<sup>103</sup>Vale lembrar que a revolta contribuiu para que os paulistas fossem 'punidos' pela Coroa com a emancipação da 5.<sup>a</sup> Comarca de Curitiba em 1853, que deu origem à Província do Paraná.

num total de 59 senadores, São Paulo tinha apenas três, o mesmo número que possuía a província do Pará. Enquanto isso, Minas tinha 10 senadores, Bahia e Pernambuco seis, e a província do Rio de Janeiro cinco. Na Câmara dos Deputados, a proporção era semelhante: enquanto São Paulo tinha uma bancada composta de nove deputados, Minas tinha 20, a Bahia 14, Pernambuco 13 e o Rio de Janeiro 12.<sup>104</sup>

Mas, a partir de meados do XIX, a produção do café tomou proporções de um *boom* econômico, passando a liderar a exportação brasileira, o que viabilizou a modernização da cidade, a ampliação do comércio e o crescimento cultural – à época já contava com uma importante instituição de ensino superior, a Faculdade de Direito. Aos poucos, o acúmulo de capital econômico foi sendo convertido em político; isso, aliado à crise das elites imperiais, abriu espaço para uma cisão que deu início ao processo de reivindicações das oligarquias cafeeiras paulistas e a decorrente criação do Partido Republicano Paulista, em 1873.

Sua composição social era de proprietários rurais, profissionais liberais – a maioria advogados – e poucos funcionários públicos. Embora a maior parte de seus componentes não adotasse um discurso radical, em particular por sua origem social conservadora, no declínio do Império, mobilizaram-se pelas reformas ao lado dos liberais. O grupo era relativamente coeso e estruturado por relações de parentesco.<sup>105</sup> Alguns estudaram fora do país, de onde trouxeram influências do positivismo, e muitos tiveram socialização escolar na Faculdade de Direito que, aliás, estava produzindo bacharéis em abundância, cuja consequência convergia com os anseios dos republicanos: "A maior importância política do desemprego dos bacharéis, no entanto, vinha do fato de serem mais habilitados a formular suas queixas em termos políticos e a servir de instrumento a grupos de oposição, incluindo os que buscavam a queda da monarquia".<sup>106</sup>

---

<sup>104</sup>PANDOLFI, Dulce. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. In: GOMES, Ângela; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena. **A república no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CDPOC, 2002.

<sup>105</sup>ALONSO, op. cit., p.150.

<sup>106</sup>CARVALHO, J. M. de, **A construção...**, op. cit., p.77.

A diferença com o movimento republicano fluminense residia no fato de que os paulistas não buscavam, como aqueles, posições na estrutura de Estado, mas maior autonomia para seus negócios e para o gerenciamento de sua província, o que vai ao encontro do perfil mais urbano da propaganda no Rio de Janeiro e mais vinculado às oligarquias em São Paulo. Investiram na propaganda republicana fundando sociedades para divulgá-las e jornais como porta-vozes do grupo. As alterações nas estruturas sociais, econômicas e políticas do final do Império contribuíram para a mudança de posição dos paulistas no campo político, fruto também de suas estratégias de subversão à dominação saquarema viabilizadas pelo capital econômico e seu uso, bem como da construção de uma estrutura partidária moderna, se comparada à dos partidos da ordem:

A especificidade do republicanismo de São Paulo esteve na organização de clubes em vários municípios e na efetivação de uma estrutura partidária, com representantes locais, assembléias e regulamentos internos que deram ao Partido Republicano local um sentido moderno, que o Liberal e o Conservador, estruturados a partir de chefes vitalícios, não possuíam e que seu congênere na Corte nunca logrou alcançar.<sup>107</sup>

Outra característica dos republicanos paulistas era o pragmatismo acentuado: não publicaram manifestos e redigiram somente dois documentos doutrinários. No primeiro posicionaram-se contra a abolição<sup>108</sup> e no segundo criaram um projeto de Constituição para a organização do poder, mas sem conteúdos ou discussões ideológicas, afinal sua principal preocupação era erguer uma sólida estrutura organizacional<sup>109</sup>. O fato é que constituíam no final do Império o único grupo civil organizado, em contraposição aos fluminenses, que não conseguiram criar um partido sólido. Utilitaristas, "A versão democratizada do liberalismo não

---

<sup>107</sup>ALONSO, op. cit., p.153.

<sup>108</sup>O PRP só apoiou abertamente a abolição um ano antes de sua efetivação, na mesma época em que o Partido Conservador de São Paulo, liderado por Antonio Prado, tomou decisão semelhante (Cf. CARVALHO, J. M. de, **A construção...**, op. cit., p.195).

<sup>109</sup>CARVALHO, J. M. de, **A construção...**, op. cit., p.188-189.

interessava (...) seu liberalismo era ainda do tipo pré-democrático (...) Seu pragmatismo ia ao ponto de fazerem alianças com conservadores e liberais de acordo com seus melhores interesses".<sup>110</sup>

### 1.4.3 A Propaganda Republicana no Paraná

A propaganda republicana no Paraná teve inicialmente dois núcleos irradiadores: o litoral, principalmente Paranaguá, e Curitiba. Mas o movimento republicano no Paraná foi muito fraco se comparado ao de outras províncias, o que indica a acomodação e o conformismo das elites locais com o regime monárquico. Reflexo desta assertiva está no fato de os primeiros presidentes dos Clubes Republicanos das duas mais importantes cidades da província terem vindo de fora dela: Guilherme Leite<sup>111</sup>, presidente do Clube de Paranaguá, fundado em 1887, era pernambucano e Eduardo Gonçalves<sup>112</sup>, que estabeleceu o de Curitiba em 1885, veio de São Paulo. A ocupação desse espaço por indivíduos oriundos de outras regiões revoltava Nestor Victor:

*...como o Paraná se achava atrazadissimo na sua propaganda republicana, contando muito poucos filhos como republicanos de prestigio, o que nos aconteceu foi que ficamos na maior carência de pessoal, dando então lugar a que filhos desta terra que nunca nella pensaram principiassem a alimentar esperanças de se lhe impor de sopetão e, o que é peor, ficando nós a mercê de quantos extranhos, protegidos do governo...<sup>113</sup>*

---

<sup>110</sup>CARVALHO, J. M. de, **A construção...**, op. cit., p.189/195.

<sup>111</sup>Nascido em Recife em 1855, chegou a Paranaguá em 1880, onde desenvolveu atividades no comércio local. Logo se fez amigo de Fernando Simas, a quem revelava seus ideais antimonarquistas, em combate ao governo imperial. Assíduo leitor dos jornais que circulavam naquela época no Brasil e no estrangeiro. Foi o primeiro presidente do Clube Republicano de Paranaguá, tendo recebido por esse acontecimento histórico expressivos telegramas de congratulações de Silva Jardim, Quintino Bocaiúva, Ubaldino do Amaral e Prudente de Moraes (FIGUEIRA, Alberico. **Como se fez a propaganda da República em Paranaguá**. [s.n., s.d]. Palestra pronunciada em agosto de 1948 na Rádio Difusora Paranaense. p.11-12).

<sup>112</sup>Sua trajetória biográfica encontra-se no capítulo 2 deste trabalho.

<sup>113</sup>**Diário do Paraná**, 29 abr. 1890. Diretor e redator: Nestor Victor. 29 abr. 1890, n.8.

Os redatores do jornal republicano de Curitiba reclamavam freqüentemente da falta de adesões e do atraso em que se encontrava o Paraná:

Já disse alguém que no Paraná só progride a industria dos foguetes, a arte pyrothecnica. É isso o elemento principal da nossa vida, a manifestação estrondosa do nosso progresso no atrazo. O foguete representa figura forçada em todos os actos da nossa vida publica e particular: anda nas manifestações políticas, nos festejos particulares, nas entregas de retracto a óleo, na queda dos partidos, nas festas religiosas, nas passeiadas commemorativas, nas datas gloriosas, em toda parte, enfim. Somos um povo de foguetório, na expressão lata da palavra: o que equivale a dizer que somos um povo atrazadissimo. A nossa veia progressista, que se expande tanto pelos foguetes retrai-se visivelmente em todos os outros ramos da actividade social. Não temos industrias, não temos artes, não temos sciencia. Em política, soffremos de paralytia completa. Temos, apenas, política de foguetório. Eis ahi o ponto onde queríamos chegar.(...) A Republica, o ideal brasileiro, não será por ventura, o ideal paranaense !? (...) Mostremos que somos brasileiros e que o espírito que trabalha profundamente no coração da pátria não nos passa de todo indifferente. Trabalhemos também pela República !<sup>114</sup>

Assim como no restante do país, a propaganda foi desenvolvida pela imprensa e por meio de conferências. É interessante notar também que o movimento no Paraná não surgiu da ala radical dos liberais, já que "o partido liberal não é de confiança dos republicanos pois nunca se esforçaram para eliminar a monarchia"<sup>115</sup> como em outras províncias. Afora a participação de Vicente Machado, que aderiu ao movimento às vésperas da mudança de regime, a maioria de seus membros não era vinculada a nenhum dos partidos monárquicos e vinha de camadas médias que almejavam participar do campo político. Logo, as adesões e difusão do ideário republicano ficaram inicialmente por conta da intelectualidade local que não estava presa a interesses dos grupos políticos que controlavam o estado. Essa elite letrada, que tinha uma possibilidade de crítica para além das acomodações de poder pretendidas pelas elites políticas já consolidadas, buscava espaço para participar, o que fez com que muitos tenham sido cooptados.

---

<sup>114</sup>A **Republica**, 10 ago. 1889, n.30. Redator Chichorro Junior, p.2.

<sup>115</sup>A **Republica**, 9 abr. 1888, n.15.

Apesar de o clube da capital ter sido fundado antes do de Paranaguá, é possível afirmar que o movimento republicano no litoral foi anterior, sendo que, para Figueira, o hebdomadário do Dr. Barros Junior<sup>116</sup>, *Operário da Liberdade*, de 1870, já empreendia críticas ao regime monárquico e "plantou a primeira semente da democracia no Paraná".<sup>117</sup> Em 1879, surge em Morretes um periódico declaradamente republicano chamado *O Povo*, redigido por Rocha Pombo. Ambas as publicações foram manifestações efêmeras, que indicam tentativas isoladas de divulgação de idéias que ainda não encontravam um terreno fértil para desenvolver-se. O fato de o litoral ter sido pioneiro sobre a capital na propagação do ideário republicano encontra uma justificativa nas palavras de Hugo Simas, filho do propagandista Fernando Simas<sup>118</sup>:

deslocava-se para o planalto a vida mental de nossa terra. Antes, porém, (...) era ali que vivia a mais robusta expressão de cultura e de civilização paranaenses. Ali nasceram os grandes e mais antigos troncos das nossas árvores genealógicas; ali estavam plantados os solares a cuja sombra cresceu a quase totalidade das grandes figuras que o nosso Estado forneceu ao cenário econômico, político e intelectual do 2.º Império.<sup>119</sup>

Em 1881 surge a *Declaração Republicana Paranaense*, assinada por Fernando Simas, Mauricio Sinke, Guilherme Leite, Manoel Correia de Freitas, entre outros republicanos que, segundo Chaves<sup>120</sup>, estavam aglutinados em torno na loja maçônica

---

<sup>116</sup>Bacharel pela escola de Recife, exercia uma função jurídica na cidade, além de ter sido jornalista.

<sup>117</sup>FIGUEIRA, **Como se fez...**, op. cit., p.4.

<sup>118</sup>Fernando Machado Simas nasceu em Paranaguá em 1851 e formou-se farmacêutico no Rio de Janeiro. Já em 1867 publicava o jornal *Imprensa Livre*, no qual apresentava perspectivas democráticas. Manteve o *Livre Paraná*, fundado em 1883, por cinco anos, até mudar-se para o Rio de Janeiro em 1887. Faleceu no Rio de Janeiro em 1916 (**Cem anos de vida parlamentar**: deputados provinciais e estaduais do Paraná. Curitiba: [s.n.], 1961).

<sup>119</sup>SIMAS, Hugo. **Paranaguá e a república**. Edição do Dr. Dicesar Plaisant. [s.l.]: [s.n.], 1940. p.8.

<sup>120</sup>CHAVES, Maria de Lourdes. **A centenária república e o Coronel Joaquim Monteiro**. Curitiba: Gráfica Vicentista, 1990. p.128.

União Paranaguense, que depois passou a chamar-se Perseverança. É interessante observar que, num meio cultural rarefeito e sob a dominação política das oligarquias familiares, a rede de indivíduos que se engajou na propaganda republicana foi essencialmente a mesma.

Mas foi o *Livre Paraná*, de Fernando Simas e Guilherme Leite, fundado em Paranaguá em 1883, no qual contribuíam também Nestor Victor, Correia de Freitas e Albino Silva, a primeira folha semanal republicana de fôlego, tendo durado cerca de cinco anos. Inspirados no *Manifesto de 1870*, o jornal convocava seus correligionários do estado a organizar núcleos republicanos locais, a fim de fundarem o Partido Republicano do Paraná. Nas suas colunas figuravam, além de críticas ao Império, ataques ao comando político local, que se concentrava na figura do Visconde de Nácar. Segundo Figueira<sup>121</sup>, velhas crônicas acusavam o Visconde de perseguir os republicanos, como ocorreu no caso da transferência do Professor Cleto<sup>122</sup>, que propugnava lições republicanas aos seus alunos, e com o próprio Fernando Simas. Este não possuía capital simbólico e político suficiente para desenvolver embates com figuras de peso do campo político paranaense, o que resultou no seu afastamento da direção do jornal e na sua mudança para o Rio de Janeiro. Os confrontos com os políticos locais ficam evidentes quando Simas comenta os motivos da sua partida:

Desde o 1.º número de sua vida tormentosa, pela deficiência mental de nosso meio social, o LIVRE PARANA foi forçado a transgredir, quem sabe, as regras de conduta que se havia traçado, tendo de empenhar-se em deverais ingratos, defendendo princípios que não eram propriamente o que constituía a sua tendência política, nem o seu escopo jornalístico, nem o seu objetivo particular.

Dessa luta sai cansado aquele que, na brecha, teve a responsabilidade moral e legal de suas opiniões, de suas más apreciações, ora demasiado severas, ora, quiçá, injustas e mal pensadas. Todos esses desvios devem ser levados à conta pessoal do fraco combatente e não à idéia Republicana sempre mantida abaixo de sua imponência imaculada, pela incompetência do lutador.

---

<sup>121</sup>FIGUEIRA, **Como se fez...**, op. cit., p.5.

<sup>122</sup>Esse episódio está melhor descrito no item que trata de Nestor Victor, que foi aluno do Professor Cleto.

Retirando-nos da direção desta folha, cumprimos um dever de consciência afirmando, mais uma vez, que através de todos os nossos erros, deve sobrelevar-se a intenção, que foi sempre inspirada pelo bem da causa publica, pela grandeza da nossa pátria....<sup>123</sup>

Nesse meio tempo, foi fundado em 1887, o Clube Republicano de Paranaguá, que elegeu como seu primeiro presidente Guilherme Leite e secretário Nestor Victor, redator da ata de fundação do clube na qual seus membros aderem ao *Manifesto Republicano de 1870*. Após a criação do clube a propaganda tomou força, já às vésperas da chegada do novo regime, com o crescimento das conferências proferidas por figuras como Emiliano Pernetá, Manoel Correia de Freitas e Vicente Machado.

O Clube Republicano de Curitiba foi fundado em novembro de 1885, tendo como presidente Eduardo Gonçalves e secretário, Ernesto Lima.<sup>124</sup> Em 1886 iniciam a publicação do jornal *A República*, que seguia a linha editorial do *A Federação* do Rio Grande do Sul e do *A Província de São Paulo*. No ano seguinte lançam um candidato à Assembléia Provincial; no entanto, ele não foi eleito e os republicanos continuaram sem a constituição de um partido. Nos primeiros anos suas reuniões realizavam-se no Clube Militar<sup>125</sup>, e no início algumas chegavam a não ser realizadas por falta de participantes em número suficiente. O candidato republicano à vaga aberta por uma morte na Assembléia Provincial em abril de 1888 foi Álvaro Chaves, gaúcho, um dos fundadores do jornal *A Federação*, e que não residia no Paraná, o que confirma a falta de figuras de peso vinculadas ao republicanismo em Curitiba<sup>126</sup>,

---

<sup>123</sup>SIMAS, Fernando. Apud: SIMAS, op. cit., p.11.

<sup>124</sup>Segundo Leão, o Clube Republicano de Curitiba foi fundado pelo Dr. Eduardo Gonçalves juntamente com Ernesto Lima, Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Lufredo Costa, José Celestino de Oliveira Junior, Joaquim Antonio Silva, Brasilino e Eduardo Moura, Rocha Bocaina e o Dr. Francisco de Almeida Torres (LEÃO, Ermelino Agostinho de. **Dicionário histórico e geográfico do Paraná**. Curityba: Empresa Graphica Paranaense, 1926. v.5. p.1847).

<sup>125</sup>Os militares deram um importante apoio ao movimento abolicionista e republicano no Paraná, cedendo sua sede em Curitiba para as reuniões de ambos até que tivessem sede própria. Sua importância política ficará mais clara no capítulo 4. Já no litoral, as reuniões abolicionistas e republicanas davam-se nas lojas maçônicas, principalmente na Perseverança.

<sup>126</sup>**A Republica**, 17 abr. 1888, n.16. Diretor da redação: Eduardo Gonçalves.

apesar de ele ter interesses econômicos na província como associado da *Empresa Florestal Paranaense*<sup>127</sup>. Venceu o Visconde de Nácar com 661 votos, seguido por Generoso Marques<sup>128</sup>, com 464 votos, pelo candidato republicano, com 16 votos.<sup>129</sup> Na eleição de setembro de 1888, Eduardo Gonçalves foi candidato e obteve apenas 46 votos. Esses números confirmam a pouca influência que os republicanos tinham no campo político local; tanto é assim que chegam a divulgar nas páginas de seu jornal que ajudariam eleitores que não estivessem conseguindo se registrar, talvez um recurso de angariação de votos.

Essa configuração começou a modificar-se quando, no final de 1888, após uma viagem a São Paulo, Vicente Machado declarou-se republicano, alterando o equilíbrio do poder local, que aumentou em favor dos republicanos, conforme nota do próprio jornal:

O movimento republicano, até hoje diminuto em nossa província, parece que vai tomar novo impulso agora. Acaba de declarar-se republicano um moço paranaense distinto, um espírito ilustrado, preparado para as lutas inerentes ao período de transição por q' estamos passando.<sup>130</sup>

Neste íterim, chega à cidade o Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho, ex-secretário do Clube Republicano de Campinas, que rapidamente ocupa a posição

---

<sup>127</sup>**A Republica**, 17 abr. 1888, n.16.

<sup>128</sup>Generoso Marques dos Santos nasceu em Curitiba em 1844 e faleceu na mesma cidade em 1928. Foi casado com Ana Joaquina de Paula, filha de um importante político liberal, o Coronel Benedito Enéas de Paula. Bacharelou-se em São Paulo em 1865; na seqüência, foi Inspetor Geral da Instrução Pública, professor do Instituto Paranaense, deputado provincial nos biênios 1866-67, 1868-69, 1882-83, 1884-85, 1886-87, 1888-89. Foi também vereador, presidente da Câmara Municipal de Curitiba e da Assembléia Provincial e deputado geral entre 1881 e 1884. Com a retirada de Jesuíno Marcondes da política paranaense logo após a Proclamação da República, Generoso Marques tornou-se líder dos liberais paranaenses, eleito senador e constituinte pelo Paraná em 1891. Além disso, foi o primeiro governador republicano eleito do Paraná, deputado e senador durante a Primeira República. Colaborou com os seguintes jornais: *Dezenove de Dezembro*, *O Paraná*, *Província do Paraná* e *A Reforma*. In: DHBPR, op. cit., p.429-430.

<sup>129</sup>**A Republica**, 3 maio 1888, n.18. Diretor da redação: Eduardo Gonçalves.

<sup>130</sup>**A Republica**, 7 dez. 1888, n.45.

de vice-presidente do de Curitiba. Gerente de indústrias paulistas, comprou a tipografia que publicava o jornal a fim de facilitar a impressão e dar maior autonomia aos republicanos. Segundo Chaves, Carvalho era o "delegado do comando republicano nacional"<sup>131</sup> enviado para expandir a propaganda no Paraná. Estas são algumas evidências dos investimentos feitos pelos republicanos paulistas no Clube Republicano de Curitiba, que passou a contar também com a participação de Herculano de Freitas, genro de Francisco Glicério, um dos principais integrantes do Partido Republicano Paulista.<sup>132</sup>

Vale notar que os dois clubes supramencionados eram aliados e agiam em conjunto contra seu inimigo comum, posição que se refletiu no campo discursivo e ideológico dos grupos, aspecto que será tratado no capítulo 3.

## 1.5 DA DITADURA MILITAR À CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA

A extinção do regime monárquico brasileiro com a Proclamação da República em 1889 é fruto das já mencionadas modificações que estavam em processo desde a década de 1870, que alteraram o equilíbrio social culminando com a eliminação da sociedade de corte no Brasil. Os principais aspectos conjunturais foram: "tendências federalistas, movimento republicano, crise religiosa, questão militar, problema servil, sucessão imperial, predomínio político de uma aristocracia decadente, ascensão

---

<sup>131</sup>CHAVES, op. cit., p.132.

<sup>132</sup>Outra figura importante nessa configuração entre paulistas e paranaenses foi Ubaldino do Amaral. Nascido na Lapa em 1842, que então pertencia à Província de São Paulo, bacharelou-se no Largo São Francisco em 1867, fixando-se em seguida em Sorocaba, onde advogou e filiou-se ao Partido Liberal. No ano 1871, declarou-se republicano. Trabalhou no Rio de Janeiro ao lado de Saldanha Marinho. Maçon, foi um dos fundadores da Loja Perseverança de Sorocaba em 1869. Ubaldino do Amaral foi um influente propagandista republicano na Província de São Paulo, onde esteve ligado a Francisco Glicério e Rangel Pestana, entre outros. Foi senador pelo Paraná na primeira legislatura republicana, eleito pelo Partido Republicano Federal, vinculado ao grupo de Vicente Machado.

de novas camadas oligárquicas, urbanização, lenta renovação das instituições do Império (...).<sup>133</sup>

Todos esses elementos contribuíram para o sucesso da quartelada do 15 de novembro, organizada por uma elite de civis e militares, que não encontrou maiores resistências. Pretende-se neste item apresentar as principais modificações de forças ocorridas no campo político nacional e no Paraná após a proclamação.

Segundo Cardoso, a mudança de regime simbolizou a "mudança nas bases e nas forças sociais que articulavam o sistema de dominação no Brasil"<sup>134</sup> e foi a primeira grande mudança política após a Independência. O novo regime prometia trazer o povo à participação política, despertando suas esperanças, mas que, não encontrou neste regime espaço para representação política ou alteração considerável em sua situação social.

O primeiro ministério republicano era composto pelos dois grupos organizados que participaram da proclamação, o Exército e o Partido Republicano Paulista, e Deodoro foi nomeado chefe do governo.<sup>135</sup> A instabilidade, entretanto, começa logo no início do regime com deserções do exército, perseguições e exílios. Deodoro decreta lei que controla a liberdade de imprensa, há também a febre de condecorações que enseja muitas críticas, e as lutas internas entre os militares pelo poder. Embora o regime tenha recebido de imediato inúmeras adesões, as pressões para a volta à *legalidade* foram ainda maiores. Deodoro protelou e agiu no sentido de fortalecer o poder da sua 'classe', nomeando governadores militares para a maioria das ex-províncias, afinal para eles a proclamação foi "ato estritamente militar, corporativo, executado sob a liderança insubstituível de Deodoro"<sup>136</sup>. Todavia,

---

<sup>133</sup>CARONE, Edgar. **A república velha: II** Evolução política (1889-1930). São Paulo: Difel, 1983. p.25.

<sup>134</sup>CARDOSO, op. cit., p.16.

<sup>135</sup>CARONE, op. cit., p.26-27.

<sup>136</sup>CARVALHO, J. M. de, **A formação...**, op, cit, p.38.

[a] má escolha dos governadores, imposição de nomes não ligados aos Estado e sucessão ininterrupta de pressões e quedas dos elementos no poder estadual, impopularizam o Governo Provisório, tornando-o alvo das acusações de aventurismo e incapacidade. Porém a esses fatos exteriores seguem-se outros, que acabam levando a crises gerais internas e à desagregação do primeiro Ministério republicano.<sup>137</sup>

A pressão constitucional dos grupos civis aumentava e os militares protelavam, mas a convocação para a Assembléia Constituinte ocorreu e a Constituição foi promulgada em fevereiro de 1891, inspirada no modelo americano e consagrando a República Federativa. No dia seguinte se deram as eleições presidenciais indiretas, e Deodoro foi eleito com 129 votos contra 97 de Prudente de Moraes. Divergências do presidente com o primeiro ministério fizeram com que este caísse, sendo sucedido pelo Ministério do Barão de Lucena, do qual os paulistas se recusaram a participar por vê-lo com desconfiança. Deodoro, que era um militar de tradição, nunca foi um republicano histórico, e era mais simpático à centralização do que os paulistas poderiam tolerar.<sup>138</sup> Quando demonstrou intenção de elaborar uma revisão no texto constitucional a fim de fortalecer o Poder Executivo federal, a crise se generalizou e tomou fortes proporções no Congresso, com a oposição aumentando cada vez mais nos estados. Em suma, o

Enfraquecimento gradativo do governo – oposição militar e do Congresso – e ausência de bases sólidas nos governos de São Paulo e Minas, sem iniciativas felizes para contrabalançar o avanço dos opositores federais e estaduais – são fatores que conduzem o governo a crises impossíveis de serem sanadas mediante as soluções de desespero apresentadas para evitá-la...<sup>139</sup>

Diante da impossibilidade de resolver as crises, Deodoro fechou o Congresso. "O golpe de 3 de novembro de 1891, chamado também de 'golpe Lucena' e 'golpe da bolsa', é resultado de um radical processo de deterioração

---

<sup>137</sup>CARONE, op. cit., p.44.

<sup>138</sup>PANDOLFI, op. cit., p.72.

<sup>139</sup>CARONE, op. cit., p.60.

política e econômica geral".<sup>140</sup> O apoio de vários governadores estaduais fizeram o presidente crer que estava tudo bem; mas vários núcleos de resistência se formaram nos estados, e Deodoro, sem conseguir o apoio necessário para suas manobras, renunciou, entregando o cargo a Floriano em novembro de 1891.

O governo de Floriano Peixoto, conhecido como 'Marechal de Ferro', enfrentou e venceu a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e a Revolta da Armada no Rio de Janeiro, feitos que o fortaleceram politicamente, aumentando sua concentração de poder: "com elas deslocou-se inclusive o apoio do jacobinismo popular, em geral antigoverno, que passou a sustentar nas ruas a ação do Presidente".<sup>141</sup> A vitória da legalidade sobre ambas fez com que ficasse conhecido com o Consolidador da República.

Obteve sucesso mediante um acordo tácito com o PRP, que estava de olho nas eleições presidenciais de 1894. Floriano, a partir dessa pseudo aliança com as elites paulistas, tinha a presidência da Câmara e do Senado e restabeleceu o "*império da lei*"<sup>142</sup>, destituindo, com o apoio das novas oligarquias, os governadores nomeados por Deodoro que se encontravam no poder dos estados. As regras do jogo, no entanto, continuavam indefinidas, as forças armadas divididas e as dissidências presentes. Sua sucessão foi decidida pelos paulistas que conseguiram eleger Prudente de Moraes, o que desagradou ao Marechal, que não compareceu à posse do civil eleito, mas que, no entanto, não provocou obstáculos ao novo presidente.

Como o liberalismo já era vertente ideológica no Império, pouco foi acrescentado em termos de direitos políticos e civis pela Constituição de 1891: "as inovações republicanas referentes à franquia eleitoral resumiram-se em eliminar a

---

<sup>140</sup>CARONE, op. cit., p.62.

<sup>141</sup>CARDOSO, op. cit., p.43.

<sup>142</sup>CARDOSO, op. cit., p.42.

exigência de renda, mantendo a de alfabetização"<sup>143</sup>. Os ideários liberais, com suas tendências igualitárias e democratizantes, acabaram propiciando a manutenção de estruturas sociais e políticas autoritárias, profundamente desiguais. Algumas dicotomias do liberalismo nacional perduraram ao longo de toda a República Velha, com a dominação oligárquica fundamentada numa retórica liberal, com conteúdo conservador, sob a aparência democrática<sup>144</sup>:

No Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pela renda seja pela exigência de alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pré, os membros de ordens religiosas. Ficava de fora da sociedade política a grande maioria da população (...) Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização.<sup>145</sup>

Essa resistência à implantação de reformas que ampliassem a cidadania, mesmo dentro da lógica liberal, contribui para a decepção e o desencanto com o novo regime, afinal "a exclusão dos analfabetos pela constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial",<sup>146</sup> diminuindo, portanto, ainda mais a participação do povo nas eleições.<sup>147</sup>

---

<sup>143</sup>CARVALHO, J. M. de, **Os bestializados**, op. cit., p.43.

<sup>144</sup>WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.108-112. Apud WOLKMER, Antônio Carlos. **História do direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1999. p.76.

<sup>145</sup>CARVALHO, J. M. de, **Os bestializados**, op. cit., p.44-45.

<sup>146</sup>CARVALHO, J. M. de, **Os bestializados**, op. cit., p.45.

<sup>147</sup>O analfabetismo atingia 75,5% da população. Descontados as mulheres, estrangeiros e menores de 21 anos, ficam fora do sistema eleitoral 92% da população (Cf. O pecado original da República. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Ano 1, n.5, p.20-24, nov. 2005. p.20-24). A população nacional em 1890 era de 14.333.000, sendo que destes 522.000 viviam na capital, único grande centro urbano (Ver FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995).

### 1.5.1 O Paraná Republicano e a Reorganização das Elites

Para a historiografia, a Proclamação da República em novembro de 1889 foi recebida de forma tranqüila no Paraná. Segundo Romário Martins: "Assim, tal como no Brasil, a República se fizera no Paraná, não pela ação dos republicanos, que foram poucos e sem expressão política, mas pela omissão dos monarquistas, quer liberais, quer conservadores."<sup>148</sup> Assim que a notícia da queda da Monarquia chegou à capital do Paraná, a junta militar da cidade apoiou a ascensão do Marechal Deodoro. O liberal Jesuíno Marcondes encontrava-se exercendo o cargo de presidente da província e não se surpreendeu com a notícia. Aliás, seu *habitus* político já lhe sugeria que transformações nesse sentido eram iminentes, como fica claro em sua fala proferida cinco meses antes da mudança de regime:

a política em nossa Pátria vai evoluindo para a democracia. Conservadores avançaram. Liberais acabam de inscrever em sua bandeira, no congresso de delegados de todas as províncias: voto a todos que saibam ler, federação das províncias, temporariedade do Senado. A idéia republicana vai se alastrando pelo país. Conservadores divididos, ministério fraquíssimo, nosso velho imperador vendo, no fim de seu longo reinado, tudo no ar.<sup>149</sup>

Marcondes entregou o governo do Paraná ao General Cardoso Junior<sup>150</sup>, que comandava o 5.º distrito militar de Curitiba. Como se sabe, Deodoro da Fonseca, que era amigo particular de D. Pedro II, vacilou às vésperas da proclamação. Logo, o General Cardoso Junior, que era *deodorista*, teve que carregar consigo, em alguns

---

<sup>148</sup>MARTINS, R., **História...**, op. cit., p.187.

<sup>149</sup>Apud NEGRÃO, **Genealogia...**, v.1, op. cit., p.383.

<sup>150</sup>De família de militares de extirpe, Francisco José Cardoso Júnior assentou praça em 1842. Fez o curso da antiga Academia Militar e bacharelou-se em ciências matemáticas em 1858. Exerceu diversas atividades militares e civis administrativas em várias províncias do Império. Foi deputado provincial em Minas Gerais, diretor de obras públicas no Rio de Janeiro, serviu na Guerra do Paraguai e foi secretário do Marquês de Caxias. Foi presidente do Sergipe, do Mato Grosso, deputado geral pelo Rio de Janeiro, vice-presidente do Pará. Deodoro teria desejado que Cardoso Junior continuasse em exercício como governador eleito do Paraná após a Proclamação. Reformando-se em 1890 no posto de brigadeiro, foi graduado Marechal de Campo em 1892. Foi governador revolucionário do Paraná em 1894 e deputado estadual entre 1897 e 1901. Faleceu no Rio de Janeiro em 1917 (Cf. CARNEIRO e VARGAS, op. cit., p.53-54).

momentos, o estigma de monarquista, o que, aliás, se encaixaria na maioria dos políticos paranaenses do período: "Entre os novos governadores militares que acabam de por-se à testa das províncias, há muitos que são conservadores e monárquicos provados; por exemplo, o coronel Cardoso, que foi nomeado governador da província do Paraná. Era um dos mais dedicados servidores do Imperador."<sup>151</sup>

Com o advento do novo regime, algumas modificações ocorreram na organização partidária, pois o caráter federalista da República impôs a organização de partidos estaduais, que, no caso do Paraná, resultaram de uma reorganização dos partidos imperiais, agora sob nova roupagem:

Os dois maiores partidos existentes, o Liberal e o Conservador adaptam-se às novas circunstâncias. O Partido Conservador, liderado pelo Barão do Serro Azul, é na realidade, com seu consentimento, chefiado por Vicente Machado. Transformou-se no Partido Republicano Federal. Os antigos liberais, sob o comando do dr. Generoso Marques dos Santos, fundam a União Republicana do Paraná.<sup>152</sup>

A reorganização partidária do campo político paranaense contava com a condução dos mesmos influentes personagens, detentores do capital político acumulado durante o período imperial. Contudo, o equilíbrio de poder foi alterado com o novo regime, colocando as elites tradicionais paranaenses numa posição dominada ante a burguesia ervateira, ou então, o predomínio quase absoluto do Partido Republicano Federal sobre a União Republicana. O elemento-chave dessa guinada, que já estava em processo há décadas, foi o alinhamento com o Clube Republicano de Curitiba, apoiado pelo PRP.

O Partido Republicano Federal<sup>153</sup> tinha como figura política central Vicente Machado e era composto pelos republicanos que militavam em torno do Clube

---

<sup>151</sup>DORNAS FILHO, op. cit., p.312.

<sup>152</sup>VARGAS, Túlio. **O indomável republicano**. Curitiba: O Formigueiro, 1970. p.116.

<sup>153</sup>A data formal do aparecimento deste partido no Paraná não foi encontrada. Sabe-se, no entanto, que o Partido Republicano Federal de São Paulo, cujo mentor foi Francisco Glicério, foi fundado em 1893. Estiveram vinculados à vertente paulista do PRF Eduardo Gonçalves, Vicente Machado e Ubaldino do Amaral.

Republicano de Curitiba, aliados aos ex-conservadores. A União Republicana do Paraná surgiu formalmente em março de 1890, quando as forças políticas do estado começaram a reorganizar-se. Composta majoritariamente por antigos liberais e alguns republicanos históricos que ficaram fora do jogo político com a ascensão do grupo de Vicente Machado ao poder, tinha entre seus membros o General Cardoso Júnior, Generoso Marques dos Santos, Joaquim Inácio Silveira da Mota Júnior, Menezes Dória, Chichorro Júnior, entre outros<sup>154</sup>:

*Não queremos absolutamente negar: embora tenhamos fazendo parte da nossa comissão provisória quatro antigos conservadores e só um antigo liberal, é certo que quasi que o partido liberal em pezo, aquelle que elegia pelo primeiro distrito o Dr. Generoso Marques e pelo segundo o conselheiro Manoel Alves de Araújo, entrou francamente para a União Republicana.*<sup>155</sup>

Durante o governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca (novembro de 1889 a novembro de 1891), o Paraná teve sete governadores: três bacharéis e quatro militares que, aliás, ocuparam diversos cargos no Paraná. Após o curto período em que ficou à frente do governo do estado, o General Cardoso Junior foi sucedido pelo Almirante José Marques Guimarães. Nessa ocasião, os dirigentes foram muito exaltados e apoiados pela imprensa, assim como o governo ditatorial, que entendiam ser uma necessidade diante do período de transição pelo qual o país passava. Os dois ex-partidos monárquicos apoiavam o governo até que em dezembro de 1889 a Assembléia Legislativa e as Câmaras Municipais foram dissolvidas por decreto, e uma comissão municipal foi nomeada para atuar provisoriamente, sob o comando de Vicente Machado. A partir desse momento, a luta pela poder foi sendo definida e na seqüência os integrantes do Clube Republicano de Curitiba elegeram entre seus membros uma Comissão Executiva, que detinha de fato o comando do

---

<sup>154</sup>NEGRÃO, Francisco. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1928. v.3. p.380.

<sup>155</sup>**Diário do Paraná**, 8 maio 1890, n.16.

estado, composta por Vicente Machado, Francisco Torres, Chichorro Junior, Ernesto Lima e Mauricio Sinke.

Diante da alta concentração de poder de que se apropriaram, contando com o apoio do governador Marques Guimarães e com a adesão da "*facção Correia-Nácar*"<sup>156</sup>, que se refere aos membros do Partido Conservador imperial comandados pelo Visconde de Nácar e pela família Correia do litoral, uma forte oposição a essa comissão não tardou a aparecer, composta por todos os excluídos do jogo do poder. Essa nova configuração que tomou o poder, formada por conservadores e republicanos, passou a excluir os ex-liberais da ocupação de cargos: "*A não ser para uma ou outra nomeação de caráter secundário que se fez, todos os lugares em que se deviam collocar os homens que influíssem na nova organização política, foram confiados somente aos amigos da Comissão*"<sup>157</sup>, afinal não havia lugar para todos.

O governo do Almirante Guimarães não durou três meses e foi sucedido provisoriamente pelo chefe de polícia Dr. Herculano de Freitas<sup>158</sup>. Neste ínterim, antes que o novo governador Américo Lobo<sup>159</sup> chegasse para assumir o cargo, a Comissão Executiva do Partido Republicano foi deposta, devido à imensa pressão exercida pela oposição. O grupo que se organizou em torno na União Republicana

---

<sup>156</sup>FREITAS, Manoel Correia de. Manifesto Político. **Diário do Paraná**, Órgão da União Republicana. Director e principal redator: Nestor Victor. Curitiba, n.2, 22 abr. 1890.

<sup>157</sup>FREITAS, op. cit.

<sup>158</sup>Udislau Herculano de Freitas Guimarães nasceu na província do Rio Grande do Sul em 1865. Chegou a ingressar na Escola Militar de Porto Alegre, mas foi julgado fisicamente incapaz para o serviço no exército. Bacharelou-se em São Paulo em 1889. Casado com a filha de Francisco Glicério, fez longa carreira política, distinguindo-se também como advogado e jornalista. Em 1891, tornou-se lente catedrático da Academia de São Paulo. Foi deputado estadual, federal e senador por São Paulo, Ministro da Justiça e diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, falecendo no Rio de Janeiro em 1826 (CARNEIRO e VARGAS, op. cit., p.57-58).

<sup>159</sup>Américo Lobo Leite Pereira nasceu em 1841 em Minas Gerais, oriundo de família tradicional mineira. Bacharelou-se em São Paulo em 1862. Foi deputado geral pela sua província, fazendo parte das hostes liberais. Propagandista da abolição e da República, governou o Paraná por seis meses. Faleceu quando ocupava o cargo de Ministro do Supremo Tribunal no Rio de Janeiro em 1903 (CARNEIRO e VARGAS, op. cit., p.61-63).

nutriu grandes esperanças de mudança nas regras do jogo em seu favor, mesmo porque Correia de Freitas era amigo próximo do novo governador desde os períodos de propaganda. Mas o seu governo acabou seguindo a mesma linha dos anteriores, submetido ao poder do grupo dos 'vicentistas'. Entretanto, algumas divergências com este grupo dificultaram a sua governabilidade. As desavenças do governador deram-se principalmente com Herculano de Freitas e Vicente Machado, o que fez com que tivesse que deixar o cargo, entregando-o ao vice Joaquim Monteiro de Carvalho, o que favoreceria o grupo do *A Republica*. Para a oposição,

*...o Sr. Dr. Américo Lobo trazia o propósito de governar com a maioria do Estado, tendo por amigo de sua administração Corrêa de Freitas, o republicano mais popular e mais sympathico que temos no Paraná. Entretanto, aqui chegando, o Sr. Dr. A. Lobo encontrou um homem que poz dificuldades a sua propósito, este foi o Dr. Herculano de Freitas. (...) Basta dizer-se que ella foi uma barreira tão seria ante-posto ao novo governador, que elle não teve remédio sinão ceder e mudar de rumo.<sup>160</sup>*

Percebe-se aqui algo mais do que uma influência dos republicanos paulistas na política paranaense, evidente para Justiniano de Mello e Silva, redator do *Sete de Março*, para quem o estado estava subjugado: "*Temos sido governados desde o advento da republica pelo Estado de São Paulo. (...) Não chegou ainda o dia da nossa almejada maioridade?*" A dominação visava efetuar-se também no plano simbólico, com a redação da Constituição do estado outorgada a Herculano de Freitas, o que poderia trazer sérias conseqüências para o Paraná, segundo o jornalista-sociólogo:

*O projeto constitucional que nos vae ser graciosamente offerecido pelo exímio redactor do Correio Paulistano contém o lêvedo de irritações, de dissentimentos, de luctas inglórias que nos podem conduzir à anarchia, senão à annexação pelos nossos vizinhos. Não se trata de uma simples desconfiança, pois o anno decorrido após a revolução de Novembro edificou-nos sobre as intenções, sobre a cordialidade dos sagazes ministros paulistas, bem cara aos inexpertos paranaenses. Nos mergulhamos num bom sonno, cujo termo não conseguimos antever, nem tivemos um murmúrio de desporto, um gesto qualquer de displicência em face dessa invasão obstinada, dessa trituração constante da nossa autonomia.<sup>161</sup>*

---

<sup>160</sup>**Diário do Paraná**, 29 jul. 1890, n.84.

<sup>161</sup>**Sete de Março**, 06 dez. 1890, n.136.

De fato, uma série de ações nesse sentido estavam na pauta dos adeptos do Partido Republicano Federal, como a anexação bancária do Paraná a São Paulo, quando não a própria anexação territorial. Aqui novamente vale apontar que tal dominação pretendida e exercida pelos paulistas teve reverberações no campo dos discursos republicanos.

O próximo enviado para governar o Paraná foi o General Inocêncio Serzedello Correia<sup>162</sup>. Porém, antes de ser investido no exercício do cargo, o Dr. Américo Lobo tentou reassumir o governo do estado sob as seguintes condições: demissão de Herculano de Freitas e Vicente Machado de todos os cargos que ocupavam no estado. O ministério aceitou suas condições, com exceção de Francisco Glicério, que ameaçou demitir-se caso seu genro fosse afastado de suas posições no Paraná.<sup>163</sup> Serzedello assumiu e conseguiu uma conciliação entre os grupos locais para a escolha dos representantes na Constituinte Federal: foram eleitos senadores Ubaldino do Amaral e José Pereira Santos Andrade, ligados ao Partido Republicano Federal, e Generoso Marques, pela União Republicana do Paraná. Os deputados eleitos foram Belarmino Lobo, ligado à URP, Eduardo Gonçalves, Fernando Simas e Marciano Magalhães, pelo PRF.

O General José Cerqueira de Aguiar Lima foi o último governador nomeado antes das primeiras eleições constitucionais. A reorganização dos ex-partidos monárquicos sob o roupagem republicana para concorrer ao governo do estado causava uma certa descrença no novo regime:

*Ambas voltaram-se mais para o passado que para o futuro; buscaram menos nas esperanças honradas que no silêncio tumular de marmorisadora tradição todas as ufânicas de seus hymnos de Victoria. Há nas duas chapas nomes de uma respeitabilidade incontestada, embora se note no todo de ambas a predominância do espírito partidário, característico que era mister desaparecer no laborioso período em que uma eleição*

---

<sup>162</sup>Nasceu no Pará em 1858, assentou praça no 1.º Batalhão de Artilharia da Corte em 1874 e formou-se engenheiro em 1888. Foi governador e comandante das armas do Paraná, entre outros cargos exercidos posteriormente no país (CARNEIRO e VARGAS, op. cit., p.67).

<sup>163</sup>**Diário do Paraná.** Órgão da União Republicana. Curitiba, 20 ago. 1890, n.101.

*devia ser antes de seleção que de compadresco. Nenhuma das chapas apresentadas representam, pela harmonia e homogeneidade, a aspirada e necessária válvula, por onde possa respirar livre e feliz, a alma popular.*<sup>164</sup>

Para evitar fraudes nas eleições, um novo acordo foi feito entre o grupo de Vicente Machado e o de Generoso Marques, restando evidente que a disputa eleitoral se dava entre núcleos de amizade e compadrio:

*Em virtude de accôrdo entre todos os chefes da conciliação, para a garantia da liberdade e verdade do voto, as mesas para as próximas eleições serão assim compostas: em metade de cada mesa de cada município, o presidente e mais dois membros serão do grupo dos amigos do Dr. Vicente Machado, cabendo aos outros dois membros ao grupo dos amigos do Dr. Generoso, na outra metade das mesas o presidente e mais dois membros serão do grupo dos amigos do Dr. Generoso, cabendo os dois outros membros ao grupo dos amigos do Dr. Vicente Machado.*<sup>165</sup>

Além da conturbada eleição para governador, houve também muita discussão para a definição dos candidatos que participariam da constituinte estadual. Muitos eram contra o mecanismo que elegia o governador e os representantes do Congresso pelo voto das municipalidades, enquanto para outros, como Vicente Machado, era a melhor solução: "*A eleição por meio de representantes do Congresso, pelas municipalidades ou por eleitores especiaes recolhidos para esse fim, pode ser um meio de corrigir os defeitos em dadas circunstâncias e os inconvenientes que surgem de um apello à massa popular.*"<sup>166</sup>

Nesse período, cai o primeiro ministério de Deodoro e sobe o gabinete do Barão de Lucena, a quem o grupo de Vicente Machado era hostil, assim como os paulistas em geral, que se negaram a participar do governo. O governo de Aguiar Lima e a condução do Barão de Lucena a ele vinculado tornaram-se alvo de críticas dos 'vicentistas': "*Já não nos empenhamos em discussões políticas em relação ao*

---

<sup>164</sup>**Diário do Comércio**, 21 fev. 1891, anno I, n.42. Redator: Leôncio Correia.

<sup>165</sup>**Diário do Comércio**, 23 fev. 1891, anno I, n.42. Propriedade da Cia Impressora Paranaense, Redator: Leôncio Correia.

<sup>166</sup>**A Republica**, 16 dez. 1890, ano V, n.290. Proprietário Joaquim Silva, Redator Político Vicente Machado.

*governo do Sr. Aguiar Lima. Quanto a esse ponto, mais acusações teríamos que formular ao governo federal, do que ao nulissimo governador a quem foi confiada a empreitada."*<sup>167</sup>

As eleições de abril de 1891 foram bastante conturbadas e fraudulentas e, segundo alguns, financiadas pelo Barão de Lucena. A vitória dos ex-liberais e de Generoso Marques, que obteve o franco apoio do Coronel Aguiar Lima, causou indignação aos seus adversários:

*Nenhuma esperança depositamos neste congresso, nascido da compreensão exercida sobre o eleitorado paranaense, pela sapatra jogral a quem o senhor Lucena cometteu a investidura de rebaixar este povo digno, desmoralizando essa republica proclamada a 15 de novembro.*<sup>168</sup>

Generoso Marques assumiu em junho de 1891 e em novembro desse mesmo ano Deodoro fechou o Congresso Nacional, resultado da intensa crise econômica e política pela qual o país passava. A Assembléia Legislativa do Paraná, então presidida pelo Sr. Menezes Dória, reuniu-se e o deputado Cardoso Júnior discursou no sentido de justificar a aprovar o ato do Marechal Deodoro, concluindo que "A Assembléia Legislativa do Estado, ciente dos últimos acontecimentos políticos, declara que se acha ao lado do poder executivo nacional para manter ordem e assegurar as liberdades públicas. Cardoso Junior, Teixeira de Freitas."<sup>169</sup> Pouco depois, a moção que apoiava o golpe de Deodoro foi invocada para destituir o governador e os deputados eleitos.

A queda de Generoso Marques é referida pela historiografia como consequência da ascensão de Floriano, que depôs todos os governos constitucionais eleitos no período de Deodoro, menos o do Pará. Todavia, a versão de Generoso

---

<sup>167</sup>**A Republica**, 07 maio 1891, ano VI, n.398. Diretor: Eduardo M. Gonçalves; Redator Político: Vicente Machado, p.1.

<sup>168</sup>**A Republica**, 02 jun. 1891, anno VI, n.417. Proprietários: Eduardo M Gonçalves e Vicente Machado. Redator Político: Vicente Machado. p.1.

<sup>169</sup>Apud CHAVES, op. cit., p.137.

Marques<sup>170</sup> difere um pouco da corrente, para quem a deposição não se deu por ordem do presidente da República, mas pela pressão e pelas articulações do grupo oposicionista comandado por Vicente Machado com o exército, na figura do coronel Roberto Ferreira, chefe da guarnição, e seus oficiais, que haviam concordado em manter o governo constitucional, mas que acabaram cedendo e depondo o governador eleito. De fato, o apoio do exército mostrou-se fundamental no início da República, pois, assim como a eleição daquele governador o teve como base de apoio, por terem sido alijados pelo grupo de Vicente Machado, este valeu-se do mesmo antídoto para destituí-lo.

Assumiu o comando do estado uma Junta Provisória composta pelo coronel Roberto Ferreira e os civis Bento Lamenha Lins e Joaquim Monteiro de Carvalho, que imediatamente dissolveram o Congresso Estadual, convocaram eleições para governador e para a nova constituinte estadual.<sup>171</sup> Permaneceu a junta no governo até fevereiro de 1892, quando Francisco Xavier da Silva foi eleito governador e Vicente Machado seu vice pelo Partido Republicano Federal. Uma nova Constituição foi promulgada em abril de 1892, com um conteúdo bem mais federativo do que a anterior, fruto da hegemonia do grupo que a concebeu.

A partir desse momento os ex-conservadores, representantes dos ervateiros, passaram a ocupar a posição dominante no campo político paranaense, pois, com o regime federativo implantado, o exercício das oligarquias locais havia ficado mais direto, uma vez que tinham o controle do Executivo. Mantiveram-se nessa posição por mais de uma década, com os ex-liberais permanentemente afastados da participação no governo. Essa nova configuração de forças ficou evidente nas duas eleições que antecederam a Revolução Federalista: para cada deputado da União Republicana havia sete do Partido Republicano Federal. Com a

---

<sup>170</sup>MARQUES, Enéas. **Generoso Marques** (1844-1928). Curitiba: Imprensa Paranaense, [s.d.]. p.28-39.

<sup>171</sup>CARNEIRO e VARGAS, op. cit., p.85.

vitória da legalidade, a desproporção cresceu ainda mais, para um eleito pela URP havia quinze do grupo PRF entre 1897 e 1906.<sup>172</sup>

Por isso, os ex-liberais aderiram à Revolução Federalista, como última tentativa de reaver suas posições no campo do poder. A opção pela luta armada foi fruto das tensões e da percepção da drástica diminuição do espaço para sua participação política, afinal "em muitos estados, os partidos republicanos eram praticamente partidos únicos"<sup>173</sup>. Se este não foi o caso do Paraná, pode-se afirmar que se aproximou muito de sê-lo, o que se confirma pela longa permanência de uma figura central na condução do partido, que foi Vicente Machado. Os membros da União Republicana contaram também com o apoio da Liga Ordem e Progresso<sup>174</sup>, que defendia os interesses dos imigrantes, também afastados da política. Mas, mesmo com esse apoio, não somaram capital político suficiente para disputar posições com os membros do Partido Republicano Federal, inclusive devido ao seu capital econômico dilacerado. A tomada de posição em favor dos liberais revoltosos do sul, que foi negociada e reprimida no período da emancipação, efetivou-se, décadas depois, com a aliança na Revolução Federalista, marcando o fim da dominação das elites tradicionais do estado.

Um resultado como esse jamais teria sido previsto por qualquer dos integrantes do jogo. Mas, com a observação de como se deu esse processo de uma maneira distanciada, apreendeu-se de que forma a consolidação econômica da burguesia ervateira teve seu capital econômico paulatinamente convertido em político, fortalecido pela mudança de regime e pela conseqüente ascensão dos republicanos locais vinculados ao PRP.

---

<sup>172</sup>SEGA, op. cit., p.223.

<sup>173</sup>PANDOLFI, op. cit., p.71.

<sup>174</sup>**Diário do Commercio**, 25 fev. 1891.

### 1.5.2 A Revolução Federalista

Embora a Revolução Federalista, ocorrida entre 1893 e 1895, não constitua objeto de análise neste trabalho, que teve originalmente seu recorte temporal delimitado até 1891, ao elaborar a prosopografia de alguns redatores políticos que atuavam no Paraná na virada da Monarquia para a República, percebeu-se a importância de suas tomadas de posição frente a ela. Logo, considerou-se necessário situar minimamente seus principais aspectos com o intuito de viabilizar a compreensão de trechos das biografias elaboradas no próximo capítulo. Além disso, a Revolução Federalista foi um evento decisivo para a consolidação do novo regime, e decidida em solo paranaense, o que justifica a importância dada a esse evento dentro das trajetórias analisadas, e auxilia na compreensão da relação entre posição nas estruturas de poder, pensamento e prática política.

Para compreender as causas da Revolução Federalista, é preciso retomar minimamente a cena política no Rio Grande do Sul durante o Segundo Reinado, que era comandada pelos liberais (que herdaram popularidade da luta farroupilha) 'adversários' das idéias republicanas, e que, portanto, se opunham à tendência nacional na qual o republicanismo ganhava força em função das dissidências liberais. Os liberais gaúchos controlavam o Executivo e a Assembléia Provincial e ficaram ainda mais poderosos quando um de seus principais líderes, Gaspar Silveira Martins, assumiu o Ministério da Fazenda do Império.

Neste ínterim, surge em meados da década de 1880 a geração republicana no Rio Grande do Sul comandada por Júlio de Castilhos, membro da elite gaúcha que fez seus estudos no Largo São Francisco em São Paulo, de onde trouxe os ensinamentos do positivismo e as idéias republicanas. No final dos anos 1880, às vésperas da Proclamação, Júlio de Castilhos aproximou-se de Deodoro da Fonseca, que exercia comando no Rio Grande do Sul e que havia se fortalecido politicamente com a Guerra do Paraguai, o que mais tarde lhe renderia bons frutos.

Em junho de 1888 o Imperador nomeou para o governo do Rio Grande do Sul Gaspar Silveira Martins, o que desagradou profundamente o Marechal Deodoro, que era seu inimigo pessoal e político, levando os conservadores a aderirem em massa ao Partido Republicano, já que ambos se opunham ao novo governador.

Proclamada a República, Júlio de Castilhos valeu-se da aproximação com o Marechal Deodoro para obter privilégios políticos, incluindo a indicação de presidentes e a elaboração da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul em 1891, quando foi eleito presidente do Estado. A carta constitucional, de cunho autoritário sob inspiração positivista, fez crescer ainda mais a oposição dos ex-liberais. Quando Deodoro fechou o Congresso, Castilhos demorou oito dias para tomar uma posição quanto ao golpe, permitindo a formação de uma grande manifestação em Porto Alegre que pedia sua renúncia. Castilhos abandonou o palácio sem anunciar um sucessor; seguiram-se sucessivos governos interinos muito frágeis, e a situação ficava cada vez mais tensa. No final do ano, Deodoro, pressionado, renunciou. Castilhos consegue voltar ao poder com apoio de Floriano, a quem Silveira Martins tentou convencer acerca de suas idéias parlamentaristas, sem sucesso.

Martins, impossibilitado de participar do jogo político, partiu para guerra civil, cujos princípios ficaram conhecidos como federalistas em virtude do Partido Federalista formado após a mudança de regime. Sua frente era bastante heterogênea, mas tinha um alvo comum: derrubar Júlio de Castilhos. Não eram, portanto, restauradores monárquicos e seu problema não era o governo Floriano. No entanto, no decorrer da guerra, a revolução foi tomando maiores proporções e abarcando outros interesses, como resultado de uma série de questões e divergências nacionais, como o conflito entre poder civil e militarismo, presidencialismo e parlamentarismo, centralismo e federalismo.<sup>175</sup>

Os federalistas ganharam o apoio dos deodoristas, que, em geral, compunham a oposição nos estados, afinal, foram aliçados do poder com a ascensão de Floriano.

---

<sup>175</sup>COSTA, Samuel Guimarães. In: CARNEIRO, David; VARGAS, p.9.

Este, por sua vez, ganhou o apoio dos paulistas, que tinham interesse na estabilidade do regime para que pudessem eleger Prudente de Moraes presidente. Os liberais paranaenses aderiram por terem tido sua participação no sistema político republicano obstruída pelos republicanos e conservadores que tomaram o poder, embora pesasse também sua simpatia pelos gaúchos, devido ao largo trânsito que possuíam na sociedade campestre paranaense via comércio de tropas.<sup>176</sup>

Em setembro de 1893 a Revolta da Armada reanimou os federalistas que adentraram Santa Catarina e chegaram ao Paraná, onde Floriano concentrou suas forças. Tijucas e Paranaguá foram facilmente conquistadas, mas na Lapa um cerco organizado por Gomes Carneiro reteve os federalistas por 26 dias. Quando alcançaram a capital, o governador em exercício, Vicente Machado, havia transferido o governo do estado para Castro, e uma junta governativa comandada pelo Barão do Serro Azul negociou com os invasores. Em pouco tempo o exército legalista chegou à capital forçando Gumercindo Saraiva a retirar-se do estado.

Com o fim da guerra civil, em agosto de 1895, a oposição no Rio Grande do Sul e no Paraná ficou aniquilada e com muitos exilados. Assim como no Rio Grande do Sul os republicanos desbancaram a oligarquia tradicional<sup>177</sup>, no Paraná ocorreu o mesmo, com o apoio decisivo da burguesia ervateira. Júlio de Castilhos e Vicente Machado conquistaram poder incontestável em seus estados, mantendo sua hegemonia por décadas.

\*\*\*

O Paraná, na condição de província marginalizada politicamente, mesmo após sua emancipação de São Paulo, tinha seu meio cultural pouco desenvolvido

---

<sup>176</sup>COSTA, Samuel Guimarães. In: CARNEIRO, David; VARGAS, p.6.

<sup>177</sup>PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A revolução federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

até a metade do século XIX, quando a ascensão de uma burguesia de caráter urbano viabilizou os primeiros investimentos importantes para a modernização de Curitiba. A emancipação conservadora da província não obteve sucesso imediato no seu plano de enfraquecimento político dos liberais, que só ocorreu quando da drástica diminuição do seu capital econômico. Nesse contexto, seus adversários ervateiros tinham cada vez mais espaço para a conversão do seu capital econômico em político, inclusive mediante investimentos em novas formas de sociabilidade, fruto do cadinho de idéias do período, repleto de ideais de civilidade e progresso.

Todavia, o caráter conservador das elites já se mostrava evidente desde a emancipação, e a propaganda republicana na província o comprovava. Os adeptos do litoral vinham dos setores médios, interessados num novo regime que possibilitasse sua maior participação no campo do poder. Já o clube da capital foi em grande parte resultado da estratégia de propaganda dos paulistas, que o monopolizou, principalmente no plano ideológico. Percebeu-se em vários momentos seu desejo de retomarem o território 'perdido' com a emancipação mediante propostas de anexação do Paraná, o que fortaleceria os anseios separatistas dos mais radicais.

Com a República, o equilíbrio do poder no campo político se inverteu, e a aliança entre republicanos e conservadores resultou numa hegemonia que forneceu espaço para a instauração do projeto de modernização conservadora das elites locais. Nesse contexto, que favoreceu o surgimento de um campo de produção cultural em Curitiba, a imprensa foi o principal veículo de divulgação de idéias e mesmo palco privilegiado dos embates políticos – e isto constitui o objetivo central deste trabalho, que não teria sentido sem a compreensão da vida política e cultural no Paraná.

## CAPÍTULO 2

### PROSOPOGRAFIA DOS REDADORES REPUBLICANOS

O objetivo deste capítulo é elaborar uma biografia dos principais redatores que escreveram sobre a questão republicana em Curitiba no final do século XIX, com a intenção de traçar uma prosopografia deste subgrupo que atuava no campo político paranaense. Interessam especialmente os redatores, pois eram os responsáveis pelo conteúdo do jornal e pelas idéias que ali circulavam. O método prosopográfico, que "utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar características comuns de um determinado grupo social em dado período histórico"<sup>178</sup>, permite uma observação "dos grupos sociais em suas dinâmicas internas e em seus relacionamentos com os outros grupos e com o espaço do poder"<sup>179</sup> e, portanto, auxilia na compreensão das redes e configurações.

O critério de escolha desses escritores recaiu sobre a importância deles tanto no quadro das discussões sobre os ideários republicanos quanto na relevância da sua inserção na imprensa periódica local. Dessa forma, dentro de um universo de aproximadamente duas dezenas de jornalistas políticos do período, recortou-se um subgrupo de dez que aparecem dando sua contribuição para a discussão republicana na imprensa, cujo capital simbólico se destacou e cuja trajetória é exemplar para permitir a compreensão das redes de interdependência e disputas de poder. Eram eles: Rocha Pombo, Vicente Machado, Manoel Correia de Freitas, Justiniano de Mello e Silva, Leôncio Correia, Eduardo Mendes Gonçalves, Chichorro Júnior, Albino Silva, Menezes Doria e Nestor Victor.<sup>180</sup>

---

<sup>178</sup>HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites: à guisa de introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.9.

<sup>179</sup>HEINZ, op. cit., p.12.

<sup>180</sup>A ordem em que suas biografias aparecem não segue nenhum critério específico.

Importante mencionar que a escolha desses escritores deu-se também em função do recorte temporal desta pesquisa que busca, dentro da limitação das fontes, apreender o início da discussão republicana no Paraná, até o ano de 1891. Além disso, apesar de tratar-se de um período rico em fontes históricas, há muitas lacunas nos acervos disponíveis para esta discussão. Contudo, acredita-se que será possível analisar minimamente os principais escritores que atuaram na virada da Monarquia para a República e seus respectivos posicionamentos republicanos, sempre tendo em mente a idéia de que essas personagens encontravam-se ligadas umas as outras pelos mais variados laços de interdependência, que influenciavam e eram influenciados por suas posições no cenário curitibano de então e por suas inserções dentro das estruturas de poder.

Vale lembrar que o método para a elaboração de uma biografia coletiva depende da quantidade e qualidade das fontes, o que pode muitas vezes limitar o trabalho. As utilizadas neste capítulo são amplas e variadas, abundantes para alguns redatores e exíguas para outros, o que resultou na impossibilidade de tratá-los homoganeamente. Não obstante, pode-se inferir que a própria disponibilidade de fontes constitui um dado indicativo dos capitais e das posições de cada redator.

Inúmeras fontes foram utilizadas na construção das trajetórias dos redatores, mas algumas merecem ser mencionadas por terem servido como suporte básico das reflexões, inclusive para várias outras fontes citadas. As obras de base adotadas sobre a história da imprensa no Paraná foram *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*, de Osvaldo Pilotto e o *Catálogo dos jornais publicados no Paraná de 1854-1907* de Romário Martins; para estabelecer origens familiares e laços de parentesco recorreu-se aos seis volumes da *Genealogia Paranaense*, de Francisco Negrão, e para tratar dos mais diversos personagens e temas locais

utilizou-se o *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*<sup>181</sup> e o *Diccionario Histórico e Geográfico do Paraná* de Ermelino de Leão.

## 2.1 ROCHA POMBO: JORNALISMO, POLÍTICA E LITERATURA NO PARANÁ

A importância de Rocha Pombo na discussão sobre os ideários políticos dos paranaenses na virada do século XIX para o XX se dá por seu vanguardismo ao discutir, via imprensa, questões de ordem política relativas ao sistema monárquico debatidas nos principais centros do país. Partindo do recorte de seus posicionamentos quanto à política e a República, sua trajetória biográfica pode ser dividida em dois momentos, relacionados com as configurações nas quais estava inserido no campo político e no meio intelectual no Paraná e no Brasil.

Essa divisão, apesar de arbitrária, tem validade analítica dentro do recorte temático proposto para demonstrar de que forma a política e a República aparecem em seu pensamento antes e depois da instauração do novo regime. Na primeira fase, o jovem jornalista defende uma perspectiva evolucionista, mediante a execução de uma série de reformas que levaria o estado e o país à civilização e ao progresso e, portanto, de forma 'natural' à República. Após a proclamação, inicia-se a segunda fase, na qual Rocha Pombo, desiludido com o rumo ditatorial do novo governo, aproxima-se de perspectivas sociais utópicas. Esta tomada de posição, somada à sua marginalização por parte das elites políticas locais, levou-o ao que ele próprio chamou de exílio, com sua mudança para o Rio de Janeiro em 1897, quando se deu sua conversão ao ofício de historiador.

Esta análise dará ênfase aos aspectos de sua vida que auxiliem na compreensão dos ideários republicanos locais, deixando para um segundo plano

---

<sup>181</sup>Cujos colaboradores foram: Altiva Balhana; Cassiana Carollo; Cecília Westphalen; Lina Benghi; Marta Costa.

perspectivas fundamentais da sua produção como prosador e poeta, que em respeito a uma divisão de competências, ficam a cargo das análises do campo da literatura.<sup>182</sup>

### 2.1.1 Origem e Formação do Jornalista Político e do "Republicano Platônico"

José Francisco da Rocha Pombo nasceu em Morretes<sup>183</sup>, na então Província do Paraná, em 1857. É o primogênito dos 10 filhos de Manuel Francisco Pombo e de Angélica Pires da Rocha Pombo. Vem de uma família protestante, cujo pai é professor, com breve participação na política local, via Partido Conservador, chegando à suplência de vereador. Inicia sua vida profissional aos 18 anos, substituindo o pai no magistério no distrito de Anhaia, subúrbio de Morretes. Tal proximidade com o mundo das letras favoreceu o desenvolvimento da profissão de jornalista, que acreditava ser um meio para a busca de justiça social.

Foi adolescente no período em que findava a Guerra do Paraguai, quando o país vivia um momento de entusiasmo com a vitória, caracterizado por um otimismo e um patriotismo sem precedentes. Regionalmente, a indústria da erva-mate, que se expandira durante a guerra, estava consolidada, dando início ao processo de modernização da província. No entanto, a euforia com a vitória e a respectiva popularidade do Imperador duraram pouco, pois naquele mesmo ano de 1870 surgiram a questão militar, o abolicionismo e a propaganda republicana, fatores que contribuíram decisivamente para o começo do fim do Império no Brasil.

As configurações na qual Rocha Pombo estava inserido, aliadas ao seu autoditadismo, tornaram-no jornalista ainda jovem, havendo consenso na historiografia de que o seu primeiro jornal '*O Povo: órgão dedicado a causa popular*'

---

<sup>182</sup>Entretanto, devido à carência de fontes, recorreu-se a um de seus romances, *Petrucello*, para tratar de suas perspectivas políticas pós-República. Para uma análise de Rocha Pombo sob o olhar da sociologia da literatura, ver: BEGA, op. cit.

<sup>183</sup> Cidade do litoral paranaense que surge com a exploração do ouro e da prata no século XVIII e que no início do XIX tornou-se sede de alguns engenhos de mate.

fundado em 1879, quando tinha apenas 22 anos, inaugurou a discussão republicana na imprensa paranaense, adiantado em termos de posições políticas na província; nesse mesmo ano teve sua iniciação maçônica na loja Modéstia no Oriente de Morretes. É considerado por muitos o precursor da propaganda republicana no Paraná sem, contudo, jamais ter reivindicado a posição, ao contrário de outros republicanos que se debateram por esse título<sup>184</sup>. Seu periódico desenvolveu críticas ao sistema político imperial, defendendo a República e a abolição da escravatura naquele que foi, segundo *Piloto*<sup>185</sup>, o primeiro jornal editado em Morretes. Para seu amigo Nestor Victor, sua opção pelo jornalismo resultava de uma ilusão, característica daquele período, de que por meio da imprensa poderia concretizar seus anseios humanistas.<sup>186</sup>

Nesse sentido, sua trajetória biográfica pode auxiliar na compreensão das redes de relações que se formaram e nas articulações entre imprensa e política durante o período de transição do regime monárquico para o republicano. O reconhecimento que Rocha Pombo teve durante sua vida e a notória influência sobre diversos escritores paranaenses comprovam sua importância no desenvolvimento da vida cultural local, pois, até aquele momento, "nenhum paranaense subira intelectualmente tão alto perante a opinião de seu meio, nenhum fizera carreira tão vertiginosa na imprensa e nas letras".<sup>187</sup>

Embora paradoxal, num editorial do supramencionado jornal republicano de 1880, Rocha Pombo declarou-se um 'monarquista reformista', pois não acreditava

---

<sup>184</sup>Como Eduardo Gonçalves, que disputava a primazia na propaganda republicana local pelo grupo do A Republica contra o da União Republicana, que elegeu Correia de Freitas o iniciador da propaganda paranaense.

<sup>185</sup>PILOTTO, op. cit., p.12.

<sup>186</sup>VICTOR, Nestor. Rocha Pombo no Paraná. In: \_\_\_\_\_. **A obra crítica de Nestor Victor**. Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa; Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1979. p.62.

<sup>187</sup>VICTOR, Rocha Pombo..., op. cit., p.62.

que o povo e os homens públicos estivessem preparados para a República. Acreditava que ela seria resultado de uma evolução natural e espontânea da nação a fim de que o país suprisse suas necessidades, "*porque estou certo e a historia nol-o diz, que o espírito da reforma é a alma da sociedade*"<sup>188</sup>. Anos mais tarde, fará uso do mesmo argumento para justificar seu mandato no Partido Conservador.

Logo, o debate republicano no Paraná teve seu início 'formal' nove anos após a publicação do célebre *Manifesto de 1870*. Foi, todavia, uma atitude relativamente ousada para a atmosfera intelectual paranaense do período, especialmente partindo de uma localidade periférica<sup>189</sup> e de uma figura que ainda não dispunha de capital simbólico suficiente para levantar tais questões. A precoce competência jornalística e literária de Rocha Pombo pode ser observada também na publicação, no mesmo ano de 1879, do seu primeiro artigo na revista fluminense *A Escola*, transcrito na *Revista Del Plata* de Buenos Aires.<sup>190</sup>

A vida de Rocha Pombo é descrita por alguns de seus biógrafos como muito difícil em termos materiais. Para Piloto<sup>191</sup>, o 'moço pobre' de Morretes dedicou sua vida para escrever sua grande obra, *Historia do Brasil*, mas não obteve o devido reconhecimento em vida. É importante questionar esse tipo de afirmação relativa à sua extrema pobreza e humildade que envolve sua figura de um caráter heróico, altruísta e com espírito de sacrifício que "se dispôs a sofrer e ter a paciência de Jó em nome da Verdade".<sup>192</sup> Parafrazeando Bega<sup>193</sup>, o fato de Rocha Pombo ter nascido numa família de professores do litoral do Paraná coloca a questão do

---

<sup>188</sup>**O Povo**, ano II, Editorial de 19 fev. 1880, p.1.

<sup>189</sup>Em relação a Paranaguá e à crescente Curitiba.

<sup>190</sup>CAROLLO, Cassiana Lacerda. In: DHBPR, op. cit., p.376.

<sup>191</sup>Por exemplo na representação feita por PILOTO, Valfrido. **Rocha Pombo**. Curitiba: Gráfica Mundial, 1953.

<sup>192</sup>POMBO, Rocha. *Jornal do Brasil*, 05 jul. 1933. Apud: PILOTO, op. cit., p.12.

<sup>193</sup>BEGA, op. cit.

posicionamento social de uma família como esta em meados do século XIX em Morretes, cidade para onde confluía uma parte significativa das atividades econômicas do Paraná da época, via erva-mate. A estrutura social imperial escravocrata permite supor que, apesar de a família não possuir capital econômico de importância, prestava serviços educacionais para a burguesia local, podendo ser situada entre os setores médios.

Mas o aspecto mais decisivo da trajetória de Rocha Pombo foi seu autodidatismo, que elevou seu capital cultural a ponto de este converter-se em moeda de troca, possibilitando-lhe a inserção nos espaços literários e políticos do Paraná, afinal, os cursos superiores que poderiam viabilizar este tipo de trânsito naquele período estavam disponíveis somente para famílias de alta renda.<sup>194</sup> Seu investimento no estudo de idiomas como inglês, francês e alemão permitiu-lhe acesso ao pensamento de escritores como Kant, Nietzsche, Emerson Carlyle, Lord Byron, Hypolite Taine, que deram origem a obras como *Supremacia do Ideal*, de 1882, e que foram bases da sua formação intelectual. Rocha Pombo percebeu, não necessariamente de forma consciente, o ambiente intelectual rarefeito em que vivia, e desenvolveu ações, mesmo que não planejadas, no sentido de ampliá-lo, como, por exemplo, na fundação da Tipografia Verdade de Curitiba em 1881, no ano seguinte após sua mudança para a capital da província, onde publicou "*A Honra do Barão*", e o jornal republicano *A Verdade*, que fundou em parceria com Correia de Freitas.<sup>195</sup> No mesmo ano teve um folhetim seu transcrito no jornal *Patria*, de Montevideú.<sup>196</sup>

Sua estada em Curitiba como jovem jornalista e escritor tornou-o bastante conhecido na província, favorecendo o desenvolvimento do seu capital de relações sociais. Seguiu para Castro em 1883 onde se casou com Carmelita Madureira

---

<sup>194</sup>BEGA, op. cit.

<sup>195</sup>Periódico não encontrado.

<sup>196</sup>CAROLLO, Cassiana Lacerda. In: DHBPR, op. cit., p.376.

Azambuja, filha de um grande fazendeiro, com quem teve seis filhos. Não se sabe ao certo se o casamento foi causa ou consequência da sua mudança, pois, via de regra, não fazia parte da lógica dos intelectuais do período deixarem a capital da província em direção ao interior. Castro, apesar de sua relativa importância nos Campos Gerais, era uma cidade interiorana comandada por elites rurais. É o próprio Nestor Victor quem questiona a lógica que guiou a mudança de Rocha Pombo e quem lança a hipótese de que, como não teve oportunidade de 'estudar para doutor' e adentrar na vida política da província via primeiro distrito (que incluía a capital e o litoral), optou estrategicamente por fazê-lo numa região onde poderia ter maiores oportunidades. A fundação do "*Eco dos Campos*", primeiro jornal publicado na cidade, pode ser entendida como uma confirmação dessa suposição, afinal "o posto de editorialista era muito cobiçado, e para muitos escritores significou a ponte para iniciar uma carreira política".<sup>197</sup> Passou por dificuldades financeiras e materiais, principalmente por criticar os liberais, dominantes no segundo distrito, atestando que seu casamento não interferiu no seu posicionamento político. Ao menos, teve boa recepção entre os conservadores, que conseguiram elegê-lo em 1884, apesar de não ter assumido o cargo, pois "*a Assembléia Liberal arrancou o diploma de Rocha Pombo, eleito deputado pelo 2.º distrito*"<sup>198</sup>. Em 1886 foi eleito novamente, e dessa vez não foi impedido de exercer sua função.

Num momento em que ainda não havia uma divisão clara entre os campos, sejam eles político, econômico ou intelectual, as estreitas ligações que Rocha Pombo mantinha com o Barão do Serro Azul – além da amizade, foi seu interlocutor na redação de seus jornais e da defesa das principais demandas da classe ervateira – principal personagem do campo econômico local e líder do Partido Conservador, permitem que seja posicionado como membro 'dominado' no campo de poder local.

---

<sup>197</sup>MICELI, Sérgio. Poder, sexo e letras na república velha. In:\_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.55.

<sup>198</sup>**Gazeta Paranaense**, 25 set. 1884, n.315.

## 2.1.2 Ação Política na Assembléia Provincial

O capital simbólico adquirido na condição de jornalista militante contribuiu para a angariação dos votos que elegeu Rocha Pombo deputado provincial por Castro, para o período 1886/87, pelo Partido Conservador.

Após assumir o cargo, sua primeira fala na Assembléia buscou explicar para a juventude que o admirava e que via em sua figura um "mestre e iniciador" da campanha republicana no Paraná, o seu mandato pelo Partido Conservador, defensor do império e da escravidão. A justificativa do jornalista e recém-eleito deputado fundamentava-se na sua perspectiva evolucionista e na percepção de que o ideário republicano ainda estava distante do momento em que viviam. Logo, acreditava que tão importante quanto a militância era a ação política concreta, mediante a luta para que a República se tornasse mais próxima, viável somente dentro dos moldes dos partidos existentes, como evidenciado num diálogo entre Rocha Pombo e Vicente Machado na Assembléia Provincial:

*Não posso deixar de dizer, antes de tudo, que sei que esses moços me censuraram pelo fato de ter me alistado em um dos partidos militantes; mas em primeiro lugar devo assegurar a esse grupo de bons espíritos que sou tão democrata, que sou tão amigo da liberdade, tão bom soldado da liberdade como os que melhores possa contar este país.*

*Quando eles me censuram, esquecem-se de que para tomar o posto de propagandista acérrimo da idéia nova é preciso antes de tudo firmar créditos perante a opinião, é preciso primeiro que tudo conquistar a confiança pública e ter a certeza de que o povo nos ouve. (...) [sobre as reformas necessárias para o progresso e a civilização da pátria] Se essas reformas, perfeitamente comportáveis no regime vigente, tem lutado com tantos embaraços afim de arraigar-se bem no fundo do coração popular, como entender os propagandistas da republica que será fácil levar a alma da nação a preferência pelo novo regime, a preferência pelo estabelecimento da republica que deve abalar, que deve transtornar, convulsionar a ordem das coisas existentes para depois reorganizar essa sociedade.*

*O Sr. Vicente Machado: Não apoiado, a republica evolucionista não quer isto.*

*O Sr. Rocha Pombo: Sr. Presidente, aproveito o aparte do nobre deputado que me distingue, para dizer que é justamente pela republica evolucionista que tenho o prazer de estar externando os meus pensamentos. V. Ex. sabe, Sr. Presidente que ainda temos tanto a trabalhar, tanto a fazer neste país dentro do regime monárquico (...) não condenei – os, apenas lamentei que esse grupo de moços a que me referi se isola do seu tempo não querendo unir aos seus esforços aos dos partidos atuais, aos quais esta nação deve tudo até o presente (...) Quero caminhar para a republica dentro do sistema atual...<sup>199</sup>*

---

<sup>199</sup> **Anaes da Assembléia Provincial do Paraná**, 6.<sup>a</sup> Sessão Ordinária, 9 nov. 1886, p.23 e segs.

Ao defender a República dentro dos moldes evolucionistas vigentes no século XIX, Rocha Pombo reafirma sua crença reformista e não revolucionária enunciada em seu extinto hebdomadário morretense. Ao observar esse discurso dentro do contexto de recém-ingresso no campo da política, ele demonstra seu desejo de participar do jogo político – assim como sua candidatura conservadora pelo segundo distrito – "*querendo ser útil à minha província eu não podia dispensar-me de escolher um dos dous partidos militantes*", sem contudo ter tido tempo suficiente para a incorporação do *habitus* necessário, como quando diz ao presidente da sessão: "*V. Ex. comprehende perfeitamente o embaraço com que me animo a occupar esta tribuna. Falta-me a pratica, falecem-me todos os recursos indispensáveis para o uso da palavra (...)*". De qualquer forma, Rocha Pombo não negou seu ideário republicano, ao mesmo tempo em que manteve coerente sua posição de militante via Partido Conservador. Esse posicionamento lhe rendeu o irônico rótulo de '*republicano platônico*', atribuído por Generoso Marques durante essa sessão.<sup>200</sup>

Suas críticas ao Partido Liberal e às elites agrárias, principais concorrentes da burguesia ervateira de Curitiba e do litoral pelo poder da província, a princípio agradaram seus correligionários. Entretanto, Rocha Pombo visava concretizar objetivos reformistas mais amplos, que não poderiam ser resumidos às aspirações que mantinha em comum com os ervateiros. Sua atuação como deputado no espaço onde as elites debatiam políticas administrativas para o Paraná demonstra estratégias de subversão típicas dos "últimos a chegar"<sup>201</sup>, caracterizadas principalmente pela defesa do que considerava essencial para a província: reformas estruturais, que contrariavam os interesses de ambos os partidos. Sob o ponto de vista de Nestor Victor, que descreve uma sessão em que Rocha Pombo – de quem era grande

---

<sup>200</sup>Anaes da Assembléia Provincial do Paraná, 6.<sup>a</sup> Sessão Ordinária, 9 nov. 1886, p.23 e segs.

<sup>201</sup>Cf. MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

admirador – discursou na Assembléia Provincial, o deputado conservador apresentou projetos que buscavam atuar em questões vitais para o progresso do Paraná, mas que aos olhos do Presidente da Província eram ideologias distantes demais da realidade.<sup>202</sup> Além disso, votava de acordo com suas convicções, o que por vezes significava favorecer os adversários do seu partido. Foi por isso acusado de falta de caráter, criando um desconforto entre seus correligionários que, apesar disso, preferiram mantê-lo no partido como redator da *Gazeta Paranaense*, evitando assim que os liberais o cooptassem.

Seu desejo de implementar com rapidez as reformas estruturais fez com que tentasse adequar sua prática legislativa ao *status quo*. Estava bastante preocupado com a crise pela qual o Paraná passava<sup>203</sup> e acreditava que a implementação de suas propostas resolveria o problema, levando a província rumo ao progresso e à civilização. As medidas que defendeu para resolver a crise da indústria ervateira foram: a necessidade de trabalho livre<sup>204</sup> – leia-se abolição e imigração européia –, abertura de novas estradas, diminuição dos impostos sobre o mate etc. Outras medidas, que não as suas, foram aprovadas e a situação econômica tornou-se satisfatória nas décadas seguintes pois somente um de seus projetos foi aprovado durante o seu mandato: a inofensiva criação de uma exposição permanente dos produtos industriais e agrícolas da província.

Tudo indica que o principal entrave foram suas posições em defesa de um capitalismo industrial, que contrariava os interesses dos ervateiros como

---

<sup>202</sup>VICTOR, Rocha Pombo..., op. cit., p.66.

<sup>203</sup>A forte crise econômica da década de 1880 originou-se da desagregação da economia tradicional dos Campos Gerais aliada às dificuldades enfrentadas pelos ervateiros, decorrentes das altas taxas de impostos.

<sup>204</sup>Para Rocha Pombo, o trabalho escravo significava atraso, barbárie, imoralidade, enquanto o branco significava liberdade, progresso e civilização.

oligarquia,<sup>205</sup> mas que provavelmente concernia aos interesses do Barão<sup>206</sup>, pois propunha um reordenamento econômico baseado na diversificação agrícola e na indústria. A tentativa, mesmo que inconsciente, de subversão do *status quo* demonstra um certo desconhecimento de como jogar o jogo político, pois, num cenário onde os embates se travavam entre ervateiros e fazendeiros de gado, Rocha Pombo criticava a concentração da economia somente na cultura do mate, apresentando e defendendo projetos de diversificação econômica da produção, de proteção aos capitais industriais e de impostos territoriais que incidiriam sobre as propriedades territoriais da província, ou seja, sobre as elites tradicionais, já em crise naquele momento. Esse projeto foi ironizado e considerado inconsistente e Rocha Pombo, rotulado de '*deputado metaphysico*'.

No segundo ano de sua atuação na Assembléia, 1887, propôs um orçamento provincial que previa o aumento dos impostos como forma de salvação da província. A recepção que as elites tiveram desta proposta fica clara numa fala de Generoso Marques, do Partido Liberal: "*V. Ex. colocou-se em antagonismos com seus constituintes, propondo um imposto que iria recair exclusivamente sobre eles, sobre os fazendeiros (...) Eu até aplaudi o desprendimento de V. Ex.*".<sup>207</sup> Rocha Pombo rebateu as críticas que alegavam a dificuldade de implementação desse projeto, demonstrando maneiras de torná-lo viável. Sua insistência fez com que perdesse a confiança das oligarquias, não sendo indicado para outras legislaturas ou cargos desta natureza, voltando à política somente em 1916, após sua consagração como jornalista e historiador no Rio de Janeiro.

Sua marginalização política resultou da natureza das suas propostas, que ultrapassavam os limites do que era politicamente aceitável para as elites. Conseguiu

---

<sup>205</sup>BEGA, op. cit., p.163.

<sup>206</sup>Segundo suas próprias notas biográficas sobre Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul em seu livro **Para a história**, op. cit.

<sup>207</sup>**Anaes da Assembléia**, 22.<sup>a</sup> Sessão Ordinária, 29 mar. 1887, p.134-135.

descontentar os dois grupos, pois os liberais queriam a manutenção do *status quo* e os conservadores, embora de forma mais tolerante, buscavam aprovar medidas que incrementassem suas atividades. Segundo Queluz, "Na procura da ascensão política, acaba por descobrir muito cedo o seu real papel perante as elites: o de deslocado"<sup>208</sup>. Sua tentativa de participar no campo político local malogrou, apesar do apadrinhamento do Barão, o que pode ser entendido sociologicamente como uma não incorporação daquele *habitus*, afinal "apenas quem tiver incorporado o *habitus* próprio do campo tem condição de jogar o jogo e de acreditar na importância desse jogo"<sup>209</sup>. Em 1887, após o término do seu mandato, com 30 anos, Rocha Pombo voltou a investir no jornalismo fundando o *Diário Popular*, empreendimento autônomo de curta duração.

No ano seguinte, indícios da sua declarada posição antimilitarista pós-República já se mostravam presentes, com suas críticas ao exército e especificamente a um comandante da brigada local. Como os militares tinham um peso considerável na configuração do poder local, o artigo que escreveu criticando-os aumentou ainda mais a desconfiança das elites e a sua posição de *outsider* no campo do poder, como, por exemplo, na resposta publicada na *Gazeta Paranaense*, jornal que redigiu durante alguns anos, e que atacou o jornalista de todas as formas:

Pela segunda vez o 'mal das vinhas', o Sr. Rocha Pombo intromette-se na administração militar d' esta província (...) Pode haver mais pretensão, maior atrevimento, mais falta de educação na linguagem e tão pouco critério no exercício da tão difícil profissão de jornalista? (...) Rocha Pombo um eira sem beira, um quase analfabeto que quer dizer uma coisa e diz outra, um pescador de águas turvas arvorado em jornalista e é por esse imbecil, desacatado e injuriado sem o menor fundamento, levemente em um pasquim (...) É um parasita da imprensa, um illustre desconhecido...<sup>210</sup>

---

<sup>208</sup>QUELUZ, Gilson Leandro. **Rocha Pombo**: romantismo e utopias (1880-1905). Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, UFPR. p.30.

<sup>209</sup>LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educ. Soc.**, v.23, n.78, p.37-55, abr. 2002

<sup>210</sup>**Gazeta Paranaense**, 12 set. 1888, ano XII, n.201.

Esses são elementos que ajudam a compreender o seu processo de desencantamento com a política, que se confirmava com os rumos que o novo regime tomava.

### 2.1.3 Desilusão e Utopia

De acordo com José Murilo de Carvalho, "A rigidez do sistema republicano, sua resistência em permitir a ampliação da cidadania, mesmo dentro da lógica liberal, fez com que o encanto inicial com a República rapidamente se esvaísse e desse origem à decepção e ao desânimo".<sup>211</sup> O início da década de 1890 para Rocha Pombo foi marcado pela desilusão com a República e pela frustração do seu projeto de criação de uma Universidade no Paraná. Em 1892<sup>212</sup> começou a colocar em prática o seu projeto universitário, ano em que inaugurou a pedra fundamental num terreno que lhe foi doado na Praça Ouvidor Pardino. Escreveu os estatutos e conseguiu um empréstimo de 8000 réis para executar o projeto<sup>213</sup>. De fato, percebia que uma série de interesses políticos e econômicos estava em jogo, o que o levou a procurar Ubaldino do Amaral<sup>214</sup>, senador do Estado, de quem obteve apoio; mas, ao ter de recorrer ao Congresso Estadual para obter uma subvenção de 60 mil contos de réis, teve seu sonho frustrado pelos grupos que comandavam politicamente o estado, encabeçado por Vicente Machado, que recusou a proposta.

Sua produção simbólica nesse período reflete seu processo de desencantamento com a política, como no romance *Petrucello*, publicado em 1892, em que critica a forma republicana, o Estado e o militarismo, indicando sua aproximação

---

<sup>211</sup>CARVALHO, J. M. de, **Os bestializados**, op. cit., p.56.

<sup>212</sup>Neste ano redigiu o *Diário do Comércio*, de propriedade do Barão do Serro Azul, o que demonstra que os laços que os ligavam iam além da relação partidária *strictu senso*.

<sup>213</sup>CAROLLO, Cassiana Lacerda. In: DHBPR, op. cit., p.377.

<sup>214</sup>Vinte anos depois, seu filho, Victor Ferreira do Amaral, instalaria a Universidade Federal do Paraná.

com o anarquismo, tanto no plano simbólico quanto no 'real', pois foi um defensor de Giovani Rossi e da Colônia Cecília<sup>215</sup>. De fato, segundo Carvalho, "no bojo do desencanto com a pouca ou nenhuma sensibilidade do novo regime para as reformas democratizantes, surgiram as propostas anarquistas, trazendo alternativas radicais para a organização política do país".<sup>216</sup>

#### 2.1.4 A Revolução Federalista

A Revolução Federalista marcou o início da produção histórica de Rocha Pombo com *Para a história; notas sobre a Invasão Federalista no Estado do Paraná*, obra de caráter memorialista que contém crônicas e depoimentos que retratam os acontecimentos que se deram no Paraná durante a revolução. Essa experiência ratificou várias posições adotadas anteriormente: a crítica radical à República instaurada, a divergência com os governantes locais, principalmente Vicente Machado e o juízo negativo do florianismo, o que influenciou sua 'simpatia' para com os maragatos. A exaltação de Menezes Dória<sup>217</sup> como uma grande figura é representativa dessa tomada de posição:

Como comandante de uma das brigadas do 2.º corpo vinha o chefe paranaense Dr. João Menezes Doria, a cujo prestígio no partido da oposição ao governo do Estado, a cuja popularidade e sobretudo a cujo tino e audácia, é incontestável que deveu a revolução o sucesso alcançado no Paraná.<sup>218</sup>

Apesar de antimilitarista, demonstrou crer, ao menos no início, no caráter romântico das revoluções como forma de levar o povo ao reino da justiça social. Este evento evidencia uma mudança de posição em sua postura evolucionista que

---

<sup>215</sup>Este aspecto será retomado no capítulo 3.

<sup>216</sup>CARVALHO, J. M. de, **Os bestializados...**, op. cit., p.25.

<sup>217</sup>Líder do exército revolucionário e um dos mais fervorosos combatentes federalistas paranaenses, também biografado neste capítulo.

<sup>218</sup>POMBO, R., **Para a história**, op. cit., p.47.

acreditava na não necessidade de rupturas revolucionárias, embora em pouco tempo fosse obrigado a reconhecer que a revolução "*perdeu-se por si mesma*"<sup>219</sup> desde que chegou ao Paraná, pois a violência descontrolada negava a idéia de um espaço político que pudesse levar à libertação. A reprovação à nascente República que já havia anunciado no plano da ficção confirma-se no âmbito do relato histórico; a Revolução Federalista aprofundou sua desilusão com o presente e seu sentimento de exílio perante a modernidade, presente em *Petrucello*. No entanto, continuou sonhando com utopias capazes de libertar a sociedade da crueldade e da insensibilidade da vida moderna, mediante seu engajamento no movimento anarquista.

#### 2.1.5 O Exílio e a História

A decepção que sofreu com o novo regime – como muitos intelectuais de classe média – a frustração de seus projetos políticos, incluindo o de fundação da Universidade, e as arbitrariedades presenciadas durante a Revolução Federalista, entre elas o assassinato de seu afeiçoado Barão do Serro Azul, fizeram com que ele se voltasse para suas questões subjetivas, quando se aproximou do grupo dos simbolistas. Passou a colaborar com a revista *O Cenáculo*, importante periódico do grupo entre 1895 e 1897. Neste ínterim, foi para Paranaguá numa tentativa de permanecer no Paraná, como "um naufrago preso à última tábua de salvação"<sup>220</sup>. Criou uma pequena agência de negócios que não vingou e envolveu-se com a publicação do jornal local *A Aurora*.

Diante das dificuldades que encontrou em manter-se no Paraná, acionou seu capital de relações sociais e mudou-se para o Rio de Janeiro em 1897. Lá iniciou sua obra de historiador, sendo *História da América* o primeiro fruto pós-conversão, que lhe rendeu o título de historiador oficial da República Velha em 1899.

---

<sup>219</sup>POMBO, R., **Para a história**, op. cit., p.40.

<sup>220</sup>VICTOR, **Rocha Pombo...**, op. cit., p.71.

*O Paraná no Centenário* de 1900 foi resultado de um concurso do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, em que Rocha Pombo foi escolhido para escrever uma obra que testemunhasse o amor dos paranaenses à sua terra natal.<sup>221</sup>

Em 1905 a Editora Garnier, a mais importante do país na Primeira República, publicou sua obra de prosa simbolista, *No Hospício*. Ali, novamente, manifestou o sonho de uma sociedade sem governo, sem propriedade, sem consumo e socialista, na qual a educação teria um papel central. De fato, a educação teve lugar privilegiado na obra e na vida de Rocha Pombo: sua primeira profissão foi a de professor; como jornalista, sempre defendeu em seus artigos a importância da instrução pública no Brasil; durante o período em que morou em Castro fundou um colégio; foi tesoureiro da Sociedade Promotora da Instrução em 1889; lente de história na Escola Realista em 1890; empenhou-se na fundação da Universidade do Paraná em 1892. Tornou-se bacharel aos 55 anos e logo em seguida passou a lecionar na Universidade Popular fundada por Elysio de Carvalho, um dos principais doutrinadores anarquista no Rio de Janeiro, e, não menos importante, escreveu uma série de obras didáticas sobre a história do Brasil<sup>222</sup>.

Durante o período em que residiu no Rio de Janeiro aproximou-se dos literatos anarquistas e escreveu sua maior obra histórica: *História do Brasil*, em 10 volumes, que lhe ocupou os anos de 1905 a 1917. Esse expressivo volume de produção só pode ser compreendido se devidamente relacionado com as crescentes demandas, bastante precisas, das instâncias da vida cultural, assim como com o surgimento de um campo editorial na então capital do país<sup>223</sup>, o que lhe possibilitou viver durante esse período a experiência de escritor assalariado.

Em 1916 foi eleito deputado federal pelo Paraná, mas abandonou o cargo antes do término do seu mandato, provavelmente devido à sua já mencionada

---

<sup>221</sup>BEGA, op. cit.

<sup>222</sup>Como, por exemplo, **Historia de São Paulo** (resumo didático), publicada no Rio de Janeiro em 1925.

<sup>223</sup>Cf. MICELI, **Intelectuais...**, op. cit.

descrença na política partidária. Segundo Bega, sua eleição foi estrategicamente forjada pela classe comercial, mesmo grupo que o elegeu em 1886, pois naquele momento seu nome já era nacionalmente conhecido.<sup>224</sup> Foi membro de diversas instituições paranaenses de consagração, como o Instituto Histórico e Geográfico e o Centro de Letras do Paraná. Em 1933, após duas tentativas frustradas, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Encontrava-se numa situação financeira bastante difícil, confirmada pelo fato que o Estado do Paraná ficou encarregado de doar o fardão para a cerimônia. Mas esse processo foi muito lento, para quem já se encontrava com a saúde precária. Chegou a receber o título de 'imortal' mas não em cerimônia formal, pois morreu antes disso.

A trajetória de Rocha Pombo pode ser caracterizada como típica dos intelectuais de classe média do final do século XIX e início do XX. Acreditou na militância política e investiu na propaganda republicana, com sua história de vida demonstrando que seu republicanismo não era somente retórico, o que acabou gerando a sua marginalização diante das elites políticas locais.. Após ter suas expectativas de participação política frustradas, teve que buscar outras formas de atuação, encontrando na literatura, na educação e na história reconhecimento e consagração no recém-surgido campo intelectual brasileiro.

## 2.2 VICENTE MACHADO, O GRANDE LÍDER

*É um perigo o poder nas mãos dos fracos*

Vicente Machado da Silva Lima

A trajetória de Vicente Machado da Silva Lima pode ser encarada como típica dos bacharéis formados pela Academia de São Paulo durante o Império. Não por acaso, sua inserção nesta análise se deu por sua atuação como jornalista

---

<sup>224</sup>BEGA, op. cit.

militante – característica dos estudantes do Largo São Francisco – durante a virada da Monarquia para a República, em Curitiba. Teve a formação jurídica tradicional da elite política brasileira<sup>225</sup> que, aliada ao seu capital de relações sociais, contribuiu para que se tornasse a maior liderança republicana do Paraná.

Sua atuação no campo da política iniciou-se logo após a conclusão do curso de Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo, quando tinha apenas 21 anos, devido ao peso simbólico deste tipo de formação durante o século XIX<sup>226</sup>, que por sua vez é vinculada à posse de alto capital econômico. Sua carreira foi interrompida pela sua morte prematura em 1907, aos 46 anos de idade.

Personagem importante do campo político local, reconhecido como uma das principais figuras públicas do estado no final do XIX e início do XX, Vicente Machado não teve até agora um estudo a altura da sua representatividade política. É neste sentido que se pretende contribuir, mediante a recuperação do seu itinerário biográfico, privilegiando as redes de interdependência nas quais estava inserido, com vistas a colaborar na compreensão dos processos políticos paranaenses e de seus mais típicos representantes. Sua trajetória atesta um 'destino de classe' constituído a partir dos principais núcleos de formação do poder: origem social, treinamento e socialização.

Esta análise tem a intenção de contribuir para a desconstrução de visões consolidadas sobre Vicente Machado, afinal, a idéia que se tem de um grande governante, de uma liderança incontestável, ou de um político mau-caráter é uma construção que deve ser desfeita a fim de desmistificar certas assertivas que obstruem uma compreensão mais objetiva e menos apologética. Ainda, é preciso levar em consideração a disponibilidade de fontes para este tipo de trabalho, ora laudatórias, ora depreciativas. Figura controversa, Vicente Machado foi alvo de

---

<sup>225</sup>Cf. CARVALHO, J. M. de, **A construção...**, op. cit.

<sup>226</sup>Ver: WOLKMER, op. cit.

inúmeros ataques durante sua vida<sup>227</sup>, sendo que a principal acusação que recaí sobre sua pessoa foi a de ter sido o mandante do assassinato do Barão do Serro Azul no final de Revolução Federalista, em 1894.

Acredita-se que o estudo da sua trajetória e das redes de interdependência nas quais estava inserido auxiliem na compreensão dos ideários republicanos que defendia, afinal parte-se do pressuposto de que há uma relação entre sua posição nas estruturas de poder e seu discurso político.

### 2.2.1 Origem Social e Posição nas Estruturas de Poder

Atualmente, há um consenso nas ciências sociais de que o êxito de um indivíduo, independente do campo social em que atue, não se dá exclusivamente por seus atributos individuais ou por uma genialidade intrínseca que o conduz a altas posições nas estruturas sociais<sup>228</sup>. Tampouco faz sentido conferir todo o mérito de uma ascensão a questões extrínsecas como uma origem social ilustre ou a detenção de alto capital econômico. Este tipo de dicotomia prejudica a compreensão sociológica,

---

<sup>227</sup>Por exemplo, Alfredo Varela, num livro de 1903 intitulado *As Oligarchias no Brazil – Ataque a do Paraná* (p.40-83) Apud: OLIVEIRA, op. cit., p.351, lista o seguinte rol de denúncias contra Vicente Machado: fraudes eleitorais, indicações discricionárias de correligionários para a Assembléia, Câmara de Vereadores e Poder Judiciário, interferências e desmandos na condução da justiça paranaense, transferência de militares da guarnição de Curitiba, beneficiamento da estrada de ferro em detrimento da deterioração da estrada carroçável da Graciosa – pelo fato de ser advogado da Companhia Férrea, acusações de comportamento sexual psicopatológico, cessão de terras públicas em contratos clandestinos, roubo do erário do Estado, contrabando, falsificação de moedas, arrecadação pessoal de impostos para fins particulares, roubo de folhas do livro de assentos e batismo da Igreja de Castro, covardia na Revolução de 1894, roubo de subvenções dirigidas à implantação de uma indústria de seda no Paraná, roubo de uma quantia de subscrição destinada à alforria de uma escrava etc.

<sup>228</sup>Como, por exemplo: "O facto de ter Vicente Machado occupado com raro brilho tantas e tão variadas posições durante um curto espaço de tempo e em todas ter manifestado inexcedível capacidade de trabalho e uma competência assombrosa, é prova eloqüente de que elle possuía um conjuncto de dotes excepcionais que o extremavam dos seus concidadãos". PARANÁ, Sebastião. Apud: NEGRÃO, **Genealogia...**, v.1, op. cit., p.270.

tornando-a ora individualista, ora estruturalista; aspecto que pode ser corrigido se bem articulado, privilegiando as relações entre indivíduo e sociedade.

Vicente Machado foi o primogênito do segundo casamento de seu pai (o primeiro foi com a irmã da sua mãe) que uniu duas famílias tradicionais paranaenses. Nasceu em agosto de 1860 em Castro, importante cidade do segundo planalto paranaense, reduto do Partido Liberal, representante das elites agrárias da região. Seu pai, o Capitão José Machado da Silva Lima era descendente de Mateus Leme, capitão paulista povoador de Curitiba e de Baltazar Carrasco dos Reis, bandeirante e um dos primeiros sesmeiros da capital da província<sup>229</sup>. Os laços de parentesco paternos incluem nomes de grande envergadura, entre eles o Padre Chagas Lima, fundador de Guarapuava e o Padre Agostinho Lima, dono da chácara onde o Cemitério Municipal de Curitiba foi instalado. Ana Guilhermina Laynes Pinheiro, sua mãe, era filha de uma das principais lideranças de Paranaguá.<sup>230</sup>

Seus irmãos por parte de pai também foram direcionados para 'carreiras masculinas'<sup>231</sup>; José Machado Pinheiro Lima bacharelou-se em São Paulo em 1871 e foi ministro do Tribunal de Justiça de São Paulo e Benigno Augusto Pinheiro Lima era coronel, deputado estadual e chefe político em Antonina. Estes dados demonstram a inserção de seus familiares nas estruturas de poder no Paraná durante o período imperial, tanto nos Campos Gerais quanto no litoral. Seu primeiro processo de socialização dentro desse espaço de convívio foi determinante na construção de seu *habitus* político, vinculado às suas relações de interdependência mais próximas.

---

<sup>229</sup>Segundo OLIVEIRA (op. cit., p.269), o título Carrasco dos Reis foi um dos núcleos que formavam o centro de gravidade da classe dominante do Paraná.

<sup>230</sup>NEGRÃO, Francisco. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1950. v.6. p.66.

<sup>231</sup>No sentido utilizado por Miceli, que faz uma distinção entre carreiras masculinas dominantes (política) e dominadas (militar) e as femininas, como eclesiástica e intelectual. Cf. MICELI, **Intelectuais...**, op. cit.

## 2.2.2 A Formação do Bacharel

Feita esta breve ambientação do posicionamento de sua família nas estruturas de poder da Província, cabe agora tratar de um aspecto não menos importante na trajetória de Vicente Machado, qual seja, sua formação educacional. Iniciou seus estudos em Castro, completando sua formação propedêutica em Curitiba. Em 1876, aos 16 anos, ingressou na Academia de Direito de São Paulo, onde se bacharelou em 1881, na mesma turma de Júlio de Castilhos. Lá teve contato com as diversas correntes ideológicas da época (principalmente positivismo e liberalismo) e foi, como diversos jovens do período, cativado pelos argumentos do abolicionismo e do republicanismo. Na Academia foi, ao lado de Julio de Castilhos, um dos diretores do jornal acadêmico *A Republica*, órgão do Clube Republicano Acadêmico em que os estudantes defendiam a democracia e as idéias liberais<sup>232</sup> e que foi, segundo Alonso, "a publicação seminal da aliança entre paulistas e gaúchos".<sup>233</sup> Todavia, tratava-se de um liberalismo retórico, pois a prática de seus agentes não condiziam com seus discursos, como reflexo de sua origem social oligárquica.

Ideologicamente, o liberalismo do curso resultava numa prática conservadora, privilegiando a autonomia da ação individual em detrimento da coletiva, num projeto burguês assentado na liberdade, na propriedade e na segurança. Segundo Sérgio Adorno<sup>234</sup>, a formação dos bacharéis era mais política do que jurídica, pois ocorria principalmente por meio de atividades extra classe, nas quais se destacava a militância política através do jornalismo. Assim, a Faculdade de São Paulo,

---

<sup>232</sup>SOUZA, André Peixoto. **Do discurso jurídico-acadêmico ao discurso político: elementos para a constituição de um sujeito político no Império Brasileiro**. Curitiba, 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - UFPR.

<sup>233</sup>ALONSO, op. cit., p.147.

<sup>234</sup>ADORNO, Sergio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Cenário privilegiado do bacharelismo liberal e da oligarquia agrária paulista, trilhou na direção da reflexão e da militância política, no jornalismo e na 'ilustração' artística e literária. Aliás, foi o intenso periodismo acadêmico o traço maior que predominou na tradição do Largo de São Francisco, levando os bacharéis ao desencadeamento de lutas em prol de direitos individuais e liberdades públicas (...) naquele espaço se desenrolaram os conflitos entre 'liberalismo e democracia', as disputas entre 'liberais moderados e radicais' e as adesões à causa abolicionista republicana.<sup>235</sup>

Nesse período em que as elites paranaenses estavam se cosmopolizando, investiam na formação muitas vezes ambígua e contraditória do ideário liberal de origem européia de seus representantes para que pudessem ocupar a maioria dos empregos públicos e cargos de representação política da província<sup>236</sup>. A preferência pela Academia de São Paulo estava vinculada principalmente à sua localização estratégica (já que a sua 'concorrente' encontrava-se a milhares de quilômetros de distância, em Recife), e resultou na produção de um intelectual voltado para a política<sup>237</sup>.

### 2.2.3 Relações de Poder e Carreira Política

Segundo José Murilo de Carvalho,

Logo após a formatura, o candidato à carreira política tentava conseguir uma nomeação de promotor ou juiz municipal em localidade eleitoralmente promissora ou pelo menos num município rico (...) Entre transferências e promoções várias coisas podiam acontecer. O candidato a político podia conseguir eleger-se para a Câmara, às vezes depois de prévia eleição para alguma assembléia provincial, e abandonar logo a carreira judiciária.<sup>238</sup>

Não por acaso, ao retornar ao Paraná, Vicente Machado assumiu o cargo de Promotor Público de Curitiba. Escreveu alguns artigos no jornal *Província do*

---

<sup>235</sup>WOLKMER, op. cit., p.83.

<sup>236</sup>PEREIRA, M. R. de M., op. cit., p.61.

<sup>237</sup>Cf. ADORNO, op. cit.

<sup>238</sup>CARVALHO, J. M. de, **A construção...**, op. cit., p.108.

*Paraná*<sup>239</sup> sobre darwismo social, que refletem a formação dos intelectuais do final do XIX quando iniciou, por meio de debates teóricos, a duradoura 'antipatia' que manteve com Rocha Pombo. No ano seguinte foi convidado pelo Presidente da Província Dr. Carlos Augusto de Carvalho<sup>240</sup> para secretariar o seu governo, afinal, o bacharel era uma categoria central da burocracia imperial. Via de regra, eram filhos da grande propriedade e herdeiros das tradicionais famílias da classe dominante do Paraná<sup>241</sup>, fenômeno cultural e político que se expande a partir da metade do século XIX.<sup>242</sup>

Casou-se em 1882 com Antônia Moreira Lima, de origem tradicional curitibana e irmã de sua cunhada Máxima Moreira Lima, casada com o seu já mencionado e bem-sucedido irmão, Dr. José Machado Pinheiro Lima. Na seqüência, lecionou filosofia no Instituto Paranaense, a única atividade docente que exerceu em sua vida, e que durou menos de um ano. Freqüentava os locais de sociabilidade das elites locais, como o *Club Curitybano*, onde foi orador e organizador dos festejos de um ano do *Club*, cujo presidente era o então Comendador Ildelfonso Pereira Correia<sup>243</sup>. Defensor da abolição desde a volta de São Paulo, discursou nessa ocasião sobre a idéia abolicionista. No entanto, uma nota da *Gazeta Paranaense* de 18 de maio de 1888 informa que na semana anterior havia alforriado seus escravos, cinco anos

---

<sup>239</sup>Jornal que começa a circular em 1876, publicado pela tipografia Perseverança, importante loja maçônica de Paranaguá, da qual vários personagens ilustres foram membros e que "tomou parte muito activa e brilhante na defesa da raça escrava". (Cf. FIGUEIRA, Alberico. **A propaganda abolicionista em Paranaguá**. Curitiba: Prata da Casa, 1930). Segundo Hércule Spoladore, Vicente Machado da Silva Lima era maçom. Ver: <[http://www.geocities.com/pesquisas\\_brasil/barao.html](http://www.geocities.com/pesquisas_brasil/barao.html)>.

<sup>240</sup>Presidente da Província do Paraná entre março de 1882 e maio de 1883, membro do Partido Liberal.

<sup>241</sup>OLIVEIRA, op. cit., p.154.

<sup>242</sup>Todavia, a produção de bacharéis pelas elites paranaenses não chegou a suprir a demanda institucional, sendo que muitos vieram do norte do país, como, por exemplo, Justiniano de Mello e Silva.

<sup>243</sup>**Gazeta Paranaense**, 6 jan. 1883.

após esse discurso, o que reforça o perfil do bacharel paulista com seu liberalismo retórico e sua prática conservadora.

Em 1883 seguiu para Ponta Grossa para ocupar o cargo de Juiz Municipal, onde ficou pouco tempo, até abrir um escritório de advocacia. No ano seguinte, quando o liberal Dr. Brazilio Machado<sup>244</sup> assumiu o governo, Vicente Machado filiou-se ao Partido Liberal e passou a escrever com uma certa assiduidade na imprensa paranaense, no *Dezenove de Dezembro*, e na *Província do Paraná*. É interessante notar que mesmo tendo participado de agremiações republicanas durante sua formação em São Paulo, vinculou-se localmente a um dos partidos da ordem. O jornalismo era uma das modalidades iniciais de inserção nos quadros dirigentes, sendo um caminho para a realização de uma carreira dominante com uma representação na Câmara ou no Congresso.<sup>245</sup>

Em 1885, mesmo com a mudança de gabinete em prol dos conservadores e com apenas 25 anos, decide candidatar-se ao cargo de deputado provincial pelo Partido Liberal como dissidente. Segundo seus biógrafos, sua fama de patriota e orador garantiu sua vitória no sufrágio, e durante o mandato surpreendeu seu pares com seu "accentuado espírito de político previdente"<sup>246</sup>. O fato é que sua atuação agradou seus correligionários, que o lançaram candidato oficial para o biênio seguinte. Nesse período 'caiu nas graças' do Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, que, impressionado com a desenvoltura de Vicente Machado na Assembléia, disse "Eis aqui a esperança do Partido"<sup>247</sup>.

---

<sup>244</sup>Bacharel em Direito pela Academia de São Paulo, onde conheceu Vicente Machado.

<sup>245</sup>MICELI, Poder..., op. cit., p.51.

<sup>246</sup>NEGRÃO, **Genealogia**..., v.1, op. cit., p.269.

<sup>247</sup>CARNEIRO, David. **Galeria da ontem e de hoje**. Curitiba: Vanguarda, 1963. p.284.

Segundo Pereira, a burguesia bacharelesca dos Campos Gerais monopolizou a representação política da província do Paraná, articulou os discursos jurídico-institucionais que deram origem às legislações locais, tornando-se responsáveis pela instalação formal do aparelho estatal brasileiro em nível regional. Eram os detentores da máquina legislativa e fiscal do estado (foram os criadores do sistema fiscal que taxava o mate) mesmo a partir do momento em que a burguesia ervateira passou a dominar economicamente o Paraná: "Ainda no início da República, a burguesia industrial do mate viu-se obrigada a dividir o poder com os bacharéis dos Campos Gerais, herdeiros políticos dos antigos fazendeiros".<sup>248</sup>

Em agosto de 1888 discursou na Assembléia pregando a necessidade da federação das províncias e de uma descentralização completa, política e administrativa. Em setembro, refinou e ampliou seu argumento propondo uma reforma constitucional, não só para que as províncias fossem federadas, mas por uma série de outros motivos:

*porque ella [a Constituição] consagra instituições perniciosas á grandesa e prosperidade da patria brasileira; porque ella, além de ser a completa anulação das forças democráticas do paiz, é a negação absoluta e peremptória de todas as alevantadas idéias liberaes que iluminaram o mundo desde a revolução de 1789 (...) [a reforma constitucional é importante] para que o poder moderador não continue como supremo poder, annullando todos os poderes políticos; para que o senado vitalício não abastarde a vontade popular, e reduza a uma ficção o elemento democrático da representação. Urge que a lei fundamental receba o influxo da opinião nacional, e que o preceito contido no artigo da constituição que diz que todos os poderes são delegações da nação se torne uma verdade, porque até hoje, o que é verdade, o que é incontestável é que todos os poderes são delegações do poder único – do poder moderador, que tudo absorve, aniquilla e corrompe (...) as únicas apparencias de systema representativo que temos são – o senado vitalício, eleito pelo povo e escolhido pelo rei, e a câmara temporária representante do voto popular.*

*O senado vitalício deixa de ser a representação do povo desde que a escolha do rei a annulla, não tanto pela escolha em si, mas pelo efeito moral desta mesma escolha, que ao caráter nacional se impõem pela corrupção, e que é a obliteração de todos os princípios liberaes e pauta toda a vida política dos nossos homens para obtenção dessa aspiração ultima.*

*A câmara temporária que devia ser a válvula de todas as aspirações democráticas do paiz.*

*Fui eleito por um partido monarchista, represento aqui os votos do partido liberal, o partido que caminha, o partido que na nossa organização política consubstancia todos os*

---

<sup>248</sup>PEREIRA, M. R. de M., op. cit., p.21.

*sentimentos e idéias populares, e creio que sirvo perfeitamente as suas idéias, pedindo e clamando que a força democrática se coloque em justo equilíbrio com a estabilidade dynastica, ou que a suplante, se assim for preciso para grandeza de nossa pátria e felicidade do povo.*<sup>249</sup>

As linhas finais desse discurso deixam entrever a iminência da sua 'conversão', que ocorre poucos dias depois, quando ao voltar de uma viagem a São Paulo, às vésperas da proclamação, adere publicamente ao movimento republicano.<sup>250</sup> Ao unir-se ao Clube Republicano de Curitiba, comandado por Eduardo Mendes Gonçalves, vinculado aos paulistas, alterou o equilíbrio de poder entre os partidos, fortalecendo a ação do diminuto grupo de republicanos que militavam na capital da província, pois já detinha alto capital simbólico e político no Paraná. No entanto, tentou a reeleição para a Assembléia via Partido Republicano, sem sucesso.

Dotado de uma percepção aguçada do campo político, reflexo do seu *habitus*, Vicente Machado deixa o Partido Liberal pouco antes de consumir-se o seu declínio, vinculando-se ao grupo que ascenderá ao poder, tornando-se seu líder. Não obstante, ao observar as configurações nas quais estava inserido, percebe-se que sua conversão foi articulada com os republicanos paulistas, com os quais já mantivera relações em períodos anteriores, afinal foi um defensor de seus interesses no Paraná, como fica claro a seguir.

#### 2.2.4 A Proclamação da República e a Consolidação do Poder Conservador

O Clube Republicano fortaleceu-se e ganhou poderes com a Proclamação da República, e Vicente Machado imediatamente foi nomeado Chefe de Polícia do Governo Provisório. Pouco depois, com a dissolução da Assembléia e da Câmara, uma comissão municipal chefiada por ele passou a comandar o estado. Foi também Superintendente da Instrução Pública do Paraná e redator político do jornal *A Republica*.

---

<sup>249</sup>Anaes da Assembléia Legislativa do Paraná, 34.<sup>a</sup> Sessão Ordinária, 5 set. 1888, p.194 e segs.

<sup>250</sup>*A Republica*, 7 dez. 1888.

A partir do momento em que se tornou um dos principais políticos do governo provisório no Paraná ocupando diversos cargos e funções, sua concentração de poder aumentou ao mesmo tempo em que se tornou alvo de críticas e ataques de inimigos e ex-correligionários. As camadas letradas em geral depositaram muitas expectativas no novo regime e grande parte ficou fora do jogo, o que os colocava numa posição antagônica perante os que obtiveram cargos e benefícios. No caso de Vicente Machado, a aliança com os republicanos paulistas teve peso considerável na posição que passou a ocupar no estado; a leitura dos jornais do período evidenciou seus laços com membros do Partido Republicano Paulista, principalmente nas figuras de Francisco Glicério e Herculano de Freitas.

Todavia, seria impossível governar sem a aliança com um dos grupos dominantes locais, e a burguesia ervateira, composta pelos antigos conservadores, foi a 'escolhida', pois atendia melhor aos interesses de consolidação dos republicanos no Paraná. Além disso, sua economia voltada à exportação fazia com que as propostas federalistas paulistas confluíssem com suas demandas por maior autonomia para gerenciar seus negócios. Juntos fundaram o Partido Republicano Federal, que predominou politicamente nas primeiras décadas republicanas. A aliança de Vicente Machado com os ex-conservadores acarretou algumas outras inimizades no campo político por parte de seus antigos correligionários liberais, entre eles Jesuíno Marcondes, seu primeiro padrinho político, que, após o advento da República, atritou-se com o grupo do ex-afilhado e, decepcionado, retirou-se da vida política e foi residir em Genebra. Ficou igualmente malquerido por Generoso Marques, herdeiro político de Marcondes e principal figura de oposição a Vicente Machado, que contou também com a explícita oposição de Menezes Doria e com a já comentada antipatia de Rocha Pombo, apenas para citar alguns nomes importantes.

Em 1890, surgem elementos de uma continuidade nas relações de Vicente Machado com os paulistas, ao sugerir, a partir da imprensa e em parceria com o Barão do Serro Azul, a incorporação do Paraná à zona bancária de São Paulo, para

que as notas do Banco União<sup>251</sup> tivessem aqui franca circulação. A proposta provocou um imenso rebuliço na cidade e principalmente a ira dos ex-liberais: "*é o illustre redactor d' A Republica que pugnando por esta idea (a da anexação da zona bancaria) quer ser agradecido aos vultos paulistas que lhe deram a mão e que hoje se interessam por tal negocio*"<sup>252</sup>.

O Brasil vivia um momento de grande instabilidade política com a República da Espada e a incerteza dos rumos do novo regime. Quando a Constituinte foi convocada e iniciou-se o processo eleitoral para a escolha dos candidatos, Vicente Machado não se candidatou, alegando preferir continuar na imprensa onde "*fica o campo de combate em que lutarei a favor da República...*"<sup>253</sup>. O Barão de Lucena havia colocado na chefia do estado o General Aguiar Lima, que fora incumbido de viabilizar a eleição de Generoso Marques para o governo do estado. Vicente Machado 'optou' pelo trabalho na redação, pois percebeu neste momento uma demasiada instabilidade no campo da política, sentido necessidade de 'retroceder' alguns passos e voltar-se por um certo período para a militância jornalística.<sup>254</sup>

Foi justamente no período que antecedeu a eleição de Generoso Marques que Vicente Machado e Eduardo Mendes Gonçalves<sup>255</sup> aparecem como proprietários do jornal *A Republica*, que pertencia a Joaquim Silva. Nesse período, encontravam-se na oposição e passaram a atacar o General Aguiar Lima, o governo federal e o Congresso do Paraná. Após a subida de Floriano ao poder, Generoso Marques foi substituído por elementos ligados a Vicente Machado, marcando o início do desterro político dos liberais.

---

<sup>251</sup>Cujo representante era Joaquim Monteiro de Carvalho.

<sup>252</sup>**Diário do Paraná**, 9 jul. 1890. Redator: Nestor Victor.

<sup>253</sup>**A Republica**, 2 set. 1890.

<sup>254</sup>Cf. MICELI, **Intelectuais...**, op. cit.

<sup>255</sup>Em verdade, quem efetuou a compra da tipografia foi Joaquim Monteiro de Carvalho. Esta transação foi melhor explicitada na trajetória de Eduardo Gonçalves.

Foi escolhido relator geral da Constituinte do Estado do Paraná em 1892, afinal a anterior elaborada pelos ex-liberais foi revogada, e liderou a elaboração da Carta Constitucional Republicana, que entrou em vigor em abril desse ano, quando Francisco Xavier da Silva foi eleito governador e Vicente Machado seu vice. É nesse momento que se consolida a dominação política dos conservadores sobre as elites agrárias no campo político paranaense.

### 2.2.5 A Revolução Federalista

Em 1893 quando as forças federalistas avançavam rumo ao Paraná, Vicente Machado, florianista, era o governador do estado em exercício. Ao perceber que a defesa de Curitiba não seria eficaz para conter os maragatos, transferiu a capital para Castro. Em seguida, Curitiba foi ocupada por uma força comandada pelo federalista Menezes Dória. Tampouco teve condições de governar em sua terra natal, refugiando-se em Itararé entre janeiro e abril de 1894, quando voltou para Castro, chegando a Curitiba em 5 de maio daquele ano, quando os revolucionários já haviam abandonado o Estado. Neste ínterim, as tropas de Gumercindo Saraiva exigiram dinheiro, ameaçando saquear Curitiba. O Barão do Serro Azul levantou um empréstimo de guerra junto à Associação Comercial do Paraná, o que alguns entenderam como um posicionamento a favor dos federalistas.

Para Segal<sup>256</sup>, os setores da sociedade paranaense que aderiram aos revoltosos do sul não o fizeram porque se identificavam com as propostas parlamentaristas dos federalistas, mas principalmente porque viam na Revolução uma oportunidade de combater a liderança regional de Vicente Machado. Este foi muito criticado por ter deixado Curitiba e o Paraná durante o calor dos acontecimentos; ele se defendeu alegando que o sacrifício teria sido inútil, pois Curitiba não estava preparada para resistir. Quinze dias depois do seu retorno, chegou à capital a notícia

---

<sup>256</sup>SEGA, op. cit., p.17.

do fuzilamento do Barão do Serro Azul juntamente com outros companheiros no quilômetro 65 da Serra do Mar. Vicente Machado foi imediatamente acusado de ter sido o mandante dos assassinatos, e mesmo publicando um manifesto e fazendo discursos desmentindo qualquer participação, o fardo dessa acusação nunca mais deixou seus ombros<sup>257</sup>. Os que acreditam na autoria de Vicente Machado alegam que o Barão do Serro Azul era a única figura com capital político e econômico suficiente para lhe fazer frente no campo do poder estadual, e por isso tinha interesses na sua morte. Quando a revolução terminou, renunciou ao mandato.

#### 2.2.6 O Fim de uma Era

Com a consolidação da República e após atingir a idade necessária para candidatar-se ao Senado, empenhou-se na campanha e foi eleito para o mandato de 1895 a 1903, na cadeira antes ocupada por Generoso Marques, confirmando simbolicamente a vitória sobre os ex-liberais assim como seu prestígio no campo político do estado.

Na Câmara Alta, bateu de frente com o Presidente Prudente de Moraes, que se opunha aos florianistas. Manteve firme sua posição oposicionista e acabou destacando-se por sua capacidade argumentativa nas discussões parlamentares. Sua atuação parlamentar teve repercussão a ponto de ter sido nomeado pelo sucessor de Prudente de Moraes, o Dr. Campos Sales, liderança da Câmara, mesmo tendo combatido sua candidatura e apoiado a de seu concorrente, Lauro Sodré.<sup>258</sup>

Neste ínterim havia enviuvado e casou-se novamente em 1897 com Helena Loyola, filha do coronel Joaquim Antonio de Loyola, ervateiro, e chefe

---

<sup>257</sup>CARNEIRO, **Galeria...**, op. cit., p.285.

<sup>258</sup>Segundo CARVALHO, J. M. de, **Os bestializados**, op. cit., p 50 e 127, Lauro Sodré era florianista, conspirador e de tradição jacobina. Para ele, os militares eram cidadãos fardados que estavam sempre ao lado do povo. Era líder de um movimento apoiado pelas escolas militares que preparava um assalto ao poder.

político em Antonina, selando simbolicamente no plano de sua vida pessoal a aliança com os ervateiros conservadores. Em 1903 foi eleito Presidente do Estado do Paraná sem concorrentes, assumindo o governo no início do ano seguinte. Em 1906, já doente, licenciou-se e foi para Europa buscar tratamento, sem sucesso, morrendo no ano seguinte. Foi, durante a virada da Monarquia para a República, a maior força política do Paraná:

A Vicente Machado, sem atuar diretamente no executivo estadual paranaense nos dez anos posteriores à Revolução Federalista, coube o papel de "oligarca estadual" da Política dos Governadores, pois os dois governantes máximos do Paraná desse mesmo período, Francisco Xavier da Silva (1894-1896 e 1900-1904) e José Pereira dos Santos Andrade (1896-1900) tiveram atuações tímidas, tentando administrar um Estado com uma sociedade política esfacelada pela guerra civil e o seu principal produto, a erva-mate, começava a conhecer os revezes da concorrência argentina.<sup>259</sup>

Sua trajetória foi a de um típico bacharel do século XIX, quando as atividades políticas, jornalísticas e jurídicas fundiam-se, constituindo uma unidade: "A inserção num saber que sempre se aproximava da literatura e da cultura clássica, o desempenho de funções públicas, a intervenção no debate das 'causas nacionais e regionais', a intervenção política enfim, eram características intrínsecas e incidíveis do jurista deste período."<sup>260</sup>

Embora tenha iniciado sua carreira política pelo Partido Liberal, sua família possuía vínculos com o litoral que, aliados ao seu processo de formação e socialização política, o aproximaram dos projetos de modernização burguesa do estado, resultando na aliança com o grupo dos conservadores. Assim, atingiu todos os trunfos de uma carreira masculina dominante, tornando-se a principal liderança política do Paraná na Primeira República.

---

<sup>259</sup>SEGA, op. cit., p.232.

<sup>260</sup>FONSECA, Ricardo Marcelo. **Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX**. Conferência apresentada no I Congresso Brasileiro de História do Direito, Florianópolis, setembro de 2005.

## 2.3 MANOEL CORREIA DE FREITAS, O REPUBLICANO HISTÓRICO

Manoel Correia de Freitas foi uma dos republicanos paranaenses mais exaltados em sua época, e ao mesmo tempo caracterizado como um homem que "viveu em voluntário ostracismo, pobre e sem posições políticas"<sup>261</sup>. Cabe aqui problematizar essa imagem construída da sua trajetória, afinal esteve inserido nas redes de interdependência de figuras políticas do alto escalão da propaganda republicana, ocupando, mais tarde, posições nas estruturas de poder nacional. A idéia de um desterro voluntário vivido por Correia de Freitas está vinculada a certas tomadas de posição ideológicas resultantes de um relativo conforto material proveniente de sua situação familiar, o que possibilitou que a sua cooptação pelas elites tenha se dado tardiamente. Até então, seu discurso e sua prática política batiam de frente com as elites políticas que comandavam o Paraná, o que o manteve afastados de posições formais nas estruturas de poder.

Por isso, busca-se aqui reconstruir os núcleos de formação do poder nos quais estava inserido – círculo familiar e de sociabilidade – para melhor compreender suas tomadas de posição e seus ideários políticos. Vale lembrar também que seu *Manifesto* publicado em abril de 1890 foi escolhido como o fundador da União Republicana do Paraná, afinal, o nome de Correia de Freitas disputava o mito de origem do republicanismo paranaense pois detinha alto capital simbólico neste quesito, inclusive por suas amizades e relações com renomados republicanos históricos nacionais como, por exemplo, Quintino Bocaiúva. Certamente, suas redes de relações com figuras da cúpula do movimento republicano nacional influenciaram a alta visibilidade que possuía no final dos anos 1880, tornando-se referência para os propagandistas do Paraná. Assinou a "Declaração Republicana Paranaense" em 1881 com seus correligionários Fernando Simas e Guilherme Leite, entre outros<sup>262</sup>,

---

<sup>261</sup>NEGRÃO, *Genealogia...*, v.3, op. cit., p.392.

<sup>262</sup>CHAVES, op. cit., p.128.

que foi o primeiro documento formal de adesão ao movimento republicano no Paraná. Tal fato confirmaria sua precedência sobre Eduardo Gonçalves, fundador do Clube Republicano em Curitiba em 1885. No entanto, como ensina Elias, a busca de um começo absoluto, inclusive em idéias descobríveis em fontes escritas é um absurdo, pois "não há empreendimento mais inútil, do que tentar determinar o começo absoluto de um longo processo"<sup>263</sup>. Logo, a luta pelo 'mito fundador' está relacionada às disputas políticas, como ensina José Murilo de Carvalho.<sup>264</sup>

Embora Correia de Freitas mantivesse relações próximas com as elites locais, de Santa Catarina e do Rio de Janeiro, entre outros estados, e fosse reconhecidamente um 'republicano histórico', poucas fontes sobre a sua vida foram encontradas. Entre as disponíveis, uma foi elaborada por um historiador parnanguara<sup>265</sup> e o restante reproduz uma homenagem prestada pelo Centro Cívico de Ponta Grossa em 1921. Cabe, dessa forma, refletir sobre este dado, visto que afinal "a dinâmica característica das relações entre grupos dirigentes no Brasil repercute no engendramento das fontes"<sup>266</sup>. Alguns elementos que podem ter contribuído nesse sentido são o fato de ter defendido em diversas ocasiões o socialismo, o intuito de adequar seu discurso à sua prática política (que o manteve distante de altas posições no campo do poder até os 56 anos) e a atividade de escritor que não extrapolou os limites da imprensa e que, portanto, não constituiu uma 'obra' para a posteridade.

---

<sup>263</sup>GARRIGOU, Alain; LACROIX, B. (Orgs.). **Norbert Elias**: a política e a história. São Paulo: Perspectiva, 2001. p.58.

<sup>264</sup>CARVALHO, J. M. de, **A formação...**, op. cit.

<sup>265</sup>NASCIMENTO JÚNIOR. **Correia Defreitas**: sua vida e sua obra. Homenagem da Prefeitura de Paranaguá ao transcurso de seu centenário. [s.d.].

<sup>266</sup>MICELI, Biografia..., op. cit., p.351.

### 2.3.1 Origem Social e Relações de Interdependência

Manoel Correia de Freitas nasceu junto com a Província do Paraná em 1853<sup>267</sup>, num sítio em Paranaguá. Aos sete anos foi para a escola primária e depois disso nada consta sobre o seu processo de educação formal. Foi essencialmente um autodidata. Filho do Capitão Domingos Correia de Freitas, natural de São Francisco, e de Dona Josephina Leite Bastos Freitas, de família tradicional parnanguara. Maiores indicações sobre a ocupação dos pais não foram encontradas, mas a caracterização do pai como 'homem do mar' e a notícia da libertação dos escravos de sua família na mesma ocasião de Vicente Machado permitem posicioná-lo ao menos entre os setores médios em ascensão. Seu capital de relações familiares foi determinante para a boa inserção que teve no campo político catarinense, pois tanto seu pai quanto seu irmão José Correia de Freitas (que também foi um político de importância no período) nasceram em Santa Catarina. Publicou artigos em Joinville e Desterro e participou da fundação do Partido Republicano de Santa Catarina.<sup>268</sup>

A historiografia destaca que aos 15 anos de idade já empreendia campanha abolicionista e republicana. Em 1872 participou da fundação do Clube Literário de Paranaguá e em 1881 fundou em Curitiba, junto com o amigo Rocha Pombo, um periódico republicano intitulado *A Verdade*. Mais tarde colaborou no *Livre Paraná* de Fernando Simas, periódico também abolicionista e republicano. Não pertenceu a nenhum dos partidos monárquicos e participou da fundação do Clube Republicano de Paranaguá em 1887 na Loja Perseverança<sup>269</sup>.

---

<sup>267</sup>Há divergências sobre essa data; segundo Nascimento, nasceu em 1851; já para Maria Nicolas e para Negrão, foi em 1853.

<sup>268</sup>NEGRÃO, *Genealogia...*, v.3, op. cit., p.388.

<sup>269</sup>Correia de Freitas também era maçom. Em 1877, Correia de Freitas participou da inauguração da Loja Concórdia do Oriente de Curitiba e, vinte anos depois, na companhia de Cardoso Junior, colaborou para a fundação da Loja Fraternidade Paranaense. Segundo Barata, para serem admitidos como membros numa loja, deveriam preencher alguns requisitos mínimos: ter 21 anos de idade, instrução primária, reputação de bons costumes e de cumprir deveres sociais,

### 2.3.2 Propaganda Republicana como Profissão

No final dos anos 1880 Correia de Freitas iniciou sua 'peregrinação', viajando por todo o país para difundir a doutrina republicana, participando de *meetings*, fazendo conferências e representando o Paraná e (ou) Santa Catarina em congressos republicanos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Envolveu-se, pois, com todos os tipos de ações políticas e culturais existentes para deslegitimar o regime monárquico e propagar o ideário republicano. No Rio de Janeiro, onde o movimento teve um caráter mais urbano, esteve envolvido com republicanos mais 'radicais'; colaborou no popular *Correio do Povo*, dirigido por Sampaio Ferraz<sup>270</sup>, no qual dividiu colunas ao lado de Aristides Lobo<sup>271</sup>.

Colaborou com vários jornais do período, mas, com exceção do periódico de vida breve que fundou com Rocha Pombo, não foi chefe de redação de nenhum deles. Como se autodenominava um socialista, recusou uma série de cargos políticos por divergências ideológicas. Teve experiências profissionais variadas e de curta duração: foi funcionário de uma empresa de exportação de produtos paranaenses para a Europa; envolveu-se na criação de uma indústria de papel em Morretes e criou gado nos Campos Gerais. Embora fosse freqüente o fenômeno de múltiplas ocupações<sup>272</sup>, as de Correia de Freitas apontam para uma situação social e uma disponibilidade financeira que o diferenciava dos intelectuais de classe média,

---

ocupação decente, meios de subsistência, estar isento de crime e não possuir nenhum defeito físico. Ou seja, apesar de variações existentes, o caráter elitista desse tipo de associação social é evidente. Nesse sentido, ser maçom era sinônimo de ser cidadão, pois os requisitos reproduziam os critérios para o exercício da cidadania no Império e na República: renda e alfabetização, respectivamente (Cf. BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)**. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1999. p.42).

<sup>270</sup>Jacobino e Presidente do Clube Tiradentes (Cf. CARVALHO, J. M. de, **A formação...**, op. cit., p.69).

<sup>271</sup>Nascido na Paraíba, descendente de um dos mártires da Revolução Pernambucana de 1817, bacharel pela Faculdade de Direito de Recife.

<sup>272</sup>CARVALHO, J. M. de, **A construção...**, op. cit., p.83.

ávidos por um emprego público e que muitas vezes encontravam na profissão de professor uma alternativa de sobrevivência. Podia 'dar-se ao luxo' de ter como sua preocupação central publicizar a ideário republicano que tão cedo o cativara; era mais um propagandista do que um escritor.

Fazia parte do costume dos republicanos mais liberais como Correia de Freitas formar e participar de clubes e jornais e realizar conferências como técnicas não-parlamentares de mobilização política, a fim de divulgar suas reivindicações e contribuir para a contestação simbólica do regime monárquico.<sup>273</sup> Fez conferências em diversas cidades<sup>274</sup>, defendendo, além dos ideais abolicionistas e republicanos, a emancipação da mulher, reflexo da influência do positivismo. Realizou palestras no famoso Clube Tiradentes do Rio de Janeiro, freqüentado por Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Ubaldino do Amaral, onde defendeu que a forma republicana seria o barco que levaria ao socialismo racional e prático.

É interessante observar a presença da figura de Tiradentes em diversos momentos de sua trajetória, como na participação do Clube no Rio de Janeiro, numa conferência famosa que realizou em Paranaguá em abril de 1888, e num artigo que escreveu para o *Pátria Livre* de Albino Silva um ano depois. Embora o mártir mineiro tenha sido 'eleito' o herói que melhor representava a República, em particular pelo conservadorismo de posições e pela procedência geográfica do personagem, sua imagem possuía certas ambigüidades, pois no período anterior à proclamação esteve vinculado às propostas mais radicais:

---

<sup>273</sup>ALONSO, op. cit., p.285.

<sup>274</sup>O jornal *Patria Livre* de agosto de 1889 publicou uma carta de Manoel Correia de Freitas em que ele relata como estava se dando o Congresso Republicano em Juiz de Fora, onde ele se encontrava junto com 'Quintino' e outros companheiros. Comentou como eram boas as acomodações da loja maçônica onde funcionou o congresso, e que a maçonaria "*apresenta-se perfeitamente consorciada com o governo que tem por norma o progresso e a liberdade.*". Relatou também que "*Nossa província e a de Santa Catarina foram ahi saudadas com entusiasmo, porem eu ouvia com certa dor esse entusiasmo pelo facto de reconhecer intimamente que o pouco desenvolvimento das idéas democráticas no Paraná, estava longe de corresponder aos vivas sympathicos e as esperanças dos grandes centros republicanos.*"

Tiradentes era o herói dos propagandistas da república dos clubes republicanos, de natureza popular. Não era apenas um herói republicano, era um herói do jacobinismo, dos setores mais radicais do partido. À época da proclamação da República, o Clube Tiradentes do Rio de Janeiro, organizador principal do seu culto, era dirigido por Sampaio Ferraz, ligado aos radicais da propaganda.<sup>275</sup>

Seu republicanismo mais popular refletiu-se até mesmo em sua vida privada, quando decidiu alterar a grafia de seu nome por querer se desvincular de um suposto caráter nobiliárquico da sílaba 'de', mudando-o para Defreitas ao invés de 'de Freitas'.<sup>276</sup>

### 2.3.3 A Proclamação da República e a Fundação da União Republicana

Às vésperas da proclamação, Correia de Freitas morava no Rio de Janeiro em companhia de Lauro Müller<sup>277</sup> e Alexandre Stockler<sup>278</sup> e, segundo consta, tomou conhecimento da conspiração que estava em marcha. Mais que isso, "se achava de posse do segredo das combinações feitas para a organização do primeiro governo republicano"<sup>279</sup>. Após o 15 de novembro, foi convidado por Benjamim Constant e Aristides Lobo para assumir o governo do Paraná ou de Santa Catarina, mas recusou alegando que, satisfeito com o advento republicano, pretendia trabalhar pela sua consolidação.

Quando voltou a residir em Curitiba, em janeiro de 1890, participou da arregimentação democrática ao lado do General Cardoso Júnior, com quem fundou

---

<sup>275</sup>CARVALHO, J. M. de, **A formação...**, op. cit., p.69.

<sup>276</sup>NASCIMENTO JÚNIOR, op. cit., p.12.

<sup>277</sup>Lauro Severiano Muller nasceu em Itajaí em 1863 e faleceu no Rio de Janeiro em 1926. Militar, era grande admirador de Benjamim Constant. Tornou-se doutor em Leis pela Universidade de Harvard nos EUA. Quando da Proclamação, recebeu de Deodoro da Fonseca a incumbência de organizar a província transformada em Estado de Santa Catarina. Foi depois deputado federal, senador, ministro de Estado e eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1912.

<sup>278</sup>Deputado mineiro, constituinte em 1891.

<sup>279</sup>NASCIMENTO JÚNIOR, op. cit. p.8.

a União Republicana Paranaense, inspirada no positivismo de Júlio de Castilhos, fundador do Partido Republicano no Rio Grande do Sul e defensor do voto popular. O *Manifesto* escrito por Correia de Freitas lançou as bases do partido, propondo que Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul compusessem um bloco, coeso pela semelhança do meio físico, da identidade étnica e da uniformidade dos costumes.

Quando das prévias para definição dos candidatos às eleições de 1891, Manoel Correia de Freitas estava cotado como candidato à vaga de deputado pelo Partido Operário, que fazia parte da União Republicana, mas no pleito perdeu para Justiniano de Mello e Silva<sup>280</sup>, o que pode indicar que, embora defensor da causa, estivesse afastado das bases operárias, afinal o candidato vencedor era um recém-ingresso no movimento<sup>281</sup>.

Foi eleito deputado para participar do primeiro Congresso Constituinte do Paraná em 1891, durante o curto período em que os ex-liberais estiveram no poder. Nessa posição, sugeriu modificações radicais de cunho socialista que alterariam substancialmente o texto final da Constituição. Revoltou-se com a rejeição de suas propostas, que refletiam o caráter igualmente conservador das elites que estavam no poder. Como forma de protesto, renunciou ao cargo e ao subsídio de ajuda de custos, determinando que o dinheiro fosse encaminhado para a educação e sugerindo que todos os seus companheiros recusassem os respectivos mandatos após a promulgação da Constituição.<sup>282</sup>

Estava em Santa Catarina quando Deodoro fechou o Congresso e, ao contrário de Generoso Marques e Cardoso Júnior, não apoiou o golpe. Por esta razão, quando Floriano assumiu, chamou-o ao Rio de Janeiro para oferecer-lhe o

---

<sup>280</sup>**A Republica**, 10 set. 1890, ano V, n.210, p.3. Proprietário Joaquim Silva, Redator político Vicente Machado.

<sup>281</sup>A vinculação de Justiniano de Mello e Silva com o movimento operário será melhor trabalhada em sua trajetória biográfica, assim como no capítulo 3.

<sup>282</sup>**A Republica**, 07 jul. 1891, Anno VI, n.444, p.1.

governo do Paraná, que estava sendo presidido por uma junta governativa temporária. Chegou ao estado com a intenção de assumir o governo, mas, ao perceber a configuração de forças ao redor da junta com a qual teria que negociar para governar, renunciou. Segundo seus biógrafos, sua renúncia resultou da sua incompatibilidade com as intenções reacionárias da junta, pesando também em sua decisão o fato de não querer colocar-se em antagonismo com seus correligionários que apoiaram o golpe de Deodoro.

Quando da conciliação para a eleição dos representantes à Constituinte Nacional, ficou de fora devido às suas divergências com a política adotada por Herculano de Freitas, chefe de polícia local, tendo seu nome substituído pelo de seu conterrâneo Fernando Simas. Correia de Freitas também declinou o convite feito por seu colega Lauro Müller para representar os catarinenses na Constituinte Nacional, desta vez pelo fato de ser paranaense e, portanto, parte na pendência dos limites que envolviam os dois estados, sobre a qual tinha convicção dos direitos do Paraná.

Algumas perspectivas defendidas por Correia de Freitas demonstram a influência da doutrina positivista em sua formação, como suas propostas de incorporação do proletariado à sociedade, e a importância dada para os símbolos nacionais. Segundo José Murilo de Carvalho, quase todas as lideranças republicanas que se preocupavam com o proletariado o faziam em função da influência comteana.<sup>283</sup> Além disso, eram os que mais se preocupavam com a questão dos símbolos. Não por acaso Correia de Freitas

Foi o creador da bandeira do Paraná, conseguindo a aprovação da Junta do Governo Provisorio do estado em 9 de janeiro de 1892 para o modelo apresentado e por ele desfaldado perante enorme massa popular, no Passeio Publico de Curitiba, provocando tamanho entusiasmo na população paranaense pela feliz combinação de cores no símbolo tricolor ao ponto de terem se esgotado nas lojas de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa, os sortimentos de fitas azues, brancas e verdes para a confecção de laçarotes.<sup>284</sup>

---

<sup>283</sup>CARVALHO, J. M. de, **Os bestializados**, op. cit., p.52-54.

<sup>284</sup>NASCIMENTO JÚNIOR, op. cit. p.13.

Não há notícias sobre o seu posicionamento diante da Revolução Federalista no Paraná, mas presume-se que tenha ficado ao lado de seus companheiros dominados no campo político local e apoiado os maragatos. A próxima ocorrência biográfica de Correia de Freitas aparece só em 1909, quando ocupou uma posição no campo político nacional como representante do Paraná na Câmara Federal. Sua atuação legislativa foi voltada para a questão social, pautada por propostas humanitárias que defendeu desde o início de sua trajetória. Dentre as principais, a maioria não aprovada, propôs a concessão de lotes de terra aos necessitados, o seguro operário, incluindo pensão e aposentadorias na velhice e nos casos de invalidez, projetos de proteção ambiental, de criação de um Tribunal Arbitral para resolver conflito entre países etc.

Os dados sobre o seu itinerário biográfico demonstram que poderia ter ocupado posição semelhante anteriormente, pois detinha capital de relações sociais suficiente para tanto. De família tradicional e dotada de uma boa situação financeira, mas situada no pólo dominado no espaço de posições da classe dirigente estadual, seus ideais de juventude retardaram as concessões necessárias para as trocas por posições nas estruturas de poder, adiando assim a sua cooptação. Declarava-se socialista, defensor da social-democracia, mas, ao que tudo indica, estava mais próximo das redes de interdependência das elites do que das classes populares, o que confirma a base ideológica fundamentada no positivismo. Por isso pôde optar, mesmo tardiamente, pela carreira política *stricto sensu*, na qual manteve coerente sua postura ideológica pré-República, como durante a questão do Contestado, em que foi satirizado pela sua trajetória de protestos:

*O illustre republico Corrêa Defreitas é um cidadão perfeitamente estimável; é um respeitável varão; é um bom paranaense mas... é o Sr. Corrêa Defreitas. Habitado a não dar a seus actos aquella medida que só os homens muito reflectidos são capazes, o Sr. Defreitas ouviu dizer que o Paraná perdia não sei quantas léguas de terra e povoados e entrou logo a protestar, o que não é supreza, pois até hoje a acção do Sr. Corrêa Defreitas só tem feito sentir por uma série ininterrupta de protestos de toda a natureza.*<sup>285</sup>

---

<sup>285</sup>MIRA, Crispim. **Confraternização Republicana**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1918. p.165.

Não conseguindo solucionar a questão pelas instâncias judiciárias, interviu pessoalmente no assunto, buscando solucioná-la mediante contato direto com os sertanejos no sertão catarinense.

Segundo Norbert Elias, estrutura social e mental modificam-se reciprocamente, e é a partir dessa perspectiva que a trajetória de Correia de Freitas deve ser compreendida. Durante o Império, não entrou no jogo da política por meio dos partidos monárquicos, empenhado na realização do seu ideal republicano. Seu posicionamento ideológico na virada da Monarquia para a República enquadra-se dentro do *habitus* dos intelectuais de classe média, que viam a oportunidade de atuar politicamente com propostas socialistas, acreditando na possibilidade de democratizar a República<sup>286</sup>, o que o colocou numa posição antagônica em relação aos anseios mais conservadores das elites locais<sup>287</sup>. Com a queda do regime, uma nova configuração de forças ocupou o poder e conseqüentemente as possibilidades de atuação política se alteraram. O alto investimento simbólico feito por Correia de Freitas na forma republicana aliado à sua situação social estável retardou sua percepção de que aquela não era 'a República de seus sonhos', evitando uma rápida cooptação pelas oligarquias. No entanto, após muitas decepções, decidiu participar formalmente do campo político, adaptando seu capital simbólico ao jogo do poder.

#### 2.4 JUSTINIANO DE MELLO E SILVA, UM SOCIÓLOGO NA *TERRA DO FUTURO*

A trajetória de Justiniano de Mello e Silva, ou melhor, a parcela de sua biografia da qual se tem conhecimento<sup>288</sup> corresponde a uma conjunção de fatores

---

<sup>286</sup>CARVALHO, J. M. de, **Os bestializados**, op. cit., p.25.

<sup>287</sup>RIBEIRO, Naiara dos Santos Damas. **Como moléculas da humanidade**: a presença de Correia Defreitas na Guerra do Contestado. Curitiba, 2004. Monografia (Programa Especial de Treinamento em História) - UFPR. p.18.

<sup>288</sup>Após ter deixado o Paraná em 1896, sabe-se muito pouco da sua trajetória até sua morte, em 1940.

que podem, em parte, esclarecer aspectos do seu posicionamento político e da sua posição de embate diante das oligarquias paranaenses. Formado pela Faculdade de Direito de Recife, teve na carreira de professor e na ampliação da instrução pública seus principais focos de investimento. Veio ao Paraná para ocupar o cargo de secretário de governo e, como hábil jornalista político que era, foi cooptado pelo Partido Conservador que buscava alterar o equilíbrio de forças na província que pendia a favor dos liberais. No entanto, é interessante observar que embora possuísse o título de 'doutor' – que em geral insere o indivíduo dentro da categoria 'elite política imperial' – e tivesse atuado como deputado em quatro legislaturas no Paraná, sua posição no campo político local foi dominada. Isto se deu principalmente após a Proclamação da República quando direcionou seu capital intelectual para a defesa da causa operária, condizente com seu *habitus* mais radical e combativo, o que desagradava as elites, restando-lhe posições de baixa concentração de poder nas fechadas estruturas de poder local.

Justiniano de Mello e Silva migrou para o Paraná via sistema de rotatividade das elites imperiais e aqui permaneceu durante 20 anos. Sua trajetória e os elementos do contexto histórico e das redes de relações nas quais estava inserido oferecem algumas pistas para a compreensão das relações entre imprensa e política no Paraná, apesar da pouca quantidade de fontes sobre ele. Este dado tomado individualmente já é indicativo da sua posição no campo do poder do Paraná no final do século XIX, mas se colocado dentro de uma perspectiva de longo prazo, percebe-se que o seu legado transmutou esta posição original, perceptível pelas posições ocupadas por seus descendentes.<sup>289</sup>

---

<sup>289</sup>Seu filho, o Coronel Wallace de Mello e Silva, foi camarista em Curitiba e deputado estadual em 1930; seu neto, Wallace Thadeu de Mello e Silva, foi prefeito de Curitiba em 1951, e seus bisnetos, Roberto Requião de Mello e Silva e seu irmão Mauricio, foram respectivamente, prefeito, senador e governador do Paraná e deputado federal (Cf. OLIVEIRA, op. cit., p.288).

#### 2.4.1 Cultura e Experiência: a Formação no Norte do Brasil

De origem familiar pernambucana, Justiniano de Mello e Silva nasceu em Laranjeiras em 1853, cidade de Sergipe que teve sua economia desenvolvida a partir da cana-de-açúcar e do comércio de escravos, cujo apogeu se deu durante o século XVIII. Seu pai, o Dr. Felix Jose de Mello e Silva, era advogado<sup>290</sup> e foi secretário particular do Frei Caneca<sup>291</sup> durante a Revolução Pernambucana de 1817<sup>292</sup>. Pernambuco foi, como se sabe, palco de vários movimentos contestatórios à ordem colonial e imperial. À época do nascimento de Justiniano de Mello, o ciclo da cana encontrava-se em decadência, situação que se sedimentou nos anos de 1870, quando a balança do poder político e econômico nacional se modificou, passando a pender para o sul do Brasil.

Neste contexto, em que o sul tornava-se o principal pólo econômico do país, a importação de bacharéis do norte tornou-se freqüente, pois a 'produção' local não era suficiente para responder às demandas regionais. No entanto, é importante destacar as diferenças estruturais da formação paulista e pernambucana. Em São Paulo predominava um bacharelismo liberal de fachada, máscara para a militância políticas das oligarquias agrárias. Já em Pernambuco destacavam-se a erudição, a ilustração e o liberalismo; fortes eram também as doutrinas deterministas e a ética

---

<sup>290</sup>BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário bibliographico brasileiro**, 1899. v.5. p.274.

<sup>291</sup>Nascido em Recife em 1779, de origem popular, carmelita, Frei Caneca foi líder popular da Revolução Pernambucana de 1817, movimento de tendência autonomista e republicana identificado pela maior parte da historiografia brasileira como um marco no caminho para a Independência (Cf. VAINFAS, op. cit., p.300).

<sup>292</sup>VELLOZO, Dario. Justiniano de Mello. **O Cenáculo**, ano I, tomo I, 3.º fasc., p.59-61, jun. 1895.

científica. A Faculdade de Recife produziu doutrinadores como Tobias Barreto<sup>293</sup>, responsável pela introdução da influência germânica em nosso direito, limitando a francesa e portuguesa<sup>294</sup>, e que influenciou o pensamento de Justiniano de Mello.

Em 1870 matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife. Lá teve oportunidade de compartilhar do movimento cultural da *Geração de 1870*<sup>295</sup> e aproximar-se de dois intelectuais sergipanos de peso no campo intelectual brasileiro: Silvio Romero, com quem fundou *A Crença*, jornal literário publicado em Recife no ano de 1870 em que Tobias Barreto participava publicando diversos artigos. A Escola de Recife inaugurou uma tradição de ênfase nas ciências sociais a partir de uma concepção positivista do direito ligada ao positivismo, ao evolucionismo, às ciências naturais e à antropologia determinista. Tinham uma orientação idealista responsável pela ênfase nos aspectos jurídicos<sup>296</sup> vinculada à composição social

---

<sup>293</sup>Nascido em 1839 na vila de Campos, em Sergipe, filho de um escrivão de um cartório modesto, o mulato Tobias Barreto viveu uma infância pobre, enquanto estudava as primeiras letras, latim e música em Estância. Aos 15 anos, aprovado em concurso para professor substituto de Língua Latina, iniciou-se na profissão que iria exercer por toda a sua vida: o magistério. (...) mudou-se para Recife onde concluiu curso de Direito em 1869 (...) se dedicava aos estudos do alemão. Militante do Partido Liberal, estudioso da obra de Comte. 'Homem de gabinete', transformou-se num germanofilo radical. Ideólogo da Escola de Recife, foi o responsável pela introdução das teses acerca do positivismo e do cientificismo do direito e pela divulgação das idéias filosóficas do movimento realista – naturalista, influenciando uma geração inteira de juristas e advogados que, nas últimas décadas do Império e nas primeiras da República, transformaram-se na elite intelectual do país (Cf. VAINFAS, op. cit., p.698-700).

<sup>294</sup>WOLKMER, op. cit., p.83-84.

<sup>295</sup>Em 1910, Sílvio Romero, em *Provocações e debates*, afirma que na década de 1870, 'um bando de idéias novas esvoaçava sobre nós de todos os pontos do horizonte. Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, tudo então se agitou...'(...) Tudo havia entrado em discussão: a Questão religiosa, o sistema eleitoral, o 'arrocho das instituições policiais e da magistratura'; os inúmeros problemas econômicos, o 'atrasado' pensamento teórico. O Partido Republicano se organizara. Não há dúvida de que todas essas questões passaram a ser discutidas em jornais, ensaios e livros de uma série de intelectuais que ingressaram na vida acadêmica na década de 1870, passando a ter projeção nacional, conhecidos como a 'geração de 1870'. Baseada na valorização do método científico, essa geração iria difundir e defender novas correntes de pensamento como o positivismo de Comte, o biologismo de Darwin, o evolucionismo de Spencer e o determinismo de Taine." (Cf. ABREU, Marta. In: VAINFAS, op. cit., p.309-310).

<sup>296</sup>VENTURA, op. cit., p.121.

dos alunos, mais diversificada, pois aglutinava não só representantes das famílias rurais da região, mas também alunos provenientes de setores médios urbanos<sup>297</sup>. Foi o berço de idéias críticas e revolucionárias para a cultura jurídica brasileira. Segundo Alonso,

o movimento de contestação no Recife era um dos resultados da mudança macroeconômica que estava deslocando o eixo da agroindústria para o sul do país. Não nascia de grupos novos, mas da organização de setores socialmente enraizados na sociedade urbana pernambucana que dava largos passos rumo à decadência (...) A escassez de empregos públicos fazia dos canais de acesso aos chefes partidários o grande trunfo na obtenção de uma posição.<sup>298</sup>

Nesse período, Justiniano de Mello escreveu poesias e aparece na classificação dos poetas sergipanos do século XIX de Sílvio Romero dentro do condoreirismo, escola brasileira de poesia da última fase romântica (1860-1870) de caráter social e político que divulgava e defendia idéias igualitárias e que tinha como mestre Tobias Barreto.<sup>299</sup>

Não se sabe ao certo quando se formou, pois voltou para Sergipe no ano seguinte para assumir um cargo no Atheneo Sergipense onde foi professor de gramática e tradução da língua inglesa<sup>300</sup> entre 1871 e 1874. Segundo Alves, "a equipe de professores do Atheneu Sergipense representava uma significativa parcela da elite

---

<sup>297</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.150.

<sup>298</sup>ALONSO, op. cit., p.135-137.

<sup>299</sup>DANTAS, Luiz Carlos Rollemberg. Justiniano de Melo e Silva, filósofo e historiador. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v.16, n.21, p.258-263, 1955.

<sup>300</sup> "É significativo que, no seu primeiro contacto com o magistério, tenha se dedicado ao ensino da língua inglesa pois Justiniano de Melo e Silva seria mais tarde um filólogo, um grande conhecedor de línguas, sobretudo, das línguas mortas das civilizações antigas. Como historiador e sociólogo, seu método de exposição será baseado sobretudo na interpretação das raízes primitivas da linguagem" In: DANTAS, Luiz Carlos Rollemberg. **Justiniano de Melo e Silva, filósofo e historiador**. Op. cit., p.258.

intelectual sergipana<sup>301</sup>, sendo que o primeiro quadro de professores foi nomeado pelo Presidente da Província, o General Cardoso Júnior<sup>302</sup>, que se tornou peça importante no campo político paranaense no período da Proclamação da República e com quem Justiniano de Mello se aliou em torno da União Republicana, grupo de oposição a Vicente Machado. A criação desse centro educacional foi o evento cultural mais importante na década de 1870 na Província de Sergipe<sup>303</sup> e a sua designação para lecionar lá aponta para uma já mencionada posição entre as elites intelectuais nordestinas.

Casou-se com sua conterrânea D. Thereza Paiva de Mello e Silva, e em 1874 partiu rumo ao Rio Grande do Sul para tratar de problemas de saúde. Lá redigiu dois jornais – *O Artista*<sup>304</sup>, no qual se empenhou pela causa nacional ao lado do pernambucano Saldanha Marinho<sup>305</sup>, e o *Diário do Rio Grande* – ambos na cidade de Rio Grande, a mais antiga da província, onde foi orador da loja maçônica União Constante<sup>306</sup>. Em seguida deu seqüência à sua viagem pelo sul do continente passando pela Argentina, onde se doutorou em Ciências Sociais pela Universidade de Córdoba, e pelo Uruguai.

---

<sup>301</sup>ALVES, Eva Maria Siqueira. **O atheneu sergipense**: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudo 1870-1908. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Educação) - PUCSP.

<sup>302</sup>Cardoso Júnior foi Grão-Mestre da Maçonaria entre 1880-1885, Justiniano de Mello também era maçom (Cf. BARATA, op. cit.).

<sup>303</sup>ALVES, Eva Maria Siqueira. Imagens imortalizadas pelas palavras. **Educar**, Curitiba, n.24, p.227-244, jul./dez. 2004.

<sup>304</sup>Anos mais tarde, em 1892, Wallace de Mello e Silva (filho de Justiniano) fundou um jornal com o mesmo nome, *O Artista*, órgão de reivindicações operárias. Wallace era socialista e foi o primeiro organizador de greves no Paraná para a conquista de vantagens e direitos para os operários (MARTINS, R., **A arte...**, op. cit., p.248).

<sup>305</sup>Também maçom, foi Grão-Mestre da ordem dos beneditinos durante 20 anos: de 1863-1883.

<sup>306</sup>GUARANÁ, Armindo. **Diccionario bio-biliografico sergipano**. Rio de Janeiro: Paulo, Pongetti & Cia, 1925. p.191.

## 2.4.2 Ação Política no Sul: as Lutas de um Radical Contra o Poder Oligárquico

Em 1876, seu capital de relações sociais com as elites nordestinas proporcionou sua entrada na burocracia nacional via 2.º escalão, com um convite para secretariar a Presidência do Dr. Lamenha Lins, no Paraná. Este era pernambucano, membro da oligarquia açucareira<sup>307</sup> e também formado em Recife e sua administração privilegiou investimentos na educação: reformou o Liceu Paranaense<sup>308</sup>, onde Justiniano de Mello ensinou português, e criou a Escola Normal<sup>309</sup>, onde o sergipano lecionava pedagogia.

No mesmo ano em que chegou à província fundou seu primeiro jornal intitulado *25 de Março, Orgam do Partido Conservador*<sup>310</sup>, o que causa estranheza, pois trabalhava para o governo do liberal Lamenha Lins. Seu artigo de apresentação é bastante otimista e apologético ao governo imperial, que cria estar caminhando rumo à justiça e à igualdade social:

*O nosso programma consistirá na sustentação dos princípios, que o partido conservador em todos os tempos elevou a altura de um sacerdocio. Vemos a sociedade sobre sólidos fundamentos; vemos a nação pacífica e laboriosa conquistar dia por dia todos os progressos compatíveis com a sua iniciativa e aspirações. O systema representativo depois de algumas provações, em dias infelizes, quase olvidados pela nova geração, recebeu o cunho da inalterabilidade e congrassou á sua sombra todos os partidos.*

---

<sup>307</sup>Após o término do seu mandato, fundou engenhos de cana no Paraná. Cf. CARNEIRO, David. **História do período provincial do Paraná**: galeria de presidentes da província. Curitiba: Banestado, 1994. p.396.

<sup>308</sup>Fundado em 1846, em 1876 transformou-se em Instituto Paranaense e em 1894 em Ginásio Paranaense, e é atualmente o Colégio Estadual do Paraná (Cf. CARNEIRO, **Galeria...**, op. cit., p.343).

<sup>309</sup>Ser professor nessas escolas era, por um lado, "*um meio de vida a que se recorrer*", quando faltavam facilidades para seguir outras carreiras. Ao mesmo tempo, ajudava a complementar o salário dos bacharéis, além de ser mais um título de prestígio de alguns profissionais (VAINFAS, op. cit., p.236).

<sup>310</sup>O nome do jornal provavelmente se refere à data da outorga da Constituição de 1824.

*A nação raras vezes convulcionada e chocada pelas devastadoras pretensões da demagogia: só aspira a ordem e a liberdade – esses dois traços luminosos da fisionomia de um grande povo.*

*As nossas leis constitucionaes concretisam admiravelmente todas as tendências rasoaveis do espírito publico, e de um modo fecundo exerce sua influencia poderosa sobre os costumes nacionaes.*

*A instrucção, graças aos esforços constantes do governo e ao impulso particular, mais e mais se infiltra nas ultimas camadas da sociedade, despertando e aureando todos os estímulos productivos do individuo.*

*A justiça, severamente representada por uma briosa magistratura derrama seus benefícios por todos os membros da communhão social.*

*A agricultura, que definhava, por effeito de circumstancias imprevistas; vê a solitudine do governo empenhada na grande obra de sua reconstituição, fornecendo-lhe todos os possíveis recursos para o seu desenvolvimento e emancipação.*

*O commercio vae em caminho da mais lisongeira prosperidade, pois que se multiplicam os elementos propulsores de seu adiantamento.*

*O governo empenha-se em dotar as províncias de administradores criteriosos e tolerantes, afim de que essas circumscrições do nosso vasto território marchem desassombradas aos seus brilhantes destinos.*

*As reformas que de alguns annos a esta parte tem surgido do seio da representação nacional, testemunham eloqüentemente os altos e humanitários intuitos de uma situação rica de talentos e de dedicações.*

*A abolição do elemento servil, as reformas, judiciária, da guarda nacional e do voto, alem de outras medidas importantíssimas, fallam magistralmente sobre a lealdade e abnegação do partido conservador.<sup>311</sup>*

Nestor Victor, ao comentar a limitada vida intelectual da Província do Paraná, relata que eram poucas as folhas semanais publicadas na capital e que a imprensa, direcionada quase que totalmente aos interesses políticos, tinha "entre seus representantes (...) um vulto de verdadeiro destaque, o Dr. Justiniano de Mello e Silva, erudito, terso e poderoso publicista"<sup>312</sup>. É recorrente esse tipo de caracterização quanto às qualidades profissionais de Justiniano de Mello, que, pela sua formação num contexto social e geográfico diverso, tinha uma postura mais desprendida em relação às elites locais, que agradava à jovem intelectualidade. Seu *habitus* mais radical e combativo se reflete na sua produção simbólica, que lhe rendeu a posição de um *outsider* no campo político paranaense, afinal, não se intimidava a promover

---

<sup>311</sup> **25 de março.** In: MARTINS, Romário. **Catálogo dos jornaes publicados no Paraná: 1854-1907.** Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908. p.16-17.

<sup>312</sup> VICTOR, Terra..., op. cit., p.79.

ataques às figuras importantes da cena local, como o Barão do Serro Azul, um dos líderes do partido em que militava. Tais fatores contribuíram para a breve duração do periódico, boicotado pelos adversários políticos que rapidamente adquiriu na cidade. Em 1877 passou a redigir *O Paranaense*, também órgão do Partido Conservador, que foi substituído em 1882 pela *Gazeta Paranaense*, sob a direção de Benedito Carrão.

Em 1883 encontrava-se no comando do *Jornal do Commercio*, criado para combater, ao lado dos comerciantes, as políticas adotadas pelo Dr. Carlos de Carvalho<sup>313</sup>. O *Sete de Março*<sup>314</sup>, também conservador, surge em 1888 e contou em seus primeiros momentos com a colaboração de Leôncio Correia<sup>315</sup>. Vale notar que Justiniano de Mello não se envolveu com a propaganda republicana, no entanto, mesmo monarquista, era muitas vezes mais crítico à Coroa e às oligarquias do que os republicanos.

Ser considerado um "polemista temido pelos seus temíveis ataques aos adversários"<sup>316</sup> acarretava um ônus, bem diagnosticado pelo seu companheiro de partido Rocha Pombo<sup>317</sup>: "O Dr. Justiniano de Mello tinha então o seu período de actividade e de domínio, infelizmente limitado na esfera política"<sup>318</sup> ou conforme

---

<sup>313</sup>Nascido no Rio de Janeiro em 1851, bacharel por São Paulo em 1873. Assumiu o governo do Paraná em março de 1882 e permaneceu até maio de 1883. Sua administração foi agitada, principalmente pela lei que criou o imposto de 1,5% sobre as rendas, conhecido por "imposto do vintém". O comércio, em sinal de protesto, fechou as portas, e Carvalho foi "obrigado" a deixar o governo (CARNEIRO, **História do período...**, op. cit., p.319-328.

<sup>314</sup>O nome do jornal dessa vez provavelmente se refere à data em que subiu o gabinete conservador comandado pelo Visconde do Rio Branco em 1871. O periódico contava com o apoio da *Gazeta de Aracaju*, igualmente órgão do Partido Conservador.

<sup>315</sup>Sobrinho do Barão e próximo biografado neste trabalho.

<sup>316</sup>NEGRÃO, Francisco. **Efemérides paranaenses**. Edição Comemorativa do 20.º aniversário do CEB, s/data. p.9.

<sup>317</sup>As trajetórias de Rocha Pombo e Justiniano de Mello possuem algumas semelhanças, incluindo a militância no Partido Conservador, a admiração da juventude, a profissão de professor e escritor, o interesse pela História, a marginalização política, o posicionamento ante a Revolução Federalista, a oposição a Vicente Machado e a adoção de perspectivas políticas radicalmente opostas às das elites locais no início do período republicano.

<sup>318</sup>POMBO, **O Paraná...**, op. cit., p.296.

lembra Muricy, "Na Assembléia Provincial pronunciou orações que destoavam do ali habitual, pela erudição enorme, mas também pela inadequação à vida política"<sup>319</sup>, aspectos que se encaixam nos atributos da formação pernambucana: crítica e erudição.

No começo de 1889 Justiniano era deputado provincial e seu partido, enfraquecido pela morte de um de seus líderes, Eufrásio Correia, estava dividido em função das divergências internas, que incluíam o apoio ou ao menos o beneplácito do Barão do Serro Azul a um projeto de supressão de várias escolas. O redator do *Sete de Março* não poupou críticas ao Barão e, acusado de infidelidade partidária, foi 'colocado no seu devido lugar': "*Portanto, o sr. Justiniano de Mello e Silva tire o seu cavallo da chuva ou limpe as mãos à parede, porque S.S. é ainda muito pequenino para poder negar o prestígio social e político do Barão do Serro Azul, digno Chefe do Partido Conservador deste districto.*"<sup>320</sup>

O embate que criou a dissidência dentro do Partido Conservador se deu durante o governo do conservador Balbino Cunha<sup>321</sup>, quando, devido à difícil situação econômica da província, a Assembléia aprovou a suspensão da criação de algumas escolas e a eliminação de outras tantas:

O Dr. Balbino da Cunha sancionou a supressão de 164 escolas, provocando revolta geral de que se fez porta-voz o Dr. Justiniano de Melo e Silva, que até aí fora arauto da instrução e propugnador do ensino. Afastado do partido desde que o presidente o ameaçava de represálias, não se intimidou o Dr. Justiniano. Abriu luta contra a presidência da província, enfraquecida pela extrema minoria da Assembléia. O Dr. Balbino demitiu-o de sua cátedra. Ele se manteve na luta de que não podia deixar de sair vencedor.<sup>322</sup>

---

<sup>319</sup>MURICY, Andrade. **O símbolo**: à sombra das araucárias (Memórias). Conselho Federal de Cultura e Departamento de Assuntos Culturais, 1976. p.290.

<sup>320</sup>**Gazeta Paranaense**, 13 fev. 1889, n.35, p.2. Proprietário e redator: Benedito Carrão.

<sup>321</sup>Mineiro nascido em 1833, formado em Medicina no Rio de Janeiro. Assumiu a presidência sem o apoio dos grandes nomes locais do Partido Conservador, governando de julho de 1888 a junho de 1889.

<sup>322</sup>CARNEIRO, **História do período...**, op. cit., p.429.

Justiniano de Mello, revoltado, saiu do partido a fim de ter mais liberdade para atacar o governo, o que fez com que perdesse sua cadeira no Instituto Paranaense, golpe doloroso, pois a educação era o seu principal espaço de investimento como homem de letras e político. No entanto, como detinha um alto capital simbólico nesta esfera, acabou beneficiando-se das lutas partidárias, pois o próximo presidente da província, o liberal Conselheiro Jesuíno Marcondes fez questão de reintegrá-lo em suas funções, convidou-o para ingressar no Partido Liberal e lhe ofereceu a presidência da província do Maranhão, que Justiniano recusou. Esse evento demonstra os interesses dos liberais na sua cooptação.

Justiniano de Mello, que não participou do movimento republicano, não aderiu de imediato ao governo provisório e tampouco apoiou os republicanos locais logo após a proclamação, como fizeram seus ex-correligionários conservadores; porém, numa conferência realizada pouco depois da proclamação, o redator do *Sete de Março* dissertou sobre "*a verdadeira democracia, a Republica Socialista fundada na instrução popular e na igualdade de classes*".<sup>323</sup>

No início de 1890 as relações iniciadas por ele no norte ressurgiram sob nova roupagem; Justiniano de Mello 'retribuiu' a nomeação feita pelo General Cardoso Junior em Sergipe apoiando-o na condição de presidente do Clube Republicano e na sustentação do governo do Marechal Deodoro. Em março do mesmo ano, participou de manifestações e fez discursos elogiosos ao General<sup>324</sup>, e no mês seguinte seu jornal aparecia como aliado do *Diário do Paraná*, órgão da União Republicana, marcando a sua mudança de posição no campo político, complementada por um subtítulo adotado em seu periódico: *Órgão das Reformas Sociais*, indicando sua aproximação com os operários.

---

<sup>323</sup>**A Republica**, 19 dez. 1889.

<sup>324</sup>**Quinze de Novembro**, 3 mar. 1890.

Aguçado analista político, Justiniano de Mello percebe rapidamente o caráter do novo regime e da condução local pelo grupo 'vicentista' e decide somar forças com a oposição como representante do Clube Operário. De fato, a partir de 1890 houve em várias localidades, principalmente no Rio de Janeiro, a tentativa de organizar politicamente o operariado com a criação de um Partido Operário.<sup>325</sup> Justiniano de Mello foi um entusiasta desse projeto; tendo sido orador do Clube dos Operários e Artistas<sup>326</sup>, publicou no *Sete de Março* o manifesto do Partido Operário<sup>327</sup> e foi eleito seu representante para o congresso estadual pela União Republicana<sup>328</sup>. Cada vez mais distante das elites e mais próximo das camadas populares, radicaliza ainda mais suas críticas à situação, chamando o redator do *A Republica* de 'advogado do Banco União de São Paulo'<sup>329</sup> e atacando a redação da Constituição do Paraná que Herculano de Freitas elaborava. Mesmo com toda esta carga combativa, foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública em 1892, indicativo do reconhecimento do capital simbólico que possuía nessa esfera.

Colaborou com a *Revista Azul* de Dario Vellozo, que não poupava elogios a Justiniano de Mello, a quem chamava de "mestre e grande inspirador". O sergipense dedicava-se também à atividade de pesquisador e escritor, e foi o autor das seguintes obras: *O Direito Criminal*, *Leis da Educação*, *Educação pelos instintos*, *História da Revolução no Paraná (1894)* e *Fetichismo e Idolatria*<sup>330</sup>. Participou também na

---

<sup>325</sup>CARVALHO, J. M. de, **Os bestializados**, op. cit., p.52-53. O congresso foi realizado por Teixeira Mendes, que reuniu mais de 400 representantes e produziu um documento encaminhado a Benjamim Constant reivindicando legislação trabalhista.

<sup>326</sup>**Diário do Paraná**, 7 jun. 1890.

<sup>327</sup> Este exemplar não foi encontrado, sabe-se de sua existência pelo Diário do Paraná de 30/6/1890.

<sup>328</sup>**Diário do Paraná**, 16 ago. 1890.

<sup>329</sup>**A Republica**, 21 dez. 1890.

<sup>330</sup>Nenhuma delas foi encontrada.

revista *O Cenáculo*, com longos e densos ensaios sobre a condição da mulher e da família.<sup>331</sup> Em 1906 publicou *Nova Luz Sobre o Passado* sob o pseudônimo de A. Sergipe, considerada sua principal obra, na qual o tema principal é o problema da queda e da corrupção do homem; estima-se que tenha levado cerca de vinte anos para escrevê-la.

### 2.4.3 A Exclusão do *Outsider* e a Decepção com a República

Durante os vinte anos em que permaneceu no Paraná, mesmo atuando como jornalista e com quatro mandatos como deputado, obteve pouco reconhecimento por parte das elites locais, o que repercutiu na produção de poucas fontes biográficas sobre o escritor sergipense. Por isso, quando decide deixar o Paraná, todos os relatos que partiram da jovem intelectualidade local frisavam o quanto Justiniano de Mello se sentia desgostoso e frustrado com sua trajetória no estado. Foi, no campo político, um *outsider*, como na descrição de Vellozo:

*elle, que foi sempre vivo protesto contra a oligarchia e o privilegio, contra o poderio dos fortes, contra a exploração das classes indigentes; que se batteu pelos oprimidos (...) partito ignorado e só, victima dos ideaes que defendera (...) sem a sagração do povo, por quem pugnou (...) a mocidade estudiosa do Paraná perdeo o seu maior estimulo.*<sup>332</sup>

Ele próprio, anos antes, já se percebia numa luta desigual, em que se encontrava, de um lado, os poderosos e "*do outro (...) um fraco jornalista, sem influência, filho de outras terras e que segura nas mãos trêmulas uma penna quase a ser despedaçada pelo poder*"<sup>333</sup>. Justiniano de Mello voltou ao Sergipe, onde retomou as aulas no Atheneo na cadeira de História Universal e da Civilização. A sua próxima ocorrência biográfica encontrada foi da década de 1920, quando o escritor morava no subúrbio carioca de Encantado, numa situação quase miserável

---

<sup>331</sup>MURICY, *O símbolo...*, op. cit., p.290.

<sup>332</sup>VELLOZO, op. cit.

<sup>333</sup>*Sete de Março*, 28 jan. 1888, Ano I, n.41.

em que "alimentavam-se de pão, sardinha e banana"<sup>334</sup> e foi, segundo Muricy, salvo de ser despejado por um conterrâneo que o encontrou. Depois disso viveu em Minas Gerais e faleceu no Espírito Santo em 1940.

Justiniano de Mello e Silva teve sua vinda para o Paraná viabilizada pelo seu capital de relações sociais que incluía intelectuais e políticos reconhecidos e bem posicionados no campo nacional. Bacharel e membro da burocracia imperial, teoricamente poderia ter galgado posições de poder mais altas na hierarquia nacional. Todavia, estabeleceu-se no Paraná onde seu *habitus* combativo impediu que somasse capital político na cena local, apesar do reconhecimento que tinha no campo da educação. Sua aproximação com as organizações operárias, fruto das disposições sociais incorporadas durante seu processo de socialização, foram forjadas dentro de uma estrutura social diferente da existente no sul do país, o que resultou no seu 'desajuste' no interior do campo político paranaense, diferencial que seduziu a mocidade curitibana. Segundo Bega<sup>335</sup>, Justiniano foi um 'ícone' para os jovens simbolistas, atraídos pela riqueza de suas aulas e pelo discurso ousado que apresentava.

A diferença na formação proporcionada pelas duas faculdades de direito durante o Império encaixa-se bem na evidente antinomia entre as figuras que neste trabalho 'representam' essas escolas, Vicente Machado e Justiniano de Mello e Silva:

As diferenças sociais observáveis poderiam apontar para novas pistas e desigualdades. Em Recife um público mais desvinculado do domínio oligárquico rural passava a dominar as fileiras dessa faculdade, por oposição a uma clientela paulista caracterizada pelo pertencimento a uma elite econômica de ascensão recente. De Recife partiam mais claramente os gritos de descontentamento (respaldados pela clara mudança do eixo político-econômico), enquanto São Paulo passava aos poucos de contestador a defensor e responsável por uma fala oficial.<sup>336</sup>

---

<sup>334</sup>MURICY, **O símbolo**..., op. cit., p.295.

<sup>335</sup>BEGA, op. cit.

<sup>336</sup>SCHWARCZ, **O espetáculo**..., op. cit., p.187.

De Recife partia um núcleo intelectual produtor de idéias autônomas e não um núcleo que, a despeito de certas deficiências teóricas, tinha um papel pré-definido na condução política do país.

## 2.5 LEÔNCIO CORREIA: TRUNFOS POLÍTICOS E ÊXITO NO JORNALISMO

A trajetória biográfica de Leôncio Correia, membro das oligarquias ervateiras, é um contraponto interessante com os demais redatores nascidos no litoral, pois não esteve envolvido com a propaganda republicana lá desenvolvida, afinal, pela sua origem familiar, a demanda por espaços de participação no campo do poder não fazia parte do seu horizonte de reivindicações. Sua primeira ocorrência biográfica vinculada ao movimento republicano já estava relacionada com os republicanos paulistas, quando foi chamado a participar do jornal que dava a linha seguida pelo *A Republica* de Curitiba.

### 2.5.1 Origem Social, Formação e Processos de Socialização

Leôncio Correia nasceu numa das principais famílias do litoral, cujo tronco iniciou-se no século XVIII com o português Manoel Francisco Correia, conhecido como Correia Velho. Segundo o próprio Leôncio Correia, "*esse venerando patriarca imortalizou-se, não por estupendos feitos guerreiros ou por altas criações espirituais, mas por uma descendência admirável que escreveu as mais belas páginas de labor, de patriotismo e de probidade durante um largo e brilhante período da historia do Paraná*".<sup>337</sup> Seu neto, João Ferreira Correia, pai de Leôncio, morreu aos 33 anos, deixando o filho, nascido em 1865, órfão aos seis. Foi acolhido pelos tios, personagens célebres do campo político local e nacional, tendo tido como patrono o Comendador Ildefonso Pereira Correia, principal empresário ervateiro do estado e irmão do Senador

---

<sup>337</sup>CORREIA, Leôncio. *Paranaguá e os Correias. Meu Paraná*, Edição do Estado do Paraná, 1954.

Correia<sup>338</sup>, alto funcionário do Império e com ampla inserção na Corte. Pelo lado materno, contava com outro nome de peso na cena local, o Sr. Boaventura Clapp, proprietário da empresa de bondes da cidade. Trata-se de uma origem social, de um capital econômico, político e de relações sociais de peso que incluem ainda outros nomes, bem sintetizados por Muricy:

[Os Correias] entroncam, sem dúvida, como quase todo o patriciado paranaguense, naquele fabuloso Gabriel de Lara, fundador e civilizador primeiro. Entretanto, há bem longe no tempo está já a figura do ancestral famoso, Correia Velho; e mais tarde a representação social de Paranaguá ficou centrada na personalidade veneranda do Visconde de Nácar, o "Correia" por excelência, alma da sua urbs durante décadas (...) Ramos do tronco foram êstes homens, que tiveram porte relevante no Estado: Conselheiro Manuel Francisco Correia; Manoel Eufrásio Correia (...); o já mencionado Barão do Serro Azul; Leocádio Correia; outros muitos Correias (...) <sup>339</sup>

Uma observação cuidadosa da sua rede de relações sociais pode auxiliar na compreensão do seu posicionamento ante os principais acontecimentos políticos do final do século XIX. Assim como outros redatores analisados, Leôncio Correia teve várias ocupações, mas concentrou-se na poesia, na política e no jornalismo. Estes três aspectos são inseparáveis e influenciaram-se mutuamente na constituição do seu 'eu'. Mas, para fins analíticos e para que seja possível cumprir os objetivos desta dissertação, tratar-se-á prioritariamente das relações entre imprensa e política na trajetória do personagem. Uma análise da inserção de Leôncio no meio literário e de suas relações com os simbolistas pode ser encontrada no trabalho de Bega<sup>340</sup>.

---

<sup>338</sup>Nasceu em 1831, estudou em Nova Friburgo e no Colégio Pedro II, instituição mais importante de ensino secundário do Império, destinado aos filhos das elites. Em seguida, bacharelou-se em São Paulo quando iniciou contínua carreira junto ao governo: foi secretário da fazenda e da justiça, secretário do governo do Rio de Janeiro, oficial de gabinete do ministro de Estado, presidente da Província de Pernambuco, deputado e senador pela Província do Paraná, logo, membro da elite política imperial. Fundou a Escola Normal do Rio de Janeiro em 1874, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, entre vários outros feitos (Cf. NICOLAS, Maria. **O Paraná no senado**. Paraná: Imprensa Oficial, s/d. p.8).

<sup>339</sup>MURICY, Andrade. Prefácio. In: CORREIA, Leôncio. Paranaguá e os Correias. **Meu Paraná**, Edição do Estado do Paraná, 1954.

<sup>340</sup>BEGA, op. cit.

Leôncio Correia teve uma trajetória escolar típica das elites imperiais: estudou no Colégio S. Luiz em Petrópolis, no Lyceu Conde d'Eu em Nova Friburgo, no Almeida Martins no Rio de Janeiro e no Instituto Paranaense, concluindo em 1879 seus estudos secundários. Em 1881 inaugurou sua atividade jornalística na redação do periódico literário "*Futuro*", órgão da mocidade parnaguense.<sup>341</sup>

Em 1884 foi para o Rio de Janeiro com o intuito de cursar a Faculdade de Medicina, mas segundo seus próprios relatos perdeu-se na vida boêmia carioca e não concluiu o curso. No entanto, teve a oportunidade de conhecer uma série de literatos que viviam na capital, circulando neste meio durante alguns anos, colaborando com alguns periódicos e participando dos processos culturais e políticos que se desenrolavam na Corte, afinal não tinha urgência em definir uma ocupação que lhe rendesse meios de subsistência. Foi, neste momento, um 'homem sem profissão', conforme classificação feita por Miceli:

Os "homens sem profissão" eram herdeiros nascidos em famílias que monopolizavam havia muito tempo as posições de prestígio no interior da classe dirigente. Sendo originários de famílias de estirpe, cujos sobrenomes de boa cepa lhes garantiam por si só livre trânsito nos círculos dirigentes, e que estavam ligadas de diversas maneiras aos ramos econômicos dominantes, o fato de terem se encaminhado para as profissões intelectuais tem muito mais a ver com as estratégias de reprodução destas famílias...<sup>342</sup>

Após o período que passou respirando os ares culturais e políticos da capital federal, retornou ao seu estado e passou a redigir a *Gazeta Paranaense*, órgão do Partido Conservador comandado por seus familiares e foi convidado a ocupar uma cadeira na Assembléia Provincial durante a Presidência do Dr. Balbino Cunha.

---

<sup>341</sup>O Sr. Leôncio Correia. In: **Revista do Paraná**, n.4. Edição Fac Símile.

<sup>342</sup>MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil. In:\_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.106.

## 2.5.2 O Ingresso na Vida Política

Segundo seus relatos memorialísticos sobre o 15 de novembro<sup>343</sup>, às vésperas da proclamação da República encontrava-se em Paranaguá prestes a embarcar em direção a Santos com a finalidade de seguir até São Paulo a convite de Rangel Pestana<sup>344</sup> para participar da redação do *A Província de São Paulo*, cuja linha editorial era seguida pelo *A Republica* de Curitiba. Fora indicado para trabalhar naquele jornal por seu amigo Joaquim Monteiro de Carvalho, ex-secretário do Clube Republicano de Campinas e membro do de Curitiba. Esse convite inseria-se bem no tipo de propaganda efetuada pelos paulistas, que incluía o 'treinamento' de seus divulgadores. Ainda, revela a disponibilidade de Leôncio Correia em vincular-se às propostas do federalismo difundido pelas elites paulistas, afinal o capital econômico de sua família era igualmente vinculado à exportação. As relações entre os conservadores da família Correia e Vicente Machado, líder republicano local, já foram resgatadas anteriormente e se confirmam na trajetória de Leôncio Correia, convidado pelo recém-nomeado chefe de polícia, Vicente Machado, para secretariá-lo, cargo que ocupou por curto período.

Preferiu manter-se no jornalismo e fundou, juntamente com Narciso Figueiras, o Quinze de Novembro, "o primeiro diário de grande formato, com feição independente, que apareceu na encantadora cidade curitibana"<sup>345</sup>. O jornal contava com o belo trabalho litográfico de Figueiras, que seduzia pelas suas ilustrações, enquanto Leôncio cuidava da redação, tendo ali a oportunidade de conjugar suas

---

<sup>343</sup>CORREIA, Leôncio. **A verdade histórica sobre o 15 de novembro**. Rio: Imprensa Nacional, 1939. p.221/222.

<sup>344</sup>Veterano da imprensa paulista, seu jornal assumira posição republicana desde 1884. In: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, CPDOC - Fundação Getulio Vargas. Verbetes: O Estado de São Paulo. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/5860\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5860_1.asp)>.

<sup>345</sup>PARANÁ, Sebastião. **Galeria paranaense**. Ed. Comemorativa do 1.º centenário da Independência do Brasil, 1922. p.131.

três principais atividades: como jornalista escrevia sobre política e dedicava parte do periódico para assuntos literários.<sup>346</sup>

O capital simbólico e político de Leôncio Correia ficam evidentes quando, em novembro de 1891, Deodoro fechou o Congresso Nacional. Trabalhava na redação do *Diário do Comercio*, cujo proprietário era seu tio, o Barão do Serro Azul. Posicionou-se contra o golpe de forma combativa via jornal e, segundo Paraná<sup>347</sup>, foi peça-chave na articulação da subida de coronel Roberto Ferreira ao comando do estado, junto com Lamenha Lins e Joaquim Monteiro de Carvalho. Tamanha influência deve ser pensada a partir das teias de interdependência às quais estava vinculado, e sua atuação entendida a partir dos interesses dos ervateiros paranaenses.

Decide então, aproveitando o processo de consolidação do seu grupo político no poder, eleger-se deputado estadual em 1892, participando da confecção da Constituição Estadual, promulgada em abril desse ano. Reelege-se e permanece no cargo até 1897, quando foi eleito Deputado Federal<sup>348</sup>, voltando a residir no Rio de Janeiro, e adentrando na burocracia nacional composta em grande parte por figuras com o mesmo perfil que seu: descendentes das elites estaduais.

### 2.5.3 Florianismo e Revolução Federalista

Neste ínterim, deu-se a Revolução Federalista e Leôncio Correia licenciou-se do cargo de deputado e da redação do *A Republica* para lutar ao lado da legalidade. Serviu na cidade da Lapa e lá se encontrava durante o célebre 'Cercos da Lapa', ícone da resistência florianista contra os revoltosos do sul. Era, pois, um entusiasmado florianista, aspecto de sua experiência que fez parte da sua produção simbólica.

---

<sup>346</sup>Segundo Bega (op cit, p.356). Quanto à tendência literária, era um eclético, participando de vários gêneros, com exceção única do romance, não se filiando a nenhum.

<sup>347</sup>PARANÁ, op. cit.

<sup>348</sup>É de Leôncio Correia a lei que estabelece que o Hino Nacional, assim como o hasteamento da bandeira, só deve ser executado em solenidades oficiais e algumas outras situações específicas.

Num livro sobre o Barão do Serro Azul, seu tio e antigo patrono, Leôncio Correia tenta construir uma versão dos fatos, em defesa do Marechal Floriano e de Vicente Machado com relação às perseguições e mortes ocorridas no Paraná:

*Antes de tudo, é preciso notar que a ingratidão e a perfídia, na faina de profanar a memória do Marechal Floriano, nem se apercebe de que na carga de impiedades, que lhe tentam fazer, atribuindo-lhe as desgraças, que se deram no Paraná e em Santa Catarina, vai uma inépcia descomunal (...) Aqui, o chefe do governo, mesmo embaraçado de todas as dificuldades, que lhe criavam a traição e a perfídia, respeitava as leis do país, cumpria à risca a sua missão constitucional de salvar as instituições e garantir a ordem pública, sem sacrificar os direitos de ninguém, e, apenas, impondo a todos as restrições, que os perigos e as necessidades do momento reclamavam.<sup>349</sup>*

Esse trabalho reflete algumas posições ambíguas do autor. Leôncio chega a narrar um encontro no Rio de Janeiro com um subordinado do general Ewerton de Quadros<sup>350</sup>, chamado Joaquim Freire, que lhe confessou que bêbado mandara matar o Barão e os outros cinco prisioneiros. Vale-se de algumas cartas para comprovar essa versão dos fatos, que não existe na historiografia sobre a Revolução. Há ainda outros problemas. Leôncio Correia afirma que o Barão do Serro Azul era, em verdade, florianista<sup>351</sup> e que articulou o empréstimo de guerra aos maragatos para salvar o comércio dos saques. A questão do empréstimo é consensual, porém o florianismo do Barão é uma afirmação bastante problemática. Esta assertiva entra em contradição com o próprio prefácio do livro, escrito pelo historiador Ermelino de Leão quando comenta que o Barão era mais um homem de negócios do que um político, e um simpatizante de D. Pedro II: "Afastou-se das competições partidárias, declarando-se *'pedestra'*, manifestando suas francas simpatias pelo grande monarca desterrado"<sup>352</sup>.

---

<sup>349</sup>CORREIA, Leôncio. **Barão do Serro Azul**. Edição do Dr. Dicesar Plaisant, 1942. p.68-69.

<sup>350</sup>Comandante das forças legais no Paraná.

<sup>351</sup>CORREIA, **Barão...**, op. cit., p.199.

<sup>352</sup>LEÃO, Ermelino. O Barão do Serro Azul e Leôncio Correia. In: CORREIA, **Barão...**, op. cit., p.16.

Após o término da Revolução, retomou seu mandato que findou em 1899, quando voltou ao Paraná para assumir o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública. Na seqüência, Quintino Bocaiúva, de quem era grande admirador, ocupava a presidência do estado do Rio de Janeiro (1901-1903) e o convidou para participar do seu governo como diretor do Ginásio Fluminense; pouco depois assumiu a diretoria do Ginásio Nacional chegando a Diretor Geral da Instrução Pública Municipal. Deu aulas de História da Civilização na Escola Normal, fundada pelo seu tio, o Senador Correia que teve ampla participação no desenvolvimento do campo educacional no Rio de Janeiro, deixando para Leôncio Correia um caminho aberto nesta área. Em 1913 foi nomeado Diretor Geral da Imprensa Nacional e do Diário Oficial, resultado do altíssimo capital simbólico que adquiriu como jornalista.

Seu itinerário biográfico demonstra o espaço político privilegiado que um descendente das oligarquias locais teve no Paraná e no Rio de Janeiro, centro do poder político do país, valendo-se dele para realizar os jogos políticos de seu interesse no Paraná. Nascido numa das famílias mais importantes do Paraná do século XIX e início do XX, Leôncio Correia estava inserido nas redes de interdependência que configuraram o poder político do Paraná por muitos anos. Mais que isso. Valeu-se de um excelente senso de oportunidades e inseriu-se no campo político nacional com relativo êxito, consagrou-se como jornalista e ainda pôde exercer suas aptidões literárias, escrevendo e publicando suas poesias. Aprendeu com isso a jogar em várias frentes, "tendo convivido com escritores e políticos, com soldados e poetas, no Rio ou no seu querido Paraná".<sup>353</sup> Morreu no Rio de Janeiro em 1950.

---

<sup>353</sup>ALENCAR, Edigar de. **O suave e ameno historiador**. Curitiba: Edição Prata de Casa, 1957. s/ pg.

## 2.6 EDUARDO GONÇALVES, FUNDADOR DO CLUBE REPUBLICANO DE CURITIBA

A trajetória biográfica de Eduardo Mendes Gonçalves é ao mesmo tempo um enigma e uma chave para compreender a teia de relações que se configurou em torno do Clube Republicano de Curitiba. A falta de dados sobre o fundador do jornal *A Republica* começa com o desconhecimento da data e do local de seu nascimento, acrescido da ausência de informações sobre sua origem familiar. Este último constitui uma lacuna considerável para a análise sociológica que aqui se propõe, mas, acredita-se, poderá ser suprido parcialmente com outras fontes. Trata-se de dificuldades semelhantes às aquelas encontradas por José Murilo de Carvalho em *A Construção da Ordem*, freqüentes nas pesquisas sobre as elites durante o Império, motivo pelo qual "dados sobre a origem social da elite são muito menos satisfatórios do que os de socialização e treinamento. Seremos forçados freqüentemente a recorrer a evidências menos rigorosas, embora nem por isso inadequadas"<sup>354</sup>.

### 2.6.1 As Redes Paulistas e a Propaganda no Paraná

Os dicionários biográficos incluindo a célebre Genealogia Paranaense de Francisco Negrão situam Eduardo Gonçalves como "*natural do Paraná*", apresentado no verbete de sua esposa sem data de nascimento, indicação de local ou nome dos pais. Esta não informação indica que não era membro das elites paranaenses. O fato de ter se formado engenheiro permite situar sua origem social ao menos como mediana, já que a engenharia não era tão vinculada ao poder como o Direito, mas também não era acessível às camadas populares. Esta poderia ser uma justificativa para que sua família não tenha sido enquadrada na genealogia paranaense, mas a inserção de outros membros da classe média, incluindo alguns aqui biografados, diminui a plausibilidade desta assertiva. Feita a digressão, o fato é que o engenheiro republicano, que foi deputado federal pelo Paraná e secretário da Constituinte de

---

<sup>354</sup>CARVALHO, J. M. de, **A construção...**, op. cit., p.18.

1891 teve sua história de vida em grande parte relegada pelas instâncias produtoras de memórias do Estado. É, portanto, paradoxal que uma personagem constantemente referida como de grande importância como fundador do Clube Republicano de Curitiba tenha sua origem desconhecida, seja ela paranaense ou não.<sup>355</sup>

Eduardo Mendes Gonçalves teve um papel importante na imprensa e no campo político paranaense durante a virada da Monarquia para a República, pois sua articulação com Vicente Machado resultou numa configuração de poder que influenciou o equilíbrio de força dos republicanos paranaenses no campo político nacional.

Engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro<sup>356</sup>, iniciou sua vida pública no Paraná em 1884 através da sua rede de relações sociais, nomeado para o cargo de secretário de obras públicas do governo do Dr. Brazílio Machado<sup>357</sup>, de quem era amigo particular. Nesse período, os governantes organizaram a vinda de uma série de engenheiros para o Paraná, além de outros técnicos, para trabalhar na construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, onde atuou como chefe da 3.<sup>a</sup> subdivisão em Curitiba<sup>358</sup>, afinal, "grande parte dos engenheiros civis dependia

---

<sup>355</sup>Há um forte indício de que Eduardo Mendes Gonçalves tenha nascido no estado de São Paulo. Primeiro pela inexistência de dados sobre a sua origem disponíveis no Paraná, somada às suas estreitas relações com as elites paulistas. Seu cunhado trabalhou durante muitos anos com Antonio Prado, que era parceiro político do Conde de Prates, cujo irmão era casado com Elvira Mendes Gonçalves Prates, que, acredita-se, era irmã de Eduardo Mendes Gonçalves. Contudo, trata-se apenas de uma hipótese, até agora não comprovada. Devido a essa série de evidências, entre outras que aparecerão no decorrer do texto, esta análise partirá da perspectiva de que Eduardo Gonçalves é paulista. Por exemplo, numa passagem do *Diário do Paraná* de 19/08/1890, o redator em determinado momento menciona: "*antes do Dr. Gonçalves chegar nesta terra*" etc.

<sup>356</sup>A Escola Politécnica foi criada em 1874, quando se iniciou a formação profissional de engenheiros que não exerciam funções militares; nesse momento, o ensino militar foi separado do ensino de Engenharia Civil.

<sup>357</sup>Foi no seu governo que Vicente Machado, que o conheceu em São Paulo, decidiu filiar-se ao Partido Liberal.

<sup>358</sup>TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. Engenheiros da ferrovia. In: \_\_\_\_\_. **Toiro passante: Il tempo de província**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1986. p.482.

ainda do estado para empregar-se"<sup>359</sup>. Alguns criaram vínculos com as elites locais por meio de casamentos com membros de setores dominantes do estado<sup>360</sup>, como foi o caso de Eduardo Gonçalves que se casou com Julieta Ramos Guimarães, cujo irmão foi peça importante na organização e no direcionamento do Clube Republicano de Curitiba<sup>361</sup>.

Segundo Piloto<sup>362</sup>, Eduardo Gonçalves contava com o auxílio de seu cunhado Álvaro Teixeira Ramos<sup>363</sup> e dos demais membros do Clube Republicano, fundado no final de 1885 para divulgar o ideário na cidade. Esta rede de relações esclarece a aliança política e o alinhamento ideológico com os republicanos paulistas, que se tornou mais consistente com a mudança de posição de Vicente Machado – que desenvolvera relações com os paulistas durante o período em que estudou no Largo São Francisco – no campo político local, alterando o equilíbrio de forças em favor desse grupo de republicanos. A posição ocupada pelo cunhado no campo político paulista oferece pistas para compreender a função desenvolvida por Eduardo Mendes Gonçalves no estado. Álvaro Teixeira Ramos era próximo de

---

<sup>359</sup>CARVALHO, J. M. de, **A construção...**, op. cit., p.77.

<sup>360</sup>OLIVEIRA, op. cit., p.118.

<sup>361</sup> A proximidade entre os cunhados refletiu-se também no casamento da filha do Coronel Ramos com o primo, filho de Eduardo Gonçalves e Julieta.

<sup>362</sup>PILOTTO, op. cit., p.16.

<sup>363</sup>Nasceu em Curitiba, estudou no Lyceu Paranaense e colaborou no jornal do cunhado Eduardo Gonçalves. Em seguida, mudou-se para Ouro Preto, onde fundou o jornal *Diário da Manhã*. Lá organizou, juntamente com Francisco Glicério, Alves Guimarães e Herculano de Freitas, a Junta Republicana. Sua atuação junto a Floriano na revolta de 1893 valeu-lhe a promoção ao posto de major e, mais tarde, ao de coronel. Foi diretor geral da prefeitura de São Paulo por 25 anos e secretário do Conselheiro Antonio Prado, quando este foi prefeito da cidade (Cf. NEGRÃO, Francisco. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1946. v.5. p.71).

Francisco Glicério<sup>364</sup> e de Herculano de Freitas<sup>365</sup> que influenciaram consideravelmente a política local, e que também eram vinculados a Vicente Machado.

Posicionado nas estruturas de poder no estado, embora sua posição correspondesse ao 2.º escalão da política nacional<sup>366</sup>, teve um bom senso de oportunidade valendo-se da inexistência de clubes republicanos para articular a fundação do "seu". Desenvolveu relações com personagens locais que já estavam conectadas ao ideário para dar legitimidade ao seu projeto<sup>367</sup>, além de seu casamento, que também facilitou sua inserção no meio das elites locais.

No programa do seu jornal declarou seguir a linha de dois periódicos, um gaúcho e outro paulista, mas ambos defensores do federalismo, afinal convinha a tais províncias a solução federalista americana: "Para os republicanos de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, três das principais províncias do Império, o federalismo era talvez o aspecto mais importante que buscavam no novo regime."<sup>368</sup>

---

<sup>364</sup>Republicano histórico, fazia parte do Clube Radical, embrião do PRP, fundado em 1868, junto com Bernardino de Campos, Américo de Campos, Campos Salles, Prudente de Moraes, Luís Gama, Antônio Lobo e outros. Advogado em Campinas. Fundador e chefe do PRP. Ministro da Agricultura no governo provisório, deputado federal, senador federal (líder da maioria). Foi membro da Comissão Central do PRP em 1892, 1894, 1897, 1904, 1906 e 1913. Era bastante próximo de Vicente Machado.

<sup>365</sup>Nasceu em Arroio, Rio Grande do Sul, em 1865. Em São Paulo, bacharelou-se em 1889. Advogou em Ribeirão Preto, São Paulo. Casado com a filha do General Francisco Glicério. Proclamada a República, foi chefe de polícia no Paraná, elaborando as bases da Constituição do Estado. De volta a São Paulo, atuou como professor da Faculdade de Direito, chegando a diretor da Faculdade entre 1915 e 1925.

<sup>366</sup>CARVALHO, J. M. de, **A construção...**, op. cit., p.48.

<sup>367</sup> A ata de fundação do clube, assim como os exemplares dos dois primeiros anos do jornal, não foram encontrados, por isso o recurso a fontes secundárias para mapear os participantes. Para Negrão, sob a direção de Eduardo Gonçalves, o clube tinha como colaboradores Emiliano Pernetá, Nestor Victor, Correia De Freitas, Ernesto Lima, Chichorro Júnior, Celestino Júnior, entre outros. In: NEGRÃO, Francisco. **Efemérides Paranaenses**. Op. cit., p.125.

<sup>368</sup>CARVALHO, J. M. de, **A formação...**, op. cit., p.25.

Sua atuação como secretário de obras públicas junto à estrada de ferro viabilizou a sua eleição como vereador suplente pelo Partido Republicano<sup>369</sup> por volta de 1888. Embora essa posição fosse de baixa concentração de poder, mesmo localmente, serviu como ponte para inserir-se no campo político local e rapidamente foi eleito primeiro presidente da câmara municipal de Curitiba<sup>370</sup>. Certamente o crescimento da propaganda republicana no Brasil aumentou seu capital político e simbólico, facilitando sua inserção nas estruturas de poder locais. Pouco antes da proclamação, Eduardo Gonçalves foi nomeado engenheiro da Companhia de Água e Esgoto de Campinas<sup>371</sup>, dado que reforça a idéia de sua origem paulista e da sua participação naquele jogo político. Volta ao Paraná em dezembro do mesmo ano para assumir o cargo de Chefe do distrito de 1.<sup>a</sup> classe da repartição geral dos telégrafos<sup>372</sup>.

A participação de membros ligados ao PRP e vinculados a Eduardo Gonçalves envolveram também a vinda, em 1888, do Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho ao Paraná, que foi eleito vice-presidente do Clube Republicano. De origem campineira, vinculado ao Paraná pelo seu casamento com uma senhora de Castro (terra de Vicente Machado), era acima de tudo um homem de negócios ligado ao setor madeireiro e que governou o estado durante vários períodos<sup>373</sup>. Era ele quem fazia a ponte com relação aos empréstimos e à instalação do Banco União no Paraná, que tantos protestos levantaram junto à oposição. Negociou em dezembro de 1890 a tipografia de Narciso Figueiras, com a intermediação de Vicente Machado,

---

<sup>369</sup>Este não existia formalmente no Paraná. Eduardo Gonçalves não foi vinculado a nenhum dos partidos monárquicos.

<sup>370</sup>NICOLAS, **Cem anos...**, op. cit., p.19.

<sup>371</sup>**A Republica**, 24 ago. 1889.

<sup>372</sup>**A Republica**, 14 dez. 1889.

<sup>373</sup>Foram eles: de 28/07/1890 a 28/08/1890; de 03/11/1890 a 27/12/1890; 29/11/1891 a 25/02/1892; 23/07/1907 a 28/01/1908; 23/02/1908 a 28/02/1908 (CARNEIRO e VARGAS, op. cit., p.95).

a fim de facilitar a publicação do jornal<sup>374</sup>. Segundo Chaves, foi um emissário e gerente de indústrias paulistas enviado para "observar e animar o meio paranaense". Mas somente em abril de 1891 o jornal aparece como propriedade de Eduardo Gonçalves e Vicente Machado, quando se encontravam na oposição ao governo federal e ao governador do estado General Aguiar Lima. Pouco antes, Eduardo Gonçalves foi Presidente da Intendência Municipal de Curitiba (de janeiro a outubro de 1890).

Os laços de interdependência que vinculavam o fundador do Clube Republicano de Curitiba aos republicanos paulistas podem ser observados também num discurso proferido na Câmara dos Deputados intitulado "*O Paraná e a honestidade política no regimen provisório*", publicado em julho de 1891, quando o deputado federal pelo Paraná declara que não votou em Deodoro nas eleições para a presidência da República em fevereiro de 1891:

não podia hesitar entre o honrado general e esse benemérito que conhecia de longa data, que via fazendo parte da brilhante patrulhada da assembléa provincial de S. Paulo, cercado de todo o prestígio e do respeito dos próprios adversários, homem que tinha o sentimento da Republica, que possuía todos os predicados para iniciar uma Republica, de certo muito differente daquela que hoje temos. (...)

Entretanto estaria prompto a prestar todas as homenagens possíveis ao General Deodoro mas não poderia concorrer para que elle fosse elevado a suprema magistratura do paiz; e preferitamente o demonstrarão os factos da actualidade, e o acerto das previsões.<sup>375</sup>

Seu voto foi para Prudente de Moraes, que perdeu de 97 contra 129 votos para o Marechal Deodoro. O resultado da eleição ampliou a crise no poder, e as lideranças paulistas negaram-se a participar do segundo ministério, comandado pelo Barão de Lucena.<sup>376</sup> Esta conjuntura refletiu-se na configuração do poder local no Paraná, onde, segundo Gonçalves:

---

<sup>374</sup>CHAVES, op. cit., p.131.

<sup>375</sup>GONÇALVES, Eduardo Mendes. O Paraná e a honestidade política no regimen provisório. In: **A Republica**, 07 jul. 1891, Anno VI, n. 444, p.2.

<sup>376</sup>CARONE, op. cit., p.53.

o general Aguiar Lima [nomeado governador provisório do estado] foi o instrumento de que se serviu o governo do Barão de Lucena para opprimir o partido republicano, e diz bem intencionadamente governo, porque o sr. barão de Lucena é de facto o poder executivo da Republica. Ate certo tempo aquelle governo se manteve em attitude mais ou menos neutra, até que, segundo amigos do governo, íntimos do palácio, asseverarão que o general recebêra um telegramma do Barão de Lucena declarando que o único homem que lhe merecia confiança era o Senador Generoso Marques, a quem unicamente devia dar todo o apoio.<sup>377</sup>

O General Lima governou por pouco tempo, mas suficiente para influir na eleição de Generoso Marques, um dos líderes da União Republicana, o que colocou o Partido Republicano de Vicente Machado e Mendes Gonçalves na oposição.

Nesse meio tempo, conforme notas do seu próprio jornal, Eduardo Gonçalves fazia freqüentes viagens à São Paulo, principalmente para Campinas, que, por sua intensa propaganda republicana ficou conhecida, segundo Rocha Pombo, como a "capital da democracia brasileira"<sup>378</sup>. O Clube Republicano de Campinas era, segundo Quintino Bocaiúva, conhecido como "Meca republicana", freqüentado por aqueles que desejavam aprimorar o desenvolvimento da doutrina "regeneradora". Nesse contexto, já estava totalmente inserido nas relações do campo político e econômico do Paraná, como evidenciado numa nota sobre uma viagem em que "*partiram para a capital federal o Barão do Serro Azul, Sezerdello Correia, Vicente Machado e E. Mendes Gonçalves*"<sup>379</sup>. Em dezembro desse ano Leôncio Correia, redator do *Quinze de Novembro*, narra a chegada de Eduardo Gonçalves, acompanhado de Herculano de Freitas e Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva à cidade<sup>380</sup>. Pouco se sabe de sua vida após essa conjuntura, apenas que abandonou a política e dedicou-se novamente à profissão de engenheiro, morrendo em São Paulo em 1911.

---

<sup>377</sup>GONÇALVES, Eduardo Mendes. O Paraná e a honestidade política no regimem provisório. In: **A Republica**, 07 jul. 1891, Anno VI, n. 444, p.2.

<sup>378</sup>POMBO, Rocha. **História de São Paulo**: resumo didático. Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos, 1925. p.116.

<sup>379</sup>Revista **Club Curitibano**, 1 dez. 1890, anno I, n.22, p.7.

<sup>380</sup>**Quinze de Novembro**, 9 jan. 1890.

## 2.6.2 A Luta pelo Mito de Fundação do Republicanismo Paranaense

Assim como nacionalmente houve uma série de lutas simbólicas em torno do "verdadeiro" fundador da República no Brasil<sup>381</sup>, no Paraná também o mito de origem, fenômeno universal que procura estabelecer uma versão dos fatos, foi objeto de embate entre os grupos do *A Republica* e da União Republicana que elegeram as figuras de Eduardo Gonçalves e Correia de Freitas como seus representantes e fundadores do republicanismo local. A contenda não se deu diretamente entre os dois, pois o segundo não se envolveu nas lutas, mas foi acionado por outros personagens que também tinham interesses nesta definição. Guilherme Leite, por exemplo, não aceita a colocação da primazia do primeiro quando diz: "*Não foi o Clube Republicano de Curitiba que iniciou a propaganda republicana neste Estado, e sim o Livre Paraná órgão de propaganda republicana, fundado nesta cidade a 7 de julho de 1883*".<sup>382</sup>

A disputa tomou força quando um artigo publicado por Nestor Victor no *Diário do Paraná* dizia: "*Em 1885 foi ao Paraná o cidadão Manoel Correia de Freitas tratar da organização do club republicano de Curitiba, cuja obra seus continuadores desvirtuaram completamente*". Imediatamente respondeu o Dr. Gonçalves que o nome desse cidadão não consta na ata de fundação do clube e explica que o seu jornal jamais recebeu qualquer participação de Correia de Freitas e que entre 1885 e 1889 apareceu no clube uma ou duas vezes muito ligeiramente<sup>383</sup>, buscando diminuir a importância de Correia de Freitas no movimento republicano na capital paranaense. Nestor Victor, que foi um dos seus principais defensores, rebateu a contestação de Eduardo Gonçalves:

---

<sup>381</sup>Cf. CARVALHO, J. M. de, **A formação...**, op. cit.

<sup>382</sup>LEITE, Guilherme. Ineditorial. In: **Quinze de Novembro**, 31 mar. 1890, Anno I, n.88, p.3.

<sup>383</sup>**A Republica**, 19 ago. 1890, Anno V, n.192, p.2.

*si não se pode provar o facto de não estar na acta inaugural assignado o nome do illustre democrata paranaense, ninguém poderá negar que para a formação do nucleo republicano que com esse Club surgiu em Curitiba tivesse elle anteriormente trabalhando com a sua incançavel propaganda. (...) Antes do Dr. Gonçalves chegar nesta terra, o nosso patricio já era conhecido como propagador de livre idéas. Por isso elle não precisa de mais esse contingente para os seus títulos de gloria. Fique com elle o Dr. Gonçalves, e mais com a honra de haver fundado a folha que é hoje órgão da camarilha...*<sup>384</sup>

Vale lembrar que Eduardo Gonçalves tinha muito mais vínculos com São Paulo do que com o Paraná, e sua tentativa de fixar seu nome como fundador do republicanismo local pode ser entendida como reflexo, no plano simbólico, dos desejos de subordinação, dominação ou mesmo de reapropriação do *espaço social* paranaense pelos paulistas. Por isso, a figura escolhida para disputar o mito de origem foi Correia de Freitas, republicano histórico, vinculado desde cedo ao movimento que surgiu no litoral, e que ao mesmo tempo, por seu elevado capital de relações sociais e por sua trajetória, foi o único com capital simbólico suficiente para disputar com Eduardo Gonçalves as origens do republicanismo local.

## 2.7 ALBINO SILVA: DA PROPAGANDA À COOPTAÇÃO

Albino José da Silva é mais um dos republicanos paranaenses nascidos em Paranaguá, no ano de 1850. Este é um dado significativo, pois metade dos redatores políticos republicanos do final do século XIX analisados neste trabalho nasceram lá – Correia de Freitas, Nestor Victor, Menezes Dória, Leôncio Correia e Albino Silva. A anterioridade do pensamento republicano em Paranaguá pode ser vista como reflexo da exclusão dos que não vieram para Curitiba e não participavam das estruturas de poder. Dentre os parnanguaras, Albino Silva foi o de origem mais humilde, e embora tenha tido um discurso mais radical no período da propaganda, foi rapidamente cooptado, e o que menos obteve cargos e posições nas estruturas de poder, assim como consagração no meio intelectual paranaense.

---

<sup>384</sup>Diário do Paraná, 19 ago. 1890, n.100.

De família simples, perdeu o pai aos cinco anos de idade, quando foi morar com o tio, tendo sido vítima de severos e cruéis tratamentos, relatados em suas "Recordações"<sup>385</sup>. Teve uma ligeira passagem pelo mundo escolar – estudou formalmente durante apenas cinco meses no curso primário – transformando-se num autodidata. Tais estigmas somados à sua origem social modesta atuaram sobre o seu *habitus*, refletido no seu posicionamento e nas suas tomadas de posição no campo do poder local que resultaram numa trajetória biográfica periférica, se comparada à de seus conterrâneos e correligionários.

Contudo, uma comparação superficial com Rocha Pombo, que também foi um autodidata, oriundo de uma localidade periférica demonstra como dados desta natureza por si só não definem uma história de vida.<sup>386</sup> Cada processo individual é constituído nas e pelas relações de interdependência existentes, e, muitas vezes, um elemento da configuração pode influenciar todo o desenvolvimento de uma biografia.

### 2.7.1 A Tipografia Lopes e a Trajetória no Mundo das Letras

Aos 19 anos Albino Silva abandonou a casa do tio rumo à capital da província. Durante a subida da serra da Graciosa como madrinheiro<sup>387</sup> feriu-se gravemente e foi acolhido por uma senhora moradora de Campina Grande. Foi ela, a dona Mariquinhas Cunha, que ao escutar seus versos o encaminhou à tipografia do Sr. Candido Lopes. Lá teve oportunidade de desenvolver algumas aptidões que foram fundamentais na sua trajetória, já que originalmente não dispunha de capital cultural

---

<sup>385</sup>A *Vanguarda*, 1897, ano I, n. 8, p.1-4.

<sup>386</sup>Embora ambos tenham enfrentado dificuldades financeiras durante toda a vida e tenham ocupado algumas posições semelhantes, a carreira intelectual de Rocha Pombo resultou em sua consagração na mais alta instituição do campo intelectual, a Academia Brasileira de Letras, além do título de historiador oficial da República Velha. Albino Silva, poeta e prosador romântico, teve que se contentar com a posição de patrono de uma das cadeiras da Academia de Letras do Paraná. A diferença entre as trajetórias fica evidente na discrepância de obras produzidas sobre os dois escritores.

<sup>387</sup>Indivíduo que segue montado na madrinha ('égua'), para conduzir uma marcha da tropa.

e tampouco de relações sociais para posicionar-se no meio cultural local. A oportunidade de trabalhar na tipografia Lopes foi um elemento que alterou toda a sua biografia, pois viabilizou seu ingresso no mundo das letras, de forma tão decisiva que o ofício tipográfico se manteve presente em vários momentos do seu itinerário biográfico.

Segundo cronistas da época, a tipografia "era constituída de uma pequena mesa de ferro com prancha para a composição manual, sobre a qual deslisava o rolo de impressões, além de caixa de tipos e de mais acessórios."<sup>388</sup> Esta foi uma experiência importante na definição dos rumos literários e jornalísticos da sua trajetória, pois "nas horas vagas, Monteiro Tourinho e o fundador do jornal, encontravam-no a rabiscar versos"<sup>389</sup>. Foi o Dr. Tourinho quem viabilizou a estréia de Albino Silva na imprensa, ao encaminhar para a publicação no jornal *Íris Paranaense* "folha literária, comercial noticiosa"<sup>390</sup> alguns de seus versos.

Seu trabalho na tipografia do jornal oficial da província inseriu-o numa rede de relações que engendrou sua nomeação para o cargo de amanuense<sup>391</sup> da Secretaria do Governo, visto que designações para preenchimento de cargos públicos resultavam de algum tipo de apadrinhamento<sup>392</sup>. Mas a estabilidade dos cargos era subordinada à mudança de gabinetes e quando essa alteração ocorreu perdeu o emprego. Nesse ínterim, casou-se com a Sra. Rosa de Souza e Silva, com quem teve vários filhos.

Os passos percorridos até então permitiram que Albino Silva se tornasse professor primário, o que aumentou seu capital simbólico no meio intelectual paranaense.

---

<sup>388</sup>PILOTTO, op. cit., p.89.

<sup>389</sup>NICOLAS, Maria. **Vultos paranaenses**. Curitiba, 1948.

<sup>390</sup>**A Vanguarda**, 1897, ano I, n.8.

<sup>391</sup>Funcionário de repartição pública que fazia cópias, registros e cuidava da correspondência.

<sup>392</sup>CARVALHO, J. M. de, **A construção...**, op. cit., p.144.

Em 1880 o Dr. João Pedrosa<sup>393</sup> então Presidente da Província nomeou-o para reger uma cadeira de ensino primário em Anhaia, mesmo distrito de Morretes em que Rocha Pombo lecionou, coincidentemente no ano em que o mesmo veio para Curitiba. Na seqüência, direcionou-se para Campo Largo onde dirigiu uma escola subvencionada e outra particular. Partidário da escola laica, do livre pensamento e do abolicionismo, defendeu suas idéias no jornal *Guairá*, impresso em tipografia própria. Durante esse período, manteve laços com sua terra natal, escrevendo artigos para o *Livre Paraná*, de Fernando Simas e Guilherme Leite, onde participaram também Correia de Freitas e Nestor Victor.

A participação de Albino Silva na rede de relações dos republicanos históricos parnanguaras foi um espaço de sociabilidade importante, gerador de algum capital simbólico, que posteriormente lhe rendeu acesso a algumas posições. Nesse período a divulgação republicana via imprensa era bastante difícil, especialmente para aqueles que não tinham subsídios dos partidos, com impressões feitas em oficinas com recursos limitados e sem o apoio das elites. O agravamento da crise do Império intensificou as críticas à Monarquia, e, a fundação do Clube Republicano de Paranaguá em 1887 pode ser lida como sintoma de sensíveis mudanças naquele quadro, fazendo com que os republicanos arregimentassem adesões e ampliassem a difusão de seu ideário.

Transitava Albino Silva entre o jornalismo, a poesia e a docência, ao sabor das oportunidades e das possibilidades de atuar no meio intelectual do estado. Em 1888 foi convidado a lecionar na Escola Oliveira Belo em Curitiba, e aproveitou sua estada na cidade para desenvolver suas relações com os republicanos que faziam a propaganda na capital, publicando alguns artigos no jornal *A Republica*.

---

<sup>393</sup>Nascido em Curitiba, bacharel por São Paulo, liberal, foi o primeiro paranaense a governar, por nomeação direta do Imperador, a sua província de nascimento. Sua ação mais importante no governo do Paraná, assim como no Mato Grosso e no Pará, foi no campo da instrução pública (Cf. CARNEIRO, **História do período...**, op. cit., p.302-303).

Foi demitido do seu cargo na instrução pública, segundo consta, devido ao radicalismo com que defendia a República. Recorreu novamente ao ofício tipográfico como forma de sustentar sua família, imprimido cartões de visita e um jornal intitulado *Diabinho*. Diante de mais um fracasso em manter-se financeiramente, retornou à sua terra natal e lá fundou o jornal *Pátria Livre*, em abril de 1889, possivelmente com auxílio financeiro do clube da capital, pois ele mesmo o imprimia, numa pequena oficina de sua propriedade<sup>394</sup>. Em suas colunas, contou com a colaboração de seus colegas jornalistas do litoral como Fernando Simas, Guilherme Leite e Correia de Freitas.

Seu posicionamento nesse período pré-Proclamação pode ser enquadrado numa perspectiva mais radical, perceptível na defesa da via revolucionária para a mudança de regime, como num artigo em que escreveu inspirado na comemoração aos 100 anos da Revolução Francesa:

O meu mais ardente desejo como cidadão, era ouvir proclamar-se e firmar-se a republica federal em meu paiz sem q' para isso se derrubasse uma só gota de sangue de meus concidadãos; mas não trepidarei nem um instante em votar pela revolução se ella por mister para salvar a minha pátria dos azares da monarchia e especialmente do 3.º reinado. Um pensador illustre diz que as revluções não se justificam mas se explicam. O que, porem, os governos devem ter bem patente é que quando um povo se revolta é porque tem razão para isso. (...) As revoluções, como diz R. Sampaio, são o castigo com que deus pune os maus governos. Quem as quer evitar, governa bem. Eu não as desejo pelo mal do presente, mas não as maldigo pelo bem do futuro...<sup>395</sup>

Mesmo se tratando de um artigo escrito sob o entusiasmo da comemoração da Revolução Francesa, percebe-se aqui o seu entusiasmo com a causa republicana, além de atestar a liberdade de imprensa existente durante o Império, já que no início da República uma matéria como esta poderia ser motivo de perseguição ou fechamento do jornal.

---

<sup>394</sup>FIGUEIRA, **Como se fez...**, op. cit., p.9.

<sup>395</sup>SILVA, Albino. Reflexões. In: **Pátria Livre**, 05 maio 1889, ano I, n.5, p.3.

## 2.7.2 Proclamação e Cooptação

Com a mudança de regime e a ascensão do grupo de Vicente Machado ao poder local, o *Pátria Livre* de Albino Silva passou a seguir a linha editorial do *A Republica* de Curitiba<sup>396</sup>. Sua rápida adesão ao modelo positivista-federalista pode ter sido fruto de sua difícil situação financeira e da conseqüente expectativa de ascensão que poderia ser proporcionada pela sua rede de relações com os republicanos da capital. Cooptado pelo grupo de Vicente Machado, Albino Silva valeu-se do capital simbólico de que dispunha para entrar na disputa pela legitimidade deste grupo, defendendo aqueles que assinaram seu manifesto<sup>397</sup>: "*Os signatarios, pois, desse manifesto representam, na circumscrição política do Paraná, o verdadeiro centro do partido republicano, para onde devem convergir como correntes de união e de força, todas as adhesões sinceras á nova forma política e ao governo provisório.*"<sup>398</sup>

Em seguida o jornal *A Ordem* do Partido Conservador no litoral e o *Pátria Livre* se juntam, refletindo a conjuntura de Curitiba. No entanto, mesmo considerado republicano histórico, tendo ocupado posições na diretoria do Clube Republicano de Paranaguá, e dando sustentação ao grupo republicano de Vicente Machado, o advento da República não lhe proporcionou melhores posições nas estruturas de poder do estado. O auge de sua carreira foi como deputado da constituinte estadual em 1892, tendo que se contentar em seguida com o cargo de delegado literário do ensino.<sup>399</sup> Nesta posição visitou diversas escolas e, segundo relatos, pôde contribuir, dentro das limitações existentes, para melhorar o trabalho de professores e alunos. Todavia, uma observação retrospectiva da sua origem social, que não lhe proveu

---

<sup>396</sup>O *Pátria Livre* publica e apóia o manifesto de Vicente Machado.

<sup>397</sup>Eduardo Gonçalves, Vicente Machado, Joaquim M. C. e Silva, Francisco A. Torres e Francisco de Paula M. Brito.

<sup>398</sup>*Pátria Livre*, 23 mar. 1890, ano II, n. 47.

<sup>399</sup>NICOLAS, *Vultos...*, op. cit., p.91.

uma passagem satisfatória pelo sistema de ensino e tampouco qualquer capital de relações sociais, transforma este momento da sua trajetória numa grande vitória.

Em janeiro de 1893, Albino Silva aparece como redator da *Folha Nova* dirigida por Domingos Nascimento<sup>400</sup>, que tinha em seu subtítulo "*Conservar a Republica, para melhorá-la*". O artigo de apresentação do periódico defende o governo provisório e sela a cooptação de Albino Silva pelo grupo de Vicente Machado, pois quando a Revolta da Armada eclodiu em 1893 alistou-se voluntariamente no "batalhão patriótico 23 de novembro" comandado por Domingos Nascimento para lutar junto à legalidade, defendendo o governo e combatendo as forças de desembarque lançadas contra Paranaguá pelos navios revoltados<sup>401</sup>. Contava com 43 anos de idade e nunca havia passado pelo exército<sup>402</sup>.

Florianista entusiasmado, foi nomeado capitão ajudante do 7.º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, aquartelado em Curitiba durante a Revolução Federalista. Quando os maragatos estavam se aproximavam da capital, abandonada pelos governantes, Albino Silva participou da expedição de Itararé que guarneceu a cidade paulista onde Vicente Machado se refugiou quando abandonou o estado. Após o término da Revolução estabeleceu-se lá, onde foi nomeado agente do registro fiscal, em seguida Presidente do Diretório Político Local, bem como de Prefeito eleito pelo Partido Republicano Federal de São Paulo<sup>403</sup>. Findo o mandato, voltou ao Paraná em 1899 e retomou a profissão de tipógrafo, fundando e

---

<sup>400</sup>Aluno da Escola Militar do Rio de Janeiro e Porto Alegre, participou da propaganda republicana no Rio Grande do Sul ao lado de Júlio de Castilhos. Jornalista e poeta, nasceu em Guaraqueçaba em 1863. Promovido a segundo tenente em 1890, veio servir na guarnição de Curitiba, alistando-se nas fileiras do Partido Republicano de Vicente Machado. Foi redator do *A Republica* de 1894 a 1896.

<sup>401</sup>CARNEIRO, *Galeria...*, op. cit., p.286.

<sup>402</sup>Todavia, seu irmão mais velho, João Manuel Marques da Silva, foi um Voluntário da Pátria, morto em ação no Paraguai.

<sup>403</sup>*A Vanguarda*, 1897, ano I, n.8, p.1-4.

imprimindo em Ponta Grossa um jornal com o nome da cidade. Em Curitiba, antes de falecer, em 1905, foi Comissário de Polícia.

A educação e o jornalismo foram o centro das atividades de Albino Silva, perpassadas pela ocupação de alguns cargos públicos. Em verdade, "O novo regimen, pelo qual tanto batalhou, não alterou a vida do impoluto paranaense, que não tomou parte do banquete onde muita gente entrou de ratão e saiu milionária... Albino Silva nasceu e morreu pobre"<sup>404</sup>. Logo, a cooptação pelo grupo 'vicentista', que incluiu a redação de jornais e a luta armada para defendê-lo não lhe rendeu uma consagração maior, nem simbólica nem financeira.

## 2.8 MENEZES DÓRIA, O MARAGATO FANÁTICO

João de Menezes Dória é uma personagem com uma trajetória bastante eclética dentro do grupo de redatores dos jornais paranaenses no conturbado período do final da Monarquia e início da República. Médico, jornalista, político e coronel do exército libertador durante a Revolução Federalista, nasceu em Paranaguá em 1857, oriundo de família mediana do litoral. Seu pai, o imigrante italiano Luis Dória, era casado com Adelaide de Menezes, pianista de uma família de artistas cujo principal expoente era seu irmão, o maestro Bento Antonio de Menezes<sup>405</sup>. Filho de um imigrante com uma artista, não possuía vínculos de parentesco com as elites políticas e econômicas do estado, dados que indicam que originalmente seu capital de relações sociais era pequeno. A situação econômica da família pôde, no entanto, modificar esse quadro, ao viabilizar a ascensão simbólica do filho proporcionada pela formação em Medicina e o conseqüente título de doutor, que foi o seu passe de entrada para o campo da política, intermediado pelo exercício do jornalismo.

---

<sup>404</sup>FIGUEIRA, **Como se fez...**, op. cit., p.10.

<sup>405</sup>Candidato ao Senado em 1891 pela chapa do Partido Operário. In: **A Republica**, 10 set. 1890, n.210.

### 2.8.1 Formação Liberal e Entrada no Jogo Político

Menezes Dória fez seus estudos primários em sua terra natal, o secundário na capital da província e na seqüência foi para o Rio de Janeiro, onde se formou médico em 1879. A formação em Medicina no final do XIX e início do XX oferece pistas para compreender algumas de suas tomadas de posição no início do período republicano no Paraná, pois

Na ótica médica o objetivo era curar um país enfermo, tendo como base um projeto médico-eugênico, amputando a parte gangrenada do país, para que restasse uma população de possível 'perfectibilidade'. O 'homem de direito' seria um assessor que colocaria sob forma de lei o que o perito médico já diagnosticara e com o tempo trataria de sanar.<sup>406</sup>

Durante sua estada no estado do Rio de Janeiro casou-se com Delfina Machado Leal, com quem teve dois filhos. Em 1881 foi residir em Ponta Grossa para exercer sua profissão. Lá atendia às famílias dos fazendeiros da região, o que definiu sua aproximação com os políticos do Partido Liberal, que foram, nos anos 1890, os principais colaboradores dos revoltosos gaúchos. Durante o período em que residiu nos Campos Gerais, tornou-se conhecido na região<sup>407</sup> e arrecadou capital econômico considerável, que viabilizou seu ingresso no jogo político do estado. Sua incursão no campo da política insere-se num processo em que os profissionais liberais estavam ganhando espaço entre as elites, que se tornavam menos homogêneas: "menos magistrados, menos militares, mais advogados, mais profissionais liberais, menos treinamento, mais circulação: o sistema político estava dando sinais de mudança".<sup>408</sup>

---

<sup>406</sup>SCHWARCZ, **O espetáculo...**, op. cit., p.190.

<sup>407</sup>O evento que o tornou conhecido deu-se por volta de 1888, quando Menezes Dória esteve envolvido num caso de adultério e assassinato em Ponta Grossa. Segundo consta, Alfredo Campos assassinou sua esposa Corina por motivo de honra, após ter descoberto que ela cometia adultério com o Dr. Doria. Este tentou defender-se por meio de cartas à imprensa, mas os telegramas que vinham de Ponta Grossa deixaram a questão duvidosa. In: Galeria Ilustrada. Revista Fac-Simile. Curitiba: Banestado, 1979, Governo Ney Braga.

<sup>408</sup>CARVALHO, J. M. de, **A construção...**, op. cit., p.115.

Após a Proclamação da República, Dória estreou no mundo das letras como amanuense interino da Secretaria de Polícia. As posições ainda não estavam bem definidas e os grupos ainda não haviam se cindido definitivamente quando pediu exoneração, por ter sido nomeado responsável para confeccionar os estatutos da Sociedade Promotora da Instrução. Em 1890 fez sua primeira incursão como jornalista ao assumir a redação do *Quinze de Novembro* de Narciso Figueiras, após a saída de Leôncio Correia. Dória não tardou a iniciar ataques ao governo e se posicionar contra o comando de Vicente Machado, motivo pelo qual foi convidado a deixar a redação por estar tomando parte nas disputas políticas do momento, indo contra a proposta de neutralidade de Figueiras.

Em maio de 1890, ao discursar numa cerimônia política com um tom crítico e irreverente sobre o governo provisório, indignou os governistas presentes, que se valeram dos decretos expedidos por Deodoro e articularam a sua prisão. Alegou-se que havia perturbado a ordem impedindo a boa marcha dos negócios públicos, embora outras versões tenham circularam pela imprensa:

O motivo dessa prisão é ter o Dr. Doria, no dia 21 do corrente, no Theatro São Theodoro atacado em um discurso, violentamente o governo provisório e o governo do estado jogando chufas e dissterios às autoridades constituídas, insulflando o povo, e assim incorrendo nas penas dos decretos de 23 de dezembro de 1889 e que nessa conformidade será o mesmo doutor enviado preso para a capital federal, afim de perante a comissão militar, ser processado e julgado.<sup>409</sup>

Esse é um caso exemplar de que, como ensina Bourdieu, as relações de comunicação não são somente intercâmbios lingüísticos, mas também relações de poder simbólico nas quais se atualizam as relações de força entre os locutores e seus respectivos grupos.<sup>410</sup> Algumas personagens significativas da cena local posicionaram-se a seu favor como o Conselheiro Alves de Araújo, um dos líderes liberais do Paraná;

---

<sup>409</sup>**Quinze de Novembro**, 24 abr. 1890, Ano X, n.138.

<sup>410</sup>BOURDIEU, Pierre. **¿Qué significa hablar?** Economía de los intercambios lingüísticos. Madrid: Ediciones Akal, 2001. p.11.

acompanharam-no até a prisão Correia de Freitas e Rocha Pombo, para quem o motivo da prisão foram seus artigos que investiam contra Vicente Machado e o chefe de polícia Herculano de Freitas. Menezes Dória foi solto no Rio de Janeiro em junho de 1890, após o governo ter considerado desnecessário julgá-lo.

A oposição comoveu-se com a sua causa e a arbitrariedade da sua prisão, ficando marcado como vítima do despotismo dos governistas. Logo, o evento lhe rendeu um bom capital simbólico, e após a eleição de Generoso Marques, foi presidente da Assembléia Legislativa do estado como líder da maioria liberal.

### 2.8.2 A Revolução Federalista: a Última Jogada

Durante a Revolução Federalista suas tomadas de posição mostraram-se ainda mais radicais, reflexo das suas disposições incorporadas para o combate, tornando-se um dos mais exaltados federalistas tanto no discurso como na prática. Em julho de 1892, Menezes Dória, Emydio Westfalen<sup>411</sup> e Cunha Brito, tentaram derrubar o governador em exercício Vicente Machado por meio de um golpe, que quase se consumou.

Pouco depois do comando militar da capital e do governador em exercício Vicente Machado deixarem Curitiba, Menezes Dória entrou na cidade à frente de uma tropa de 150 cavaleiros e foi aclamado governador do Paraná.<sup>412</sup> No período em que comandou o estado era o jornal *A Federação* o órgão do governo revolucionário e ali redigiu violentos editoriais, "numa guerra sem tréguas à política que espoliara o seu partido"<sup>413</sup>. Não por acaso, o jornal foi fechado em pouco tempo. Poucos dias após sua posse corria a notícia de que o Dr. João Menezes Doria,

---

<sup>411</sup>Nasceu na Lapa em 1847, à época principal cidade dos Campos Gerais. Bacharel por São Paulo em 1867, vereador e deputado pelo Partido Liberal.

<sup>412</sup>NASCIMENTO, Noel. **A revolução do Brasil**. Disponível em: <<http://www.astrovates.com.br/tese/revolbra.htm>>.

<sup>413</sup>SEGA, op. cit., p.139.

"ilustre governador do estado que tantos e tão invidáveis serviços há prestado á causa da Revolução e da Republica deverá seguir para Buenos Aires em importante missão a fim de acelerar os movimentos do exercito libertador", o que alguns colocam como fuga ou exílio, ao perceber que a guerra estava perdida, enquanto outros acreditam que se tratava de uma reorganização das forças, que fracassou. Assumiu em seu lugar o general Cardoso Junior<sup>414</sup> e só retornou ao Paraná quando Floriano deu anistia aos refugiados.

Após esses eventos, pouco se sabe da sua trajetória. Foi deputado federal na época da coligação de 1908 que conciliou os grupos cindidos no período revolucionário de 1893/94; em 1917 participou do movimento que trouxe a Cruz Vermelha para o Paraná e morreu no Rio de Janeiro em 1934. Em que pesem o recorte e os objetivos deste trabalho, a trajetória de Menezes Doria, nascido no pólo dominado do campo do poder, valeu-se de uma estratégia de combate aos conservadores florianistas paranaenses numa tentativa de subverter a ordem dominante. Suas tomadas de posição foram da 'pena à espada', reflexo do recrudescimento das tensões e do total desequilíbrio na balança de poder gerado pela chegada do novo regime.

## 2.9 CHICHORRO JÚNIOR, O RADICAL ÉTICO

Joaquim Procópio Pinto Chichorro Júnior nasceu em Antonina, litoral paranaense, no ano de 1866. Lá fez seus estudos primários e em seguida foi para São Paulo cursar o secundário no Seminário Episcopal, que, além da formação em humanidades, preparava para o ingresso na Academia de São Paulo. Chegou a iniciar o curso de direito, mas não o concluiu. Aos 19 anos publicou seu primeiro livro "*Vozes Livres*" em que alguns de seus poemas defendiam a abolição da escravatura. São poucas as fontes biográficas sobre este escritor e informações sobre alguns aspectos importantes como a ocupação dos seus pais não foram encontradas. Todavia, sua passagem pela Faculdade de Direito de São Paulo aponta

---

<sup>414</sup>NEGRÃO, *Efemérides...*, op. cit., p.146-147.

para uma situação financeira pelo menos mediana, uma vez que tais incursões eram bastante custosas naquele período. Entretanto, o fato de não ter concluído o curso pode ser sinal da perda da possibilidade familiar para financiar seus estudos, o que não chegou a prejudicar sua carreira política e burocrática no Paraná.

### 2.9.1 Jornalismo e Republicanismo

Assim como diversos jovens escritores do litoral, Chichorro Júnior também migrou para o segundo planalto, casando-se em 1887 em Piraquara e no ano seguinte figurando como jornalista em Curitiba na revista ilustrada de Narciso Figueiras intitulada *Galeria Ilustrada*, impressa na sua Litografia do Comércio. Essa revista constituiu, segundo Pereira<sup>415</sup>, a primeira grande revolução gráfica da imprensa paranaense. No primeiro número, o destaque foi o Barão do Serro Azul, com a participação de Rocha Pombo, Nestor de Castro, Chichorro Júnior e alguns nomes nacionais. O caráter moderno e elitista da publicação é evidenciado em seu programa:

*A Galeria Ilustrada será um jornal de typo europeu, dando aos seus leitores paginas ilustradas, com paisagens, retratos de homens celebres, tanto desta província como de paizes estrangeiros (...) poderá marchar desassombradamente na arena do jornalismo moderno, e desempenhar fielmente o grande papel que os seus contemporâneos representam na liça das grandes e momentosas questões que ora revolucionam o animo nacional.*<sup>416</sup>

Figueiras, oriundo da Catalunha, chegou ao Paraná em 1884, tendo anteriormente trabalhado em São Paulo nas revistas *Entr'Acto* e *Bohemio*. Para Carollo,

com exceção do artigo de J. Moraes sobre a exposição de Paris, onde fica claro um tom de simpatia com o governo monárquico, as notas, charges, artigos de fundo etc., sem assumir uma posição declarada, a não ser a de independência com relação ao governo provincial, deixam entrever a permanência de ligações com os grandes nomes interessados na luta republicana na província.<sup>417</sup>

---

<sup>415</sup>PEREIRA, L. F. L., **O espetáculo...**, op. cit., p.56.

<sup>416</sup>**Galeria Ilustrada**, Curityba, 20 nov. 1888, p.2.

<sup>417</sup>CAROLLO, Cassiana Lacerda. **A Galeria Ilustrada**, Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura e do esporte, 1979, p.II.

Assim, a estréia de Chichorro Júnior no jornalismo se deu num periódico renomado e direcionado para as redes de interdependência da alta sociedade, o que lhe permitiu um rápido acúmulo de capital simbólico. A revista acabou durando pouco tempo devido os altos custos das impressões litográficas, mas teve papel importante no reconhecimento da sua competência jornalística, que fez com que fosse convidado em 1888 para assumir a redação do *A Republica* no lugar de Eduardo Mendes Gonçalves, que assumira a presidência da câmara municipal. Com isso, inseriu-se rapidamente na rede de sociabilidade que girava em torno do Clube Republicano de Curitiba, sendo eleito, em maio de 1889, seu secretário.

Após a Proclamação da República, Deodoro extingue, por decreto, as Assembléias Provinciais e o Partido Republicano local autoneia uma comissão executiva para provisoriamente reger os interesses do partido. Ela era composta por Vicente Machado, Francisco Torres, Chichorro Júnior, Mauricio Sink e Ernesto Lima e possuía amplos poderes, tanto que pouco depois declarou-se permanente.

Chichorro deixou a redação do jornal em janeiro de 1890 para assumir um cargo na burocracia local como procurador fiscal do tesouro do estado. No mês seguinte, uma moção foi apresentada à Assembléia com o intuito de depor a comissão executiva, e Chichorro Júnior votou a favor:

*Não deve parecer estranho o meu procedimento votando em favor da moção apresentada pelos patriotas republicanos, porquanto, embora faça parte da comissão executiva, com ella estive sempre em desaccordo profundo e radical. (...) Voto pois a favor da moção apresentada, porque, desde que a Comissão executiva com a maioria de quatro membros abusou do poder que provisoriamente lhe foi confiado, não pode merecer mais a confiança do partido republicano e dos signatários das Instruções centralizadoras e absorventes.<sup>418</sup>*

Tal tomada de posição o colocou ao lado dos ex-liberais comandados por Generoso Marques, fruto do seu deslocamento dentro do grupo 'vicentista'. Nesse contexto, elabora um projeto de lei orgânica do Partido Republicano Paranaense, que foi publicado pelo *Quinze de Novembro* na mesma data em que Chichorro Junior aparece como redator deste jornal ao lado de Menezes Dória.

---

<sup>418</sup>Chichorro Junior. In: **Quinze de Novembro**, 21 fev. 1890, n.78 p.1.

O processo não planejado da construção dos grupos sociais fez com que Chichorro Júnior se sentisse desconfortável dentro daquele grupo, inclusive como reflexo da opinião pública, que criticou muito a comissão executiva, pois

Às vezes é próprio rótulo do grupo que traz problemas para o indivíduo em presença. Alguns estudos dedicados aos grupos sociais ressaltaram a importância das representações sociais produzidas fora do grupo (...) a representação que ele [intelectuais] têm de si mesmos esta exposta diretamente àquelas que aqueles que lhes são exteriores lhes remetem.<sup>419</sup>

## 2.9.2 Radicalismo e Oposição a Vicente Machado

Chichorro filiou-se à União Republicana assim que foi fundada, cujo periódico era o *Diário do Paraná* redigido por Nestor Victor, e que nesta primeira fase durou apenas alguns meses dadas as restrições à liberdade de imprensa que buscava conter as críticas ao governo. Quando voltou a ser publicado em novembro de 1891, eram seus redatores Menezes Dória, Chichorro Júnior e Cunha Brito, quando o jornal assumiu um tom mais ameno, mas igualmente crítico<sup>420</sup>:

*Reapparece o "Diário do Paraná" para defender os altos interesses do Estado. Nestas duas palavras synthetisa-se o nosso programma. Há quatro meses foi votada a nossa Constituição. Somos hoje um Estado autônomo, independente, com vida própria. A nossa política, pois, deve seguir outro rumo, abandonar os velhos moldes do partidarismo antigo. É sob este ponto de vista, e com esta nova intuição política, que nos apresentamos na arena jornalística estadual. Preoccupar-nos-á unicamente o bem geral do Estado, a sua instrução dos nossos direitos do independente e autônomo. Em nossas columnas encontrarão todas as classes a defeza de seus legítimos interesses, dos seus direitos inconcussos e das liberdades que lhes assistem. Não reconhecemos classes privilegiadas, nem distincções perante os direitos do povo.*

---

<sup>419</sup>COURY, Guillaume. Norbert Elias e a construção dos grupos sociais: da economia psíquica à arte de reagrupar-se. In: GARRIGOU e LACROIX, op. cit., p.136.

<sup>420</sup>PILOTTO, op. cit., p.26.

*Para nós, a igualdade de direitos é condição essencial do regimem republicano federativo. Não seremos apaixonantes nem virulentos; mas nem por isso deixaremos de profligar com severidade os abusos e apreciar com justiça os factos que cahirem sob a nossa observação. Tudo pela verdade, embora dura e acerba.*<sup>421</sup>

Sua duração foi curta, pois com o golpe de Deodoro e o apoio dado pela Assembléia Legislativa, da qual Chichorro Junior participava, o jornal perdeu por completo o apoio. Em fevereiro 1892 surge a *Federação*<sup>422</sup>, dirigida pelos mesmo três redatores que estiveram à frente do *Diário do Paraná*, em sua segunda fase, com linguagem polêmica e de oposição ao florianismo. As restrições à liberdade de imprensa no período podem ser observadas numa nota publicada no *Diário do Commercio* em que Chichorro Júnior fez severas críticas ao governo e relatou que foi indiciado para explicar às autoridades competentes o motivo da posição combativa do jornal. O chefe de polícia lhe sugeriu que moderasse a sua linguagem, como forma de evitar maiores problemas para seus redatores.<sup>423</sup> Era governador do estado Francisco Xavier da Silva<sup>424</sup> e Vicente Machado seu vice, ambos radicais com a oposição.

Durante a Revolução Federalista, fez parte do grupo que apoiou abertamente os maragatos junto com Menezes Dória e Justiniano de Mello, enquanto outros forneceram um apoio mais 'velado' como Rocha Pombo e de certa forma o próprio Barão do Serro Azul. Chichorro Júnior foi secretário geral do governo revolucionário

---

<sup>421</sup>Diário do Paraná, Órgão da União Republicana. 29 nov. 1891. Redatores: Menezes Doria, Cunha Brito e Chichorro Júnior. In: MARTINS, R., **Catálogo**..., op. cit.

<sup>422</sup>Fechado em junho de 1893, devido à tentativa de Emygdio Westphalen e Cunha Brito (ex-liberais) de depor Vicente Machado. Nenhum exemplar desse periódico foi encontrado, o que pode ser atribuído à severa repressão que receberam os paranaenses simpatizantes dos maragatos.

<sup>423</sup>**Diário do Commercio**, 04 ago. 1892, Anno II, n.468, Proprietário e Redator: Jose Francisco da Rocha Pombo.

<sup>424</sup>Nasceu em Castro em 1838, bacharelou-se em Direito na Faculdade de São Paulo em 1860. Filho de fazendeiros, era membro do Partido Liberal. Foi intendente municipal em Castro e eleito pelo Partido Republicano presidente do estado em 1892, 1900 e 1908. Licenciou-se durante o primeiro mandato de governador por motivos de saúde entre abril de 1893 e junho de 1894, período em que Vicente Machado assumiu o cargo.

no Paraná, que teve como governadores: Teófilo Soares Gomes, Menezes Dória e Cardoso Júnior.

Depois desse período revolucionário, sua próxima ocorrência biográfica foi em 1897 quando escreveu para a Revista *Galáxia*.<sup>425</sup> No ano seguinte publicou sua principal obra, *Deus Social*, um ensaio filosófico. Trabalhou na redação da *Gazeta do Povo* e em 1901 foi nomeado professor da cadeira de pedagogia e lógica do Ginásio Paranaense e da escola normal. No ano seguinte, passou a ministrar a disciplina de História Natural.<sup>426</sup>

Em 1904 foi eleito deputado estadual, e no mesmo ano nomeado secretário de obras públicas e colonização. Em seguida foi transferido para o cargo de secretário de finanças onde permaneceu até 1912. Estas posições indicam uma alta concentração de capital simbólico, afinal eram cargos importantes na estrutura de poder estadual, inclusive por terem se dado num período em que a conciliação entre maragatos e pica-paus locais ainda não se efetivara. Aposentou-se na presidência do Banco de Curitiba e morreu em 1926.

Sujeito pragmático, tornou-se um pessimista no final da vida, influenciado pelas leituras de Schopenhauer, posição que conflui com a antinomia que tinha com o idealismo de Rocha Pombo no campo literário, o que não evitou que se posicionassem politicamente no mesmo lado no início do período republicano brasileiro.

Se comparada com alguns outros redatores, como Albino Silva, que era vinculado ao grupo de Vicente Machado, por exemplo, percebe-se que em seu itinerário biográfico teve um acúmulo maior de posições de poder, a despeito de suas tomadas de posição em oposição ao grupo 'vicentista' e de suporte à Revolução Federalista. Essas diferenças resultam de processos individuais e sociais que não são planejados nem individual e tampouco coletivamente; são conseqüências de uma configuração

---

<sup>425</sup>Periódico literário fundado em 1897 como órgão oficial do Centro de Letras.

<sup>426</sup>PARANÁ, op. cit., p.117.

de jogadores e jogadas às quais nenhum integrante têm controle. Albino Silva, escritor do litoral cooptado pelo grupo de Vicente Machado, teve um percurso biográfico muito menos consagrado e consideravelmente menos privilegiado do que Chichorro, que ocupou posições que indicam grande habilidade e competência nas ciências exatas, a tal ponto que suas tomadas de posição contra o poder local no início da República não repercutiram na obtenção de cargos e posições, embora possam ter influenciado no engendramento de fontes a seu respeito.

## 2.10 NESTOR VICTOR, O BELETRISTA PARNANGUARA

Personagem de trajetória longa, biografia extensa, produção volumosa<sup>427</sup>, Nestor Victor é considerado um dos maiores intelectuais nascidos em Paranaguá. Ocupou posição importante no campo intelectual nacional na posição de crítico do movimento simbolista, onde se consagrou<sup>428</sup>. Por isso, este é o principal segmento da sua trajetória de que tratam os seus biógrafos. Aqui, todavia, esta faceta tem papel menos importante do que sua militância política exercida no Paraná antes e logo após a Proclamação da República. Engajado desde cedo na campanha abolicionista, Nestor Victor participou da gênese do movimento que resultou na criação do Clube Republicano de Paranaguá. Conforme informa em seus próprios relatos, a influência de dois professores foram decisivas para sua participação ativa nos movimentos abolicionista e republicano, embora seu interesse pela ação política tenha, em alguns momentos de sua vida, perdido espaço para a literatura.

---

<sup>427</sup>As obras de Nestor Victor incluem sete volumes de crítica: *Cruz e Souza, A Hora, Três romancistas do norte, Farias Brito, A crítica de ontem, Cartas à gente nova, Os de hoje*; dois de viagem: *Paris e Terra do Futuro*; três de ensaio: *O elogio da criança, Folhas que ficam, O elogio do amigo*; dois de poemas: *A Cruz e Souza e Transfigurações*; um de contos: *Signos*; dois de ficção romanesca: *Amigos e Parasita*.

<sup>428</sup>Aspectos relacionados à sua atuação como crítico de sustentação à geração simbolista do Paraná foram trabalhados por Bega (op. cit.).

### 2.10.1 Origem Social e Processo Educacional

Nestor Victor dos Santos nasceu em 1868, quando Paranaguá era, segundo suas próprias palavras, um "núcleo singularmente inteligente e relativamente culto, pelo menos como nenhum outro em toda a zona paranaense por aqueles tempos. Um microcosmo interessante, a que as rixas políticas, então levadas a sério, ainda davam mais intensidade e característica"<sup>429</sup>. Seu pai, Joaquim Moreira dos Santos, era pequeno comerciante, e sua mãe, Maria Francisca Mendonça dos Santos, possuía vínculos familiares com os fazendeiros da baixada do Rio de Janeiro<sup>430</sup>. Nestor Victor era o caçula dos cinco filhos do casal, cujo primogênito, Francisco Norberto (nascido em 1857) teve papel importante em vários momentos da trajetória do irmão mais novo.

Realizou seus estudos primários por volta de 1875 na escola do professor Cleto da Silva, que exerceu grande influência sobre Nestor Victor, assim como o professor Francisco Machado, conforme descreveu num artigo intitulado "Meus dois mestres"<sup>431</sup>. O primeiro era bastante crítico e fazia oposição à elite dominante local e principalmente ao chefe conservador da cidade, o Visconde de Nácar, e "*só com oposicionistas convivía, na farmácia de um deles*", aqui numa provável referência a Fernando Simas, farmacêutico e fundador do jornal republicano *Livre Paraná*.

Segundo crônicas da época, a família Nácar perseguia os republicanos locais, como foi o caso de Fernando Simas e do Professor Cleto, removido para Curitiba à revelia de sua vontade, com a justificativa de que havia muitos processos contra sua pessoa. Mas para Nestor Victor: "diga-se a verdade, fizeram-no em represália, que o homenzinho [era muito baixo], animado pelo movimento

---

<sup>429</sup>VICTOR, Nestor. Apud MURICY, **O símbolo...**, op. cit., p.69.

<sup>430</sup>MURICY, **O símbolo...**, op. cit., p.69.

<sup>431</sup>PÁGINAS ESCOLHIDAS. **Literatura**. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 2003. v.1. p.95.

emancipador, já então geral no Brasil, andara promovendo judicialmente a liberdade de uns escravos do visconde"<sup>432</sup>. A admiração e o legado deixado pelo professor ficam evidentes quando relembra: "era um filho do povo, de origens muito humildes, (...) era um professor que viera do povo e que ao povo se consagrava. Era um funcionário do Império, aliás já tão liberal, preparando um grande punhado de almas para a democracia".<sup>433</sup>

O outro professor a quem se refere no artigo é Francisco Machado, tradutor público de Paranaguá que dominava as principais línguas utilizadas no comércio marítimo, de quem Nestor Victor recebeu os primeiros estímulos para a produção literária. Victor e Machado tornaram-se próximos, tendo sido nesse período as primeiras incursões poéticas do autor com o incentivo do professor, que na escola ensinava francês e inglês. Essa afinidade entre os dois rendeu bons frutos para o jovem aluno que tinha facilidade em aprender línguas, pois acabou recebendo lições extra-classe do professor, que lhe ensinou italiano, alemão e latim.<sup>434</sup>

Sua família situava-se entre os setores médios, possivelmente em declínio, tanto que Nestor Victor adjetivou que, aos 17 anos, apesar de "pobrezinho" foi enviado a Curitiba para dar seqüência aos seus estudos no Instituto Paranaense, o que indica que a família apostou seu limitado capital econômico na educação do filho. Dois anos depois, em 1887, voltou a Paranaguá e se engajou no movimento republicano. As influências do Professor Cleto, marcadas por preceitos igualitários rousseauianos, tinham agora a possibilidade de serem aplicadas, o que despertou "grande euforia cívica"<sup>435</sup> no jovem republicano, que vivia o auge do seu idealismo político.

---

<sup>432</sup>VICTOR, Nestor. Apud MURICY, **O símbolo**..., op. cit., p.76.

<sup>433</sup>VICTOR, Nestor. Apud MURICY, **O símbolo**..., op. cit., p.76.

<sup>434</sup>VICTOR, Nestor. Meus dois mestres. In: PÁGINAS ESCOLHIDAS, op. cit., p.97.

<sup>435</sup>MURICY, **O símbolo**..., op. cit., p.89.

## 2.10.2 O Propagandista Republicano

Nestor Victor envolveu-se com ardor no movimento republicano, participando da fundação do clube junto com Guilherme Leite e Fernando Simas na Loja Perseverança de Paranaguá, tendo sido eleito secretário e redigido sua ata de fundação<sup>436</sup>. Inserido na pequena rede de republicanos de sua cidade, contribuiu com o *Livre Paraná*, onde desenvolveu laços de amizade com Correia de Freitas, que era para ele o "*apóstolo da República no Paraná*". Alguns anos depois, quando redigiu o *Diário do Paraná*, foi um dos maiores defensores do amigo, reivindicando sua primazia no republicanismo do estado.

Em 1888 participou da fundação da Confederação Abolicionista do Paraná comandada pelo Major Sólton Ribeiro onde foi, novamente, secretário. Em seguida sua família, que almejava torná-lo engenheiro, encaminhou-o para o Externato João de Deus, no Rio de Janeiro, onde fez os preparatórios para a Escola Politécnica. A posse de um diploma superior era condição para qualquer possibilidade de ascensão social além da mediana, além do que o Paraná no período contava com poucos "doutores". Mas Nestor Victor demonstrava aversão a este tipo de estratégia:

*Um pintor, um poeta, um inventor mecânico, não poderão fruir no Brasil do prestígio social que tem um doutor, só porque o é, a não ser que recorram a outros meios que não os seus méritos propriamente ditos. Mesmo quando acontece ser um indivíduo um jornalista notável, e até mostrar qualidades para a política, se não se trata de um homem formado facilmente o pretere qualquer bacharel da última nulidade nos cargos mais altos da governança ou representação.<sup>437</sup>*

Pouco antes de retornar ao Paraná em 1889, conheceu Cruz e Souza<sup>438</sup>, com quem desenvolveu uma amizade muito importante em sua trajetória intelectual. Neste momento sua carreira ainda estava indefinida, e, diante das dificuldades em manter-

---

<sup>436</sup>CHAVES, op. cit., p.129.

<sup>437</sup>VICTOR, Nestor. Apud MURICY, **O símbolo...**, op. cit., p.100.

<sup>438</sup>Catarinense, o poeta negro, como ficou conhecido, foi o precursor do movimento simbolista brasileiro.

se no Rio de Janeiro, voltou a Curitiba onde escreveu algumas poesias e engajou-se na disputa política local através do jornalismo.

Assim que chegou, o recém-nomeado governador Américo Lobo, republicano histórico e amigo pessoal de Correia de Freitas, tentou cooptá-lo oferecendo-lhe o cargo de chefe de gabinete, o qual recusou por divergências políticas com o grupo de Vicente Machado, que comandava o estado. Nestor Victor vai além e assume a redação do jornal da União Republicana que estava na oposição e que "teve a mais agitada existência dentre a de todos os que se publicaram até agora no Estado, pela constância das violências policiais contra ele praticadas, em represália aos desabrimentos de sua propaganda revolucionária"<sup>439</sup>.

Na posição de redator fez forte oposição a Vicente Machado, que considerava um político sem princípios, chamando seu grupo de "homens do terror". Combateu o comando velado do Barão do Serro Azul, acusando-o de "*cacique que está comandando os republicanos exclusionistas do estado*", e que não abriam brechas para a participação dos ex-liberais na organização do novo regime. Nestor Victor, que não era membro das elites políticas do estado, não fez concessões aos dominantes, recusando a cooptação e mantendo-se firme na oposição aos 'vicentistas'. Além disso, intercedeu pela ascensão política de Correia de Freitas, e tomou parte na luta simbólica pelo mito de fundação do movimento republicano paranaense contra Eduardo Gonçalves.

Mas a sua militância jornalística nesse período durou pouco, pois desiludiu-se com o pacto firmado entre a União Republicana e o governo do Dr. Serzedelo Correia para a eleição dos senadores e deputados que participariam da Constituinte de 1891. Indignado com o acordo, deixou a redação do jornal e voltou a Paranaguá,

---

<sup>439</sup>MARTINS, R., **A arte...**, op. cit.

onde encontrou dificuldades para exercer uma profissão que lhe agradasse.<sup>440</sup> Seu pai havia falecido e seu irmão Norberto cuidava da mãe das irmãs.

Na leitura biográfica de Andrade Muricy esse foi um período em que o interesse central de Nestor Victor era a política, embora já circulasse entre seus futuros pares literários. A conciliação entre os partidos locais para a escolha dos senadores e candidatos à constituinte era uma incoerência ideológica com a qual não concordava, independente de terem sido eleitos conterrâneos seus como Santos Andrade e Fernando Simas, pois indignou-se profundamente com a exclusão de Correia de Freitas, que considerava seu mestre político.<sup>441</sup> Desiludido com a política, direciona sua trajetória para a literatura, contudo sem afastar-se completamente dos jogos do poder. Coincidentemente, no final de 1890, quando esteve em Desterro encontrou novamente Cruz e Souza, estreitando os laços da amizade, que se tornou "legendária e exemplar na história literária"<sup>442</sup>.

### 2.10.3 Mudança na Trajetória: a Construção do Crítico Simbolista

Em 1891 mudou-se novamente para o Rio de Janeiro, onde escreveu artigos para alguns jornais. Diante do golpe de Deodoro adotou uma posição de crítica mordaz, atacando via imprensa a atitude do Marechal. Nesse momento, já desenvolvera laços com poetas e escritores que o levariam a participar do grupo literário que resultou no simbolismo. A fim de melhorar sua posição no campo que se configurava, investiu na sua formação literária, mergulhando fundo na literatura.

Casou-se com Catarina Coruja em 1892, neta de um reconhecido professor de português gaúcho, reforçando simbolicamente a aliança com as letras. Preocupado com a necessidade de ampliar proventos materiais para sua família, aceitou a

---

<sup>440</sup>PARANÁ, op. cit., p.156.

<sup>441</sup>MURICY, **O símbolo...**, op. cit., p.109.

<sup>442</sup>MURICY, **O símbolo...**, op. cit., p.145.

oportunidade de fixar-se numa posição pouco adequada para um homem de letras, mas que poderia lhe prover sustento material, secretariando a Companhia Metropolitana de Paraná, que durou pouco tempo e que marcou o último período em que morou no seu estado.

De volta à capital federal, tornou-se um florianista ardoroso, como tantos outros, escrevendo na imprensa e apoiando as políticas do Marechal. Este, ao tomar conhecimento da competência jornalística de seu partidário, indicou-o para ocupar a vaga de Vice-Diretor do Internato do Ginásio Nacional; à época contava com apenas 26 anos. No mesmo período, foi convidado por Quintino Bocaiúva para redigir *O País*, convite que não pôde aceitar devido às inúmeras atribuições que tinha no Ginásio Nacional, onde também ministrava algumas disciplinas. Mas, sabendo da importância que tinha a imprensa para os homens de letras no período, como forma de divulgação de trabalhos e contato com o público, para não falar da importância do jornal e de quem o convidara, aceitou colaborar periodicamente. Como se nota, Nestor Victor tornou-se uma figura de projeção nacional, embora mantivesse laços com sua terra. No Ginásio Nacional teve oportunidades de aproximar-se de Silvio Romero, do poeta João Ribeiro e de Rui Barbosa, que lecionavam na instituição. O contexto nacional era de grande agitação política, marcado pelos que desejavam a permanência de Floriano no poder e aqueles que reivindicavam eleições. O pleito ocorreu, e Nestor Victor, que era florianista mas não era jacobino, apoiou o governo civilista de Prudente de Moraes.<sup>443</sup>

---

<sup>443</sup>DHBPR, op. cit., p.432.

Em 1896 escreveu uma monografia sobre a obra do amigo Cruz e Souza e no ano seguinte lançou *Signos*, com edição custeada pelo irmão, e ajudou, na medida do possível, o amigo Rocha Pombo, que se mudara para o Rio de Janeiro. Cruz e Souza morre em 1898, evento que foi para Nestor Victor uma perda dolorosa. A partir de então, desenvolveu uma "verdadeira cruzada de divulgação da obra de Cruz e Souza, num empenho em favor do reconhecimento da obra do Poeta Negro"<sup>444</sup>.

Em 1901 deixou o cargo no Ginásio Nacional e foi para Paris, com o respaldo financeiro do irmão. Foi correspondente de dois dos mais importantes jornais do período: *O País* e o *Correio Paulistano*, além de ter sido encarregado da educação dos filhos do Barão do Rio Branco, embaixador do Brasil na França. Nestor Victor soube aproveitar bem sua estada na França, tornando-se também tradutor e revisor da Editora Garnier, atividades que aumentaram seu capital simbólico e cultural e refinaram sua percepção da literatura. Além disso, o distanciamento lhe aguçou a percepção da situação do Brasil, criticando, novamente, o mandonismo dos bacharéis:

Tais homens [os doutores] constituem a casta dos dirigentes entre nós. A República, no tempo da propaganda, entre outras ideologias, propunha-se acabar com o governo dos bacharéis ou doutores. Ainda agravou mais a situação, abrindo 'academias livres' por toda a parte, conferindo aos 'diplomados' competência exclusiva para uns tantos encargos públicos do que na Monarquia não tinha podido fazer um monopólio propriamente dito. (...) Sabe-se que eles saem geralmente ignorantes do curso, e que as 'academias livres' vieram tornar as coisas ainda piores nesse ponto. Há-os precisamente quase de todo analfabetos. Mas o certo é que, apesar de tudo, terão ainda de ser os diretores do país por bom tempo. Primeiro, pela classe social de que em regra procedem, segundo pela grande incultura que ainda reina entre nós.<sup>445</sup>

Retornou ao país em 1905 e no ano seguinte iniciou o trabalho de crítico da revista *Os Anais* e retomou suas atividades docentes na Escola Normal e no Externato do Colégio Pedro II. Participou da campanha civilista e em 1908 representou

---

<sup>444</sup>DHBPR, op. cit., p.432.

<sup>445</sup>VICTOR, Nestor. Apud MURICY, **O símbolo...**, op. cit., p.98.

o Paraná na Convenção Nacional que escolheu Rui Barbosa<sup>446</sup> candidato da oposição, o que atesta a permanência do seu engajamento político e de relações com as elites paranaenses. Seu posicionamento manteve-se contra o predomínio das oligarquias, afinal a candidatura de Rui Barbosa foi a única que contestava a política coronelista.

Em 1912 já era um renomado escritor no Rio de Janeiro, quando recebeu do governador do estado uma encomenda para escrever um livro de divulgação do Paraná que resultou em *Terra do Futuro*. Este fato é indicativo de que

nessa fase se desenvolveram as condições sociais favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, sobretudo em sua forma literária, e à constituição de um campo intelectual relativamente autônomo, em consequência das exigências postas pela diferenciação e sofisticação do trabalho de dominação.<sup>447</sup>

Durante a Primeira Guerra Mundial deu continuidade às suas ações político-sociais participando da fundação da Liga Brasileira pelos Aliados, ao lado de Rui Barbosa e José Veríssimo. Em 1917 foi eleito deputado ao Congresso Legislativo do Paraná. Finda a Guerra, foi condecorado pelo Rei da Bélgica, pelo apoio moral que o Brasil lhe deu quando teve seu território invadido<sup>448</sup>. Em 1918, passou a lecionar na Escola Superior de Comércio como lente da cadeira de francês. No ano seguinte recebeu a "Ordem de Leopoldo" da Coroa da Bélgica das mãos do Rei Alberto, e foi reeleito para o Congresso Legislativo do Estado, com mandato até 1921. Em 1923 publicou as obras completas de Cruz e Souza e foi condecorado Cavaleiro da Legião de Honra da França. No ano seguinte publicou uma biografia do amigo Rocha Pombo e, em 1925, assumiu o cargo de crítico literário oficial do jornal *O Globo*. Em 1928 colaborou no *O Estado de S. Paulo*, morrendo em 1932.

---

<sup>446</sup>Esse foi um dos grandes críticos e fiscalizadores das ações das elites que dominaram a República Velha. Ver: **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>447</sup>MICELI, Poder..., op. cit., p.16

<sup>448</sup>PARANÁ, op. cit., p.162.

Observando retrospectivamente, pode-se dizer que o itinerário biográfico de Nestor Victor foi um exemplo bem-sucedido dentro das teias de interdependência existente entre a esfera política, literária e jornalística na virada do século XIX para o XX. Teve habilidade e senso de oportunidade para manter-se bem posicionado nos campos político e intelectual até o final da Primeira República. Sua atuação como homem de letras lhe rendeu capital simbólico suficiente para que encontrasse espaço no campo político. Se, num primeiro momento, seu idealismo o afastou das profissões masculinas como a engenharia e a política, "compensa a falta do ensino formal e a não posse de diplomas mediante a produção sistemática, da tradução/divulgação de autores reconhecidos e permanecendo vinculado aos sistemas formais de ensino"<sup>449</sup>. Obtém, desta forma, uma posição no campo literário brasileiro como o crítico oficial do movimento simbolista, com essa atividade sempre perpassada pela sua militância política, demonstrando ter levado para a vida o ensinamento dos seus 'dois mestres'.

## 2.11 QUADRO E ANÁLISE PROSOPOGRÁFICA

O quadro a seguir buscou agregar alguns dados que permitem visualizar o perfil social do subgrupo de redatores biografados. Assim, pode-se buscar entender quais marcas dessa experiência inserem-se no conteúdo de seus ideários políticos, afinal, para compreendê-los, é preciso antes conhecer aqueles que o produziram. Pretende-se, dessa forma, traçar um perfil do conjunto das biografias, analisando-as comparativamente, realçando pontos em comum e apontando diferenças significativas. Trata-se de um perfil de um setor das elites, elaborado a partir de casos exemplares, alçados à condição de tipo ideais.<sup>450</sup>

---

<sup>449</sup>BEGA, op. cit., p.388.

<sup>450</sup>MICELI, Biografia..., op. cit., p.347.

Como se pode perceber, o quadro aponta para dados resumidos, incluindo alguns presumidos por não terem sido encontrados nas fontes, mas que se basearam nas próprias trajetórias e posicionamentos. Nesse sentido, há que pesar também os determinantes sociais que envolvem a produção social das fontes, pois a sua disponibilidade está relacionada com o poder, ao mesmo tempo em que, quanto mais se desce na escala social, maiores são as dificuldades de encontrar fontes satisfatórias. O exame acurado das trajetórias mostrou a importância dos círculos familiar e de sociabilidade, e o contexto apresentado demonstrou a influência da modernização e da expansão das instituições que abrigaram estes letrados afinal, "a rentabilidade do capital de relações sociais depende, no limite, das exigências do trabalho de dominação".<sup>451</sup>

Uma das primeiras questões que surgem é: a origem social determina o direcionamento para a carreira de jornalismo? A resposta é sim, na medida em que o fato de tratar-se de um grupo de letrados no final do século XIX corresponde a uma marca de distinção social num país de analfabetos. Mais que isso, a maioria veio dos setores médios, seja em ascensão, seja em declínio, e apenas dois eram membros das elites dominantes: Vicente Machado e Leôncio Correia, cujas passagens pelo mundo das letras pode ser lida como uma estratégia de manutenção do trabalho de dominação dessas famílias e como uma etapa da sua carreira política. Não por acaso, foram os que acumularam maiores posições no campo do poder e tiveram quantidade de fontes satisfatórias a seu respeito. No caso específico de Vicente Machado, típico bacharel formado pela Academia de São Paulo durante o Império, foi um personagem central na configuração do campo político, detentor de alta concentração de poder, pois a constituição dos grupos e das posições poderiam ser definidas como a favor ou contra ele. Logo, a maioria não tinha origem oligárquica, mas sua possibilidade de inserir-se no campo político ocorreu mediante a prestação de serviços às elites políticas e econômicas.

---

<sup>451</sup>MICELI, Poder..., op. cit., p.23.

Outro aspecto interessante é que metade dos redatores analisados nasceu em Paranaguá, e se considerado todo o litoral, foram sete. Apenas um nasceu nos Campos Gerais e dois vieram de outros estados, um de São Paulo e outro de Sergipe. Este dado converge com uma série de questões trabalhadas anteriormente, como o fato de que o litoral era o centro cultural da província à época de seus nascimentos e primeiros processos de socialização (pois depois mudou para Curitiba) e foi o berço do movimento republicano paranaense, impulsionado por membros dos setores médios, que correspondem à origem da maioria dos redatores analisados. Destes, alguns empreenderam propaganda no litoral, onde iniciaram sua militância, enquanto outros migraram cedo para a capital para participar das redes de poder, afinal Curitiba era, à época da mudança de regime, o centro político, cultural e econômico do Paraná. Todos estes aspectos vão de encontro com o fato de as elites ervateiras vinculadas ao litoral terem direcionado seus investimentos para a criação de um campo de produção cultural, e especialmente terem apostado na disseminação de jornais e na cooptação de jornalistas, como foi o caso de Rocha Pombo e Justiniano de Mello.

O ensino superior teve peso importante para alguns: para o capital cultural de Justiniano de Mello, para a vinda de Eduardo Gonçalves ao Paraná, para a conversão de Menezes Dória em político e para a militância política de Vicente Machado, sendo que dois redatores iniciaram sua formação superior, mas não a concluíram: Leôncio Correia e Chichorro Júnior. O autodidatismo mostrou-se igualmente relevante para Rocha Pombo (que se formou somente aos 55 anos), Albino Silva, Correia de Freitas e, de certa forma, para o próprio Nestor Victor, embora tenha tido um processo escolar formal mais desenvolvido. Percebe-se que, como grupo compunham uma elite intelectual, detentores de alto capital cultural, sendo que a maioria esteve vinculada a instituições do mundo das letras, como centros literários, e mais da metade escreveu obras para além do jornalismo.

A maioria dos biografados ingressou jovem no mundo das letras e teve alguma experiência jornalística antes do ter sido redator, e igualmente para muitos a

função 'persistiu' com outras incursões pela imprensa durante suas trajetórias. Mas, como se sabe, não existia no final do século XIX um campo intelectual que permitisse aos letrados viver da escrita, e desta forma a gama de atividades nas quais se envolviam era relativamente ampla, mas concentradas principalmente no jornalismo, na educação e na política.

Observou-se também nas trajetórias dos redatores que quase todos tiveram incursões no campo educacional, sendo que para metade este constituiu um lócus privilegiado de seus investimentos intelectuais, como para Rocha Pombo, Justiniano de Mello, Leôncio Correia, Albino Silva e Nestor Victor. No quesito relação com a política, o próprio recorte dos jornalistas políticos já responde a esta questão: todos sem exceção exerceram cargos em nível municipal, provincial e (ou) estadual e federal. Metade dos redatores foi vinculada a partidos monárquicos e a outra, composta de propagandistas republicanos. Após a Proclamação, quatro estiveram ligados ao PRF de Vicente Machado, outros cinco estiveram vinculados à União Republicana do Paraná, um deles ao movimento operário e um se tornou anarquista. Logo, a maioria posicionou-se contra o grupo dominante no período analisado, o que não significa que tivessem se afastado das elites.

Em suma, trata-se de um subgrupo que atuava no interior do campo político, embora muitos tenham sido dominados, e participava do jogo das elites como prestadores de serviços cooptados e como estratégia para obter melhores posições. Assim, escreveram em vários outros jornais, participaram da construção de um campo de produção cultural, contribuíram para a ampliação dos processos educacionais e, não menos importante, participaram da ação política *strito sensu*. Tudo isso atesta o fato de que a atividade intelectual era uma atividade política, e que a imprensa foi um veículo fundamental na construção de ideários e da cultura política brasileira no final do século XIX. Os jornalistas não tinham a pretensão de simplesmente informar, ao contrário, engajavam-se e participavam ativamente dos jogos do poder da sociedade em que viveram.

REDATORES	DATA/LOCAL DE NASCIMENTO	PROFISSÃO DO PAI	CURSO SUPERIOR	PROFISSÃO	CAPITAL DE RELAÇÕES SOCIAIS	PARTIDO (IMPÉRIO)	GOLPE DE DEODORO	PARTIDO (REPÚBLICA)
Albino Silva	Paranaguá, 1850		Autodidata	Tipógrafo, professor, jornalista	Trabalhou na Tipografia Lopes	Clube Republicano de Paranaguá	Contra	PRF
Chichorro Júnior	Antonina, 1866		Direito (SP) (interrompido)	Jornalista	Trabalhou na <i>Galleria Illustrada</i>	Clube Republicano de Curitiba	A favor	URP
Correia de Freitas	Paranaguá, 1853	Capitão	Autodidata	Várias ocupações, principalmente propagandista republicano	Pai e irmão bem posicionados em SC; relações com a cúpula do movimento republicano nacional	Clube Republicano de Paranaguá	Contra	URP
Eduardo Gonçalves			Engenharia (RJ)	Engenheiro e jornalista	Relações com os republicanos paulistas	Clube Republicano de Curitiba	Contra	PRF
Justiniano M. Silva	Laranjeiras (SE), 1853	Advogado, Secretário de Frei Caneca	Direito (PE)	Professor, político e jornalista	Elites nordestinas	Conservador	A favor (presumido)	Operário (URP)
Leôncio Correia	Paranaguá, 1865		Medicina (interrompido)	Jornalista, poeta e político	Membro das elites ervateiras, sobrinho do Barão do S. Azul	Conservador	Contra	PRF
Menezes Dória	Paranaguá, 1857	Imigrante italiano	Medicina (RJ)	Médico, político	Médico dos fazendeiros dos C. Gerais	Liberal	A favor	URP
Nestor Víctor	Paranaguá, 1868	Comerciante		Político, jornalista, professor e crítico literário	Apoio do irmão mais velho	Clube Republicano de Paranaguá	Contra	URP
Rocha Pombo	Morretes, 1857	Professor, vereador	Direito (RJ)	Professor, escritor, jornalista e historiador	Apadrinhado pelo Barão do S. Azul	Conservador	Contra	Nenhum (anarquista)
Vicente Machado	Castro, 1860	Capitão	Direito (SP)	Advogado, jornalista, político	Família vinculada ao gado e a ervamate	Liberal até 1888, depois republicano (Curitiba)	Contra	PRF

Redatores	Cargos políticos	Posição diante da Revolução Federalista	Tipo de atividade intelectual	Ideologia pré-República	Pós-República	Principais Jornais
Albino Silva	Constituinte estadual em 1892, prefeito de Itararé	Florianista, lutou junto à legalidade	Poeta, redator	Liberal radical	Federalismo	Livre Paraná, Patria Livre
Chichorro Júnior	Secretário do tesouro do estado, deputado estadual, secretário de finanças	Federalista, secretário do governo revolucionário	Escritor e redator	Federalismo /positivismo	Idem	A Republica, Diário do Paraná
Correia de Freitas	Deputado federal	Federalista (presumido)	Redator	Positivismo/ socialismo	Idem	Livre Parana, Diário do Paraná
Eduardo M. Gonçalves	Vereador suplente, Constituinte federal em 1891	Legalista (presumido)	Redator	Positivismo/ federalismo	Idem	A Republica
Justiniano de M. Silva	Deputado provincial e estadual	Federalista (presumido)	Redator, poeta, historiador,	Monarquista Liberal	Socialismo	Sete de Março
Leônicio Correia	Deputado estadual e federal, diretor da imprensa nacional etc.	Florianista, lutou no cerco da Lapa	Poeta, redator	Positivismo/ Federalismo	Federalismo	Gazeta Paranaense, Quinze Novembro, A Republica
Menezes Dória	Constituinte estadual em 1891, deputado	Federalista, foi governador provisório do Paraná	Redator	Monarquista Liberal	Parlamentarista (presumido)	Quinze de Novembro, Diário do Paraná
Nestor Victor	Deputado federal	Desconhecida	Crítico literário, redator	Liberal, Positivismo	Civilista	Livre Paraná, Diário do Paraná
Rocha Pombo	Deputado provincial e deputado federal	Simpático aos federalistas	Escritor, historiador, redator	Republicano evolucionista	Anarquista	O Povo, Gazeta Paranaense
Vicente Machado	Deputado provincial, senador, governador do Paraná	Legalista, florianista	Redator	Positivismo/ Federalismo	Federalismo	A Republica

### CAPÍTULO 3

## O PENSAMENTO REPUBLICANO NO PARANÁ

A imprensa, durante o período imperial (pode-se dizer que até os primeiros anos da República), era um foro de poder informal, vinculado ao governo e à organização partidária. Tratava-se de uma imprensa de opinião, que tinha como um de seus eixos os comentários partidários. Havia folhas independentes, mas que duravam pouco, pois a "grande maioria era vinculada a partidos ou a políticos"<sup>452</sup>, o que permite que os periódicos e os jornalistas, principalmente os redatores aqui analisados, sejam posicionados no campo político. As colunas dos jornais eram usadas para escrever anonimamente o que não podia ser dito publicamente na Assembléia, Senado ou Câmara, constituindo um fórum de discussão alternativo à tribuna, importante principalmente para a oposição. Muitos jornalistas também eram políticos, outros, literatos, alguns combinavam as três atividades. Assim, "a imprensa era importante e influente como instituição, mas os jornalistas como tais não constituíam um grupo de elite à parte da elite política"<sup>453</sup>, inclusive porque o exercício intelectual era, na virada do século XIX para o XX, uma atitude política.

O objeto deste capítulo situa-se no momento em que a imprensa se tornou o principal palco para as discussões e para a luta política, em detrimento dos limites constitucionais, para melhor identificar as propostas de regime político, democracia e participação popular apresentadas pelos redatores. Considerando este recorte, busca-se recuperar o ideário republicano que circulava na imprensa curitibana a fim de reconstituir suas tendências e reivindicações, bem como o posicionamento e as articulações do pensamento político dos paranaenses no campo político nacional. Parte-se da perspectiva de que os discursos não são unicamente signos destinados a serem

---

<sup>452</sup>CARVALHO, J. M. de, **A construção...**, op. cit., p.46.

<sup>453</sup>CARVALHO, J. M. de, **A construção...**, op. cit., p.47.

compreendidos e decifrados, mas também indicativos de status que se propõem a ser valorados e apreciados e de autoridade a serem cridos e obedecidos, por constituírem um objeto da luta simbólica pelo poder.<sup>454</sup>

Mas antes disso, algumas considerações sobre o material utilizado são necessárias, já que as fontes disponíveis foram determinantes para a delimitação do objeto. Os partidos monárquicos no Paraná praticamente não se envolveram nos debates republicanos, e seus principais jornais, a *Gazeta Paranaense* (conservador) e o *Dezenove de Dezembro* (liberal), limitavam-se ao embate intra-elites, apenas eventualmente publicando alguma nota sobre o Clube Republicano, em que figurava um certo menosprezo pelo movimento local, com suas propostas sendo consideradas sem propósito e desnecessárias:

*Respeitamos as convicções de cada um, mas achamos que infelizmente o collega gasta o tempo com palavras, palavras e nada mais. Com isto diz Tavares Bastos com toda a razão, <<monarchia e republica são puras questões de forma>>, apoiado em dous incontestáveis conceitos de pensadores de primeira ordem (...) Querem mais Republica do que há no Brasil? Só se desejão ser candidatos à cadeira da Presidência.*<sup>455</sup>

O único veículo de imprensa vinculado a um partido monárquico que se dispôs a debater a questão republicana foi o *Sete de Março*, ligado ao Partido Conservador e que via a República sob uma perspectiva crítica.

Tratando, portanto, do ideário republicano, ainda no momento de utopia anterior à proclamação, o principal jornal analisado foi o *A Republica*, jornal do Clube Republicano de Curitiba, cuja coleção encontra-se microfilmada e acessível na Biblioteca Pública do Paraná. Uma contribuição menor veio do *O Povo*, periódico de Rocha Pombo, do qual apenas dois exemplares foram encontrados, e do *Livre Paraná*, que circulava no litoral e do qual também só restam poucos indícios.

---

<sup>454</sup>BOURDIEU, ¿**Qué significa...**, op. cit., p.40.

<sup>455</sup>**Gazeta Paranaense**, 18 mar. 1886, n.61.

Com a proclamação da República, outras folhas republicanas surgiram na cidade. Dentre elas destaca-se o *Diário do Paraná*, órgão da União Republicana que disputou o controle do novo regime com o grupo ligado ao *A República*; embora a coleção encontrada corresponda a um período relativamente curto (cerca de seis meses), foi qualitativamente significativa para a compreensão das disputas políticas entre os grupos. Já o *Quinze de Novembro* pretendia-se politicamente neutro, e tinha em suas colunas *Ineditoriaes* um espaço que era vendido para quem desejasse, e que se tornou palco das brigas locais, servindo como complemento para a compreensão das configurações. O *Patria Livre* de Paranaguá seguia a mesma linha do *A República*, como já demonstrado na biografia de seu redator Albino Silva. Dos periódicos analisados, o único que apresentou uma perspectiva crítica da República foi o *Sete de Março*, que acabou se vinculando ao movimento operário e que, somado às perspectivas anarquistas de Rocha Pombo, constituiu o único foco de um ideário político alternativo ao conservadorismo das elites locais.

Em função do exposto, o capítulo divide-se em duas partes, cindidas pela Proclamação da República. A primeira reflete uma pretensão exagerada de que o sistema republicano resolveria todos os problemas nacionais. Foi utilizado essencialmente o jornal *A República* como recurso para apreender a propaganda em Curitiba. Seus redatores nesse período foram Eduardo Gonçalves e Chichorro Júnior, que contaram com a participação de outros escritores biografados, mas de difícil identificação pelo fato de a maioria dos artigos não ser assinada.

A Proclamação da República resultou numa recomposição dos quadros e redefinição dos projetos a partir das relações com o poder; nesse contexto, os ideários pós-República, que constituem a segunda parte do capítulo, podem ser divididos em dois grupos, que analiticamente podem ser chamados de dominantes e dominados. O primeiro inclui os redatores mais ligados às elites políticas e econômicas e os cooptados, para quem a retórica republicana é um instrumento da luta pelo poder, sem que se percebam de fato diferenças significativas em seus discursos. Serão

abordadas as representações políticas dos dois grupos políticos que disputavam o poder no estado, nas quais figuraram como redatores dos periódicos *A Republica*, *Diário do Paraná*, *Quinze de Novembro* e *Pátria Livre*, Vicente Machado, Correia de Freitas, Nestor Victor, Albino Silva, Leôncio Correia e Menezes Dória. No segundo grupo, há os que discordam do discurso dominante e que seguiram uma linha de pensamento político mais radical que contribui para seus posicionamentos dominados no campo político local. Destacam-se aqui Rocha Pombo e Justiniano de Mello e Silva. Entretanto, as reduzidas fontes sobre parte desses discursos dominados (já reflexo de sua posição) exigiu a utilização de fontes diversas para preencher as lacunas deixadas.

A difusão de ideários republicanos por meio de artigos e textos era uma forma de ação política, uma vez que os agentes que formam o mundo social têm um conhecimento deste mundo e sabem que podem atuar sobre ele atuando sobre a representação que os agentes fazem dele. Desta forma, podem fazer ou desfazer grupos – e ao mesmo tempo, as ações coletivas que estes grupos possam empreender para transformar o mundo social de acordo com seus interesses –, produzindo, reproduzindo ou destruindo as representações que formam esses grupos e que os fazem visíveis aos demais.<sup>456</sup>

### 3.1 O IDEÁRIO REPUBLICANO NO PERÍODO MONÁRQUICO

Seguindo uma ordem cronológica, o primeiro periódico analisado é *O Povo: órgão dedicado a causa popular* redigido por Rocha Pombo, mas que, em verdade, não pode ser caracterizado como constituinte de um ideário, pois somente dois exemplares foram encontrados. Neles, o redator reivindica direitos sociais, liberdade de consciência e de culto, casamento civil e faz severos ataques ao sistema monárquico e ao excesso de poder do Imperador:

---

<sup>456</sup>BOURDIEU, ¿**Qué significa...**, op. cit., p.96.

*ninguém se lhe pode oppor, porque o reio é o único poder do paiz. Ninguém pode protestar constitucionalmente porque a pessoa do rei é sagrada, é irresponsável (...) E quando todos os brasileiros estiverem convictos de que o Brasil merece muito mais do que o Sr. D. Pedro II, então a vontade compacta terá força insuperável.*<sup>457</sup>

Figurava no periódico também a famigerada inspiração francesa: "*Que contraste entre França e Brasil ! Lá – o progresso, o povo como governo, o governo sincero ! Aqui – phantasmagorias e procrastinações ! (...) Em França – o progresso. No Brasil – o atrazo.*"<sup>458</sup>

Rocha Pombo demonstra conhecimento dos acontecimentos que se davam na Corte, como num artigo em que comenta a Revolta do Vintém, em que repudia a postura do imperador e mostra-se satisfeito por ver o povo manifestar-se contra os abusos da Coroa. Influenciado pelo *Manifesto de 1870*, a posição do redator converge com a de alguns republicanos que militavam em partidos monárquicos do período, como Saldanha Marinho, que criam ser a evolução a melhor forma para se chegar à República, pelo fato de o país não estar ainda 'preparado':

*vejo que por enquanto, a mudança de nosso systema de governo por um outro republicano não traz algum proveito em nosso paiz, ao contrario, penso que será uma calamidade. (...) Devo dizer que não quero em absoluto a republica, e se desejo o seu estabelecimento, como uma forma de governo fecunda, porque põe em actividade todas as forças sociaes, todas as aptidões, não o quero a não ser pela evolução natural e expontanea da vida das nações.*<sup>459</sup>

É nesse momento que se afirma um reformista. Sua perspectiva política pós-Proclamação seguirá essa linha pacifista, mas sofrerá uma mudança radical, fruto de sua desilusão com o novo regime.

Foi o *Livre Paraná: echo republicano*, de Fernando Simas e Guilherme Leite, onde colaboraram Nestor Victor, Correia de Freitas, Albino Silva, a primeira

---

<sup>457</sup> *O Povo*, 6 jul. 1879, n.19.

<sup>458</sup> *O Povo*, 6 jul. 1879, n.19.

<sup>459</sup> *O Povo*, 19 fev. 1880, n.6.

folha de propaganda antimonárquica de fôlego na província, durando cerca de cinco anos. Desta, apenas seu artigo de apresentação foi encontrado:

*É a voz de uma convicção profunda, o brado de uma adesão sincera que se levanta hoje para ecoar no céu virgem e límpido do Paraná.*

*Virgem, não na concepção do principio, não na aspiração do ideal, mas na expressão publica da idéia.*

*Combater o privilegio, desde o predomínio das pequenas dynastias, até o monopolio do poder hereditário, permanente, inviolavel e sagrado: eis a synthese do nosso programma.*

*Desde que entre o futuro do povo Brasileiro e o futuro da família Bragantina, foi o interesse dynastico Portuguez que triumphou, a democracia pura guardou no silencio da decepção a esperança da reacção.*

*Há 61 annos que os seus lampejos intermittentes teem reverberado no firmamento nacional, ora com explosões rudes, ora com expansões serenas.*

*Pois bem, seja a apparição desta folha mais uma expansão da democracia, mais um lampejo dessa intermittencia.*

*Deixemos que a monarchia com seu dogma inviolavel e sagrado insulte a liberdade e a razão. O dogma das sociedades modernas é a soberania do povo.*

*Procuremos em melhor origem o fundamento dos direitos inauferíveis da nação.*

*Faz-se mister que o soberano collectivo, o povo, conheça seus verdadeiros interesses e fiscalise com attenção a gestão de seus negocios, para sentir quanto o elemento monarchico é incompatível com o elemento democrático.*

*O desgosto que se apodera dos espíritos pelo descrédito das instituições monarchicas auxiliará o phenomeno da regeneração social.*

*Eia ! etc. etc.*<sup>460</sup>

Esse texto de apresentação oferece pistas da linha seguida pelo periódico. Deixa entrever, num primeiro momento, que embora aspirações democráticas existissem e fossem desejadas pelos paranaenses, sua divulgação ainda era incipiente. É interessante notar que a palavra república não aparece no artigo, e o programa apresentado concentra-se na crítica às instituições monárquicas e aos seus poucos privilegiados, indicando que os anseios pela mudança de regime visavam instituir em primeiro lugar uma igualdade jurídica. Sabe-se pela história do jornal que seus redatores empreenderam uma luta contra as oligarquias do litoral, logo, desejavam livrar-se das instituições que sustentavam aquela dominação, fundadas no direito divino. O próprio nome do jornal confirma esta questão. A doutrina positivista

---

<sup>460</sup>Livre Paraná - Echo republicano. Anno I, n. 1. Paranaguá, 7 de julho de 1883. Apud MARTINS, R., **Catálogo...**, op. cit., p.121. Sabe-se que existem alguns exemplares desse periódico na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional.

fornecia os referenciais para suas críticas e os anseios de mudança, que se traduziam em demandas por regeneração social, liberdade, igualdade e soberania do povo.

Mas foi o *A Republica*<sup>461</sup> que apresentou o maior número de exemplares disponíveis, por sua importância como primeira folha republicana da capital. Eduardo Gonçalves, seu primeiro redator, explicita no primeiro número as linhas editoriais seguidas pelo jornal:

*Implacável contra o abuso, não regateará elogios ao bem, venha d'onde vier. Como norma de proceder, estabelece o Maximo ás individualidades, sem deixar por isso a crítica os actos dos homens públicos. Neste caminho – "A República" – procurará seguir os edificantes exemplos de dois importantes organs de propaganda republicana – "A Provincia de São Paulo" – e a – "Federação" – de Porto Alegre. As suas columnas são francas aos opprimidos de qualquer classe ou condição.*<sup>462</sup>

De fato, uma série de artigos desses dois jornais foram publicados no *A Republica*, apesar de, com o passar do tempo, a influência dos paulistas ter ganhado mais espaço. De qualquer forma, a vinculação explícita do clube de Curitiba a tais periódicos indica que viam nas reivindicações daquelas províncias aspectos que também lhes interessavam. Assim, a aliança entre paulistas e gaúchos, que constituíam grupos regionais politicamente marginalizados durante o Império, encontrou adeptos na província do Paraná, que também ocupava uma posição dominada no campo político imperial. Sua situação era tão periférica que passa despercebida na análise dos estudiosos do período que atentaram para tal aliança, como Alonso:

A Federação e a Província de São Paulo veicularam o mesmo gênero de artigos e notícias, propagando doutrinas científicas e ataques ao status quo imperial. As publicações trocavam mesmo artigos. O elo principal entre os dois grupos foi Alberto Sales, companheiro de turma dos gaúchos na Faculdade de Direito.<sup>463</sup>

---

<sup>461</sup> Surge em 15 de março de 1886 e é extinto em 1930, completando 44 anos de existência.

<sup>462</sup> NEGRÃO, *Efemérides...*, op. cit., p.125.

<sup>463</sup> ALONSO, op. cit., p.159.

É preciso, portanto, buscar as razões de tais vinculações<sup>464</sup>, o que exige uma breve análise dos periódicos 'reproduzidos' pelos paranaenses. O jornal *A Federação* aparece em 1884 como órgão do Partido Republicano comandado por Júlio de Castilhos, e tinha como subtítulo "*federação, unidade; centralização, desmembramento*". Marco da história da imprensa gaúcha, teve papel político importante na queda da Monarquia, pois suas colunas refletiram alguns dos principais episódios da *questão militar*<sup>465</sup>. Já o *A Província de São Paulo* surgiu em 1875 como órgão (não oficial) do Partido Republicano Paulista, e pertencia a Rangel Pestana e a Américo de Campos. Dizia ser de linha política independente e não vinculada ao PRP, embora seus fundadores fossem majoritariamente fazendeiros de café do Oeste Novo paulista. O jornal defendeu desde o início os interesses da elite agrária, combatendo a centralização política e administrativa imposta pelo Poder Moderador ao longo do Império. Reivindicava eleições diretas para o Senado e para a presidência das províncias, a separação entre a Igreja e o Estado, a instituição do casamento e dos registros civis e a substituição progressiva do trabalho escravo pelo trabalho livre.<sup>466</sup> Assim, a união entre paulistas e gaúchos era estruturada em torno de um inimigo comum, a Monarquia, que representava o atraso e que deveria ser substituída pela República como avanço natural, necessário, científico.

Não por acaso, o jornal do Clube Republicano de Curitiba defendia, baseado na '*moderna ciência política*', a República Federativa. A instituição monárquica, examinada com as lentes do positivismo, era vista como uma forma de governo

---

<sup>464</sup>Vale lembrar que Vicente Machado também freqüentou a Faculdade de Direito de São Paulo no mesmo período que Julio de Castilhos, que "*Foi o agenciador das relações internas à província [do Rio Grande do Sul], bem como das articulações com o Partido Republicano de São Paulo, com o qual o Partido Republicano riograndense atuou praticamente em parceria durante toda a década de 1880.*" (ALONSO, op. cit., p.157).

<sup>465</sup>SILVA, Jandira M. M. da. **Breve histórico da imprensa Sul-Rio-Grandense**. Porto Alegre: CORAG, 1986. p.150.

<sup>466</sup>*A Província de São Paulo*. Verbetes do Dicionário do CPDOC da FGV disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/5860\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5860_1.asp)>.

primitiva, na qual prevalecia a soberania de um em detrimento da de todos. A República seria a única solução possível, '*natural*', resultado da evolução da sociedade; único sistema de governo humano, civilizado e científico, para o qual a sociedade deveria evoluir: "*As sociedades modernas devem, pois, alargar a esfera da sciencia e acabar para sempre com as especulações metaphysicas e religiosas.*"<sup>467</sup>

Além disso, o regime monárquico brasileiro era visto como uma 'anomalia' nas Américas, onde todos os outros países eram republicanos. À instituição monárquica era atribuída a imoralidade política, e não aos homens afinal, "*É um absurdo negar que as instituições influam nas condições sociaes de um povo.*"<sup>468</sup> O grande mal estava nas instituições inadequadas, que mantinham privilégios para uma elite incapaz, que por sua vez comandava os partidos monárquicos. Estas críticas ocupavam grande parte dos artigos do *A Republica*, para o qual as oligarquias que compunham os partidos só faziam '*política sentimental*', movidas por paixões e ódios, elementos dos quais o Paraná precisava se livrar. Criticavam a imensa confusão entre os partidos monárquicos, sua falta de patriotismo, de diferenciação e a inexistência de uma direção política bem definida, que arruinavam a província: "*uma política que firma-se nas paixões e não na intelligencia só pode ter uma duração ephemera, instavel como os seus próprios incentivos*".<sup>469</sup>

Esse teor idealista presente na utopia republicana fica claro para o redator do *Sete de Março*, que via os republicanos numa posição cômoda, afinal não participavam da ação política *stricto sensu*, e por isso não sofriam oposições, apenas discutiam abstratamente a maior ou menor vantagem da mudança das instituições. Já os conservadores: "*dávamos batalha aos grupos, às colligações, aos personagens que exploravam a boa fé popular. (...) Nós combatíamos o inimigo,*

---

<sup>467</sup> *A Republica*, 21 dez. 1888.

<sup>468</sup> *A Republica*, 15 jan, 1888.

<sup>469</sup> *A Republica*, 17 ago. 1889.

*que nos sitiava de perto; e os republicanos levavam as armas de encontro às paredes de um castelo phantástico".*<sup>470</sup>

Nesse momento anterior à Proclamação, os republicanos reivindicavam a revisão da Constituição, alegando que ela não havia sido sancionada pelo povo, mas, em verdade, sua principal repulsa vinha da alta concentração de força detida pelo Poder Moderador. Criticavam também o sistema eleitoral e o voto restritivo, que excluía a maioria da população do exercício da cidadania e defendiam uma consulta à nação para determinar quais reformas deveriam ser implantadas. Recorriam constantemente à idéia de que o povo estava adormecido e precisava acordar para se posicionar contra o regime que destruía a Pátria. O povo aparece nos discursos, mas não como sujeito, pois, precisava de representantes devido à sua incapacidade de governar, de acordo com o próprio modelo comtiano.

Sob influência retórica do positivismo, valorizavam a Revolução Francesa: tocavam a *Marselhesa*, recorriam à alegoria feminina, utilizavam a expressão 'Saúde e Fraternidade' e comemoravam a Queda da Bastilha todo o dia 14 de julho. O exemplo francês era constantemente acionado para tratar de temas como revolução, liberdades e direitos do cidadão, embora diversas vezes, na comparação entre as revoluções americana e francesa, aquela era vista como mais apropriada aos regimes da América.

Mas a questão central era a centralização do poder monárquico, principal alvo de ataque dos redatores, certos de que a Monarquia não toleraria a descentralização de que necessitavam.<sup>471</sup> Somente o regime federativo resolveria a questão, permitindo a expansão das atividades provinciais: "*estamos convencidos de que somente dentro do systema federal republicano se poderá operar o progresso*

---

<sup>470</sup> **Sete de Março**, 11 jan. 1890.

<sup>471</sup> **A Republica**, 15 jan. 1888.

*das províncias*"<sup>472</sup>. A nomeação de presidentes dificultava a governabilidade e a aprovação de medidas desejadas pelas elites: "*Esse systema de governo que reduz as províncias a simples fazendas, cuja administração é confiada a pimpolhos que nada entendem dos nossos negócios é um systema supinamente absurdo, supinamente ridículo.*"<sup>473</sup>

Sob inspiração científica, viam no federalismo uma forma de viabilizar suas idéias administrativas, que, na verdade, era uma reivindicação antiga dos liberais ao longo do império e parte do *Manifesto de 1870*. Dentre os artigos do *A Província de São Paulo* publicados no *A Republica*, chamam atenção os de Alberto Sales, teórico do separatismo paulista que defendia uma confederação sulista, marcada biológica e sociologicamente. No mesmo período, os membros do Clube Republicano de Curitiba aderiram ao manifesto paulista, na defesa de um governo '*essencialmente americano*', afinal os paulistas eram referência e deveriam servir de inspiração: "*em São Paulo, província heroica por excellencia e mãe dillecta do Paraná, o povo concorre em massa aos meetings*"<sup>474</sup>.

Efetivamente, as elites envolvidas com o Clube Republicano de Curitiba, queriam mais autonomia para gerir os seus negócios (principalmente a erva-mate que, assim como o café, era voltada essencialmente à exportação), e a diminuição dos impostos que reduziam drasticamente os dividendos obtidos, limitando a influência do governo nos negócios privados, o que convergia com as reivindicações de paulistas e gaúchos neste momento. O federalismo possibilitaria às elites um maior controle das estruturas regionais e, para tanto, os jornalistas do *A Republica* valeram-se dos referenciais científicos do positivismo para demonstrar a incompatibilidade da Monarquia com o país, sob o argumento de que o regime não

---

<sup>472</sup>*A Republica*, 23 jan. 1888.

<sup>473</sup>*A Republica*, 3 abr. 1888.

<sup>474</sup>*A Republica*, 18 jun. 1888, n.23.

era fundado na vontade popular. Faziam críticas abstratas às oligarquias e falavam com frequência em nome do 'povo', aspecto que tem um caráter 'rentável' e que faz parte de uma estratégia de apresentarem-se como próximos e mesmo como portadores do direito de reivindicar pelo 'povo'.<sup>475</sup>

Novamente as limitações retóricas do discurso das elites locais são percebidas pelo jornal *Sete de Março*, para o qual o republicanismo do *A Republica* era insofrito, "*uma amalgama de liberdade e captivo, de democracia e oligarquia, de flores de rethorica e de aranzais pessimistas*"<sup>476</sup>. Seu redator, Justiniano de Mello e Silva, vinculava o movimento aos fazendeiros e questionava a pouca ou inexistente explicação sobre seus traços, suas características e para que serviria de fato a República. Denunciava que os republicanos recrutavam seus militantes nos partidos monárquicos, levando para dentro de sua organização os defeitos e problemas que tanto execravam. Aponta ainda para o fato de que os republicanos de Curitiba não tinham orientação científica, e deles zombava: "*seria o caso de oppormos ao direito divino da monarchia, o direito diabolico da republica?*"<sup>477</sup> Com relação à idéia de que a República não seria baseada no privilégio, como era a Monarquia, rebatia com simplicidade:

*Nas republicas há um presidente que governa durante mais ou menos espaço de tempo. Será esse um privilegiado. Há um senado em um corpo legislativo que elaboram as leis. Há magistrados temporários ou perpétuos que proferem sentenças. Há tribunaes que decidem contendas entre os poderes nacionaes cuja decisão é inapelável. Há finalmente quem dissolva câmaras, que perdoe e amnistie, quem exerça o mando sob todos as suas formas e em toda a sua plenitude. São todas essas creações modalidades do privilegio republicano.*<sup>478</sup>

---

<sup>475</sup>BOURDIEU, Pierre. **Os usos do "povo"**. In: \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.184.

<sup>476</sup>**Sete de Março**, 28 nov. 1888, n.32.

<sup>477</sup>**Sete de Março**, 28 nov. 1888, n.32.

<sup>478</sup>**Sete de Março**, 28 nov. 1888, n.32.

Sobre o princípio federativo, afirmava que já fazia parte da pauta conservadora, o que facilitou ao mesmo uma percepção aguçada da perspectiva difundida pelos republicanos: "*Federação não significa distribuição mais ou menos racional de poder; mas concentração, aumento de liberdade. A descentralização é uma questão do domínio político: a federação uma questão de ordem social.*"<sup>479</sup> Esta observação demonstra uma fundamentação teórica diferente para pensar esta questão, que possuía para Justiniano de Mello um caráter social mais amplo que o aspecto institucional, que se limitava a abordar o tema sob o aspecto prático de designação do estado federal.<sup>480</sup>

### 3.2 OS IDEÁRIOS PÓS-PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Com a queda da Monarquia, os republicanos deram início a um vasto discurso de unificação de todos aqueles que desejassem participar da reorganização da pátria, incluindo os membros dos ex-partidos monárquicos. As alianças foram se firmando, e uma nova configuração de forças, formada por republicanos e ex-conservadores, passou a ocupar as estruturas de poder do estado, que tinha o *A Republica* como seu órgão oficial. Com isso, os ex-liberais e alguns republicanos históricos do litoral foram alijados da participação no campo do poder local e decidiram compor um partido de oposição, a União Republicana, que tinha como órgão na imprensa o *Diário do Paraná*. A própria forma como se deu essa reorganização das forças políticas locais deixa entrever que as lutas apreendidas no campo do discurso eram menos ideológicas do que pessoais, intra-elites. Oito dos dez redatores biografados no capítulo anterior estiveram envolvidos direta ou indiretamente com esses dois jornais, que, por sua semelhança, constituem o

---

<sup>479</sup>Sete de Março, 19 jun. 1889, n.62.

<sup>480</sup>BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 11.ed. Brasília: Editora da UNB, 1998. p.475.

primeiro grupo de ideários políticos a ser analisado neste item, em que predominam as idéias positivistas e as propostas de descentralização política.

Os discursos que divergiam da linha das elites foram produzidos por dois personagens dominados no campo político local, e representam as escassas tentativas de subversão da ordem hegemônica conservadora ditada pelo campo dominante local. Desta forma, serão analisados, num segundo momento, a perspectiva crítica que Justiniano de Mello e Silva desenvolveu sobre a forma republicana recém-instaurada, assim como sua adesão à República Socialista, e o anarquismo de Rocha Pombo. Acredita-se que a exclusão desses jornalistas do campo político local possa tê-los aproximado dos discursos mais radicais de socialistas e anarquistas, o que deve ser compreendido também por meio de suas trajetórias.

### 3.2.1 *A República e Diário do Paraná*: Positivismo, Federalismo e a República Elitista

A discussão a respeito dos ideários republicanos dos membros do Clube Republicano (futuro Partido Republicano Federal) e da União Republicana, representados respectivamente pelo *A República e Diário do Paraná*, foi reunida em um único item pela semelhança teórica e de prática política dos dois grupos que representavam também grupos sociais de origens semelhantes. Logo, percebe-se que suas disputas eram eminentemente reflexo de uma luta pessoal pelo poder e não de concepções antagônicas ou divergentes de República, até porque os dois aspectos centrais das transformações pretendidas pelas elites estavam presentes nas idéias dos dois grupos: federalismo e positivismo. Este mais forte e presente em ambos, como justificativa da exclusão do povo das decisões e na defesa dos militares, que eram disputados pelos dois grupos, que acataram e defenderam a legitimidade da ditadura. Desta forma, a intenção é traçar os pontos comuns que apontam para um ideário de República e mostrar as diferenças pontuais e retóricas presentes no *jogo político* das elites locais. A análise dos manifestos políticos dos dois grupos reforça tal proximidade de concepção.

A panacéia republicana tomou conta dos periódicos, que caracterizavam o governo provisório como '*verdadeiramente democrático*' e '*severamente honesto*'<sup>481</sup>, motivo pelo qual todos deveriam se unir, pois qualquer reorganização dos partidos seria lida como uma oposição: "*Sendo porem a política do governo provisório, assentada sobre princípios científicos e esteiada nos mais elevados intuits patrióticos, para que não auxilia-lo na hercúlea tarefa?*"<sup>482</sup>

O Clube Republicano adota o discurso da unidade, afirmando aceitar os elementos dos velhos partidos, desde que se resignassem a ocupar uma posição subordinada: "*somos complacentes para com os vencidos. Queremos a união de todos debaixo da bandeira republicana*"<sup>483</sup>. O discurso, à primeira vista unificador, tem, na verdade, uma pretensão de impor uma visão legítima do mundo social, determinando as suas divisões e a construção dos grupos.<sup>484</sup> Os redatores do jornal insistiam muito nesse tipo de discurso, semanticamente vazio, mas que tem muito a dizer da luta simbólica pela demarcação das posições no campo político, sob o argumento de que a reorganização do país deveria ser conduzida por republicanos e militares que trabalharam pela substituição do governo.

Fruto de tal contexto e fundamentado nesse discurso unificador, formou-se, nos primeiros meses de regime, uma composição única com os governistas, resultado do período inicial de indefinições, que já demonstra uma certa homogeneidade com relação aos ideários políticos. O discurso de união era tão forte que mesmo o grupo ligado à União Republicana o reproduzia, referendando a idéia de que naquele momento só deveria haver um partido, "*porque o governo provisório tem tido o apoio quase unânime do exercito, dos republicanos históricos e dos órgãos dos antigos partidos*

---

<sup>481</sup> **A Republica**, 20 jul. 1890.

<sup>482</sup> **A Republica**, 8 fev. 1890.

<sup>483</sup> **A Republica**, 3 dez. 1889, n.53.

<sup>484</sup> BOURDIEU, **Coisas ditas**, op. cit., p.165.

que já se tem declarado ante o novo estado de cousas" <sup>485</sup>, o que era uma afirmação contraditória com a própria realidade de estarem se constituindo como partido.

A composição social dos membros do *Diário do Paraná* vinha principalmente dos ex-partidos monárquicos, principalmente liberais, que não formularam concepções para um novo regime; de alguns republicanos do litoral e militares que foram excluídos do jogo do poder pelo grupo do *A Republica*. Esta conjugação de forças excluídas reforça a idéia de que suas eventuais disputas se dariam como reflexo da luta pelo poder. Tal como no fato de demonstrarem em alguns momentos perspectivas aparentemente mais progressistas, mas que são, em verdade, reclamações de sua não participação nas estruturas de poder. A idéia de soberania popular, por exemplo, e toda a defesa retórica de participação do povo na política, constante no *Diário do Paraná*, era utilizada para criticar a comissão executiva do Partido Republicano da qual foram excluídos. Ou ainda suas críticas ao sistema eleitoral republicano, "*disfarce para fabricar deputados*"<sup>486</sup>.

Como se sabe, a Proclamação da República foi, na prática, resultado de uma articulação entre militares e republicanos. Esta configuração repetiu-se no campo político local, onde a reverência e o respeito aos militares tornaram-se objeto de disputa entre os grupos do *A Republica* e do *Diário do Paraná*. O exército participou ativamente dos movimentos cívicos do final do século XIX na província e influenciou a disseminação de doutrinas positivistas. Assim como no seu periódico de referência *A Federação*, o jornal do Clube Republicano de Curitiba publicou diversos artigos sobre a questão militar, e freqüentemente os convocava a ficar ao lado do povo e lutar contra o despotismo monárquico. Vários militares tiveram destaque no jornal, incluindo o general Cardoso Junior, que, como comandante da 5.<sup>a</sup> brigada da capital da província já circulava entre seus futuros pares políticos. Após a Proclamação da

---

<sup>485</sup>*Diário do Paraná*, 14 maio 1890, n.21.

<sup>486</sup>*Diário do Paraná*, 22 jul. 1890, n.78.

República, a exaltação aos militares tomou proporções ainda maiores, considerados '*símbolo do republicanismo americano*':

O povo brasileiro, não contava como não contará por muitos annos ainda, com forças próprias, educadas e representadas em maioria, que possam operar por si nas revoluções arriscadas. Em todas as nações está no militarismo a solidariedade e pacificação sociaes (...) Oh! Meu Deus, quanta ingratidão pérfida com o desconhecimento dos mais comesinhos fundamentos de uma instituição que representa o carácter nacional! (...) Somos republicanos extremados e com orgulho o mais fervoroso nos declaramos adeptos sinceros e leaes do exercito brasileiro, porque estamos convencidos que todas as glorias da patria, todas as evolucções que temos sentido e observado pacificamente reflectem-se nessa heróica legião, symbolo do republicanismo Americano.<sup>487</sup>

O elemento militar mostrou ter um peso significativo na balança do poder local, pois sua aliança com o grupo do *Diário do Paraná*, fruto da insatisfação com o comando de Vicente Machado, obteve a adesão do General Cardoso Junior, "*illustre representante da gloriosa classe que restituiu a liberdade para a nossa patria*" que ocupava posição proeminente naquele partido e que influenciou a eleição de Generoso Marques para o governo do estado. Ao mesmo tempo, sua deposição foi fruto da pressão exercida pelo Partido Republicano sobre os militares que o depuseram quando da renúncia de Deodoro da Fonseca. Sabe-se também que tinham o apoio de algumas associações de imigrantes e do Clube dos Operários, formando um grande conglomerado de insatisfeitos e desejosos de participar da condução política do novo regime. Por isso diminuía a importância dos republicanos que estavam no poder, ao colocar a revolução de 15 de novembro como obra dos militares, que foram afastados da condução do governo pelos republicanos 'exclusivistas', deixando evidente o motivo da aliança, e mesmo contradizendo uma afirmação anterior de que a adesão dos militares à União Republicana teria sido fruto de sua opção pelo grupo mais 'sincero'.

---

<sup>487</sup>A *Republica*, 23 fev. 1890.

Cabia, de acordo com o *A República*, aos 'republicanos sinceros' eleger Marechal Deodoro o primeiro presidente republicano brasileiro: "*O bravo Marechal Deodoro, chefe do governo provisório e o homem que com o maior desprendimento o estabeleceu, não é simplesmente o candidato natural à presidência da República dos Estados Unidos do Brasil, é o centro obrigado para onde convergem todas as vistas da Pátria.*"<sup>488</sup> Esses motivos fizeram com que o apoio do *A República* à candidatura de Deodoro fosse visto como puro oportunismo por seus adversários políticos<sup>489</sup>. A leitura conservadora da ditadura republicana que, na teoria comtiana, era a opção para a transição para a sociedade positiva, influenciou a simpatia pela ditadura militar de Deodoro da Fonseca, embora originalmente a doutrina positivista repudiasse os governos de sabre. Por questões de apoio político e sustentação no poder, o grupo do Clube Republicano via o governo provisório como legítimo e necessário, e os militares como defensores do progresso paranaense, motivo pelo qual deveriam ser eleitos pelo 'povo':

*principais responsáveis pela estabilidade da instituição republicana (...) foi essa illustre classe abnegada que evitou que a aspiração nacional se afirmasse por sangrentas revoluções (...) extremos defensores do progresso paranaense (...) Aggremiem-se todos em torno dos nomes dos distintos militares apresentados aos suffregios das urnas paranaenses (...) e demonstrarão a sua dedicação à causa da República.*<sup>490</sup>

A defesa da soberania popular é outra constante nos artigos, e deveria ser exercida por meio da representação, como na República norte-americana. Os positivistas consideravam os jacobinos (defensores da participação direta) metafísicos e defensores de um tipo de liberdade (de participação) que não servia para o mundo moderno. A liberdade deveria ficar na esfera da crença, do pensamento, da religião,

---

<sup>488</sup>**A República**, 23 maio 1890.

<sup>489</sup>**Diário do Paraná**, 21 maio 1890, n.27.

<sup>490</sup>**A República**, 10 jul. 1890.

sem contudo excluir a liberdade de participação, que não se daria de forma direta e tampouco abrangeria a totalidade da população<sup>491</sup>:

*todos os homens que devassam os campo da sciencia abstracta ou que diffundem os segredos de suas applicações concretas, são os supremos magistrados, que conferem a soberania popular (...) a soberania popular deve curvar-se deante do mestre-escola (...) A ninguém é permittido eximir-se da obrigação fundamental de previamente preencher as condições de competência, antes de ser o portador de sua opinião política. Pretender que o povo pode, sem preparo, decidir das mais transcendentales questões sociaes, como a paz e a guerra, a constituição da família e da propriedade, da justiça e das finanças, é simplesmente deslocar para o povo a ficção que fazia a fortuna dos reis, é voltarmos ao direito divino, que conferia a omnisciencia e a impecabilidade ao soberano de nascimento (...) É um dever de patriotismo comprehenderem todos, hoje, que não há soberano de espécie alguma, que dispense a sagração pelo mestre-escola.<sup>492</sup>*

Referendam aqui a permanência da restrição à cidadania e o caráter paternalista que perpassava a discussão sobre soberania e participação do povo. Percebe-se também a recorrência da ideologia do mérito, que se daria com o fim dos privilégios monárquicos e ampliaria o espaço de participação das elites letradas. A idéia de que a soberania popular poderia se manifestar por meio do voto das municipalidades também foi defendida, como forma de evitar a anarquia e o apelo às massas desqualificadas<sup>493</sup>:

*E é por isso que tão legitimo resultado dessa soberania pode ser a eleição de governador, representante do poder executivo, pelas municipalidades, como pelos representantes do Congresso Legislativo, ou ainda por elleitores especiaes suffragados para esse fim. (...) Na escolha de alguns destes systemas de eleição do Chefe de Estado, o que se procura, o que se cogita é o modo mais ou menos democrático dessa escolha, e que melhor accentue a vontade popular, evitando a anarchia. O voto directo do povo, na eleição de governador, é por certo o meio mais democrático da manifestação da soberania, mas é systema que não esta escoimado de inconvenientes, máxime quando se tem que lutar com a falta de educação cívica em todas ou em algumas camadas populares. A eleição por meio de representantes do Congresso, pelas municipalidades ou por eleitores especiaes escolhidos para esse fim, pode ser um meio de corrigir defeitos em dadas*

---

<sup>491</sup>CARVALHO, J. M. de, **A formação...**, op. cit.

<sup>492</sup>**A Republica**, 29 nov. 1889, n.50.

<sup>493</sup>O *Sete de Março* posicionou-se contra a eleição do governador mediante o voto das municipalidades, sob o argumento de que o Poder Executivo estadual não é parte nem prolongamento do poder municipal.

*circumstancias e os inconvenientes que surgem de um apello directo à massa popular. Essa idéia por certo animou o author do projecto a fazer a escolha do systema de eleição pelas municipalidades e talvez, tendo ainda em vista que com a eleição desse modo não ficaria sem representação parcella alguma da soberania popular. E isto porque as municipalidades são representantes directas do elemento popular.*<sup>494</sup>

Não menos influenciados pelo positivismo, os membros da União Republicana também defendiam a importância de a República ser baseada na ciência e de seguir as orientações da política moderna. A representação da ditadura também era positiva, embora com a ressalva de que estaria durando mais do que o esperado. Diziam defender a verdadeira democracia (em oposição ao *A Republica*), pois nela a vontade popular se manifestaria *real e diretamente* pela representação.

Exemplo de tal divergência retórica foi a criação pelos redatores do *Diário do Paraná* de uma divisão do mundo social pela classificação de dois tipos de republicanos: os 'unionistas', que agiam para que a República fosse de todos os brasileiros, e os 'exclusivistas', que evitavam a participação do ex-membros do Partido Liberal – a participação do povo sequer é mencionada. A dominação dos membros do PRF teoricamente não deveria ocorrer pois:

*Grande parte, quase a unanimidade do partido liberal uniu-se á parte de republicanos de mérito mais real, e os conservadores, com muitas excepções, uniram-se a outros republicanos, a que, si faltava prestigio sobrou arte para se apoderarem do governo e deixar este Estado nas tristes condições em que o vemos.*<sup>495</sup>

A suposta divisão busca deslegitimar simbolicamente os republicanos que estavam no poder, por terem se aliado de maneira oportunista aos conservadores, o que teria levado à política de exclusão dos liberais. Esta nova configuração de dominação do grupo do *A Republica* não se institucionalizou sem resistências, gerando intrigas, perseguições e acusações contra os 'unionistas'.

Em abril de 1890, cogitou-se que a Constituição fosse votada por plebiscito, o que num primeiro momento causou repulsa aos membros do Clube Republicano:

---

<sup>494</sup>**A Republica**, 16 dez. 1890, n.290.

<sup>495</sup>**Diário do Paraná**, 15 maio 1890, n.22.

"*Em absoluto, somos contrários ao regime plebiscitório, e só circunstâncias muito especiais podem aconselhar esse apelo directo ao povo.*" Embora esse sistema tivesse por base resoluções votadas diretamente pelo povo, "*fonte exclusiva de todos os poderes, só excepcionalmente a intervenção direta popular por meio de plebiscito deve ocorrer*". No final, o redator faz uma concessão ao plebiscito, desde que apresentasse à votação os aspectos que mais que lhes interessavam:

*De modo que se o projeto de constituição for inquestionavelmente a consubstanciação das necessidades do país, se ella representar o principio democrático de federação, se a independência dos poderes, seus limites, se estabelecerem de conformidade com os princípios e necessidades do regime republicano; – seremos pelo plebiscito.*<sup>496</sup>

A mesma posição com as mesmas justificativas era defendida pelos membros da União Republicana que, embora desejassem que o país entrasse no regime definitivo por meio de uma constituinte, aceitam o plebiscito desde que em determinadas condições, e mesmo o decreto da Constituição:

*Assim, pois, embora fosse com a convocação da Constituinte que se poderia agir de um modo mais regular, embora nós não acompanhemos no seu temor aquelles que se receiam de anarchia com essa convocação; si este for o pensamento do governo, venha a Constituição por um decreto, que nós nos daremos por satisfeitos, opinando mais por este outro, em vista d'elle evitar embaraços e delongas que possa haver, e de entrarmos desde já no período definitivo e normal.*<sup>497</sup>

Pouco tempo depois, o redator retifica: "*Nos fomos sempre da opinião de que o preferível era que a constituição não passasse por plebescito nem fosse decretada pelo governo provisório mas sim que ella nos viesse de uma constituinte.*"<sup>498</sup> Logo, os grupos concordavam com a exclusão do povo, e suas diferenças retóricas eram artifícios que davam a ilusão da existência de debate político.

Esses argumentos encontravam fundamentos no positivismo, que não concebia os homens como iguais, de fato, uns aos outros, o que explica também a

---

<sup>496</sup>**A Republica**, 9 abr. 1890.

<sup>497</sup>**Diário do Paraná**, 12 maio 1890, n.19.

<sup>498</sup>**Diário do Paraná**, 30 jun. 1890, n.59.

grande quantidade de representações de que a República foi obra de homens fortes, corajosos e abdicados. A igualdade, como direito fundamental, reside no direito de todos os cidadãos terem a sua dignidade respeitada, afirmou Comte no livro IV do *Curso de Filosofia Positiva*. Mas isso não significa que os homens sejam parecidos, e não o são fisicamente, quem dirá no campo psicológico, intelectual e moral, onde as desigualdades são ainda mais pronunciadas<sup>499</sup>. Esta constatação acerca das desigualdades subjacentes entre os homens levou Comte a conceber o sufrágio universal como "uma doença social", e por isso a soberania popular deveria se manifestar por intermédio dos magistrados. Mas é preciso enfatizar que ele não se cansou de reconhecer a importância histórica do dogma da soberania no sentido de enfatizar a subordinação dos poderes sociais ao bem de toda a sociedade e aos seus interesses gerais.

O positivismo também foi acionado para justificar a República Federativa, considerada para esse grupo de republicanos paranaenses a forma de governo que melhor se adaptava às condições do Brasil, e a que melhor atenderia aos seus interesses. Repudiavam a forma unitária francesa por ser o Brasil um país muito extenso, mas também pela construção de uma suposta identidade e autonomia latino-americana, "*sigamos o espírito novo que impelle ao progresso. A América tem inspirações próprias, e já não precisa ver o que se fez ou faz na Europa; Deixemos de ser o prolongamento das monarquias européas para sermos o povo republicano, da América republicana, ligando-nos a todos os países do novo continente por um laço de estreita solidariedade e de mutuo respeito*".<sup>500</sup>

Embora o grupo da União Republicana tenha pouco discorrido sobre o tema da federação, eram também críticos do sistema centralizador, "*todas as nossas*

---

<sup>499</sup>Cf. LINS, Ivan. **Perspectivas de Auguste Comte**. [Rio de Janeiro]: Livraria São José, 1965.

<sup>500</sup>**A Republica**, 10 dez. 1889 e 12 fev. 1890.

*esperanças pelo futuro estão postas na ideia de que se vá transformar esse estado de cousas, com uma verdadeira descentralização que se inicie no paiz*<sup>501</sup>.

### 3.2.1.1 Os Manifestos

As semelhanças entre os grupos fica patente também na análise de seus manifestos políticos. Tanto o manifesto de Vicente Machado quanto o de Correia de Freitas são *stricto sensu* políticos na medida em que tratam da cena local e da perspectiva dos grupos e não de reflexões teóricas. Destacam a luta de poder local, não tendo qualquer pretensão de divulgação de doutrina ou de valores ideológicos. Em verdade, estão disputando uma versão dos fatos. Novamente se percebe aqui que ambos queriam a união das forças e lutam pelo apoio e simpatia do exército. O próprio redator do *Diário do Paraná* tinha noção da similitude do pensamento dos dois grupos:

*Pois bem, as suas próprias palavras transcrevemos nós, como a tradução legítima do nosso modo de pensar, – o que não admira que ainda hontem fomos companheiros: si hoje acontece, ainda, uns e outros assim dizermos a mesma coisa, é porque nós continuamos por onde íamos e elles ainda fallam pelo habito, simplesmente por elle, que na acção elles se mostraram uns victoriosos indignos dos tropheus que lhes couberam e da sympathica bandeira que defendemos.*<sup>502</sup>

Intitulado *Ao Estado do Paraná*, o manifesto do Clube Republicano foi publicado em três partes durante o mês de março de 1890. Na primeira, assinou apenas Vicente Machado e na última o subscreveram Eduardo Gonçalves, Vicente Machado, Joaquim Silva, Francisco Torres e Francisco Brito, o que já é indicativo da representação de um grupo. Trata-se de um discurso que constrói uma versão dos fatos atinentes à República e aos republicanos no Paraná e que busca legitimar simbolicamente as divisões que estavam se processando no campo político

---

<sup>501</sup>**Diário do Paraná**, 11 jun. 1890, n.44.

<sup>502</sup>**Diário do Paraná**, 8 maio 1890, n.16.

paranaense. O redator do manifesto chega a afirmar que o momento não era propício a teorias, pois a preocupação central deveria ser a paz e a conciliação dos 'bons elementos'.

O texto aponta que a sociedade passava por um 'estado especial' devido à revolução de 15 de novembro. Como o Paraná contava com poucos republicanos, os méritos pela República deveriam ser localmente atribuídos ao sacrifício e à abnegação dos poucos que por ela militaram: "*Não tínhamos nomes feitos na política; o humilde signatário destas linhas apenas, por circunstâncias especiaes, tinha no cenário acanhado da política provincial adextrado armas e se encaminhado na lucta investido do mandato de deputado da ex-provincia*".

No entanto, segundo o manifesto, foi esta defasagem numérica que fez com que a desordem tomasse conta, pois as ambições não patrióticas dificultavam a reorganização da pátria, o que trouxe sérios e duros encargos para os '*evangelizadores republicanos*'. Por isso, para o Clube Republicano aquele momento não deveria ser utilizado para disputas políticas fundadas em ódios e ressentimentos, mas para uma política reconciliadora, sendo que os membros dos ex-partidos monárquicos teriam que esquecer as antigas disputas e unir-se em torno do desejo de reorganizar a pátria. A idéia de uma suposta união dos republicanos com os adeptos sinceros tinha como intenção reduzir simbolicamente a participação dos liberais e dos membros da União Republicana representados como aqueles "*movidos por ódios e paixões*". Aliás, a oposição é sempre chamada de oligarquia que busca o poder para satisfazer aspirações pessoais.

Por sua vez, o manifesto que fundou a União Republicana do Paraná era intitulado "*Manifesto político do cidadão Manoel Correia de Freitas*", datado de sete de abril de 1890 e publicado alguns dias depois<sup>503</sup>. Correia de Freitas, que se autodenominava um republicano-social-democrata, começa o texto com o mesmo argumento de Vicente Machado, dizendo que infelizmente na maioria dos estados

---

<sup>503</sup>Diário do Paraná, 22 abr. 1890, n.2.

havia poucos republicanos, particularmente no Paraná, e que estes devem sacrificar-se para reconstruir a pátria. A partir de então dá mostras claras de que os manifestos representavam uma luta pelo poder político e pelo mito fundador, na medida em que ambos relatam os fatos que levaram à Proclamação a partir de sua ótica, limitando-se a narrar fatos e descrever posições formais de poder. Por isso o *Manifesto da União Republicana* reconta como se deram os primeiros momentos da República no Paraná, destacando para justificar a cisão com o Clube Republicano o surgimento *viciado* da comissão executiva do Partido Republicano que contou com o apoio do então governador do estado Almirante Guimarães. Tal fato, em pouco tempo teria suscitado uma forte oposição, o que teria levado o grupo do *A República* a aliar-se à facção Correia-Nácar, que corresponde aos conservadores do período monárquico.

A partir de então, Correia de Freitas reclama que todos os cargos foram direcionados para essa nova configuração de forças, deixando de fora os liberais, ao que o *Manifesto* do Clube Republicano responde afirmando que, quando a República foi proclamada, os liberais estavam no poder e ocupavam todos os cargos públicos e posições oficiais e que imediatamente 'praticamente nada foi feito', e que com a República "*unicamente algumas autoridades policiaes foram substituídas, e isso em limitadíssimo numero*". Este seria o motivo da revolta, por terem sido substituídos por republicanos: "*pretendiam por ventura, aspirar os liberaes preferencia de confiança entre os seus co-religionarios e os nossos? Seria essa aspiração legitima?*" Mesmo assim, insiste que não houve exclusivismo nas nomeações: "*não somos exclusivistas, mas previdentes*".

Mas, segundo Correia de Freitas, o grupo do *A República* deixou de fora o exército, verdadeiro exemplo de civismo e abnegação, e que tinha direito de participar ativamente da reconstrução da pátria. Apresenta então os preceitos que sustentam a União Republicana, repletos de generalidade, baseados numa

*politica séria e fraterna, vasada nos moldes democráticos-sociaes os mais avançados, em cujo mecanismo governamental a liberdade seja uma verdade, e a intervenção directa e legitima do povo, nos publicos negócios, torne-se permanente. E, pelos nossos antecedentes históricos, pela nossa ethnologia, pelos nossos hábitos e costumes, pela*

*identidade de clima, solo, flora, fauna, crenças aspirações, cultura, indústrias, pelas legítimas relações de parentesco e pelas estreitas relações comerciais, entendo que o Paraná tem necessidade absoluta de fazer de hoje em diante uma política de união sulista, com os seus co-irmãos os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.*

Assim, acredita que "*passaremos a ser respeitados como uma força verdadeira a agir dentro da federação brasileira e não olhados, como até agora, com certo pouco caso pelo governo geral*". Percebe-se que a união com os estados do sul exclui São Paulo, principal 'parceiro' do outro grupo, mas de qualquer forma ambos viam nas alianças regionais a possibilidade de melhorar a posição ocupada pelo Paraná no campo nacional.

Enquanto isso, os signatários do manifesto do Clube Republicano afirmam que continuarão na neutralidade da direção política, que só pode ser conduzida pelos republicanos para que não haja uma quebra da calma. Percebe-se que a união dos 'bons elementos' implica um processo de estigmatização política dos liberais, que ficam com uma representação carregada de adjetivos negativos que os inviabilizava de participar do jogo político local.

Assim, embora dotados de várias similitudes, incluindo o fato de que ambos os redatores tinham capital simbólico e o reconhecimento de seus grupos, o Clube Republicano era um grupo mais institucionalizado e dotado de maior capital para impor uma ordem simbólica<sup>504</sup> que só funcionou por reunir condições sociais exteriores à lógica do discurso, quais sejam, posições formais e informais de poder. Por outro lado, os membros da União Republicana constantemente reiteravam que eram "*pela união e contra o exclusivismo*"<sup>505</sup>, semelhante ao argumento dos membros do *A Republica* demonstrando que se valiam em seus discursos destinados a subverter a ordem de que são vítimas os princípios de divisão lógica que fundam esta mesma ordem<sup>506</sup>, tornando-a, dessa forma, impossível de ser aniquilada.

---

<sup>504</sup>BOURDIEU, ¿*Qué significa...*, op. cit., p.46.

<sup>505</sup>*Diário do Paraná*, 15 maio 1890, n.22.

<sup>506</sup>BOURDIEU, ¿*Qué significa...*, op. cit., p.99-100.

### 3.2.2 As Propostas Radicais: Socialistas e Anarquistas

Para além do círculo das elites compostas por republicanos e membros dos ex-partidos monárquicos, que tinham um discurso muito semelhante, dois jornalistas seguiram uma linha diversa. O primeiro deles, Justiniano de Mello e Silva, foi durante o Império um declarado monarquista e não participou da propaganda republicana, criticando-a em seus principais aspectos. Dotado de um apurado senso de crítica social, percebeu rapidamente os rumos que o novo regime tomava. Neste ínterim, aproxima-se do recém-criado Clube Operário e encontra ali uma causa que vai ao encontro do seu *habitus* radical, engajando-se na divulgação de propostas de integração política e social dos artistas e operários no sistema republicano.

O segundo discurso de contestação veio de Rocha Pombo, um dos primeiros republicanos declarados do estado que acreditava que as reformas sociais levariam o país ao sistema republicano e que, embora tivesse militado num partido monárquico, seu republicanismo não foi oportunista. Decepcionado com a ditadura militar quando da instalação do novo regime e com as atrocidades que dela decorreram – era antimilitarista – aproximou-se do movimento anarquista e, no bojo das agitações dos primeiros anos republicanos, defende esse sistema na imprensa e em suas obras de ficção.

Em verdade, uma observação rígida dessas idéias não permitiria situá-las como republicanas *stricto sensu*. Todavia, elas se inseriam num contexto de debates e disputas por uma concepção de regime político e, no caso do socialismo, de forma compatível com o movimento republicano pela sua "*defesa dos princípios clássicos da igualdade e da fraternidade, o que só se realizaria pela inserção do povo numa ordem econômica e política*"<sup>507</sup>. Vale notar que no Paraná não foi encontrado um

---

<sup>507</sup>GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. p.49.

grupo que defendia uma República liberal, *à la Silva Jardim*, que poderia constituir um meio termo entre as propostas conservadoras das elites e as radicais populares.

### 3.2.2.1 Justiniano de Mello e Silva: Crítica social da República dos fazendeiros e pensamento socialista em Curitiba

O redator do *Sete de Março* já questionava antes mesmo da Proclamação da República a forma como os republicanos concebiam o novo regime como solução para todas as querelas nacionais. Sua formação científica e erudita, que incluía um doutorado em Ciências Sociais na Argentina, refletiu-se em suas análises políticas e sociais, que destoam da maioria dos redatores locais por seu caráter de crítica social e por seu repertório culto. Por isso, apesar de não ser um teórico do republicanismo, foi usado como contraponto aos ideais conservadores das elites locais.

Embora não tivesse militado pela República, esperava que ela trouxesse melhorias para a situação do povo brasileiro, apesar de não compartilhar do discurso salvacionista proferido pelos republicanos. Por isso, não aderiu imediatamente, como a maioria de seus companheiros, à República e ao governo provisório, preferindo observar e analisar o processo que se delineava. Como já ocupava uma posição dominada no campo político local, optou por engajar-se no movimento operário, aproveitando-se também das indefinições iniciais na condução do novo regime que deram espaço para o surgimento de uma série de propostas políticas, das mais conservadoras às mais radicais. A causa operária passou a ser desde então seu espaço de investimento político, incitando por meio do seu jornal a tomada de consciência das classes oprimidas na luta por uma sociedade igualitária, estabelecendo-se assim como um grande crítico da República conservadora que se montava. Para tanto, valia-se da sátira para ironizar a panacéia republicana que acreditava num milagre a ser operado pelo novo regime: "*Estão ahi a dizer que o velho monarcha, deposto, fartou-se de devorar preás, que a republica guardaria intactas para opulentar os*

*festins da democracia. Em outros termos afirma-se que o ex-imperador corrompeu muitos homens que o novo regimen preservaria da mácula hedionda".*<sup>508</sup>

Relativizou e desconstruiu também, ao longo dos seus artigos, a representação construída da Monarquia como o grande mal nacional. Não por negar os problemas da Monarquia, pois admitia que "*era uma feira para a ganância*" por culpa daqueles que a sustentavam: "*nossa imprevidência, que tinha a face sempre voltada para o erro e os olhos sempre cerrados para a verdade. Foi o egoísmo, a indiferença, a vaidade (...) que nos tornava nullos para todas as pellejas do direito, submissos a todas as tyrantias*". Não compartilhou, portando, da perspectiva positivista que via a Monarquia como sinal de atraso e pivô de abusos e privilégios do poder e a República como uma etapa necessariamente mais avançada do desenvolvimento social:

*Hoje como hontem, entendemos que a monarchia não é responsável dos abusos e desatinos que desacreditaram o regimen decahido (...) Que a Republica venha rejuvenescer uma geração descrepita, de onde se destacou apenas uma classe verdadeiramente forte; que a Revolução triumphante na praça publica penetre nos costumes e derrube os preconceitos ainda vigentes; que os actuaes dominadores sejam tão grandes no fastigio do poder, como nós fomos sinceros na humildade dos nossos esforços é o que cordialmente desejamos, em bem da patria, aos creadores e responsáveis das instituições nascentes.*<sup>509</sup>

O problema para ele não estava na instituição monárquica, mas no domínio pernicioso que as oligarquias locais exerciam sobre todo país: "*nunca imputávamos ao throno todo esse cortejo de torturas soffridas pelo povo, sob domínio das olygarquias provinciaes. Estas eram as causas do martyrio popular*"<sup>510</sup>. Criticava a falta de coerência histórica dos republicanos, que acreditavam que a mudança das instituições seria capaz de mudar abruptamente a conduta dos homens:

---

<sup>508</sup>**Sete de Março**, 30 nov. 1889, ano I, n.84.

<sup>509</sup>**Sete de Março**, 11 jan. 1890, ano II, n.90.

<sup>510</sup>**Sete de Março**, 14 jun. 1890, ano II, n.111.

*Affirma-se que os antigos partidos succumbiram ao lado do throno: que novas agupações devem substituir aquellas que estrebucham sob os escombros da velha instituição monarchica, que a reconstrução nacional se operará rápida como o desaparecimento do antigo regimen, hoje amaldiçoado pela maioria da nação. Não alimentamos illusões, nem vamos construir no vácuo como os ideólogos. O presente e o futuro serão sempre um prolongamento do passado embora em via de transformação; os homens de hoje terão as mesmas deformidades, curtirão os mesmos malles e soffrimentos, padecerão das mesmas insônias e sobressaltos que atormentavam os nossos antepassados. A política republicana não é um talismã, que realise a identidade physica dos contrários, ou um exilir que transmutta às vísceras humanas faculdades estupendas.<sup>511</sup>*

Escreveu artigos bastante irônicos que buscavam construir uma outra representação da Monarquia e da realidade republicana ainda em 1889, quando a 'opinião publica' encontrava-se ainda extasiada com o novo regime, o que aponta para uma forte autonomia de pensamento e posicionamento. Criticou a falta de ideologia dos seus ex-correligionários, que rapidamente se afirmavam em perfeita conformidade com um sistema que teoricamente se colocava como radicalmente contrário a tudo que vigorava até então, "*sob a mascara de intransigentes adeptos da liberdade.*" O novo governo havia absorvido conservadores e liberais que se confraternizavam "*em torno da imaculada vitória*"<sup>512</sup>.

Justiniano de Mello construiu um discurso heterodoxo e para tanto valeu-se também de seu repertório de historiador para criticar a inobservância por parte dos republicanos de questões históricas básicas, pois acreditavam na possibilidade de construir um novo regime sem a devida observação das condições sócio-históricas, como ensinava a tão recorrida doutrina positivista. Segundo o redator, "*uma idéia sem passado é uma idéia sem futuro*"<sup>513</sup> e a negação deste preceito faria com que fatalmente tivessem que admitir seus erros: "*terão de reforçar os processos da sua lógica quando forem impressionados por factos identicos no dominio da republica.*

---

<sup>511</sup> **Sete de Março**, 07 dez. 1889, ano I, n.85.

<sup>512</sup> **Sete de Março**, 07 dez. 1889, ano I, n.85.

<sup>513</sup> **Sete de Março**, 07 dez. 1889, ano I, n.85.

*O governo, se é um producto, vale também como symptoma para o diagnostico das enfermidades sociaes*<sup>514</sup>.

O redator do *Sete de Março* foi também um crítico da sociedade brasileira, valendo-se de análises sociológicas para refletir sobre o privilégio, a igualdade, a liberdade e a participação popular, tomando como referência análises de um pensador alemão<sup>515</sup>, para o qual o Estado que se apóia numa classe privilegiada se enfraquece, pois prejudica todas as outras que são negligenciadas. Nesse contexto, não é possível falar de vontade popular, afinal só há um grupo favorecido, como no caso brasileiro, em que o interesse econômico e político da classe agrícola "*pesa oppresivamente, e subordina à sua nefasta influencia todos os outros grupos sociaes*"<sup>516</sup>. Este tipo de leitura destoa do rol de discursos observados, e já apresenta os indícios teóricos que sustentaram a sua aproximação e defesa de demandas sociais de inclusão e participação da classe operária.

O Clube Operário de Curitiba, fundado em janeiro de 1890, era composto por artistas e operários e, segundo Gomes, "*Se a França era o principal espelho para a Republica, a Alemanha o era para o partido operário*"<sup>517</sup>. Justiniano de Mello não fugiu a essa regra, e também se inspirou nas conquistas das classes operárias alemãs, mas que segundo ele, não deveriam servir de postulado;

*Entretanto, no momento mesmo em que homens de alta capacidade contestam a existência de um proletariado brasileiro, como se este não vivesse onde viveu a escravidão – uma classe numerosa se agita neste estado, e pela primeira vez propõe aos poderes públicos a solução de um problema social.*<sup>518</sup>

---

<sup>514</sup>**Sete de Março**, 07 dez. 1889, ano I, n.85.

<sup>515</sup>Que não foi identificado neste artigo.

<sup>516</sup>**Sete de Março**, 14 dez. 1889, ano I, n.86.

<sup>517</sup>GOMES, op. cit., p.50.

<sup>518</sup>**Sete de Março**, 1.º mar. 1890, ano II, n.97.

Para o redator, apesar de o direito do trabalho não ter no Brasil o mesmo significado que tinha nos países de civilização avançada, "*há um direito ferido pela legislação e uma reivindicação justa aos olhos da igualdade democrática (...) No Brasil só é inviolável o direito de nada fazer*"<sup>519</sup>. Os argumentos utilizados apontam para um grupo em processo de formação, não por iniciativa própria, mas incitados por lideranças que defendiam a inclusão social e política destes não-cidadãos mediante um discurso que pretende mudar o mundo social mudando a representação social deste mundo.<sup>520</sup>

Em abril de 1890 seu jornal adotou o subtítulo: *Órgão de reformas sociaes* vinculando-se ainda mais às idéias socialistas. O movimento operário em Curitiba buscava transformar-se num partido, mas, enquanto isso não se realizava, somou força à União Republicana elegendo o redator do *Sete de Março* representante do operariado na disputa para a constituinte estadual.

Cabe lembrar que, houve inicialmente duas facções do movimento socialista no Brasil, cujo berço foi o Rio de Janeiro. O *Sete de Março* dialogava com *O Paiz* e, portanto, com o grupo liderado por Vinhaes, que contou com mais adesões do que o de França e Silva<sup>521</sup>. Como não existia uma estrutura organizacional de trabalhadores no Brasil naquele período, isto possibilitava a união das concepções socialistas a uma concepção da República, já que o novo regime tinha como objetivo realizar a igualdade e a fraternidade via inserção do povo na ordem política e econômica.<sup>522</sup>

Num artigo intitulado 'Partido Operário' o redator coloca que o operariado ainda não tinha consciência de sua força e por isso não agia para influenciar a elaboração das leis. Acreditava que "*Uma imensa revolução que se opera na*

---

<sup>519</sup>**Sete de Março**, 1.º mar. 1890, ano II, n.97.

<sup>520</sup>BOURDIEU, ¿**Qué significa...**, op. cit., p.97.

<sup>521</sup>GOMES, op. cit., p.47.

<sup>522</sup>GOMES, op. cit., p.49.

*Europa, como se operará na América, impele a classe trabalhadora para a vanguarda dos povos".* Vale-se dos diagnósticos do alemão Max Nordau para alertar que grandes catástrofes econômicas estavam prestes a ocorrer, pois, enquanto as massas eram crentes, foi possível controlá-la com promessas de felicidade terrestre. Atualmente, elas não mais se contentam com promessas do paraíso no céu, e os pobres se davam conta de sua superioridade numérica sobre os ricos. Como de praxe, fazia o exercício de tentar aplicar as teorias ao contexto brasileiro:

*O proletário brasileiro pode esperar a sempre adiada solução do problema da terra ? Por certo que sim, enquanto elle jazer na mais espressa ignorância, e não congrega as suas forças para dar batalha ao privilegio. A escassa população do paiz, dissiminada por vastos territórios ainda não ostenta chagas hediondas desse pauperismo, que tanto mais odioso e insuportável se torna quanto mais arrogante se manifesta a riqueza amiga do ócio e desprezadora do trabalho.<sup>523</sup>*

Para Justiniano de Mello, faltava preparo intelectual aos miseráveis que ainda não tinham se dado conta dos problemas deixados pela escravidão, suas injustiças e a inoperância da noção de igualdade. A classe estava muito dispersa e não possuía intuítos e aspirações comuns, o que facilitava a submissão dos fracos aos poderosos e tornava difícil a organização de uma força ativa e inteligente que atuasse sobre a inércia da minoria depositária da influência política.

Mesmo com influência limitada, esse tipo de posição é significativa, e reflexo de uma tentativa consistente de subversão política vinculada a uma subversão cognitiva, que incita a uma reconversão da divisão do mundo proposta pelas elites. A crítica *herética* de Justiniano de Mello quer um mundo sem divisões, ou ao menos em que os trabalhadores sejam atores e participem da ordem política.

### 3.2.2.2 Rocha Pombo: desilusão e anarquismo

Aqui, novamente, a idéia de apresentar a perspectiva anarquista de Rocha Pombo tem mais a intenção de apontar para discursos que divergiam daqueles das

---

<sup>523</sup> **Sete de Março**, 10 maio 1890, ano II, n.106.

elites do que elaborar um estudo sobre o anarquismo no Paraná, que não constitui o objetivo deste trabalho. Deveras, a temática praticamente não foi abordada nos jornais analisados, o que demonstra um desejo das elites de silêncio sobre essa experiência no Paraná, dado que foi constatado por Valente<sup>524</sup>, pois tinham aversão a tais concepções por seu caráter excessivamente subversivo. Rocha Pombo, que já estava numa posição marginalizada politicamente e profundamente desiludido com os rumos da República, adere aos ideários anarquistas, a princípio demonstrando simpatia pelo líder Giovanni Rossi nas colunas do jornal que redigia e em seu romance *Petrucello* no qual demonstra sua crítica à sociedade capitalista e sua utopia anarquista, que constituem lócus da análise aqui pretendida. Posteriormente, envolveu-se ainda mais com o anarquismo na fase em que morou no Rio de Janeiro, conforme apontado em sua trajetória biográfica, experiência que exigiria um estudo mais aprofundado. De fato, segundo Carvalho, "*no bojo do desencanto com a pouca ou nenhuma sensibilidade do novo regime para as reformas democratizantes, surgiram as propostas anarquistas, trazendo alternativas radicais para a organização política do país*"<sup>525</sup>.

Em 1892 era proprietário do *Diário do Commercio* e havia um ano que a Colônia Cecília havia se instalado em Palmeira. Esta passava por uma série de dificuldades, assim como os imigrantes em geral em decorrência de boicotes do governo, que prometia alguns incentivos para a imigração e que estava em dívida com colonos polacos e italianos, que se sublevaram. Na tentativa de desvincular tal evento da colônia e de seu chefe, Rocha Pombo afirma que "*é falso esse boato porque acha-se à frente de seus confrades o digno Dr. Giovanni Rossi, home ilustrado, prudente e incapaz de concitar os colonos a qualquer distúrbio*"<sup>526</sup>.

---

<sup>524</sup>VALENTE, Silza Maria Pazzelo. **A presença rebelde na cidade sorriso**: contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba, 1890-1920. Londrina: Ed. UEL, 1997.

<sup>525</sup>CARVALHO, J. M. de, **Os bestializados**, op. cit., p.25.

<sup>526</sup>**Diário do Commercio**, Curityba, 22 dez. 1892.

Como havia pouco espaço para que as idéias anarquistas fossem debatidas<sup>527</sup>, Rocha Pombo direcionou para suas obras de ficção suas perspectivas e desilusões políticas, afinal conhecia há muito o conservadorismo e o limitado espaço para propostas que ultrapassassem o posicionamento conservador das elites locais. Como só a nota acima foi encontrada na imprensa diária que aborda sua perspectiva anarquista, considerou-se legítimo complementá-la com alguns trechos de sua obra ficcional intitulada *Petrucello*, publicada nesse período da virada para a República. Trata-se, pois, de um claro exemplo de uma produção simbólica que reflete um posicionamento político e que contribuiu para fixar sua posição de *outsider* no campo político local.

Seu processo de desencantamento com a política é evidente na narrativa que conta a trajetória de Petrucello, um italiano – não por acaso –, que incomodado com o crescimento do capitalismo, parte rumo ao Oriente. No meio do caminho, faz uma parada no Rio de Janeiro onde encontra um conhecido, no momento em que a República acaba de ser proclamada e, apesar de sentir-se exilado, acaba inserindo-se no mercado literário local. Tinha uma percepção essencialmente negativa das transformações ocorridas no país:

*É um absurdo supor que a facilidade com que nas republicas os homens de todas as classes podem exercer a sua ambição constitui uma prova de excelência da instituição republicana. Hoje em todo o mundo, especialmente nas republicas agitadas da América Latina, a política é um vício pior do que os outros vícios que se conhece.*<sup>528</sup>

O romance deixa marcada a posição do seu autor, crítico da política e da luta partidária: "*A política especialmente é o grande mal da América. Em alguns países discute-se mesmo ainda a forma de governo, e em outros o systema*

---

<sup>527</sup>Segundo Valente (op. cit.), não existe nenhum debate sobre a Colônia Cecília nos Anais da Câmara e da Assembléia estadual entre 1890 e 1920.

<sup>528</sup>POMBO, Rocha. **Petrucello**. Curitiba: Typographia da Companhia Impressora Paranaense, 1892. p.80.

*republicano é deturpado pelos maus costumes públicos e pelos desregramentos dos partidos políticos.*"<sup>529</sup> Parte da responsabilidade vinha do militarismo:

*Uma das questões que mais devem impressionar o espírito de todos os pensadores e dos governos, é a necessidade da abolição da guerra e das instituições militares. O exército é hoje uma força desperdiçada, um fardo inútil com que lutam os povos – e isto quando não é ainda o espantalho da liberdade e da paz.*<sup>530</sup>

A narrativa da obra insere tais transformações políticas num processo mais amplo de modernização, que levou o homem a uma degradação moral e à completa desorientação da sociedade, deslumbrada com a ciência e a indústria. O romance é uma severa crítica à sociedade capitalista. O protagonista, exilado ante a modernidade, martirizado pela vida burguesa e saudoso das tradições e da vida em comunidade, concebe numa de suas obras literárias a utópica 'Cidade dos Homens':

*Esta cidade seria dirigida por homens sábios que estariam tomados pelo espírito do século. Os sábios aboliram a figura de Deus, como desnecessário e afrontoso à dignidade humana. Obcecados pela sua crença cega nas leis, as elaboram perfeitas, incluindo desde liberdades políticas até os serviços públicos. Estabelece-se um governo extremamente organizado, capaz de influir na vida dos cidadãos. Surge um problema, porém: as leis não são obedecidas. Apesar da criação de novas penas e fóruns para julgar aqueles que não cumprem ou não fazem cumprir a lei, a situação persiste. Diferentes grupos passam a lutar pelo poder, abalando as 'forças do país'.*<sup>531</sup>

Na seqüência, um estrangeiro destrói esse argumento explicando que o caminho da liberdade e da felicidade não está na lei, e sim na consciência de todos. O sistema penal é abolido e a lei passou a ser a da consciência de cada um. O ideal apresentado no livro é bastante proveitoso para pensar a posição de Rocha Pombo perante as questões do seu tempo. O modelo da nação ideal positivista foi apresentado e (logo em seguida) criticado pelo autor que acredita que um governo de cunho autoritário levaria a uma guerra civil. Surge então o messias, que reorganizou

---

<sup>529</sup>POMBO, R., Petrucello, op. cit., p.81-82.

<sup>530</sup>POMBO, Rocha. Petrucello. Apud VICTOR, Rocha Pombo..., op. cit., p.70.

<sup>531</sup>QUELUZ, op. cit., p.93.

a sociedade nos únicos termos em que valeria a pena: Deus e a consciência de cada um, sendo que o estado aparece como um ente do qual a sociedade deveria se libertar: "*há de nascer por força, como mais racional e mais lógica, a tendência que já se constata mesmo entre alguns pensadores para atenuar o mais possível a influência do Estado, se não for cousa que se possa conseguir a eliminação dessa influencia*".<sup>532</sup>

Rocha Pombo enuncia a possibilidade de salvação da sociedade por uma utopia libertária, sugerindo a abolição do Estado, dentro dos moldes do pensamento anarquista. Dessa forma, confirma-se a idéia de que ficção e realidade não eram opostas no pensamento de Rocha Pombo, que foi um entusiasta do anarquismo, e assim reforçando a desconfiança das elites para consigo.

\*\*\*

Percebe-se que os dominantes, interessados na manutenção do *status quo*, investiram num discurso político despolitizado, caracterizado por uma retórica de imparcialidade e neutralidade. Logo, as disputas intra-elites não diziam respeito a uma luta entre a *ortodoxia* e a *heterodoxia* no campo político. O modelo federalista de inspiração norte-americana que defenderam não levava em consideração, entretanto, as diferenças sociais entre o Brasil e os Estados Unidos e, "*Nessas circunstâncias, o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte*".<sup>533</sup>

As perspectivas de subversão da ordem dominante ficaram por conta de grupos que não tinham capital político suficiente para alterar as estruturas de poder e modificar as configurações do campo político paranaense, como no caso do anarquismo e do socialismo. O processo de estigmatização sofrido pelos dois

---

<sup>532</sup>VICTOR, Rocha Pombo..., op. cit., p.70.

<sup>533</sup>CARVALHO, J. M. de, **A formação**..., op. cit, p.25.

redatores defensores de tais ideais dissimula a oposição entre o conjunto de teses políticas, ou seja, o universo de tudo que não poder ser dito.<sup>534</sup> Parafraseando Bourdieu, a aceitação social do discurso não se reduz à sua gramaticalidade, pois os locutores desprovidos de competência legítima ficam excluídos dos universos sociais em que esta se exige, ou então condenados ao silêncio.<sup>535</sup> No entanto, são elementos importantes na medida em que foram os únicos que apresentaram discursos que buscavam subverter a ordem estabelecida, configurando uma resistência que garantiu a permanência de certos espaços de pensamento e liberdade mais livres de coações.<sup>536</sup>

De fato, toda tentativa para instituir uma nova divisão tem de contar com a resistência de quem, ocupando uma posição dominante no espaço assim dividido, tem interesse na perpetuação de uma crença 'ingênua' acerca do mundo social que leva a aceitar como natural as divisões estabelecidas ou a negá-las simbolicamente pela afirmação de uma unidade de maior amplitude.<sup>537</sup>

Em suma, a temática republicana reuniu discursos diferenciados, que foram do conservadorismo ao radicalismo, o que pode ser percebido no Paraná onde existiriam vozes e discursos subversivos, que se opuseram ao republicanismo das elites conservadoras locais, que 'vencedoras' encontraram as condições para a implantação do projeto de modernização conservadora do estado.

---

<sup>534</sup>BOURDIEU, ¿Qué significa..., op. cit., p.1000.

<sup>535</sup>BOURDIEU, ¿Qué significa..., op. cit., p.29.

<sup>536</sup>RODRÍGUEZ LÓPEZ, Joaquín. **Pierre Bourdieu**: sociología y subversión. Madrid: La Piqueta, 2002. p.117.

<sup>537</sup>BOURDIEU, ¿Qué significa..., op. cit., p.99

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca pelas condições locais e nacionais que engendraram a difusão de ideários republicanos no Paraná, seus contornos e variações foram aparecendo e tomando forma. O estranhamento inicial aos poucos foi sendo convertido numa familiaridade com as redes existentes entre imprensa e política, que puderam ser apreendidas devido ao meio cultural ser bastante incipiente e o círculo da política bastante fechado. Diante disso acredita-se que os referenciais de Elias e Bourdieu, especialmente a noção de configuração e campo, foram adequados e profícuos para apreender as trajetórias dos redatores, compreender seus ideários e suas vinculações com as perspectivas nacionais e as propostas radicais, já que idéias devem ser explicadas e apreendidas dentro da estrutura do jogo nas quais são produzidas, ou melhor, difundidas.

Do ponto de vista específico da propaganda republicana, confirmou-se seu caráter diminuto no período provincial, acrescentando outros elementos como a participação dos setores médios no litoral e a influência do movimento paulista na capital. Este mostrou ter tido peso determinante na balança do poder que levou à consolidação política das elites ervateiras no período republicano, que, ávidas pelo controle político do estado, viram na aliança com a oligarquia cafeeira meios de melhorar sua posição no campo nacional. O Paraná era, apesar do movimento no litoral, um terreno praticamente virgem para a fixação daquelas tendências políticas, mas que não teriam se firmado caso não houvesse uma convergência de interesses, fruto de sua posição dominada juntamente com São Paulo e Rio Grande do Sul. Daí a importância do contexto social, político e econômico, que auxiliou na compreensão da adoção desses ideários.

A elaboração das trajetórias e do estudo prosopográfico cumpriu duas funções centrais: evidenciou de que forma origens sociais e redes de sociabilidade direcionavam para a militância republicana e como suas principais figuras estavam

vinculadas ao jornalismo e à imprensa.<sup>538</sup> Assim, o modelo teórico utilizado ajudou a entender como cada redator se ajustava às configurações do campo político local, que tipo de expectativas depositavam no novo regime e como se posicionaram diante dos acontecimentos políticos do final do XIX. Por outro lado, pode-se concluir que se tratou de um grupo heterogêneo, e que sua vinculação à produção de ideários políticos no final do século XIX não ensejou um 'destino de classe' que pudesse ser 'aplicado' à maioria, embora alguns tenham tido uma socialização comum, freqüentados locais semelhantes e participado de redes de sociabilidade similares. O jornalismo político que aqui os uniu foi uma etapa de suas trajetórias, dentre várias outras incursões que tiveram pela imprensa, pelo mundo das letras e no campo da política.

Partindo da idéia de República, chegou-se à lógica da modernização conservadora do estado, perpassada pelo conhecido abismo entre a retórica liberal das oligarquias, e de seus representantes e suas práticas conservadoras, que encontraram no positivismo elementos que fundamentavam suas ações. Não se deve, todavia, retirar tais redatores de seu contexto, ao contrário, deve-se entendê-los como homens do seu tempo, letrados que estavam ávidos para participar da vida social e cultural de seu país, e que viam na perspectiva republicana maiores possibilidades de realização de seus anseios democráticos. Embora seus discursos se filiem a uma linha nacional, estavam direcionados para as lutas locais.

Em suma, os ideários republicanos que se tornaram dominantes no Paraná foram fruto de uma configuração particular específica, que dominada nacionalmente buscou na aliança com antigos parceiros um discurso que justificasse os projetos de poder das elites locais. Assim, confirma-se que a situação periférica foi determinante para a subordinação ideológica, embora as reivindicações difundidas também lhes interessassem. Oito redatores estiveram envolvidos neste círculo, alguns por interesses de classe ou fruto das estratégias de manutenção do poder de suas

---

<sup>538</sup>Vale lembrar a alta proporção de jornalistas que assinaram o *Manifesto Republicano de 1870*.

famílias, outros cooptados diante das possibilidades de uma maior participação no campo político. Tinham uma atitude ilustrada, pois falavam em nome do 'povo' de forma vaga e abstrata, e não *para o povo*.<sup>539</sup> Por mais que houvesse um desejo, estavam muito distantes de conseguir ultrapassar os elementos liberais que utilizavam retoricamente para o plano da prática, pois lhes faltava uma base social para ações mais radicais.

A emancipação conservadora marcou o início do processo de chegada ao poder da elite ervateira burguesa, e, para tanto, valeram-se de investimentos na imprensa e nos meios culturais. Não obstante, sua ascensão beneficiou-se da lógica que regia o campo nacional imperial com a hegemonia saquarema, e posteriormente com o regime federalista que facilitou ainda mais o domínio regional das oligarquias.

Os que divergiram da ordem dominante têm na sua trajetória biográfica elementos que apontam para suas estratégias de subversão do *status quo*; eram de uma geração anterior e paradoxalmente monarquistas, no caso de Rocha Pombo um reformista. Ocuparam uma posição tangente no campo político, o que facilitou sua aproximação dos movimentos populares e de propostas anarquistas e socialistas, que desejavam uma nova ordem social. Embora tenham tido um espaço de atuação limitado, a constatação da sua existência representa um "*sopro de vitalidade, entusiasmo, coragem e ousadia*"<sup>540</sup> no ambiente dominado pelo conservadorismo das elites. Estas detinham o controle majoritário da produção simbólica, e reproduziam um discurso oficial que pregava liberdade, igualdade e fraternidade, com vistas à ordem e ao progresso. Não estavam preocupadas com questões de cidadania e participação popular, mas sim como caráter cosmopolita de seu aburguesamento, reflexo de sua atenção direcionada especialmente para a legitimação da nova

---

<sup>539</sup>COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 7.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p.264.

<sup>540</sup>VALENTE, op. cit., p.170.

organização política. Logo, as posições dominantes e dominadas no campo político refletiam-se também na ordem do discurso.

A análise dos discursos republicanos mostrou que a política paranaense no final do século XIX era mais um resultado de alianças e desavenças entre grupos do que fruto de posicionamentos ideológicos. Os discursos serviam, majoritariamente, como armas retóricas utilizadas para orientar o enfrentamento intra-elites, movido pelo desejo de participação, o que fez com que tivesse um caráter genérico alicerçado na concepção do fim dos privilégios, embora sem a ampliação da cidadania. Houve pouco espaço para o debate de outras idéias e concepções de regime que não fossem os desejados pelas elites. Logo, os discursos produzidos pelos redatores a elas vinculados tinham um caráter muito retórico pois,

opunham-se, às vezes, teoricamente, ao domínio das oligarquias, denunciando a opressão que estas exerciam sobre as populações rurais e urbanas. Criticavam o latifúndio, a escravidão; preconizavam métodos de ensino mais modernos. Continuavam, no entanto, na dependência das oligarquias que queriam combater, ocupando cargos públicos para os quais eram nomeados por interferência de elementos da oligarquia, escrevendo em jornais ou revistas, publicando livros que se destinavam a um público leitor cujos limites não ultrapassavam muito os da oligarquia ou dos grupos urbanos que compunham sua clientela.<sup>541</sup>

Reflexo de suas posições conservadoras se deram também nas ruas e praças da capital, que teve a antiga Praça Matriz alterada para Praça Tiradentes, escolhido como herói símbolo da nação. O mesmo teve sua representação elaborada pelas mãos do *paranista* João Turin, com estátua localizada na mesma praça, em que o mineiro aparece aproximado à figura de Cristo e onde há também homenagem prestada ao Marechal de Ferro, confirmando a linha conservadora da cultura política local, na construção de um imaginário que superasse as fortes raízes monarquistas. A principal rua da cidade, antiga Rua do Imperador, passou a chamar-se Marechal Deodoro, iniciador da ditadura militar, assim como a Rua da Imperatriz mudou para Rua XV de Novembro.

---

<sup>541</sup>COSTA, op. cit., p.262.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sergio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ALENCAR, Edigar de. **O suave e ameno historiador**. Curitiba: Edição Prata de Casa, 1957.
- ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. **O atheneu sergipense**: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudo 1870-1908. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Educação) - PUCSP.
- \_\_\_\_\_. Imagens imortalizadas pelas palavras. **Educar**, Curitiba, n.24, p.227-244, jul./dez. 2004.
- BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras**: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1999.
- BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e Invenção do Paraná**: geração simbolista e construção da identidade regional. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo.
- BELOTO, Divonzir Lopes. **A criação da província do Paraná**: a emancipação conservadora. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em Economia) - PUCSP.
- BERBERI, Elizabete. **Impressões**: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**, 1899. v.5.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 11.ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Os usos do "povo"**. In: \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. **¿Qué significa hablar?** Economía de los intercambios lingüísticos. Madrid: Ediciones Akal, 2001.
- \_\_\_\_\_. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, Pierre; WACQANT, Loïc. **Réponses**. Paris: Seuil, 1992.

BROCA, Brito. **Naturalistas, parnasianos e decadistas**: vida literária do realismo ao pré-modernismo. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III.

CARNEIRO, David. **A história da história do Paraná**. Impresso na Secção de Artes Gráficas da Escola Técnica de Curitiba, 1952.

\_\_\_\_\_. **Galeria da ontem e de hoje**. Curitiba: Vanguarda, 1963.

\_\_\_\_\_. **História do período provincial do Paraná**: galeria de presidentes da província. Curitiba: Banestado, 1994.

CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. **História biográfica da República no Paraná**. Curitiba: Banestado, 1994.

CARONE, Edgar. **A república velha**: II Evolução política (1889-1930). São Paulo: Difel, 1983.

CARVALHO, Alessandra de. **Nestor Vitor**: um intelectual e as idéias de seu tempo. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **A construção da ordem/teatro das sombras**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

\_\_\_\_\_. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III, v.2.

\_\_\_\_\_. O pecado original da República. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Ano 1, n.5, p.20-24, nov. 2005.

CHAVES, Maria de Lourdes. **A centenária república e o Coronel Joaquim Monteiro**. Curitiba: Gráfica Vicentista, 1990.

CORREIA, Leôncio. Paranaguá e os Correias. **Meu Paraná**, Edição do Estado do Paraná, 1954.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 7.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DANTAS, Luiz Carlos Rollemberg. Justiniano de Melo e Silva, filósofo e historiador. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v.16, n.21, p.258-263, 1955.

DENIPOTI, Cláudio. **Páginas de prazer**: a sexualidade através da leitura no início do século. Dissertação. Mestrado em História. UFPR. Curitiba, 1994

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991.

DORNAS FILHO, João. **Apontamentos para a história da república**. Curitiba: Guairá, 1941.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

\_\_\_\_\_. Introdução: sociologia e história. In: \_\_\_\_\_. **A sociedade de corte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

\_\_\_\_\_. **Sobre el tiempo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

\_\_\_\_\_. Apêndice: introdução à edição de 1968. In: RIBEIRO, Renato Janine. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v.1.

\_\_\_\_\_. **Envolvimento e distanciamento**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

\_\_\_\_\_. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1958.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX**. Conferência apresentada no I Congresso Brasileiro de História do Direito, Florianópolis, setembro de 2005.

GARRIGOU, Alain; LACROIX, B. (Orgs.). **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Paulo, Pongetti & Cia, 1925.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. **Imprensa periódica e escravidão no Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1981.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalho**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.

HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites: à guisa de introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. 4.ed. São Paulo: Difel, 1985. Tomo II, v.5.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educ. Soc.**, v.23, n.78, p.37-55, abr. 2002.

LEÃO, Ermelino Agostinho de. **Dicionário histórico e geográfico do Paraná**. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1926. v.5.

LINS, Ivan. **Perspectivas de Auguste Comte**. [Rio de Janeiro]: Livraria São José, 1965.

MACHADO NETO, A. L. **Estrutura social da república das letras**. (Sociologia da Vida Intelectual Brasileira – 1870-1930). São Paulo: Grijalbo, 1973.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Corvos nos galhos das acácias**: o movimento anticlerical em Curitiba 1896-1910. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

MARQUES, Enéas. **Generoso Marques** (1844-1928). Curitiba: Imprensa Paranaense, [s.d.].

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**. Curitiba: SEC, 1989.

MICELI, Sérgio. Biografia e cooptação. In: \_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. Biografia e cooptação (O estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In: \_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. Intelectuais e classe dirigente no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. Poder, sexo e letras na república velha. In: \_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MIRA, Crispim. **Confraternização Republicana**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1918.

MURICY, Andrade. Prefácio. In: CORREIA, Leôncio. Paranaguá e os Correias. **Meu Paraná**, Edição do Estado do Paraná, 1954.

MURICY, Andrade. **O símbolo**: à sombra das araucárias (Memórias). Conselho Federal de Cultura e Departamento de Assuntos Culturais, 1976.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1926. v.1.

\_\_\_\_\_. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1927. v.2.

\_\_\_\_\_. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1928. v.3.

\_\_\_\_\_. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1946. v.5.

\_\_\_\_\_. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1950. v.6.

\_\_\_\_\_. **Efemérides paranaenses**. Edição Comemorativa do 20.º aniversário do CEB, [s.d.].

NICOLAS, Maria. **Vultos paranaenses**. Curitiba, 1948.

\_\_\_\_\_. **Cem anos de vida parlamentar:** deputados provinciais e estaduais do Paraná. Curitiba: [s.n.], 1961.

\_\_\_\_\_. **O Paraná no senado.** Paraná: Imprensa Oficial, s/d.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores:** genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica:** o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PANDOLFI, Dulce. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. In: GOMES, Ângela; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena. **A república no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CDPOC, 2002.

PÁGINAS ESCOLHIDAS. **Literatura.** Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 2003. v.1.

PASSIANI, Enio. Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato, o público leitor e a formação do campo literário no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, n.7, jan./jun. 2002.

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Paranismo:** O Paraná Inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

\_\_\_\_\_. **O espetáculo dos maquinismos modernos:** Curitiba na virada do século XIX para o XX. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História Social) - USP.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso:** ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. **A revolução federalista.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954).** Curitiba: IHGP, 1976.

PILOTO, Valfrido. **Rocha Pombo.** Curitiba: Gráfica Mundial, 1953.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira.** 3.ed. São Paulo: 105el, 1985. Tomo III, v.2.

\_\_\_\_\_. **Estratégias da ilusão:** a revolução mundial e o Brasil (1922-1935). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

POMBO, Lindolpho. **Leituras progressivas.** [s.l.]: [s.n.], 1902.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil:** colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- PROSSER, Elisabeth Seraphim. **Páginas escolhidas: 150 anos da criação política do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República: jacobinismo - ideologia e ação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- QUELUZ, Gilson Leandro. **Rocha Pombo: romantismo e utopias (1880-1905)**. Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, UFPR.
- RIBEIRO, Naiara dos Santos Damas. **Como moléculas da humanidade: a presença de Correia Defreitas na Guerra do Contestado**. Curitiba, 2004. Monografia (Programa Especial de Treinamento em História) - UFPR.
- RODRÍGUEZ LÓPEZ, Joaquín. **Pierre Bourdieu: sociología y subversión**. Madrid: La Piqueta, 2002.
- ROY, Fernande; SAINT-PIERRE, Jocelyn. A alta redação dos jornais de Quebec (1850-1920). In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- SAMWAYS, Marilda Binder. **Introdução à literatura paranaense**. Curitiba: HDV, 1988.
- SEGA, Rafael Augustus. **Tempos belicosos: a revolução federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)**. Curitiba: Aos quatro Ventos, 2005.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero: hermeneuta do Brasil**. São Paulo: Anablume, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. **Cadernos Cebrap**, São Paulo, n.3, 1973.
- SILVA, Jandira M. M. da. **Breve histórico da imprensa Sul-Rio-Grandense**. Porto Alegre: CORAG, 1986.
- SIMAS, Hugo. **Paranaguá e a república**. Edição do Dr. Dicesar Plaisant. [s.l.]: [s.n.], 1940.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- SOUZA, André Peixoto. **Do discurso jurídico-acadêmico ao discurso político: elementos para a constituição de um sujeito político no Império Brasileiro**. Curitiba, 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - UFPR.

TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. Engenheiros da ferrovia. In: \_\_\_\_\_. **Toiro passante: Il tempo de província**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1986.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VALENTE, Silza Maria Pazzelo. **A presença rebelde na cidade sorriso: contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba, 1890-1920**. Londrina: Ed. UEL, 1997.

VARGAS, Túlio. **O indomável republicano**. Curitiba: O Formigueiro, 1970.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VICTOR, Nestor. **Terra do futuro: impressões do Paraná**. Curitiba: Prefeitura Municipal, 1996.

WACHOWICZ, Ruy C. Os ádvenas e os paranistas na obra de Romário Martins. **Boletim do do Dehis**, UFPR, s/d.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991.

WOLKMER, Antônio Carlos. **História do direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

### Documentos eletrônicos

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, CPDOC - Fundação Getúlio Vargas. Verbete: **O Estado de São Paulo**. Disponível em <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/5860\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5860_1.asp)>.

NASCIMENTO, Noel. **A revolução do Brasil**. Disponível em <<http://www.astrovates.com.br/tese/revolbra.htm>>.

TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PENSAMENTO SOCIOLÓGICO: Entrevista com Bernard Lahire. **Educ. Pesqui.**, v.30, n.2, p.315-321, May/Aug. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022004000200009&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200009&lng=en&nrm=isso)>. Acesso em: 03 fev. 2005.

SPOLADORE, Hércule. **Barão do Serro Azul** Disponível em: <[http://www.geocities.com/pesquisas\\_brasil/barao.html](http://www.geocities.com/pesquisas_brasil/barao.html)>

## Fontes

### a) Obras

CORREIA, Leôncio. **Barão do Serro Azul**. Edição do Dr. Dicesar Plaisant, 1942.

CORREIA, Leôncio. **A verdade histórica sobre o 15 de novembro**. Rio: Imprensa Nacional, 1939.

FIGUEIRA, Alberico. **A propaganda abolicionista em Paranaguá**. Curitiba: Prata da Casa, 1930.

\_\_\_\_\_. **Como se fez a propaganda da República em Paranaguá**. [s.n., s.d]. Palestra pronunciada em agosto de 1948 na Rádio Difusora Paranaense.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 3.ed. Curitiba: Guaíra, [s.d.].

\_\_\_\_\_. A arte gráfica e o periodismo no Paraná. **Caixa Romário Martins**, n.8, s.d. (Acervo Arquivo Público).

\_\_\_\_\_. **Catálogo dos jornais publicados no Paraná: 1854-1907**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

NASCIMENTO JÚNIOR. **Correia Defreitas**: sua vida e sua obra. Homenagem da Prefeitura de Paranaguá ao transcurso de seu centenário. [s.d.].

PARANÁ, Sebastião. **Galeria paranaense**. Ed. Comemorativa do 1.º centenário da Independência do Brasil, 1922.

POMBO, Rocha. **Petrucello**. Curitiba: Typographia da Companhia Imprensa Paranaense, 1892. p.80.

\_\_\_\_\_. **O Paraná no centenário**. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1900.

\_\_\_\_\_. **Para a história**. Curitiba: Fundação Cultural, 1980.

\_\_\_\_\_. **História de São Paulo**: resumo didático. Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos, 1925.

VICTOR, Nestor. Rocha Pombo no Paraná. In: \_\_\_\_\_. **A obra crítica de Nestor Victor**. Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa; Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1979.

VELLOZO, Dario. Justiniano de Mello. **O Cenáculo**, ano I, tomo I, 3.º fasc., p.59-61, jun. 1895.

**b) Jornais**

**A Republica**, 1888-1891.

**Quinze de Novembro**, 1880-1890.

**Gazeta Paranaense**, 1883-1889.

**Diário do Paraná**, 1890.

**A Vanguarda**, 1897.

**Pátria Livre**, 1889-1890.

**Diário do Comércio**, 1891.

**Povo**, 1880.

**A Folha Nova**, 1893.

**Sete de Março**, 1888-1891

**c) Anaes**

**Anaes da Assembléia Provincial do Paraná**, 6.<sup>a</sup> Sessão Ordinária, 9 nov. 1886.

**Anaes da Assembléia**, 22.<sup>a</sup> Sessão Ordinária, 29 mar. 1887.

**Anaes da Assembléia Legislativa do Paraná**, 34.<sup>a</sup> Sessão Ordinária, 5 set. 1888.

**d) Revistas**

**Revista do Paraná**, n.4.

**Revista Club Curitibano**, 1.<sup>o</sup> dez. 1890, anno I, n.22, p.7.

**Galeria Illustrada**. Curityba, 20 nov. 1888.